Carta Social Dinâmica do concelho de Cantanhede: Uma Estratégia de Intervenção Planeada

Ficha Técnica

Realização

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea

3049- 530 Coimbra



Câmara Municipal de Cantanhede

Praça Marquês de Marialva

3060-133 Cantanhede

André Paciência

Coordenação Científica

António Manuel Rochette Cordeiro

Equipa Técnica

Lúcia Santos Gonçalo Carvalho

Liliana Paredes Luís Fernandes

Marta Amado Sandra Coelho

Odete Patrício David Marques

Cristina Barros Paulo Caridade

Fábio Cunha Rui Gama

Apoio Técnico

Dulce Manso

Câmara Municipal de Cantanhede

Divisão de Educação e Ação Social

Edição

FLUC - CEGOT

Coimbra, 2013

Algumas Notas Introdutórias

A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e na organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

De forma a garantir a efetivação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, cabe ao Estado um conjunto de direitos e deveres fundamentais, nomeadamente económicos, sociais e culturais.

De acordo com os direitos e deveres sociais todos têm direito à segurança social, cabendo ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, bem como de outras organizações representativas dos trabalhadores, e de associações representativas dos demais beneficiários.

O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

A Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro aprova as bases gerais do sistema de segurança social, definindo os seus objetivos e princípios gerais.

Constituem objetivos prioritários do sistema de segurança social a garantia da concretização do direito à segurança social, a promoção da melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da

respetiva equidade e a promoção da eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

Constituem princípios gerais do sistema de segurança social o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.

Mas a proteção dos cidadãos não cabe apenas ao Estado, sendo a prestação de serviços à população por entidades coletivas não estatais uma prática que atravessa os séculos.

Desde a fundação da nacionalidade portuguesa, com clara inspiração nos valores cristãos, que se assiste ao desenvolvimento de esforços tendentes a dar corpo ao sentimento do dever moral de proteção contra situações de necessidade nos planos individual e familiar.

Assim, até ao fim da Idade Média, a par da beneficência individual e familiar, foi-se desenhando uma organização embrionária da assistência privada sem fins lucrativos, que conduziu à primeira grande reforma da assistência, com a criação de novas instituições, as Santas Casas da Misericórdia, que se multiplicaram por todo o país, tornando-se no grande pólo da assistência privada sem fins lucrativos, a nível local, na saúde e na ação social.

Até ao século XIX, com incidência e modalidades variáveis, o fulcro das respostas sociais continuou a assentar na beneficência individual e familiar e nas organizações religiosas, predominantemente dirigidas para situações de

doença. A prestação de serviços à população assumia um carácter caritativo e assistencialista.

O desenvolvimento das condições de democraticidade, política, o reforço dos movimentos sociais e uma conceção crescente dos direitos sociais fazem emergir outros atores como entidades responsáveis por respostas sociais.

No século XIX, especialmente nos principais centros industriais-urbanos, assistiu-se ao aparecimento de um importante movimento mutualista que, ao longo da segunda metade daquele século, estimulou o rápido crescimento do número de associações de socorros mútuos e dos respetivos associados, que tinham como principais objetivos a prestação de cuidados médicos e o fornecimento de medicamentos, a atribuição de prestações pecuniárias nas situações de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e a atribuição de subsídios de funeral.

É assim que associações mutualistas, associações cívicas e empresas fundam e gerem serviços e equipamentos sociais a favor dos seus sócios, da comunidade ou dos seus operários ou empregados, respetivamente.

Nem a intervenção da Previdência Social no século XX, através do Instituto de Obras Sociais, alterou até aos anos 70 o panorama da rede, tendo-se entretanto começado a verificar o incremento dos serviços e equipamentos sociais de natureza privada com fins lucrativos.

A partir da segunda metade da década de 70, como resultado conjugado da tomada de consciência dos direitos sociais e da dinâmica social então criada, verificou-se o aparecimento de um número assinalável de iniciativas, nem sempre concretizado em volume significativo de investimento.

Tendo o Estado rapidamente reconhecido o papel primordial das entidades privadas sem fins lucrativos na gestão dos serviços e equipamentos sociais,

apoiando e fiscalizando, nos termos da lei, a sua atividade e o seu funcionamento, o desenvolvimento da rede potenciou-se, quer pela capacidade de mobilização de meios, nomeadamente públicos, quer pela motivação das instituições, permanecendo em aberto a delimitação do espaço que irá ser ocupado pela atividade privada com fins lucrativos, onde se verificam novas iniciativas numa base sustentada.

Todavia, num mundo que todos os dias nos coloca novos problemas, criando novas necessidades, torna-se obrigatório o permanente repensar das soluções já existentes, com vista a um incremento da eficiência na utilização dos meios disponíveis, e a constante criação de novas, de modo a responder às crescentes carências da população.

Estes novos problemas advém da crescente falta de capacidade das famílias em responderem adequadamente em áreas como a proteção, a socialização e a prestação de cuidados na infância, velhice e doença, mas também da existência de um grupo cada vez mais vasto de cidadãos que, por diversas razões, perderam involuntariamente os laços familiares e, com eles, os lacos com a própria sociedade envolvente.

A intervenção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, transformou por completo a estrutura e organização familiar, obrigando ao aparecimento de respostas sociais destinadas à população-alvo Infância e Juventude.

O acentuar da partilha de responsabilidades educativas entre a família e a sociedade na infância e na idade pré-escolar e a carência de, depois dessa idade, prolongar o apoio às famílias e à ação educativa dos estabelecimentos

de ensino conduzem à necessidade de serviços e equipamentos sociais dirigidos ao grupo-alvo Crianças e Jovens.

O enfoque pedagógico e integrador das respostas sociais dirigidas a estas necessidades tornou-se, entretanto, também predominante nos serviços e equipamentos sociais dirigidos aos grupos-alvo Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

Paralelamente, as famílias manifestam necessidades de apoio à população-alvo População Adulta, a qual inclui os grupos-alvo Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas Sem-Abrigo.

Pela amplitude de respostas sociais exigidas e pelo ritmo a que se observa destaca-se o grupo-alvo Pessoas Idosas. A crescente integração da mulher no mercado de trabalho e a transformação da estrutura e organização familiar, com a crescente nuclearização dos agregados familiares e o aparecimento dos isolados, conduziram ao aparecimento de serviços e equipamentos sociais dirigidos ao grupo-alvo Pessoas Idosas. O crescente envelhecimento da população, especialmente a partir da década de 70, provocado pela melhoria das condições de vida, o que se deve, entre outros aspetos, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina e à melhor cobertura da rede de saúde pública, foi determinante para o aparecimento da necessidade de respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo.

Com a criação de uma rede de serviços e equipamentos sociais para o grupo-alvo Pessoas Idosas pretende-se disponibilizar o espaço, o tempo e as oportunidades de que estas necessitam para se manterem ativas e

participantes na vida social, facilitar a fruição de benefícios a que muitas não tiveram acesso durante a vida ativa e prestar cuidados de assistência física, psicológica e social que assegurem qualidade de vida, principalmente às que vão perdendo a sua autonomia e não têm suporte familiar.

Com o crescimento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais avançadas, é também maior a probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, o que aumenta a necessidade de respostas sociais mais adequadas a estas situações, não só no âmbito do social, mas também da saúde.

Mas as necessidades de apoio às famílias não se ficam apenas pelo atendimento dos seus membros menores e idosos quando estas não o conseguem fazer, merecendo a população-alvo Família e Comunidade igual atenção. É o caso das famílias de menores recursos económicos, que integram o grupo-alvo Família e Comunidade em Geral, e de um conjunto crescente de pessoas que, por vários motivos, romperam a ligação à família e à comunidade, que integram os grupos-alvo Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Pessoas Toxicodependentes e Pessoas Vítimas de Violência Doméstica.

A rede de serviços e equipamentos sociais dirigida a este grupo cada vez mais vasto de cidadãos deve ser adaptada em função do risco social a que estão sujeitos, assumindo-se como a sua única alternativa viável para a obtenção da dignidade humana, base para o acesso a um primeiro patamar de inclusão social.

Considerando a história do concelho de Cantanhede e a sua forte tradição migratória, no território concelhio ganha relevo a comunidade imigrante. O

regresso à "Terra Natal" dos emigrantes impõe a criação de respostas sociais com vista à sua integração na comunidade local.

A nova cultura de solidariedade pela qual se orienta a intervenção junto destes grupos de risco que só recentemente apareceram ou passaram a ser objeto de intervenção social está na origem do impulso dado nas respostas sociais prestadas a uma das categorias mais antigas em situação de desfavorecimento, os cidadãos com deficiência, que agora se subdividem nos grupos-alvo Crianças e Jovens com Deficiência, pertencente à população-alvo Infância e Juventude, e Pessoas Adultas com Deficiência, pertencente à população-alvo População Adulta.

No concelho de Cantanhede esta problemática assume especial importância, ascendendo o número de casos existentes a valores acima da média nacional.

O objetivo da intervenção social junto dos cidadãos com deficiência é duplo. Por um lado procura-se fazer com que as respostas sociais existentes se adaptem às suas necessidades específicas, sua vertente principal, e, por outro lado, quando isso é impossível ou não é tecnicamente recomendável, tenta-se desenvolver serviços especializados que visem promover a reabilitação, fornecer a ajuda que permita uma vida normal ou compensar a deficiência e garantir os direitos de cidadania.

Através da rede de serviços e equipamentos sociais pretende-se fornecer resposta a todos aqueles que dela necessitam, envolvendo-os na procura, capacitando-os, objetivo difícil de alcançar, dada a natureza evolutiva dos problemas e necessidades, dos direitos e das expectativas.

Para que esta resposta seja adequadamente dimensionada e distribuída e responda com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas

sociais existentes, criando espaços social e territorialmente coesos, é necessário um instrumento de planeamento e de diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais, a Carta Social Dinâmica.

Parte I | Enquadramento do Projeto

A. Contextualização

1

CONCEITOS DE POBREZA E DIMENSÕES DE ANÁLISE

Uma pessoa vive na pobreza quando o seu rendimento e recursos são insuficientes e a impedem de ter um nível de vida considerado como aceitável na sociedade em que vive. Devido à pobreza a pessoa pode enfrentar múltiplos problemas, como o desemprego, o fraco rendimento, o alojamento desconfortável, a falta de benefícios de saúde e obstáculos nos acessos à aprendizagem ao longo da vida, à cultura, ao desporto e aos lazeres. Ela encontra-se marginalizada e excluída da participação nas atividades económicas, sociais e culturais e o seu acesso aos direitos fundamentais pode ser restrito. O conceito de pobreza subdivide-se em pobreza absoluta, relativa e subjetiva.

- Pobreza absoluta: corresponde às necessidades de manutenção da eficiência física, ou seja, ao assegurar da subsistência tendo em conta a suficiência/insuficiência de recursos. Trata-se de necessidades e recursos básicos;
- Pobreza relativa: remete para indivíduos que se encontram excluídos da participação plena na sociedade pela ausência de recursos que os distanciam do padrão e do modo de vida mínimo aceitável do local onde vivem. Relaciona-se com o acesso a bens e serviços necessários a uma vida digna, remetendo para os direitos humanos fundamentais como a habitação, a saúde, a educação, o emprego, entre outros;

Pobreza subjetiva: perceções dos indivíduos em situação de pobreza e da sociedade no seu conjunto acerca da pobreza e daqueles que são considerados pobres. Assim, serão pobres aqueles que dessa forma são percecionados pelos outros, ou seja, é um tipo de pobreza que parte das representações das pessoas, sendo por isso um elemento a complementar ao estudo da pobreza.

Por exclusão social entende-se o processo através do qual algumas pessoas são atiradas para a periferia da sociedade. A exclusão impede-as de participar plenamente na vida social devido à pobreza, à falta de competências de base e à falta de possibilidades de aprendizagem ao longo da vida ou devido a alguma discriminação. Este processo afasta-as das possibilidades de rendimento e educação, assim como de atividades sociais e comunitárias. Essas pessoas possuem acesso muito restrito ao poder e aos organismos de decisão e sentem-se incapazes de influenciar as decisões que afetam a sua vida quotidiana.

Por inclusão social entende-se o processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social tenham acesso aos recursos necessários que lhes permitam participar plenamente na vida económica, social e cultural e que tenham um nível de vida e de bem-estar considerado como normal na sociedade em que vivem. Assim, a inclusão social garante-lhes um melhor acesso à participação aos processos de tomada de decisão que afetam a sua vida e a um melhor acesso aos direitos fundamentais.

A pobreza possui muitas dimensões de análise distintas e é essencial que se compreenda estas dimensões para que se possa contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social nos diferentes territórios com vista ao desenvolvimento social.

Para se atingir este objetivo é fundamental perceber quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que caracterizam cada território. Para fazer a análise das dimensões de pobreza foram consideradas a privação económica, a desqualificação social objetiva e a desafiliação. A privação económica diz respeito ao acesso dos indivíduos a recursos materiais de maneira a que consigam manter as condições de vida socialmente aceites. A desqualificação social caracteriza a população que é, de alguma forma, excluída ou considerada pobre devido a circunstâncias pessoais e sociais e que tem algumas dificuldades nas áreas da educação, da saúde, do emprego e da habitação. A desafiliação enfatiza mais a questão do laço social, ou seja, o papel dos corpos intermédios e das solidariedades formais e informais nos processos de rutura ou proteção dos indivíduos. Esta dimensão comporta, ainda, a questão do isolamento social e da institucionalização de idosos, crianças e indivíduos detidos.

2

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL 2008-2010

2.1. Estratégia Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Sendo a solidariedade um dos valores fundamentais da União Europeia, pode afirmar-se que nas últimas décadas todos os chefes de estado e governos se têm empenhado numa ação global contra a pobreza, partilhando benefícios em tempos de prosperidade e ultrapassando obstáculos em momentos de crise.

É hoje assumido pelos principais intervenientes que a pobreza, mais do que algo que conduz à violação dos direitos humanos, é ela própria uma manifesta violação desses mesmos direitos, pelo que, no quadro da estratégia global definida para a proteção social e inclusão social 2008-2010 e dando sequência às decisões da agenda de Lisboa, o governo português, à semelhança de outros países, adota um conjunto de medidas que permitirão promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e de exclusão social com que Portugal ainda se confronta.

Para contrariar as desigualdades sociais diagnosticadas e promover a inclusão social ativa, o referido conjunto de medidas, consubstanciadas no Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) 2008-2010, assume uma estratégia multidimensional assente em três prioridades fundamentais:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;
- Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Porque às desigualdades sociais persistentes se juntam os efeitos derivados das conhecidas transformações demográficas, a estratégia preconizada no PNAI 2008-2010 propõe-se ainda contribuir para fazer face a essas alterações, designadamente pelo apoio à natalidade e à conciliação

entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar, e pela melhoria do apoio às situações de envelhecimento e dependência.

Saliente-se que a conceção, implementação e monitorização do PNAI 2008-2010 pressupõe um processo de concertação e responsabilização partilhada entre o Estado, através dos seus organismos de âmbito central, regional e local, e os diversos intervenientes, nomeadamente entidades privadas com e sem fins lucrativos.

Neste contexto reforça-se o papel da Rede Social, enquanto instrumento privilegiado de operacionalização do PNAI 2008-2010 e agente de mobilização e participação ativa dos principais atores locais no processo de inclusão social.

3

PROGRAMA REDE SOCIAL: ESTRUTURA ORGÂNICA E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais e contribuir para a ativação dos meios e agentes de resposta e para a otimização possível dos meios de ação nos locais.

O que se propõe é que em cada comunidade se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e se planeie de forma integrada e integradora o esforco coletivo, através da constituição

de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objetivos e na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

A Rede Social surge no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal, e foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e da Declaração de Retificação n.º 10-O/98, posteriormente retificada pelo Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

Trata-se de um Programa Cofinanciado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projeto 5.1.1. - Rede Social para o Desenvolvimento, Ação Tipo 5.1.1.1. - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a sua gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação é da competência do Departamento de Proteção Social e Cidadania, do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS).

A Rede Social materializa-se a nível local através da criação das Comissões Sociais de freguesia e/ou Interfreguesia (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelhio, enquanto a nível supraconcelhio estão a ser

implementadas plataformas territoriais com base nas atuais 28 Nomenclaturas das Unidades Territoriais III (NUT's) existentes no território nacional.

No Distrito de Coimbra encontram-se implementadas e em funcionamento 17 Redes Sociais, com Núcleo Executivo (NE) e CLAS devidamente constituídos, bem como duas plataformas supraconcelhias, a do Baixo Mondego e a do Pinhal Interior Norte.

O referido planeamento integrado e integrador do esforço coletivo que a Rede Social propõe assume como instrumentos essenciais a elaboração de Diagnósticos Sociais, de Planos de Desenvolvimento Social (PDS) e de Planos de Ação (PA).

Os Diagnósticos Sociais são instrumentos dinâmicos sujeitos a atualizações periódicas, resultantes da participação dos diferentes parceiros e onde devem estar identificadas as necessidades e os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território concelhio.

Os PDS são instrumentos de planeamento, onde, a partir dos objetivos do PNAI 2008-2010, se determinam os eixos de intervenção e os objetivos estratégicos, baseados nas prioridades definidas nos Diagnósticos Sociais.

Os PDS operacionalizam-se através de PA anuais, concertados e concretizados pelos diferentes parceiros.

3.1. Programa Rede Social no concelho

Reforçando a importância que a Rede Social, associada a uma interiorização de hábitos de planeamento participado e de envolvimento de todos os agentes implicados no território, pode ter na transformação da forma

de pensar e de trabalhar das questões do desenvolvimento social, apresentam-se seguidamente a constituição e as competências que o NE e o CLAS do concelho de Cantanhede assumiram para a atualização dos instrumentos de planeamento concelhios aquando da constituição da Rede Social em Novembro de 1997.

O NE do concelho de Cantanhede é constituído por:

- Vereador do Pelouro da Solidariedade e Ação Social;
- Presidente da Direção da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha;
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro de Saúde de Cantanhede:
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Social e Caritativo da freguesia do Bolho;
- Diretora do Centro de Emprego de Coimbra do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP);
- Presidente da Junta de freguesia de Ançã;
- Presidente da Direção do Centro Social Paroquial de São Caetano;
- Serviço local de Cantanhede do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, I.P. (CDSSC);
- Representante do Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar.

As competências do NE são:

- a) Elaborar o regulamento interno do CLAS:
- b) Executar as deliberações do CLAS;
- Elaborar proposta do plano de atividades anual do CLAS e do respetivo relatório de execução;

- Assegurar a coordenação técnica das ações realizadas no âmbito do CLAS:
- Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respetivos planos de ação anuais;
- f) Proceder à montagem de um sistema de informação que promova a circulação de informação entre os parceiros e a população em geral;
- g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;
- h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do CLAS delibere constituir:
- i) Promover ações de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- j) Acompanhar a execução dos planos de ação anuais;
- k) Elaborar os pareceres e relatórios solicitados pelo CLAS;
- Estimular a colaboração ativa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS;
- m) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social;
- n) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

O CLAS do concelho de Cantanhede é constituído por:

- · Representante da Câmara Municipal de Cantanhede;
- · Presidente da Junta de freguesia de Ançã;

- Presidente da Junta de freguesia do Bolho;
- Presidente da Junta de freguesia de Cadima;
- Presidente da Junta de freguesia de Camarneira;
- Presidente da Junta de freguesia de Cantanhede;
- · Presidente da Junta de freguesia de Cordinhã;
- Presidente da Junta de freguesia de Corticeiro de Cima;
- · Presidente da Junta de freguesia de Covões;
- Presidente da Junta de freguesia de Febres;
- Presidente da Junta de freguesia de Murtede;
- Presidente da Junta de freguesia de Ourentã;
- Presidente da Junta de freguesia de Outil;
- Presidente da Junta de freguesia da Pocariça;
- Presidente da Junta de freguesia de Portunhos;
- · Presidente da Junta de freguesia de Sanguinheira;
- Presidente da Junta de freguesia de São Caetano;
- Presidente da Junta de freguesia de Sepins;
- Presidente da Junta de freguesia da Tocha;
- Presidente da Junta de freguesia de Vilamar;
- Presidente da Associação Cívica dos Amigos da freguesia da Pocariça (ACAP);
- Técnica Superior da Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego (ADELO);
- Presidente da Direção da Associação Empresarial de Cantanhede (AEC);
- Presidente da Direção da Associação de Desenvolvimento,
 Progresso e Vida da Tocha;

- · Representante da Empresa Servicant, Lda.;
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) da Tocha;
- · Presidente da Associação Sócio-cultural Pró-Lemede;
- Presidente da Associação Sócio Cultural e Recreativa da Camarneira;
- · Cáritas Diocesana de Coimbra Zona de Cantanhede:
- Representante do CDSSC;
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais (CMRRC - Rovisco Pais) - Associação de Proteção aos Hansenianos;
- Diretor do Centro de Respostas Integradas de Coimbra (CRI de Coimbra);
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã;
- Representante do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES)
 Baixo Mondego III;
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Social e Caritativo da freguesia do Bolho;
- · Presidente da Direção do Centro Social Comunitário da Varziela;
- · Vice-Presidente da Direção do Centro Social Paroquial de Cadima;
- Presidente da Direção do Centro Social Paroquial de Cordinhã;
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Social Polivalente de Ourentă;
- Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos de Vilamar;

- Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Cantanhede;
- Representante da Direção Regional de Educação do Centro (DREC);
- Diretora Pedagógica da Escola Técnica e Profissional de Cantanhede (ETPC);
- Presidente da Direção da Fundação Ferreira Freire;
- Presidente da Fundação Pires Negrão;
- Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Cantanhede;
- Coordenadora do Serviço Social do Hospital Arcebispo João Crisóstomo:
- Diretora do Centro de Emprego de Coimbra do IEFP;
- Coordenador da Direção Regional de Reinserção Social Equipa de Círculo Judicial da Figueira da Foz;
- Subdiretor Regional do Instituto Português da Juventude, I. P. (IPJ);
- Presidente da Direção da Associação "Os Amigos de São João de Cantanhede" - Associação de Solidariedade, Natureza e Ambiente;
- Presidente da Direção da Póvoa da Lomba, Associação Social,
 Cultural e Ecológica (PLASCE);
- Presidente da Direção da Progresso e Desenvolvimento de Covões (PRODECO);
- Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede;
- Presidente da Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbófila Cantanhedense;

- Presidente da União das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS's) do concelho de Cantanhede;
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres;
- Presidente da Direção do Centro Social Paroquial de São Caetano;
- Presidente da Direção do Centro Social Polivalente da freguesia de Murtede;
- · ISS;
- · Procurador Adjunto do Tribunal Judicial de Cantanhede;
- Serviço local de Cantanhede do CDSSC;
- Representante do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra (GAV de Coimbra) da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);
- Técnica Superior de Serviço Social do Centro Cívico Polivalente "O Emigrante";
- · Representante do Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar;
- Diretora da Escola Secundária de Cantanhede;
- Coordenadora do Centro de Estudos e Investigação em Serviços Sociais (CEISS);
- Técnica da Rede Europeia Antipobreza Núcleo Distrital de Coimbra (EAPN Portugal);
- Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva Cantanhede;
- · Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (IDT).

As competências do CLAS são:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Constituir o núcleo executivo;

- Criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
- f) Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- e) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação anuais;
- f) Aprovar e difundir o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social, assim como os respetivos planos de ação anuais;
- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto da Segurança Social, I. P.;
- Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo;
- Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que atuem no concelho;
- Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS;
- Avaliar, periodicamente, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação;
- Promover ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;

 m) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção.

3.2. Linhas Estratégicas para a Plataforma Territorial Supraconcelhia do Baixo Mondego: matriz de enquadramento lógico 2008-2010

A Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego integra-se na Região Centro e abarca oito concelhos do Distrito de Coimbra (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure), um concelho do Distrito de Aveiro (Mealhada) e um concelho do Distrito de Viseu (Mortágua).

Para o período de 2008-2010 a Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego estabeleceu níveis de prioridade supraconcelhios e concelhios, representados na Matriz de Enquadramento Lógico referente ao mesmo período (Quadro 1).

Ao nível de intervenção supraconcelhio abarca carências, problemáticas e respostas sociais que, pela sua especificidade, têm uma abrangência geográfica mais alargada e, por conseguinte, extravasam a dimensão do território concelhio, além de poderem envolver várias áreas de intervenção e distintas entidades oficiais (Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Comissão de Coordenação, Ministério da Educação, entre outras).

Neste nível de prioridade supraconcelhio foram identificadas as áreas da saúde, mais concretamente no âmbito da Rede Nacional Cuidados

Continuados Integrados, da deficiência, do emprego, da formação e qualificação, a par de outras iniciativas transversais às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Ao nível de intervenção concelhio o âmbito é mais localizado, circunscrito e associado à dimensão do território concelhio, tendo sido identificado como prioritário a requalificação da rede de serviços e equipamentos sociais.

Outra preocupação subjacente a este nível de prioridade concelhio assenta na análise da necessidade de ampliação da capacidade de resposta de equipamentos sociais existentes, cujo investimento a realizar deverá equacionar a evolução das taxas de cobertura das respostas sociais. Neste âmbito destaca-se a preocupação com a reformulação e adaptação das respostas sociais de Centro de Atividades de Tempos Livres e de Centro de Dia.

Uma preocupação que também é preconizada neste nível de prioridade concelhio assenta na constituição de equipas multidisciplinares de intervenção social nos vários territórios concelhios. Neste contexto salienta-se que os CLAS devem cada vez mais estreitar o espírito de parceria e partilha, tendo em conta a existência de recursos humanos dispersos pelas várias entidades localmente envolvidas.

Uma outra preocupação inscrita neste nível de prioridade reporta à questão das acessibilidades, que alerta para a necessidade de dotar todos os equipamentos sociais das condições indispensáveis ao exercício dos direitos e deveres de todos os cidadãos, onde se inclui a abolição das barreiras arquitetónicas.

Quadro 1 - Matriz de enquadramento lógico de 2008-2010.

Estratégia Nacional de	Promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e exclusão social em Portugal	Prioridade 1	Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania
		Prioridade 2	Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza
		Prioridade 3	Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes
Estratégia de Ação para a Inclusão 2008-2010 Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego	Promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e	Nível supra- concelhio	 Saúde - RNCCI; Deficiência; Emprego, formação e qualificação, a par de outras iniciativas transversais às problemáticas diagnosticadas, nomeadamente no âmbito do Mercado de Trabalho Inclusivo e do Micro-crédito.
	exclusão social nos territórios inseridos na plataforma	Nível concelhio	 Requalificação da rede de serviços e equipamentos sociais; Ampliação da capacidade de resposta de equipamentos sociais existentes; Estreitar o espírito de parceria e partilha nos CLAS; Dotar todos os equipamentos sociais das condições indispensáveis ao exercício dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

B. Carta Social

1

ÂMBITO. NATUREZA E OBJETIVOS

O desenvolvimento de um instrumento com carácter oficial, global e de fácil acesso contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais é um objetivo que atravessa há já quase quatro décadas os Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social em Portugal.

A necessidade de criação desta ferramenta foi sentida na década de 70, altura em que surge a ideia de elaboração de um "Atlas Social". A partir desse momento, a vontade de materializar este projeto conduz, nas décadas seguintes, ao aparecimento da "Carta da Segurança Social" e, à posteriori, da "Rede de Serviços e Equipamentos da Segurança Social" (RSESS). Mais recentemente, por iniciativa do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) de Lisboa e Vale do Tejo, estruturou-se um inventário.

Todavia, a concretização plena deste objetivo apenas teve lugar com o início da implementação da Carta Social, através do "Estudo de Localização e Caracterização dos Equipamentos e Serviços Sociais", desenvolvido entre 1998 e 1999. No ano de 2000 foi publicada a "Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos" pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, atualizada anualmente.

A Carta Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social pretende ser um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da investigação social, da preparação da tomada de decisão e da facilidade de acesso à informação por parte dos cidadãos.

No domínio da investigação social visa disponibilizar informação sobre as dinâmicas sociais nos diversos territórios e o grau de disponibilidade dos serviços sociais. Enquanto ferramenta vocacionada para a preparação da tomada de decisão pretende fornecer aos diferentes atores sociais (públicos e privados) informação integrada para a correta determinação do volume do esforço e da localização prioritária da intervenção social, nomeadamente traduzida em investimento público. Por último, no âmbito da facilidade de acesso à informação por parte dos cidadãos, este projeto tem como objetivo potenciar a informação sobre a localização dos serviços e equipamentos sociais existentes

Esta Carta Social pretende ser, no seu essencial, um conjunto de bases de dados comportando diversos ficheiros temáticos relacionáveis entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e suscetível de ser permanentemente atualizável.

Todavia, para que uma Carta Social possa ser verdadeiramente um instrumento multiusos de extrema flexibilidade, esta, para além de integrar um diagnóstico do sistema social, deve ainda incluir um conjunto de questões relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais e uma componente dinâmica. O conhecimento do território, da demografia, que inclui as projeções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde, do lazer e turismo e da segurança pública assume um papel preponderante para a perceção da realidade presente e futura de um determinado território.

A integração de todas estas variáveis numa plataforma dinâmica que permita, além da simples consulta da informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, a visualização e atualização de todos os níveis de informação que integram este projeto ou mesmo a introdução de novas variáveis, vai permitir que esta seja uma ferramenta de ordenamento e planeamento do território por excelência.

A constatação, por parte da equipa técnica, da necessidade de dotar a Carta Social de todas estas componentes levou ao desenvolvimento deste projeto e à criação de uma aplicação SIG especificamente para responder a esta necessidade.

A Carta Social desenvolvida é, assim, composta por duas componentes fundamentais, uma primeira, o relatório, entendido como um documento estático, e uma segunda, a plataforma dinâmica, que se assume como um instrumento de trabalho de carácter intemporal e dotado de uma capacidade de resposta em tempo real que proporciona ao utilizador e a quem planeia uma capacidade de previsão e decisão impensável até há uma ou duas décadas atrás.

É com base nestas duas componentes que a Carta Social proposta pretende fazer do concelho de Cantanhede um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Para além da rede de serviços e equipamentos sociais, que são o objeto deste projeto, a Carta Social do concelho de Cantanhede, enquanto realidade aberta, integra igualmente toda a informação respeitante a outras áreas de intervenção no domínio das políticas sociais.

Para atingir a finalidade a que se propõe, a Carta Social do concelho de Cantanhede apresenta dois grandes conjuntos de objetivos, nomeadamente:

Objetivos operacionais:

- Diagnosticar a oferta da rede serviços e equipamentos sociais;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais:
- Determinar os domínios e os locais de intervenção social prioritária;
- Realizar a projeção demográfica dos grupos-alvo;
- Definir os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais.

Objetivos estratégicos:

- Orientar os investimentos concelhios em serviços e equipamentos sociais;
- Orientar os investimentos das entidades parceiras públicas, privadas e cooperativas;
- Contribuir para a concretização do PDS e do PA;
- Fornecer orientações para o Plano Diretor Municipal (PDM).

A plena concretização destes objetivos só é possível com o contributo da plataforma dinâmica, pois só com base numa ferramenta com estas características se torna exequível um efetivo planeamento das intervenções sociais a realizar, sempre com base no princípio da otimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, adequando a oferta à procura, com vista ao colmatar das carências e problemáticas sociais detetadas.

O desafio de elaborar uma Carta Social Dinâmica que pudesse suportar a totalidade de um sistema social e das temáticas relacionadas direta ou indiretamente foi o ponto de partida para a realização de um dos projetos mais ambiciosos que se poderia ter aceite no âmbito da criação de ferramentas com vista à otimização da gestão territorial.

2

METODOLOGIA E TÉCNICAS UTILIZADAS

O desenvolvimento de um instrumento com carácter oficial, global e de fácil acesso contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais foi um dos desafios mais ambiciosos que se poderia ter aceite.

Mais do que um simples relatório, a Carta Social Dinâmica do concelho de Cantanhede pretende ser uma verdadeira ferramenta de ordenamento e planeamento do território, com vista à otimização da gestão territorial.

A concretização deste objetivo obrigou, naturalmente, num primeiro momento, à assunção de conceitos de base, parâmetros e metodologia, de forma a definir a constituição das duas componentes deste projeto, o relatório e a plataforma dinâmica.

A definição das temáticas a abordar, as quais vão sustentar estas duas componentes da Carta Social Dinâmica, assumiu-se como a primeira fase de desenvolvimento deste projeto. Neste momento revelou-se determinante a recolha de dois tipos de informação, uma relativa à rede de serviços e equipamentos sociais e outra centrada nas questões mais relevantes para a sua programação, que vai abordar os elementos necessários para a perceção da realidade presente e futura de um determinado território. Uma vez que toda a estrutura do projeto assenta nesta informação, esta tem de ser a mais fiável e rigorosa possível.

No que concerne à informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, optou-se por considerar a totalidade dos elementos que a constituem, nomeadamente as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais, por população-alvo e grupo-alvo. Simultaneamente foram também consideradas as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas, a CPCJ e a Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT), que constituem os mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social, e a rede nacional de cuidados continuados integrados, que integram os mecanismos de intervenção integrada.

Para a recolha e posterior tratamento e análise estatística desta informação mostrou-se indispensável a preparação de um conjunto de inquéritos e a criação de uma Base de Dados, no sentido de sistematizar a elevada quantidade de informação alfanumérica envolvida.

Esta Base de Dados assenta na construção de três tabelas, cada uma representativa de uma temática relacionada com o sistema social, designadamente as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais. Estas tabelas especificam aspetos relacionados com a

população utente e em lista de espera, os recursos humanos e materiais e as características do edificado.

A elaboração dos inquéritos e da Base de Dados teve como base as reuniões de trabalho entre a equipa que desenvolve o projeto e os diferentes intervenientes no sistema social.

Para a definição dos inúmeros campos a integrar os inquéritos e, posteriormente, a Base de Dados, foram efetuadas várias tentativas e procurados diferentes caminhos. Excetuando a necessidade de terminologia, própria de cada temática relacionada com o sistema social, pretendeu-se uniformizar ao máximo o processo de recolha da informação, tarefa que viria a revelar-se bastante complexa, dado a elevada quantidade de informação alfanumérica a considerar.

No que respeita à informação centrada nas questões mais relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais, sentiu-se a necessidade de integrar duas componentes distintas, uma de caracterização e análise, onde se aborda o território, a demografia, a socioeconomia, a educação, a saúde, o lazer e turismo e a segurança pública, e uma prospetiva, onde são realizadas as projeções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular.

O trabalho de inventariação da informação foi, assim, desenvolvido abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete, onde é elaborada uma vasta pesquisa bibliográfica, e uma no exterior, na qual se efetua um exaustivo e moroso levantamento de campo, procedendo-se à georreferenciação de todos os equipamentos sociais com respostas sociais, ao registo fotográfico de todas as respostas sociais e ao preenchimento dos diferentes inquéritos.

Terminado o levantamento de campo inicia-se o processo de preenchimento da Base de Dados, previamente definida com os diversos atores no sistema social.

O contacto estreito com os diferentes agentes no sistema social tem como objetivo permitir que este documento possa refletir um conhecimento mais fiel da realidade existente. Além disso, a recolha da informação junto dos responsáveis torna este trabalho ainda mais humano e capaz de perceber a verdadeira dimensão das carências e problemáticas sociais existentes.

Após a conclusão desta etapa torna-se possível a concretização da segunda e terceira fase de desenvolvimento deste projeto, o relatório e a plataforma dinâmica, as duas componentes que constituem a Carta Social Dinâmica.

O relatório, primeira componente da Carta Social Dinâmica, é constituído por três partes distintas, o Diagnóstico Social, o PDS e o PA. O Diagnóstico Social integra dois tipos de análise diferenciados. No primeiro realiza-se um enquadramento do concelho, o qual integra a caracterização do território, da demografia, que inclui as projeções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde, do lazer e turismo e da segurança pública. No segundo efetua-se o tratamento e análise estatística e o respetivo diagnóstico da informação relativa aos mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social, que incluem a rede de serviços e equipamentos sociais, as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas, a CPCJ e a EMAT, e aos mecanismos de intervenção integrada, que integram a rede nacional de cuidados continuados integrados, avaliando-se a sua adequação à realidade concelhia. O PDS determina os eixos de intervenção e os objetivos estratégicos, baseados nas prioridades

definidas nos Diagnósticos Sociais, enquanto o PA é a operacionalização concertada e concretizada pelos diferentes parceiros do PDS.

O desenvolvimento deste projeto culmina na construção da plataforma dinâmica, segunda componente da Carta Social Dinâmica. Para a sua criação foi desenvolvida uma aplicação específica em ambiente *WEB* que permitirá armazenar e disponibilizar toda a informação alfanumérica e cartográfica utilizada no decorrer da elaboração deste projeto.

A plataforma dinâmica foi desenvolvida utilizando uma arquitetura definida por dois módulos distintos de programação. Para o primeiro módulo de programação foi utilizada a tecnologia ASP (*Active Server Pages*), implementada com recurso aos chamados *Objects*. Estes permitem uma simples e rápida manipulação da informação alfanumérica pelos utilizadores em função dos seus objetivos, dissimulando a complexidade dos sistemas de gestão de Bases de Dados inter-relacionais existentes na estrutura física da plataforma.

Para o segundo módulo foi utilizada a tecnologia *Microsoft SQL Server* 2008, que funciona como motor de disponibilização da informação cartográfica e alfanumérica na plataforma *WEB*, através do desenvolvimento de componentes programados em *Microsoft ASP DotNET* e *Java Script*. Estes permitem disponibilizar a informação cartográfica e alfanumérica através de acessos intuitivos, bem como a realização de análises sofisticadas para a apresentação de resultados complexos.

Esta aplicação específica foi desenvolvida de modo a ser possível aceder, manipular e editar toda a informação apenas com o recurso a um computador portátil com ligação a um *browser* de Internet.

Através da plataforma dinâmica é possível a consulta e visualização individual de uma qualquer temática ou a análise interligada de uma ou várias temáticas, a sua atualização imediata e permanente e a interligação entre esta e as bases cartográficas. Além de todas estas potencialidades assegura ainda a introdução no imediato de novos níveis de informação, o que permite a criação de novos cenários e a sua análise imediata.

Para aceder à plataforma dinâmica a primeira etapa é a escolha da carta temática a que o utilizador pretende aceder, uma vez que foram realizados outros trabalhados para o concelho, nomeadamente a Carta Educativa e a Carta Desportiva (Figura 1).



Figura 1 - Acesso à plataforma dinâmica.

Cada carta temática apresenta três níveis de acesso à informação, o de superadministrador, o de gestor e o de convidado registado, todos eles protegidos por uma palavra-chave. Devido à reserva de alguns conteúdos apresentados, dentro destes existe ainda a possibilidade de serem criados

diferentes níveis de permissão, que podem igualmente ser protegidos por uma palavra-chave ou simplesmente ocultados em função do *login*.

Os dois primeiros níveis de acesso permitem a validação e atualização imediata e permanente de toda a informação alfanumérica e cartográfica utilizada no decorrer da elaboração deste projeto, de uma forma rápida e intuitiva, através da realização de um conjunto de filtros, enquanto o segundo possibilita a sua visualização.

No que respeita à Carta Social Dinâmica, após a introdução de uma palavra-chave entra-se de imediato no modo que disponibiliza a informação cartográfica, tornando-se possível simultaneamente aceder a outras opções, como a introdução de novos níveis de informação, a impressão, a pesquisa avançada, a análise de fluxos e o acesso a informação alfanumérica, esta última subdividida em quatro áreas temáticas, cada uma com informações e funcionalidades distintas.

A primeira área temática oferece cinco opções de pesquisa – populaçãoalvo, resposta social, entidade gestora, unidade geográfica e equipamento social –, passando de imediato a ser possível restringir a informação em função dos objetivos do utilizador.

Após a seleção, por exemplo, de um equipamento social, pode aceder-se a toda a informação generalista disponível, uma vez que se perspetivaram *WEB* forms que reúnem todos os dados a ele respeitante (Figura 2).

A partir deste momento passa a ser possível analisar diversos grupos de informação, tais como o edificado, a conservação, as barreiras arquitetónicas, as acessibilidades, a caracterização dos espaços, a caracterização do material, entre outros.



Figura 2 - Visualização das características de um equipamento social.

Com a escolha de um grupo de informação, por exemplo, a caracterização do material, ficam disponíveis todos os dados referentes aos equipamentos interiores, que integram o material audiovisual e informático, e aos equipamentos exteriores, onde se consideram os equipamentos lúdicos e desportivos.

O modo de utilização pode ser repetido para cada um dos grupos de informação, observando-se ainda a possibilidade de ligação, em alguns, às outras cartas temáticas realizadas para o concelho, nomeadamente a Carta Educativa e a Carta Desportiva.

A segunda área temática permite a criação de gráficos, encontrando-se subdividida em três formas de análise distintas: a primeira referente à população residente, às variações populacionais e às projeções demográficas

até 2021, a segunda relativa às taxas de natalidade e mortalidade e, por último, uma terceira, referente à população utente e em lista de espera. As três opções de pesquisa apresentam graus de desagregação diferenciados. Enquanto nos dois primeiros apenas se consegue desagregar à unidade territorial da freguesia, no último torna-se possível a individualização da resposta social (Figura 3).

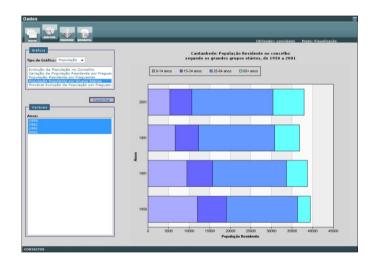


Figura 3 - Construção de gráficos.

Na terceira área temática é possível a construção de pirâmides etárias, as quais apresentam graus de desagregação diferenciados, podendo ser construídas por ano de idade, classe ou mesmo grande grupo etário. Simultaneamente, o utilizador pode ainda efetuar a análise comparativa entre dois momentos, o que permite, por exemplo, conhecer a evolução

populacional do concelho no último período intercensitário ou mesmo no último meio século (Figura 4).

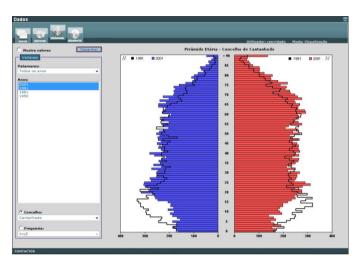


Figura 4 - Construção de pirâmides etárias.

A quarta e última área temática, que é sem dúvida o centro nevrálgico de todo o projeto, possui um conjunto de funcionalidades muito específicas (Figura 5). Através da realização de poderosos filtros alfanuméricos e espaciais torna-se possível a otimização do acesso à informação e a análise interligada de múltiplas temáticas, o que permite, deste modo, a realização de análises dinâmicas.

Qualquer área temática apresenta um conjunto de funcionalidades básicas, como o imprimir e o exportar, quer da informação alfanumérica, quer da informação cartográfica.



Figura 5 - Visualização da informação geográfica.

A construção da plataforma dinâmica obrigou ao recurso a sistemas informáticos que, de forma eficiente, possibilitassem a recolha, armazenamento, validação, atualização, visualização, análise e representação da informação geográfica georreferenciada, só possível através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As aplicações de um SIG encontram-se vocacionadas para o ordenamento e o planeamento do território, uma vez que fornecem coleções atualizadas e sistematizadas de informação geográfica georreferenciada, que apoiam na tomada de decisão, ao permitir assegurar uma maior perceção da realidade do território e, assim, possibilitar uma mais correta utilização dos seus recursos.

O atual estado de desenvolvimento do projeto possibilita ao utilizador – serviços autárquicos ou cidadãos em geral – a utilização, sem dificuldades,

desta ferramenta, mesmo sem conhecimentos básicos dos diferentes softwares utilizados.

O resultado a que se chega é o corolário de um trabalho profundo de diagnóstico das carências e problemáticas sociais existentes, passando os diversos parceiros no sistema social a disporem de um completo e fundamental documento que possibilita a caracterização de toda a rede de serviços e equipamentos sociais.

Mais do que um simples relatório, a metodologia desenvolvida para a elaboração da Carta Social Dinâmica do concelho de Cantanhede pretende que esta se constitua como um instrumento de trabalho por excelência, não só na gestão diária de uma Divisão de Ação Social de um qualquer concelho, como também no processo de ordenamento e planeamento do território, com vista à otimização da gestão territorial.

Parte II | Diagnóstico Social

C. Enquadramento do Concelho



1.1. Localização

O concelho de Cantanhede localiza-se na Região Centro da Beira Litoral (NUT II) e integra a sub-região do Baixo Mondego (NUT III), realizando fronteira com 8 concelhos e com o Oceano Atlântico (Figura 6). A Noroeste o limite é efetuado com o concelho de Mira, a Norte com Vagos e Oliveira do Bairro, a Nordeste com Anadia, a Este com Mealhada, a Sudeste com Coimbra, a Sul com Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, enquanto que a Oeste a fronteira é realizada com o Oceano Atlântico.

O território concelhio, que ocupa uma área de 391 Km², encontra-se dividido administrativamente por 19 freguesias: Ançã, Bolho, Cadima, Camarneira, Cantanhede, Febres, Cordinhã, Corticeiro de Cima, Covões, Murtede, Ourentã, Outil, Pocariça, Portunhos, Sanguinheira, São Caetano, Sepins, Tocha e Vilamar.

1.2. Caracterização Física

Do ponto de vista geomorfológico, o concelho apresenta uma forte componente aplanada, de baixa altitude, característica deste vasto setor do Portugal Central, que resulta, no essencial, do trabalho do mar desde o Pliocénico, cujos vestígios, sob a forma de areias e arenitos, se podem encontrar particularmente no setor ocidental (Figura 7).

A análise dos principais aspetos físicos torna-se imperativa num projeto com estas características, uma vez que da variação da altitude ou do clima dependem um conjunto de fenómenos hidrometeorológicos, que se apresentam como decisivos quer no uso do solo, quer na distribuição do povoamento, anteriormente observado.

As marcas do povoamento e do uso do solo refletem de forma inequívoca o posicionamento do concelho de Cantanhede na designada Orla Mezocenozóica Ocidental, podendo identificar-se três setores de litologia distinta: a Ocidente, a já referida faixa de areias Pliocénicas, a que se associam, por norma, extensas manchas de floresta; a Oriente predominam as argilas e os calcários margosos do Jurássico e Cretácico, nos quais a ocupação preferencial é indubitavelmente a vinha e, por fim, a Sul, dominam os calcários Jurássicos, que apresentam um uso do solo mais variado, embora as espécies arbustivas e alguma floresta deva ser relacionada com este tipo de rocha.

No contexto litológico, não deve deixar de ser referido a importante mancha de areias de praia e de duna, materiais mais recentes, que constituem a base do setor mais ocidental, numa faixa com uma largura compreendida entre os 3 km e os 5 km.

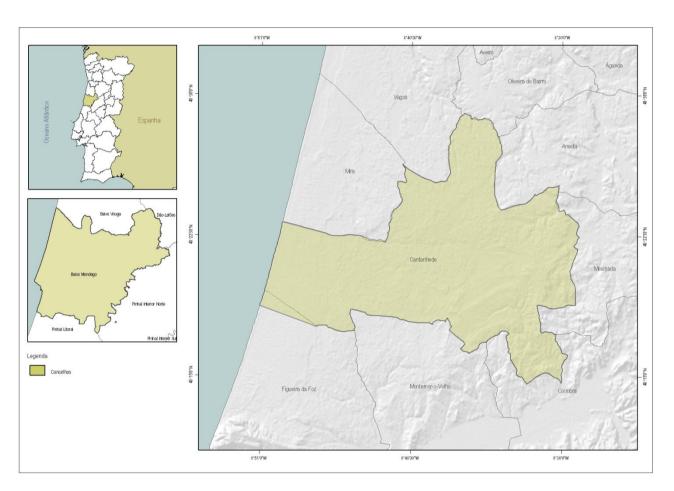


Figura 6 - Enquadramento administrativo do concelho de Cantanhede.

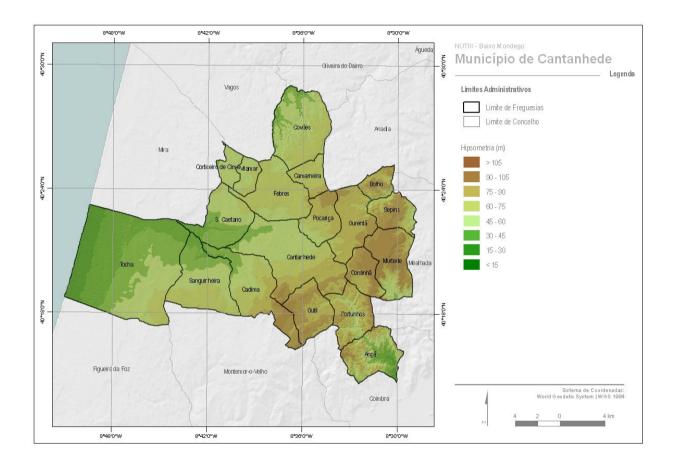


Figura 7 - Hipsometria.

O campo dunar é constituído por dunas NW – SE, de génese Plistocénica e, em especial Holocénica, enquanto que nos materiais mais recentes se encontram os aluviões transportados pelos cursos de água que as atravessam. Numa ligação entre litologia e declives¹, é neste setor do território concelhio que se observam os declives mais baixos, entre os 2º e os 5º. Estas areias dunares originam os regossolos dístricos, ao passo que a área dos conglomerados e grés, normalmente friáveis, é constituída por areias de grão fino, originando os podzóis, solos característicos deste setor da região Centro, correspondentes à designada *Gândara*, que apresenta uma fraça fertilidade.

Os calcários margosos e dolomíticos originam solos argilosos, ou seja, pouco férteis e, por vezes, ainda com calcários. Estes ocupam a parte Sul das freguesias de Cadima e Cantanhede e a faixa ocidental das freguesias de Ourentã e Cordinhã, bem como parte das freguesias de Pocariça, Sepins, Murtede, Bolho, Febres e Covões e praticamente a totalidade das freguesias de Ançã, Portunhos, Outil. Nestas áreas observa-se predominantemente o cultivo da vinha, associada, por vezes à oliveira.

Na parte Norte do designado Planalto de Cantanhede encontram-se manchas liássicas de tufos calcários que são a continuidade para Oeste e Sul de uma faixa central de terrenos argilosos do Jurássico e Cretácico que se estendem de Mogofores (concelho de Anadia) a Murtede e, onde os declives se apresentam, muitas vezes, com valores superiores a 5°. Na verdade, "o Planalto de Cantanhede é um relevo pouco extenso (100 Km²), sendo um dos mais pequenos maciços calcários carsificados do país" (Cunha, 1996).

A Sul do Planalto de Cantanhede, nas pedreiras de Ançã, encontram-se os calcários micríticos e oolíticos do Dogger, afetados por dobramentos, falhas e fraturas, o que favorece a ocorrência de fenómenos cársicos, é também nesta freguesia onde se observam os maiores declives, superiores a 5°.

Reflexo destes fatores, vão observar-se os declives que, como foi referido anteriormente, vão ser predominantemente baixos (Figura 8). Os declives preferenciais, ou seja, os que se situam entre os 0° e os 5°, e que não obrigam a grandes dispêndios financeiros para a edificação de equipamentos, apresentam um peso significativo no contexto do território concelhio (Figura 9).

O declive consiste na inclinação da superfície topográfica relativamente a um plano horizontal, que pode tomar-se decisivo na instalação de novos equipamentos. Aliás, existem mesmo algumas considerações sobre os limiares dos declives e a edificação de infraestruturas. Por norma são considerados declives preferenciais para a instalação de novos equipamentos os declives situados entre os 0º e os 2º (embora, por vezes, deva ser tida em consideração que a drenagem pode observar-se como bastante dificultada). Entre os 2º e os 17º encontram-se os declives que requerem já alguns cuidados, sendo os custos de construção acima do limiar dos 10º inflacionados, por força da necessidade de obras acrescidas, como por exemplo, trabalhos de terraplanagem. Os 17º apresentam-se como o limiar máximo, valor a partir do qual se começam a sentir problemas graves ao nível de movimentos de terreno, facto que motivou mesmo a sua integração em REN.

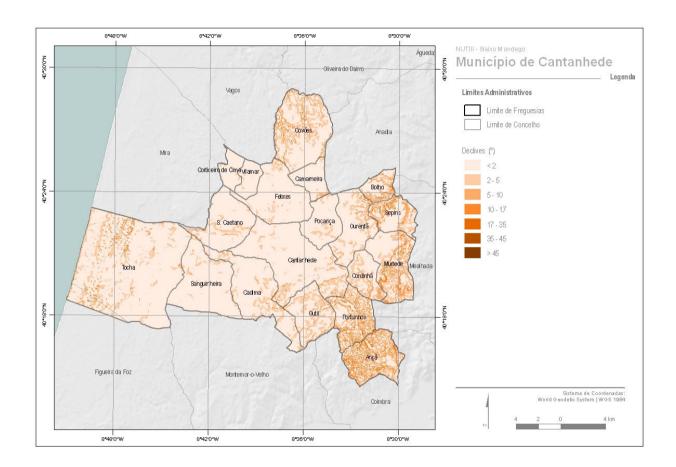


Figura 8 - Declives.

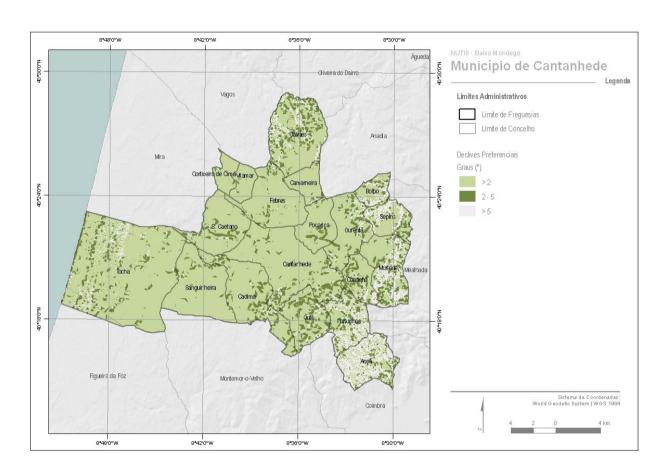


Figura 9 - Declives preferenciais.

Tendo em conta a análise do mapa de declives preferenciais, identifica-se uma área aplanada, na zona central do concelho, com valores próximos dos 100 m. Este setor é marcado por fracos declives, inferiores a 2º, apenas com pequenas zonas de percentagem um pouco mais elevada (entre 2º e 5º).

Os maiores declives ocorrem nos setores mais periféricos do concelho, com principal incidência a Sudeste e a Este (freguesias de Ançã, Portunhos e Murtede) e no extremo Norte do concelho (freguesia de Covões). Nestas áreas concentram-se áreas de declives superiores a 5°.

Quanto às características climáticas do território em análise, a inexistência de uma estação meteorológica em Cantanhede impõe uma abordagem diferente da habitual, realizada com base numa aproximação efetuada através de estações meteorológicas com características altimétricas, topográficas e de proximidade com a linha de costa, muito semelhantes, o que torna possível uma caracterização climática bastante aproximada, mas sempre no quadro regional.

Deste modo, utilizou-se uma triangulação com base nas estações meteorológicas de Dunas de Mira, Montemor-o-Velho e Coimbra/Bencanta, uma vez que, apresentam dados completos, possibilitando uma maior aproximação das características climáticas da área em estudo.

Para a compreensão do ambiente e da paisagem natural e humanizada de uma determinada área, deve efetuar-se o estudo da ocorrência e distribuição local e regional de manifestações médias e extremas dos diferentes fatores climáticos.

Como foi referido anteriormente, o concelho de Cantanhede fica localizado numa área de baixa altitude, e sem observar qualquer obstáculo na deslocação das massas de ar marítimas para Oriente, apresentando um clima

temperado com características mediterrâneas – Verões quentes e secos, luminosidade forte, com grande insolação, sem precipitação ou com valores relativamente baixos e Invernos que se apresentam francamente moderados.

Esta moderação deve-se, no essencial, à influência marítima (proximidade do Oceano Atlântico) que exerce um efeito regulador da atmosfera, desempenhando igualmente, um efeito amenizador do clima de características Mediterrâneas, como uma menor variação da amplitude térmica anual, Invernos mais húmidos e Verões não tão quentes e secos.

Aliás, estas constatações são facilmente observadas através da análise dos gráficos termopluviométricos das estações meteorológicas de Dunas de Mira, Montemor-o-Velho e Coimbra/Bencanta, mostrando claramente a distribuição sazonal dos valores médios, quer de temperatura, quer de precipitação (Figura 10, Figura 11 e Figura 12).

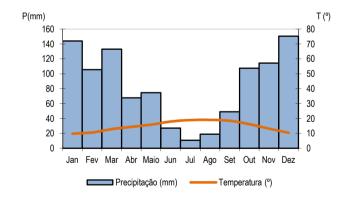


Figura 10 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Dunas de Mira Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

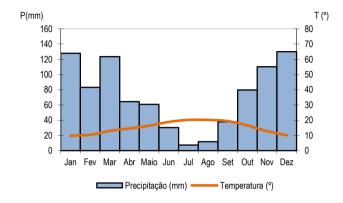


Figura 11 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Montemor-o-Velho.

Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

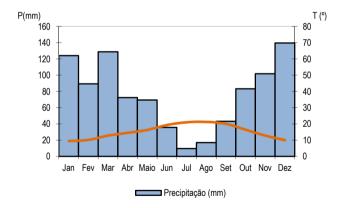


Figura 12 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Coimbra/Bencanta.

Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

O ritmo pluviométrico não é contínuo nem no tempo, nem no espaço, apresentando uma clara variabilidade estacional (cerca de 80% da pluviosidade, regista-se entre os meses de Outubro a Abril), com a existência de uma estação seca de três meses, características, que denunciam a influência mediterrânea.

Os totais de pluviosidade nos diferentes postos rondam os 1000 mm anuais com Montemor-o-Velho e Coimbra/Bencanta a registarem valores inferiores a 950 mm. O mês mais chuvoso era Dezembro, com valores superiores a 130 mm, dos quais deve ser realçado os 150,3 mm observados na estação de Dunas de Mira.

Quanto às temperaturas do litoral Centro Norte, estas vão refletir as características predominantes dos climas de influência mediterrânea, em especial na sua relação com a estação seca (Figura 13, Figura 14 e Figura 15).

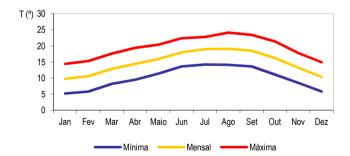


Figura 13 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Dunas de Mira.

Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

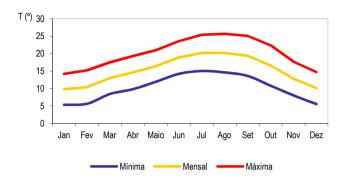


Figura 14 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Montemor-o-Velho.

Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

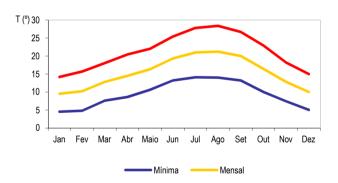


Figura 15 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Coimbra/Bencanta.

Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

Com as temperaturas mais elevadas centradas nos meses de Julho, Agosto e Setembro, e por seu turno, as mais baixas a observarem-se nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, as características amenas do clima por força das massas de ar marítimo provenientes do Atlântico, são facilmente constatáveis.

As temperaturas médias mensais mais elevadas observaram-se geralmente no mês de Agosto, 19,1°C em Dunas de Mira e 21,2°C na estação meteorológica de Coimbra/Bencanta, enquanto que em Montemor-o-Velho se regista uma igual temperatura média nos meses de Julho e Agosto, 20,2°C.

Por seu turno, as temperaturas médias mensais mais baixas observaram-se no mês de Janeiro 9,8°C nas estações meteorológicas de Montemor-o-Velho e Dunas de Mira e de 9.5°C em Coimbra/Bencanta.

Relativamente aos valores médios das temperaturas máximas e mínimas, a relação com os dados anteriores é clara. No entanto, observou-se que as suas diferenciações térmicas vão ser mais significativas, consoante a sua localização. Coimbra/Bencanta apresentou os valores mais extremados com 42,5°C e 4,5°C, ou seja, uma amplitude de 38° C, enquanto que Montemor-o-Velho apresentou um valor de 52,7°C (43,7°C e -9°C).

Em suma, o concelho de Cantanhede caracterizou-se por uma superfície aplanada, sendo marcado pela baixa altitude, encontrando-se grande parte do território concelhio a uma altitude inferior a 75m. Não obstante, a Sudeste, a Este e no extremo Norte do concelho encontram-se altitudes superiores a 105 m, bem como os declives mais acentuados.

Em termos climáticos, Cantanhede integra um conjunto de características que permite afirmar que apresenta um clima temperado com características mediterrâneas – Verões quentes e secos e Invernos moderados.

1.3. Rede de Acessibilidades

O sistema de acessibilidades desempenha um papel determinante na organização do território de um concelho, verificando-se que em torno deste se geram dinâmicas de aglomeração, que criam nalgumas situações, um quadro de cambiantes onde o rural e o urbano se confundem (Figura 16).

O concelho de Cantanhede encontra-se localizado no Centro Litoral Português, apresentando um posicionamento geoestratégico privilegiado, entre as áreas urbanas de Aveiro, a Norte, e Coimbra e Figueira da Foz, a Sul.

As acessibilidades ao concelho assumem-se como um dos principais fatores potenciadores do desenvolvimento, observando-se que o crescimento dos aglomerados urbanos tem ocorrido ao longo dos principais eixos viários.

O concelho de Cantanhede apresenta uma rede viária relativamente bem distribuída pelas 19 freguesias que o constituem. Ainda assim, a integração territorial e regional do concelho parece prejudicada pela ausência de alterações de carácter estruturante, sobretudo nas infraestruturas de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias, que a verificarem-se iriam melhorar a acessibilidade inter-regional do concelho.

Relativamente à rede rodoviária, esta é constituída por vários eixos, cuja relevância é realizada em função da hierarquia (nacional, regional ou municipal) resultante da Rede Rodoviária Nacional, de onde se realçam:

- A1, A17 e A14/IP3, de relevância nacional;
- IC1 (EN109), EN234, EN234-1, EN334, EN335, de relevância regional;
- EM583 e a ER335-1, de relevância municipal.

A A1 e a A14/IP3, que se localizam, respetivamente, no limite Oriental e no limite Sul do concelho, apresentam-se como eixos de importância estratégica no desenvolvimento nacional e regional. A Autoestrada do Norte (A1) representa no quadro rodoviário nacional, o principal eixo de ligação entre Lisboa e Porto, os quais se assumem como os principais pólos de desenvolvimento socioeconómico. Por sua vez, a A14/IP3, a qual apresenta troço de auto de estrada desde o concelho da Figueira da Foz até ao de Coimbra, onde passa a itinerário principal, permite ainda a ligação à A1. O seu tracado Oeste-Este, contribui para uma "aproximação" entre o litoral (Figueira da Foz) e o interior da região centro, oferecendo, deste modo, acessos rápidos à totalidade do território nacional, criando, assim, condições para o desenvolvimento económico deste concelho, como aliás se tem vindo a observar nos tempos mais recentes. Já a A17 (Autoestrada Marinha Grande-Aveiro), com um traçado longitudinal ao setor ocidental do território concelhio, representa à escala regional um eixo fundamental para este setor da faixa litoral da costa ocidental.

Se estes eixos rodoviários evidenciam uma importância nacional, outros eixos rodoviários tem determinado e influenciado, ao longo das últimas décadas, a dinâmica e os fluxos entre o concelho de Cantanhede e os concelhos vizinhos, com os quais mantém relações funcionais.

O IC1 integra a rede viária complementar, estabelecendo a ligação do concelho com os centros urbanos de influência municipal ou supramunicipal, nomeadamente Aveiro, Figueira da Foz e Leiria, atravessando o concelho com uma direção aproximadamente Norte-Sul, servindo sobretudo o setor ocidental e particularmente a freguesia da Tocha.

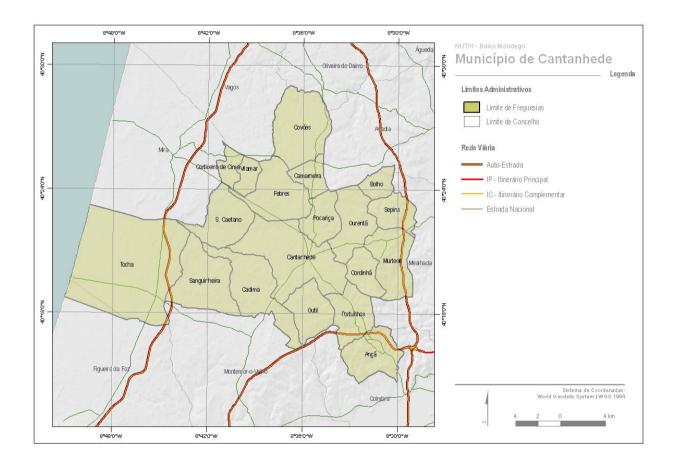


Figura 16 - Rede de acessibilidades.

A EN234 funcionou, desde sempre, como o principal acesso entre Mira, Cantanhede e Mealhada e, ao atravessar transversalmente o território concelhio, é um elo fundamental de ligação entre a sede de concelho e as freguesias de São Caetano, Corticeiro de Cima, Vilamar, Febres, Ourentã, Murtede e Sepins. De importância significativa é também a variante EN234-1, ao efetuar a ligação com a freguesia de Ançã, seguindo depois para o concelho de Coimbra, através da Geria, assegurando as ligações diárias entre Cantanhede e Coimbra.

A EN334 estabelece a ligação entre Cantanhede e os concelhos vizinhos de Mira e Anadia, sendo também fundamental na ligação entre as freguesias de Corticeiro, Febres, Covões e Camarneira.

Quanto à EN335 que atravessa o concelho com uma direção aproximada Norte-Sul, efetua a ligação aos concelhos de Anadia e Montemor-o-Velho, desempenhando um papel importante na ligação das freguesias de Cadima, Cantanhede, Pocariça, Camarneira e Covões. De referir ainda a variante recente, designadamente a ER335-1 (Via Regional Cantanhede-Tocha), com importância nos acessos à freguesia da Tocha, na medida em que assegura a fluidez de tráfego entre Cantanhede e a Vila da Tocha, bem como entre os dois maiores corredores rodoviários nacionais (A1 e a A17).

Do que se expôs torna-se evidente que as vias que efetuam as ligações intermunicipais assumem-se também como elos fundamentais entre a freguesia sede de concelho e as restantes freguesias, o que é facilmente observado pelo desenvolvimento de alguns lugares sede de freguesia.

Analisando as acessibilidades das diferentes freguesias à sede de concelho observa-se uma clara hierarquização, verificando-se uma oposição entre as freguesias contíguas à freguesia sede de concelho e servidas pela EN234

que liga Mira a Coimbra, e as freguesias do setor Sudoeste, onde se destaca a freguesia da Tocha e a ligação fundamental entre o Norte e o Sul do país (IC1/EN109), aqui muito por força das dinâmicas socioeconómicas dos diferentes setores.

No que diz respeito ao setor mais próximo da linha de costa (freguesia da Tocha), predominam ecossistemas de interesse natural (sistemas dunares e praias), facto que parece ser responsável por uma rede viária menos densa, assente, por vezes, em caminhos florestais.

Em termos globais, pode concluir-se que todas as freguesias dispõem de boas acessibilidades rodoviárias, quer à sede de concelho, quer aos concelhos limítrofes contudo, devem ser referidas algumas insuficiências por parte da rede de transportes públicos.

1.4. Evolução do Construído

Uma Carta Social não pode deixar de abordar a questão da evolução do construído, sobretudo porque os aglomerados populacionais se relacionam direta ou indiretamente com os diferentes equipamentos coletivos.

Para esta análise foram utilizados dois momentos: as cartas militares dos finais da década de 40 e os ortofotomapas de 2003. A análise da evolução do construído, com um espaçamento de meio século, permite uma melhor compreensão da intervenção antrópica na modificação do uso do solo, das tendências e dos fatores condicionantes do crescimento, em particular, nos setores mais urbanos (Figura 17).

O concelho de Cantanhede, como foi referido anteriormente, é um dos três mais populosos da Sub-região do Baixo Mondego, apresentando uma distribuição populacional bastante heterogénea, que se traduz numa

polarização da população residente na freguesia sede de concelho. Recorrendo à Tipologia das Áreas Urbanas², apresentada pelo INE, é possível considerar o concelho de Cantanhede como sendo medianamente urbano, dado que apenas as freguesias de Cadima, Cantanhede e Febres são consideradas predominantemente urbanas, as freguesias de Ançã, Bolho, Cordinhã, Corticeiro de Cima, Sepins, Tocha e Vilamar se apresentam como áreas medianamente urbanas, enquanto que as restantes freguesias, no entendimento do INE, são consideradas áreas predominantemente rurais.

Através da observação da Ocupação do Solo pode-se constatar que as "Áreas Florestais" – onde se salienta a presença de Pinheiro Bravo - e as "Áreas Agrícolas" – na qual se destaca a vinha - ocupam cerca de 91% do território concelhio, respetivamente 53% e 38%, enquanto que o "Espaço Urbano" representa apenas 4% (Figura 18).

Os restantes 5% são referentes aos "Meios Seminaturais" (4%) — onde predominam as áreas ocupadas por vegetação arbustiva — e os "Outros Espaços Artificiais" (1%), sendo que as "Superfícies Com Água" apresentam uma taxa de ocupação extremamente baixa (0,09%).

Integram as Áreas Mediamente Urbanas (AMU) as seguintes situações:

Freguesias semiurbanas não incluídas na área predominantemente urbana;

Freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

Integram as Áreas Predominantemente Rurais (APR) os restantes casos.

A evolução da distribuição do povoamento denota um crescimento associado a localizações preferenciais em função da rede viária, o que se pode observar essencialmente ao longo EN234, que ao atravessar transversalmente o território concelhio, é um eixo de ligação fundamental entre a sede de concelho e as freguesias de São Caetano, Corticeiro de Cima, Vilamar, Febres, Ourentã, Murtede e Sepins. Em termos de padrão territorial, no passado verificava-se uma nítida concentração do povoamento em torno dos lugares sede de freguesia, enquanto que, nos tempos mais recentes, tem-se vindo a observar uma dispersão das construções humanas no território concelhio, não sendo possível em muitas situações identificar núcleos habitacionais, mas sim contínuos de construção.

Ainda assim, associado às dinâmicas socioeconómicas recentes, destacase a importância que têm vindo a assumir, em termos de concentração do edificado, as freguesias de Cantanhede e Tocha, o que se justifica, por se tratar da freguesia sede de concelho e pela boa acessibilidade e do crescente investimento imobiliário associado à atividade turística, no caso da Tocha. Para os períodos em análise será de destacar o crescimento do edificado, principalmente nas freguesias de Cantanhede, Febres, Tocha e Ançã, o que se traduziu num reforço do padrão territorial com concentração nas áreas mais populosas e dispersão nas restantes áreas. Ançã, em virtude de um crescimento populacional acentuado e da proximidade a Coimbra, reforçada pela melhoria das acessibilidades com a abertura do nó de acesso à A14, poderá contribuir para alterações na procura escolar a curto prazo.

² Integram as Áreas Predominantemente Urbanas (APU) as seguintes situações: Frequesias urbanas;

Freguesias semiurbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

Freguesias semiurbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento:

Freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5 000 habitantes.

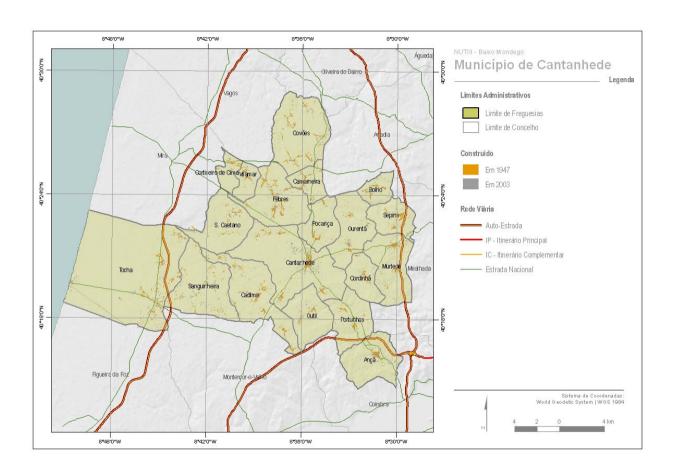


Figura 17 - Evolução do construído no concelho de Cantanhede.

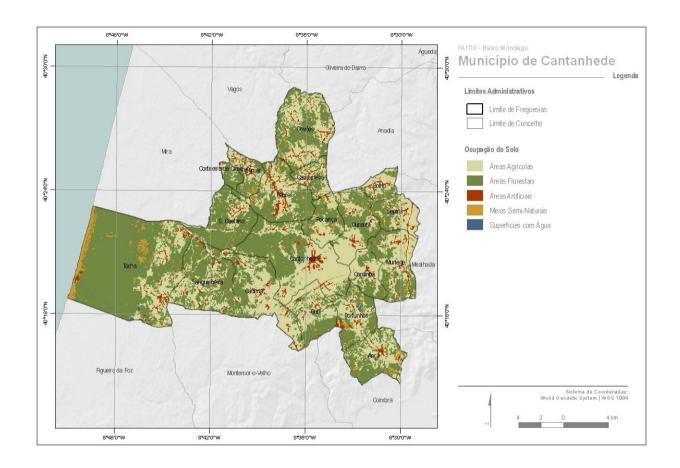


Figura 18 - Carta de ocupação do solo do concelho de Cantanhede.

Fonte - Centro Nacional de Informação Geográfica.

2

DEMOGRAFIA

O concelho de Cantanhede é um dos 10 concelhos da Sub-região do Baixo Mondego. Apresenta uma localização privilegiada no Centro Litoral entre as principais áreas urbanas (Aveiro a norte, Coimbra e Figueira da Foz a sul) com as quais mantém fortes relações funcionais (mais expressivas no caso de Coimbra e Figueira da Foz). Por outro lado, este concelho insere-se num território (Centro Litoral) que apresenta uma forte dinâmica quer em termos populacionais, com acréscimos expressivos de população residente na década de 90, quer económicos, com predomínio de atividades terciárias a que acrescem, no caso dos concelhos da Sub-região do Baixo Vouga, também as industriais.

As características associadas ao quadro natural (rocha e solos), a proximidade da costa (na freguesia da Tocha encontram-se algumas das praias mais procuradas do Centro Litoral - Praia da Tocha), a localização no seio de uma área dinâmica em termos de atividades (agricultura e criação de gado, indústria e serviços) e as relações funcionais que se observam entre os diversos concelhos deste território litoral, ajudam a compreender a evolução demográfica e económica recente no concelho, tal como mostram os dados do recenseamento da população relativos a 2011.

Efetivamente, predominam as atividades relacionadas com o terciário (65,5% dos ativos em 2011, valor superior ao observado no ano de 2001). No mesmo período o setor secundário registou um decréscimo (de 35,0% em 2001 para 29,2% em 2011), e o setor primário apresentou um decréscimo mais expressivo (de 13,1% para 5,3%), no quadro de um decréscimo populacional no concelho.

2.1. Evolução e distribuição da população residente

Cantanhede, com os seus 36595 habitantes (dados de 2011), apresenta-se como sendo o terceiro concelho mais populoso da Sub-região do Baixo Mondego. No contexto destes territórios só os concelhos que apresentam uma cidade (Coimbra e Figueira da Foz) apresentam um número de residentes mais elevado (143396 e 62125, respetivamente).

Esta relação é semelhante à registada 10 anos antes aquando da realização do recenseamento populacional, sendo de destacar, no entanto, uma tendência no sentido de um aumento do peso populacional, considerando o referencial Baixo Mondego, nos concelhos de Condeixa-a-Nova e Figueira da Foz, de 4,5% para 5,1% e de 18,4% para 18,7%, respetivamente.

No caso de Cantanhede, se no período 1991-2001 apresentou um acréscimo de 2,1% de população residente, na última década esta tendência foi invertida, observando-se uma diminuição de 3,5% dos residentes.

Acrescenta-se ainda que na última década ocorreu uma ligeira perda relativa de importância no contexto do Baixo Mondego, uma vez que passou a representar respetivamente 11,0% do total populacional quando 10 anos antes representava 11,1%. Mas, sublinha-se o facto de continuar a ser o terceiro concelho mais populoso desta área.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas 19 freguesias que integram, na atualidade, o concelho de Cantanhede permite distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos 10 anos mais recentes (Quadro 2, Figura 19 e Figura 20).

Quadro 2 - População residente, de 1991 a 2011.

Francisa	199	91	200	01	20	11
Freguesias	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ançã	2387	6,4	2579	6,8	2625	7,2
Bolho	946	2,5	943	2,5	848	2,3
Cadima	3254	8,8	3216	8,5	2963	8,1
Camarneira	579	1,6	870	2,3	824	2,3
Cantanhede	6322	17,0	7066	18,6	7738	21,1
Cordinhã	1133	3,1	1141	3,0	1034	2,8
Corticeiro de Cima	838	2,3	858	2,3	721	2,0
Covões	3332	9,0	2468	6,5	2155	5,9
Febres	3159	8,5	3594	9,5	3352	9,2
Murtede	1606	4,3	1530	4,0	1431	3,9
Ourentã	1427	3,8	1310	3,5	1208	3,3
Outil	908	2,4	865	2,3	858	2,3
Pocariça	1156	3,1	1163	3,1	1101	3,0
Portunhos	1194	3,2	1228	3,2	1187	3,2
Sanguinheira	2169	5,8	2158	5,7	1901	5,2
São Caetano	932	2,5	935	2,5	801	2,2
Sepins	1276	3,4	1200	3,2	1076	2,9
Tocha	4369	11,8	4016	10,6	3992	10,9
Vilamar	732	2,0	770	2,0	780	2,1
Total	37140	100	37910	100	36595	100

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

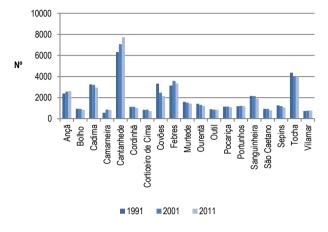


Figura 19 - População residente, de 1991 a 2011.

A freguesia sede de concelho (Cantanhede) assume-se, no período em análise, sempre como a mais populosa, distinguindo-se claramente das restantes. Com efeito, sendo a evolução da população diferenciada nas 19 freguesias desde 2001, e apesar de se verificar um acréscimo de população em 3 das 19 freguesias do concelho, a freguesia sede de concelho representava 21,1% da população residente em 2011, a que correspondiam 7738 habitantes. Por comparação, em 1991, o total de residentes era de 6322 e o peso relativo de 17,0%.

Um segundo grupo é formado pelas freguesias da Tocha, Febres e Cadima, contíguas à freguesia de Cantanhede. Estas freguesias representavam, em 2011, cerca de 28,2% dos residentes, num total de 10307 habitantes (3992, 3352 e 2963 residentes, respetivamente).

As freguesias de Ançã, Covões e Sanguinheira constituem um terceiro grupo com pesos populacionais relativos semelhantes. Com efeito, representam 18,3% dos residentes, a que correspondem respetivamente 2625, 2155 e 1901 indivíduos.

Um quarto grupo é constituído pelas freguesias de Murtede, Ourentã, Portunhos, Pocariça, Sepins e Cordinhã, representando 19,2% da população residente no concelho (1431, 1208, 1187, 1101, 1076 e 1034 habitantes, respetivamente).

Por fim, as freguesias de Outil, Bolho, Camarneira, São Caetano, Vilamar, Corticeiro de Cima e, com pesos populacionais mais reduzidos, representam 13,2% dos residentes, a que correspondem 858, 848, 824, 801, 780 e 721 indivíduos, respetivamente.

Regista-se, assim, um padrão territorial polarizado sobretudo pela freguesia sede de concelho e pelas freguesias contíguas de Febres e Covões a norte, Cadima e Ançã a sul e Sanguinheira e Tocha a oeste. Se no caso das

freguesias de Febres, Cadima e Covões os maiores quantitativos populacionais descritos parecem capitalizar as vantagens da posição privilegiada à sede de concelho, no caso da freguesia de Sanguinheira, pela proximidade, quer a Cantanhede quer à Tocha, beneficia duplamente da localização. Se de uma forma global as relações funcionais a Coimbra são evidentes, Ançã, tendo em atenção a localização e a acessibilidade a Coimbra (reforçada pela A14), tem motivado uma procura crescente de habitação em função dos valores praticados na maior cidade do Centro do país.

Na análise dos dados relativos a 1991 e 2001 esta repartição da população era já evidente, devendo ter-se em atenção o facto da criação de Camarneira ser posterior a 1991. Mas, é sobretudo a partir de 1991 que a sede de concelho se assume como o principal pólo de atração da população, facto que deve ser entendido no quadro da evolução da população num tempo mais longo em que a emigração se refletiu numa perda populacional generalizada até aos anos oitenta e da dinâmica económica recente em resultado das recursos locais e da política da autarquia para proporcionar condições à fixação de investimentos.

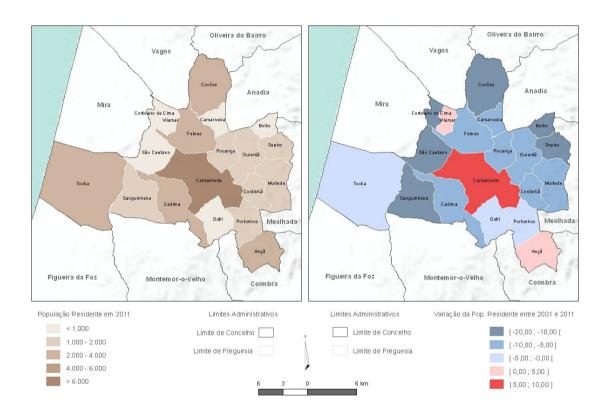


Figura 20 - População residente em 2011 e variação populacional entre 2001 e 2011.

Apresentando o Baixo Mondego uma repartição desigual da população por concelho, também no caso de Cantanhede se verifica uma oposição entre as freguesias contíguas à sede de concelho e servidas pelas EN 234, EN 234-1 e A14 que ligam Mira a Coimbra, as freguesias da metade sul/oeste, onde se destaca a Tocha e a ligação fundamental entre o Norte e o Sul do País (A17 e EN 109) e as restantes freguesias tendo em atenção os quantitativos populacionais. Mas, globalmente todas as freguesias deste concelho beneficiam da localização e posição privilegiadas no contexto do território do Centro Litoral.

A consideração para o concelho de Cantanhede dos valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita igualmente algumas reflexões sobre as características do território (Quadro 3 e Figura 21).

Quadro 3 - Evolução da população residente e variação populacional no concelho, de 1950 a 2011.

Anos	População residente	Variação populacional (%)
1950	39472	-
1960	41303	4,64
1970	39050	-5,45
1981	38717	-0,85
1991	37140	-4,07
2001	37910	2,07
2011	36595	-3,47

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1950, 1960 e 1970; Recenseamento da População e Habitação 1981; Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

Uma primeira ideia decorre do facto de, não obstante a sua posição privilegiada entre as áreas urbanas e industrializadas do Baixo Vouga e das

cidades de Coimbra e Figueira da Foz ocorreu, entre 1950 e 2011, um decréscimo populacional com significado no contexto do concelho.

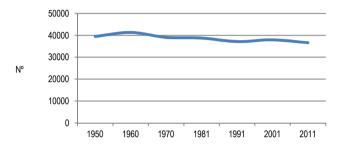


Figura 21 - Evolução da população residente, de 1950 a 2011.

Efetivamente, entre1950 e 2011 o concelho perdeu 2877 habitantes (-7,3%), uma vez que este território foi, no passado recente, um foco emissor importante de emigrantes.

No entanto este decréscimo não se fez de forma contínua. Entre 1950 e 1960 ocorreu um acréscimo de residentes (1831 habitantes, correspondendo a 4,64%). Entre 1960 e 1991 a tendência foi no sentido de um decréscimo contínuo de população residente (-4163 habitantes, correspondendo a -10,1%). Esta perda populacional deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos sessenta do século XX.

Na década seguinte, a tendência foi invertida, observando-se um ligeiro acréscimo populacional de 2,07% (770 habitantes). Para a década mais recente observou-se uma perda de residentes (-3,47%, correspondendo a - 1315 habitantes), acompanhando a tendência generalizada de decréscimo populacional na sub-região do Baixo Mondego.

Globalmente, entre 1991 e 2011, o concelho registou uma quebra populacional de cerca de 1,5% com uma diminuição de 545 habitantes (de 37140 residentes para 36595).

As 19 freguesias que constituem o concelho apresentam, nas últimas duas décadas do século XX, dinâmicas demográficas distintas (Quadro 4 e Figura 22).

Quadro 4 - Variação da população residente, entre 1991 e 2011.

Eroguasias	1991	-2001	2001	-2011	1991	-2011
Freguesias	Nº	%	N٥	%	N٥	%
Ançã	192	8,04	46	1,78	238	9,97
Bolho	-3	-0,32	-95	-10,07	-98	-10,36
Cadima	-38	-1,17	-253	-7,87	-291	-8,94
Camarneira	291	50,26	-46	-5,29	245	42,31
Cantanhede	744	11,77	672	9,51	1416	22,40
Cordinhã	8	0,71	-107	-9,38	-99	-8,74
Corticeiro de Cima	20	2,39	-137	-15,97	-117	-13,96
Covões	-285	-10,35	-313	-12,68	-598	-21,72
Febres	435	13,77	-242	-6,73	193	6,11
Murtede	-76	-4,73	-99	-6,47	-175	-10,90
Ourentã	-117	-8,20	-102	-7,79	-219	-15,35
Outil	-43	-4,74	-7	-0,81	-50	-5,51
Pocariça	7	0,61	-62	-5,33	-55	-4,76
Portunhos	34	2,85	-41	-3,34	-7	-0,59
Sanguinheira	-11	-0,51	-257	-11,91	-268	-12,36
São Caetano	3	0,32	-134	-14,33	-131	-14,06
Sepins	-76	-5,96	-124	-10,33	-200	-15,67
Tocha	-353	-8,08	-24	-0,60	-377	-8,63
Vilamar	38	5,19	10	1,30	48	6,56
Total	770	2,07	-1315	-3,47	-545	-1,47

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

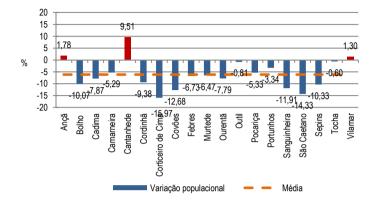


Figura 22 - Variação da população residente, entre 1991 e 2001.

Se entre 1991 e 2001 ocorreu um acréscimo populacional no concelho, onde dez das 19 freguesias registaram um aumento de residentes, na década seguinte ocorreu um decréscimo com algum significado no concelho.

Neste período apenas três freguesias registaram um aumento de residentes, designadamente as freguesias de Cantanhede (672 habitantes, correspondendo a 9,51%), Ançã (46 habitantes, correspondendo a 1,78%) e Vilamar (10 habitantes, correspondendo a 1,30%).

Por outro lado, as restantes freguesias registaram um decréscimo de população residente, sendo que as diminuições foram mais expressivas nas freguesias de Corticeiro de Cima, São Caetano e Covões (-15,97%, -14,33% e -12,68%, correspondendo a -137, -134 e -313 habitantes).

Tendo em consideração as freguesias que apresentam os maiores quantitativos populacionais, verifica-se que Tocha, Febres e Cadima

registaram um decréscimo populacional na última década (-24, -242 e -253 habitantes, correspondendo a -0,60%, -6,73% e 7,87%, respetivamente).

Assim, o dispositivo territorial expressa um nítido fenómeno de concentração da população na sede de concelho e nas freguesias de Tocha, Febres e Cadima, sendo que, à exceção da freguesia de Cantanhede, estas registaram uma perda de população residente na última década.

2.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório

As variações observadas na população do concelho e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos sociais se torna elemento fundamental e, por outro, o saldo migratório, que no contexto da atual conjuntura se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da natalidade entre 1991 e 2011 para o concelho de Cantanhede revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Quadro 5).

A consideração do número de nados-vivos mostra, no entanto, uma tendência geral que se expressa num número de nascimentos anual superior às três centenas na década de 90. No ano de 1994 o número de nascimentos foi de 292, ligeiramente inferior à tendência descrita, o mesmo ocorrendo nos anos mais recentes de 2006 e 2010, onde foram registados 292 e 240 nascimentos, respetivamente.

Considerando os restantes anos, em 1997 e 1998 registam-se os valores mais expressivos do período considerado (363 e 350 nascimentos, respetivamente). Para os anos mais recentes observa-se um aumento no número de nascimentos (de 240 nados-vivos em 2010 para 297 em 2011).

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de oscilação, ora com pequenas subidas ora com decréscimos entre 1991 e 2011. Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida na década de 90 indica um decréscimo da taxa de natalidade entre 1991 e 1992 (de 9,53‰ para 8,58‰) e entre 1993 e 1994 (de 9,12‰ para 7,89‰), uma recuperação até 1998 (9,42‰), nova diminuição que parece traduzir uma tendência a partir deste ano e que se traduz, em 2006, numa taxa de natalidade de apenas 7,51‰. A partir deste ano observa-se uma diminuição nos valores, registando-se no ano de 2010 uma taxa de natalidade de 6,18‰. Para o ano mais recente a taxa de natalidade foi de 8,12‰.

Destaca-se o facto dos valores da taxa de natalidade serem sempre inferiores a 10,00% e inferiores, como veremos, aos valores da taxa de mortalidade (que apresenta resultados entre 10,00% e 13,00%).

A análise da evolução no mesmo período de tempo do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo os valores durante a década de 90 superiores às quatro centenas (Quadro 6). Este número só é inferior no ano de 1994 (377 óbitos), aproximando-se mesmo das cinco centenas em 1995 (473 óbitos) e em 1999 (472 óbitos). Nos anos mais recentes o número de óbitos parece evidenciar uma tendência no sentido de um certo decréscimo, passando dos 452 óbitos em 2010 para 417 óbitos em 2011.

Quadro 5 - Nados-vivos, de 1991 a 2011.

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Ançã	19	28	27	20	22	22	26	33	26	19	25	18	30	17	25	15	19	23	13	19	14	460
Bolho	6	10	9	7	8	10	13	3	10	11	4	4	4	7	6	5	5	2	7	3	4	138
Cadima	32	27	28	26	27	29	31	29	34	28	27	26	22	26	23	21	24	26	20	15	25	546
Camarneira	0	0	1	2	9	4	2	7	8	7	3	2	6	3	8	5	6	4	6	4	10	97
Cantanhede	60	49	65	59	57	63	94	67	62	91	92	84	94	85	77	90	83	99	84	75	90	1620
Cordinhã	9	16	8	11	7	6	9	11	10	9	7	4	9	10	3	5	15	8	8	5	14	184
Corticeiro de Cima	11	9	13	8	7	6	9	10	7	6	5	8	5	2	10	9	4	3	8	3	9	152
Covões	24	26	35	32	18	24	22	23	16	16	13	11	17	9	15	13	9	6	13	7	14	363
Febres	45	30	43	21	33	39	31	40	34	30	34	39	23	27	35	32	25	26	37	23	24	671
Murtede	14	15	9	7	16	13	8	19	5	9	7	9	13	14	14	8	5	4	8	7	7	211
Ourentã	6	12	8	8	9	6	10	13	15	10	13	7	10	7	13	7	6	7	6	9	8	190
Outil	7	8	5	9	5	4	3	6	5	6	6	4	5	7	9	8	6	7	9	5	6	130
Pocariça	18	8	10	13	4	12	12	10	8	7	7	10	12	9	9	5	6	5	7	7	6	185
Portunhos	4	11	4	6	10	6	12	8	10	13	10	16	8	11	11	8	7	7	8	12	8	190
Sanguinheira	29	19	22	18	15	20	20	17	15	19	11	21	11	20	16	11	17	20	11	7	19	358
São Caetano	9	6	0	3	10	5	4	11	6	4	4	5	7	3	5	8	8	3	6	7	2	116
Sepins	15	9	16	7	18	7	12	13	13	12	9	13	7	6	8	6	10	11	7	5	2	206
Tocha	37	31	30	28	31	26	37	26	39	30	24	20	26	36	26	31	37	31	35	25	28	634
Vilamar	10	5	5	7	7	9	8	4	2	7	7	2	12	4	9	5	4	4	12	2	7	132
Total	355	319	338	292	313	311	363	317	325	334	308	303	321	303	322	292	296	296	305	240	297	6550

Quadro 6 - Óbitos, de 1991 a 2011.

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Ançã	16	29	31	30	39	28	25	22	34	24	31	22	25	21	23	20	23	19	25	19	38	544
Bolho	8	16	12	6	19	13	10	13	9	12	17	10	10	16	14	8	16	7	9	11	6	242
Cadima	25	39	37	26	35	40	36	35	31	38	31	29	39	35	42	40	28	46	40	39	25	736
Camarneira	0	0	4	7	11	14	6	7	16	9	12	14	7	11	6	6	8	10	7	8	16	179
Cantanhede	57	68	75	57	76	68	74	68	74	65	78	63	69	65	82	94	78	85	72	69	79	1516
Cordinhã	10	11	8	14	14	14	11	13	19	14	13	12	14	19	9	11	14	10	17	14	10	271
Corticeiro de Cima	5	6	5	9	13	10	5	6	10	15	8	16	11	16	8	7	18	12	11	8	11	210
Covões	51	45	42	43	33	32	36	31	50	45	31	37	28	25	39	37	33	39	37	41	31	786
Febres	50	42	40	33	42	40	39	44	45	38	41	36	44	41	40	30	30	37	43	37	47	839
Murtede	23	26	13	20	21	21	23	13	13	15	22	14	14	18	27	24	21	18	21	29	19	415
Ourentã	11	6	8	11	21	14	18	15	23	18	14	10	14	18	12	12	12	16	15	13	10	291
Outil	7	9	10	3	13	7	7	8	15	8	10	7	10	11	10	13	12	9	12	6	13	200
Pocariça	18	10	10	21	11	11	11	13	8	13	15	12	13	8	6	14	12	8	12	13	5	244
Portunhos	27	24	20	17	22	24	17	19	21	16	16	18	29	18	13	19	19	19	18	22	13	411
Sanguinheira	29	20	16	21	16	18	23	22	20	17	15	9	29	21	11	32	21	14	16	18	18	406
São Caetano	8	9	10	5	7	8	8	6	16	10	10	11	18	10	15	14	11	17	10	18	13	234
Sepins	17	18	27	2	16	17	8	7	11	11	19	16	10	18	8	10	12	13	9	13	16	278
Tocha	45	48	61	45	50	61	39	56	45	58	54	62	54	48	46	48	54	48	49	64	41	1076
Vilamar	6	5	8	7	14	12	9	13	12	13	17	12	13	9	13	14	12	18	8	10	6	231
Total	413	431	437	377	473	452	405	411	472	439	454	410	451	428	424	453	434	445	431	452	417	9109

A taxa de mortalidade apresenta, assim, entre 1991 e 2011 uma evolução com oscilações, sendo que até 1993 os valores de mortalidade sofreram um ligeiro acréscimo (de 11,12‰ para 11,79‰), uma quebra em 1994 (10,18‰) e novo aumento em 1995 para 12,81‰. Esta descrição revela o comportamento irregular da taxa de mortalidade na primeira metade dos anos 90, tendência que também se regista na segunda metade desta década. Mas, se até ao ano de 1999 se observa uma aumento da taxa de mortalidade apresentando um

dos valores mais elevado do período (12,68‰), a partir de 2000 os dados revelam uma evolução que materializa uma quebra desta taxa, uma vez que o valor relativo a 2007 é dos mais baixos de todo o período (10,40‰).

O facto de a natalidade apresentar continuamente valores inferiores aos registados pela mortalidade, traduz-se num crescimento natural negativo no período analisado (Quadro 7 e Figura 23).

Quadro 7 - Dinâmica natural, de 1991 a 2011.

And	os Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
199	355	9,56	413	11,12	-58	-1,56
199	92 319	8,58	431	11,59	-112	-3,01
199	93 338	9,12	437	11,79	-99	-2,67
199	94 292	7,89	377	10,18	-85	-2,30
199	95 313	8,47	473	12,81	-160	-4,33
199	96 311	8,43	452	12,25	-141	-3,82
199	97 363	9,84	405	10,98	-42	-1,14
199	98 317	8,53	411	11,06	-94	-2,53
199	99 325	8,73	472	12,68	-147	-3,95
200	334	8,93	439	11,74	-105	-2,81
200	308	8,12	454	11,98	-146	-3,85
200	303	7,97	410	10,78	-107	-2,81
200	03 321	8,37	451	11,76	-130	-3,39
200	303	7,85	428	11,09	-125	-3,24
200	05 322	8,30	424	10,93	-102	-2,63
200	06 292	7,51	453	11,66	-161	-4,14
200	07 296	7,60	434	11,15	-138	-3,54
200	296	7,61	445	11,43	-149	-3,83
200	09 305	7,83	431	11,06	-126	-3,23
201	10 240	6,18	452	11,64	-212	-5,46
201	11 297	8,12	417	11,39	-120	-3,28
			Fonte: II	NF		

A perda populacional com maior significado ocorre em meados da década de 90, com valores com algum significado, destacando-se contudo uma inversão desta tendência nos últimos anos desta década, apesar de os valores de crescimento natural continuarem a ser negativos (em torno aos 3,00‰). Para o ano mais recente o crescimento natural foi de -3,28‰.

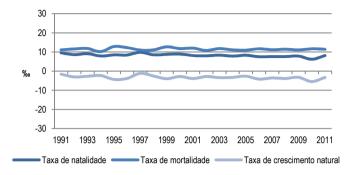


Figura 23 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de1991 a 2011.

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no concelho de Cantanhede indiciava estas tendências ao nível da dinâmica natural da população, ao mesmo tempo que permite também pensar que algumas freguesias terão comportamentos diferentes que traduzirão algum poder de atração sobre populações exógenas (Quadro 8 e Figura 24).

Assim, considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2011, o crescimento natural negativo na maior parte das freguesias do concelho. Apenas as freguesias de Cantanhede, Cordinhã, Pocariça, Sanguinheira e Vilamar registam taxas de crescimento natural positivas (1,42%, 3,87%, 0,91%, 0,53%, 1,28%).

As freguesias de São Caetano e Sepins registam taxas de crescimento natural mais desfavoráveis (-13,73% e 13,01%).

Quadro 8 - Dinâmica natural, em 2001 e 2011.

				2001						2011		
Freguesias	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
	Nº	‰	Nº	‰	N°	‰	Nº	‰	Nº	‰	Nº	‰
Ançã	25	9,69	31	12,02	-6	-2,33	14	5,33	38	14,48	-24	-9,14
Bolho	4	4,24	17	18,03	-13	-13,79	4	4,72	6	7,08	-2	-2,36
Cadima	27	8,40	31	9,64	-4	-1,24	25	8,44	25	8,44	0	0,00
Camarneira	3	3,45	12	13,79	-9	-10,34	10	12,14	16	19,42	-6	-7,28
Cantanhede	92	13,02	78	11,04	14	1,98	90	11,63	79	10,21	11	1,42
Cordinhã	7	6,13	13	11,39	-6	-5,26	14	13,54	10	9,67	4	3,87
Corticeiro de Cima	5	5,83	8	9,32	-3	-3,50	9	12,48	11	15,26	-2	-2,77
Covões	13	5,27	31	12,56	-18	-7,29	14	6,50	31	14,39	-17	-7,89
Febres	34	9,46	41	11,41	-7	-1,95	24	7,16	47	14,02	-23	-6,86
Murtede	7	4,58	22	14,38	-15	-9,80	7	4,89	19	13,28	-12	-8,39
Ourentã	13	9,92	14	10,69	-1	-0,76	8	6,62	10	8,28	-2	-1,66
Outil	6	6,94	10	11,56	-4	-4,62	6	6,99	13	15,15	-7	-8,16
Pocariça	7	6,02	15	12,90	-8	-6,88	6	5,45	5	4,54	1	0,91
Portunhos	10	8,14	16	13,03	-6	-4,89	8	6,74	13	10,95	-5	-4,21
Sanguinheira	11	5,10	15	6,95	-4	-1,85	19	9,99	18	9,47	1	0,53
São Caetano	4	4,28	10	10,70	-6	-6,42	2	2,50	13	16,23	-11	-13,73
Sepins	9	7,50	19	15,83	-10	-8,33	2	1,86	16	14,87	-14	-13,01
Tocha	24	5,98	54	13,45	-30	-7,47	28	7,01	41	10,27	-13	-3,26
Vilamar	7	9,09	17	22,08	-10	-12,99	7	8,97	6	7,69	1	1,28
Total	308	8,12	454	11,98	-146	-3,85	297	8,12	417	11,39	-120	-3,28

As restantes freguesias apresentam um crescimento natural ligeiramente negativo (entre -2 e -24 indivíduos). Em 2001, por comparação, apenas a freguesia de Cantanhede registou uma taxa de crescimento natural positiva.

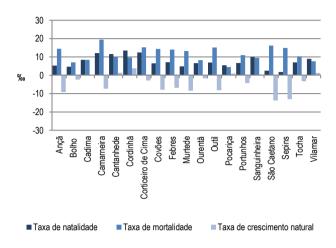


Figura 24 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, em 2011.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do concelho e do território.

A consideração da dinâmica das migrações totais para o concelho de Cantanhede para o período de 2001 a 2011 vem reforçar o cenário identificado de evolução positiva da população nas freguesias que revelam maior dinamismo demográfico e económico (Quadro 9).

Efetivamente, se o crescimento natural é negativo na década (-1516 indivíduos), o saldo migratório total apresenta um valor positivo de 201 pessoas.

Quadro 9 - Dinâmica da população, entre 2001 e 2011.

Freguesias	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento natural	Saldo migratório	Crescimento efetivo
Ançã	218	266	-48	94	46
Bolho	51	124	-73	-22	-95
Cadima	255	394	-139	-114	-253
Camarneira	57	105	-48	2	-46
Cantanhede	953	834	119	553	672
Cordinhã	88	143	-55	-52	-107
Corticeiro de Cima	66	126	-60	-77	-137
Covões	127	378	-251	-62	-313
Febres	325	426	-101	-141	-242
Murtede	96	227	-131	32	-99
Ourentã	93	146	-53	-49	-102
Outil	72	113	-41	34	-7
Pocariça	83	118	-35	-27	-62
Portunhos	106	204	-98	57	-41
Sanguinheira	164	204	-40	-217	-257
São Caetano	58	147	-89	-45	-134
Sepins	84	144	-60	-64	-124
Tocha	319	568	-249	225	-24
Vilamar	68	132	-64	74	10
Total	3283	4799	-1516	201	-1315

As freguesias de Cantanhede, Tocha e Ançã apresentam saldos migratórios com maior expressividade (553, 225 e 94 habitantes).

Embora o saldo migratório apresente um valor positivo, este não serviu para compensar o crescimento natural no concelho, traduzindo-se num crescimento efetivo de -1315 habitantes.

A análise do crescimento efetivo por freguesia destaca, os acréscimos populacionais nas freguesias de Cantanhede, Ançã e Vilamar (de 672, 46 e 10 habitantes).

As razões que permitirão entender estes comportamentos devem ser procuradas quer na dinâmica económica do concelho e nos ramos de especialização, quer nas relações económicas que são desenvolvidas com os concelhos próximos de Coimbra e Figueira da Foz, no caso do Baixo Mondego, e também dos concelhos do Baixo Vouga.

2.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução da população deve contemplar também o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas.

Apresentam-se alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população. Conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica natural da população permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha, de modo bastante claro, a crescente tendência para o envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários (Quadro 10 e Figura 25), verificamos que, no concelho, a população adulta (25-64 anos) sofreu um aumento desde 1991 (de 49,92% para 52,63%) e a

idosa (mais de 65 anos) apresentou um aumento ainda mais marcado (de 16,15% para 24,86%).

Quadro 10 - População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, de 1991 a 2011

Grupos etários	19	91	20	01	20	11
Grupos etarios	N°	%	N°	%	N°	%
0 - 14 anos	6925	18,65	5312	14,01	4723	12,91
15 - 24 anos	5677	15,29	5314	14,02	3517	9,61
25 - 64 anos	18539	49,92	19731	52,05	19259	52,63
65 anos ou mais	5999	16,15	7553	19,92	9096	24,86
Total	37140	100	37910	100	36595	100

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

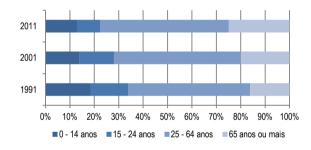


Figura 25 - População residente, segundo os grandes grupos etários, de 1991 a 2011.

Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) e a população jovem adulta (15-24 anos) apresentaram um decréscimo no mesmo período, de 18,65% para 12,91% e de 15,29% para 9,61%.

Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma

população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 24,86% da população total em 2011).

A análise dos resultados da estrutura etária para Cantanhede sublinham, para o último período intercensitário, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão, uma vez que, é mais expressiva que a registada para a Região Centro (22,4% da população com 65 e mais anos), encontrando-se, aliás, em linha com a evolução registada em Portugal (19%) e nos países desenvolvidos.

Esta evolução representa, por um lado, uma perda de 11,1% de população jovem, e, por outro, um acréscimo de população com 65 e mais anos (20,4%) entre 2001 e 2011. A população jovem adulta (15 a 24 anos) sofreu um decréscimo de 33,8% e a população adulta (25 a 64) registou um decréscimo de 2.4%.

A consideração da estrutura etária por grandes grupos funcionais por concelho destaca desde os anos noventa do século XX, uma evolução com perda de jovens e aumento de idosos.

A análise da pirâmide etária do concelho de Cantanhede para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 2001, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 26).

Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e jovens adultas (até aos 29 anos) corresponde, naturalmente, um aumento da população idosa (com 65 e mais anos). O número de indivíduos total e por sexo nestes escalões etários é superior, em 2011 em relação a 2001, não havendo diferenças significativas por sexo.

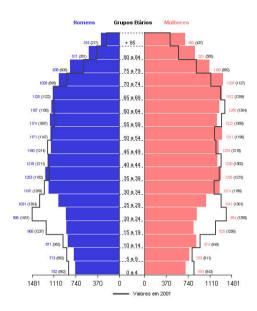


Figura 26 - Pirâmide etária da população residente no concelho entre 2001 e 2011.

Nos grupos etários dos idosos (65 e mais anos), sendo o número superior em ambos os sexos em 2011, as diferenças não são tão expressivas como nos grupos anteriormente referidos.

Os grupos etários jovens e jovens adultos (dos 0 aos 9 anos e dos 15 aos 34 anos) e adultos (entre os 45 aos 49 anos e entre os 55 aos 69 anos no caso das mulheres) apresentam sucessivamente mais indivíduos nas classes seguintes, traduzindo a existência de um conjunto de classes ocas.

De referir, o facto de a pirâmide etária relativa ao ano de 2001 apresentar um perfil populacional caracterizando uma estrutura não tão envelhecida (mas já não jovem), elemento que deve merecer atenção no quadro do sentido da

evolução ocorrida na década de 90. Um último aspeto sublinha o facto do número de idosos ser superior no sexo feminino.

Analisando um horizonte temporal mais longo, a diminuição de população dos escalões mais jovens é brutal (até aos 29 anos), verificando-se um aumento populacional nos escalões seguintes entre 1950 e 2011 (Figura 27). As únicas exceções verificam-se, no caso das mulheres, nos grupos etários dos 35 aos 44 anos, sendo que no grupo etário dos 30 aos 34 as diferenças não foram muito expressivas.

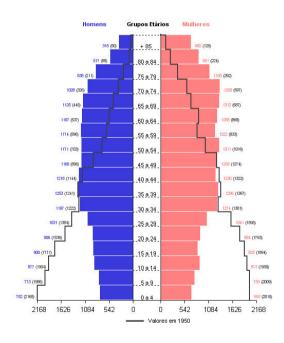


Figura 27 - Pirâmide etária da população residente no concelho de Cantanhede entre 1950 e 2011.

Este comportamento traduz os aspetos da dinâmica natural anteriormente analisados: taxas de natalidade cada vez mais reduzidas acompanhadas de taxas de mortalidade elevadas e superiores.

Um último aspeto sublinha o facto do número de idosos ser superior no sexo feminino.

Os valores do índice de envelhecimento³ refletem esta evolução, uma vez que o total da população passou de 142,2% em 2001 para 192,6% em 2011 (Quadro 11). Trata-se de valores claramente mais expressivos tendo por base o contexto nacional, já que esta relação era no Continente de 104,5% em 2001 evoluindo para 131,3% em 2011.

As freguesias de Covões e Camarneira apresentam índices de envelhecimento mais expressivos (351,4% e 304,6%). Por outro lado, as freguesias de Cantanhede e Ançã registam menores valores (116,4% e 172,6%).

A leitura dos resultados do índice de dependência total⁴ ajuda, também, a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população.

Para o concelho de Cantanhede ocorreu um acréscimo do valor deste índice entre 2001 e 2011, de 51,4% para 60,7%, o que significa que se

verificou um aumento da importância dos não ativos para os ativos. Assim, para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2001 e 2011 existiam respetivamente 51 e 60 não ativos.

A título de comparação, os valores do Continente refletindo a mesma realidade, revelam tendências no sentido da dependência dos não ativos em relação aos ativos, só que neste nível espacial de análise os valores são menores.

Em relação ao índice de dependência de idosos⁵, verificou-se um acréscimo entre 2001 e 2011 (de 30,2% para 39,9%). Este acréscimo apresentou resultados mais expressivos nas freguesias de Covões e Camarneira (de 40,0% para 65,4% e de 31,2% para 56,1%).

Numa referência ao índice de dependência de jovens⁶, as alterações não foram muito significativas entre 2001 e 2011 (de 21,2% para 20,3%). As freguesias de Cantanhede e Ançã apresentam, para o ano mais recente, um maior peso da população jovem em relação à população ativa (24,7% e 22,8%, respetivamente).

Esta leitura deve ser realizada com algum cuidado, já que diminuindo o número de jovens não se verifica uma evolução no mesmo sentido dos idosos, logo as políticas sociais tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro.

³ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos.

⁴ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

⁵ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

⁶ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

Quadro 11 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2001 e 2011.

		ce de		ĺndi	ce de de	oendênci	a (%)			Es	trutura	etária	(%)	
Freguesias	envelhe	cimento	Jov	ens	ldo	sos	То	tal	0 a	14	15 a	a 64	65	e +
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Ançã	121,6	172,6	23,0	22,8	28,0	39,3	51,0	62,1	15,2	14,1	66,2	61,7	18,5	24,3
Bolho	170,8	293,0	19,4	16,9	33,2	49,4	52,6	66,3	12,7	10,1	65,5	60,1	21,7	29,7
Cadima	114,9	169,7	24,0	19,1	27,6	32,3	51,6	51,4	15,8	12,6	66,0	66,0	18,2	21,4
Camarneira	159,3	304,6	19,6	18,4	31,2	56,1	50,8	74,6	13,0	10,6	66,3	57,3	20,7	32,2
Cantanhede	103,9	116,4	22,9	24,7	23,8	28,7	46,6	53,4	15,6	16,1	68,2	65,2	16,2	18,7
Cordinhã	158,0	202,4	19,9	19,3	31,4	39,1	51,3	58,3	13,1	12,2	66,1	63,2	20,8	24,7
Corticeiro de Cima	140,6	239,5	23,3	18,2	32,7	43,5	56,0	61,7	14,9	11,2	64,1	61,9	21,0	26,9
Covões	202,0	351,4	19,8	18,6	40,0	65,4	59,8	84,0	12,4	10,1	62,6	54,3	25,0	35,5
Febres	136,1	191,3	22,2	21,8	30,3	41,7	52,5	63,5	14,6	13,3	65,6	61,2	19,8	25,5
Murtede	214,0	278,9	17,2	17,8	36,9	49,6	54,1	67,4	11,2	10,6	64,9	59,7	23,9	29,6
Ourentã	141,1	246,0	19,7	18,7	27,8	45,9	47,5	64,6	13,4	11,3	67,8	60,8	18,9	27,9
Outil	228,4	233,3	17,2	18,8	39,2	43,8	56,4	62,5	11,0	11,5	63,9	61,5	25,1	26,9
Pocariça	124,9	174,6	21,6	18,3	26,9	31,9	48,5	50,2	14,5	12,2	67,3	66,6	18,1	21,3
Portunhos	206,7	234,2	19,5	22,4	40,4	52,4	59,9	74,8	12,2	12,8	62,5	57,2	25,2	30,0
Sanguinheira	110,0	176,8	22,4	19,5	24,7	34,5	47,1	54,1	15,2	12,7	68,0	64,9	16,8	22,4
São Caetano	225,9	259,3	18,5	19,2	41,9	49,8	60,4	69,0	11,6	11,4	62,4	59,2	26,1	29,5
Sepins	143,0	254,8	20,7	19,5	29,5	49,7	50,2	69,2	13,8	11,5	66,6	59,1	19,7	29,4
Tocha	166,9	217,7	18,6	18,4	31,0	40,1	49,6	58,5	12,4	11,6	66,8	63,1	20,7	25,3
Vilamar	175,5	226,8	22,2	21,0	38,9	47,5	61,1	68,5	13,8	12,4	62,1	59,4	24,2	28,2
Total	142,2	192,6	21,2	20,7	30,2	39,9	51,4	60,7	14,0	12,9	66,1	62,2	19,9	24,9

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Em síntese e como se procurou demonstrar, a população das freguesias do concelho de Cantanhede tem envelhecido, acompanhando aliás a tendência de quase todo o país.

Este facto parece estar relacionado segundo os especialistas não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar que migra quer para os espaços urbanos (próximos ou afastados), quer para as duas grandes metrópoles nacionais ou ainda para o estrangeiro.

2.3.1. População residente com dificuldades

Nos Censos de 2011 não foi recolhida a população com deficiência tal como nos Censos 2001. Apenas foi efetuada uma avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento)⁷.

Dos 36595 residentes no concelho, 8142 indivíduos referiram que apresentam uma ou mais dificuldades, ou seja, 22,2% da população residente. Estes valores são mais expressivos nas freguesias de Bolho e Covões, com 32,2% e 31,8% da população residente a apresentar dificuldades, designadamente 273 e 686 indivíduos. Por outro lado, as freguesias de Cantanhede e Cordinhã registam um menor número de

população residente com dificuldades (1216 e 191 habitantes, a que correspondem 15,7% e 18,5% da população nessas freguesias).

No concelho de Cantanhede existem 3331 residentes com pelo menos uma dificuldade (Quadro 12), sendo que 16,7% residem na freguesia de Cantanhede (556 indivíduos) e 10,6% residem na freguesia da Febres (352 indivíduos).

Em termos gerais, no concelho estão identificadas 19370 dificuldades da população residente. Deste modo, e numa referência aos grupos etários, são os idosos, com 65 e mais anos que apresentam um maior número de dificuldades (13921). Destes, cerca de 12043 (86,5%) têm dificuldade em realizar uma ação e 1878 não conseguem simplesmente realizar uma determinada ação (13,5%).

Relativamente ao grupo etário dos jovens (0-14 anos) e jovens adultos (15-24 anos), foram identificadas 254 e 230 dificuldades, respetivamente (Quadro 13). No que concerne à população adulta, esta apresenta 4965 dificuldades, sendo que 4472 indivíduos apresentam muita dificuldade em efetuar uma ação e 493 não a conseguem executar.

As principais dificuldades identificadas pelos residentes (Figura 28) correspondem a andar e subir degraus e dificuldades de visão (4904 e 3892 indivíduos). Por outro lado, é tão expressiva a quantidade de indivíduos com dificuldades de memória e concentração (3300), bem como em tomar banho ou vestir-se sozinho (2409) e compreender os outros ou fazer-se compreender (2138 indivíduos).

⁷ As dificuldades englobam 6 categorias diferentes: a) dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) dificuldade em andar ou subir degraus; d) dificuldades de memória ou de concentração; e) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender.

Quadro 12 - População residente com pelo menos uma dificuldade.

							Dificu	ldades						
Freguesias	•	1	2	2	3	3		4	:	5	(ô	То	tal
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ançã	243	7,3	114	6,0	78	7,0	40	5,4	26	5,8	40	6,4	541	6,6
Bolho	93	2,8	62	3,3	51	4,6	39	5,3	13	2,9	15	2,4	273	3,4
Cadima	310	9,3	168	8,9	108	9,7	56	7,6	44	9,9	54	8,7	740	9,1
Camarneira	84	2,5	34	1,8	21	1,9	16	2,2	8	1,8	23	3,7	186	2,3
Cantanhede	556	16,7	288	15,2	131	11,8	98	13,3	69	15,5	74	11,9	1216	14,9
Cordinhã	73	2,2	46	2,4	22	2,0	21	2,9	17	3,8	12	1,9	191	2,3
Corticeiro de Cima	83	2,5	46	2,4	36	3,2	21	2,9	14	3,1	12	1,9	212	2,6
Covões	279	8,4	170	9,0	106	9,5	60	8,2	27	6,1	44	7,1	686	8,4
Febres	352	10,6	199	10,5	106	9,5	64	8,7	35	7,8	49	7,9	805	9,9
Murtede	141	4,2	75	4,0	65	5,8	42	5,7	33	7,4	28	4,5	384	4,7
Ourentã	117	3,5	84	4,4	32	2,9	18	2,4	14	3,1	16	2,6	281	3,5
Outil	73	2,2	46	2,4	29	2,6	18	2,4	12	2,7	9	1,4	187	2,3
Pocariça	90	2,7	49	2,6	28	2,5	26	3,5	10	2,2	5	0,8	208	2,6
Portunhos	83	2,5	68	3,6	31	2,8	31	4,2	19	4,3	55	8,8	287	3,5
Sanguinheira	173	5,2	98	5,2	55	4,9	40	5,4	25	5,6	45	7,2	436	5,4
São Caetano	75	2,3	41	2,2	27	2,4	18	2,4	12	2,7	22	3,5	195	2,4
Sepins	79	2,4	61	3,2	39	3,5	24	3,3	9	2,0	18	2,9	230	2,8
Tocha	348	10,4	202	10,7	121	10,9	79	10,7	48	10,8	78	12,5	876	10,8
Vilamar	79	2,4	42	2,2	27	2,4	24	3,3	11	2,5	25	4,0	208	2,6
Total	3331	100	1893	100	1113	100	735	100	446	100	624	100	8142	100

Fonte: INE, Censos 2011.

Numa referência às freguesias do concelho, é a freguesia mais populosa de Cantanhede que regista a maior percentagem de indivíduos com dificuldades, (14,0%, correspondendo a 2706 indivíduos).

De sublinhar que a dificuldade mais expressiva no concelho (andar e subir degraus), é comum a 643 e 529 residentes nas freguesia de Cantanhede e Tocha, correspondendo a 13,1% e 10,8% dos residentes (Quadro 14).

De um modo global, dos 36595 residentes, foram identificadas 19370 dificuldades, sendo que um indivíduo pode apresentar uma ou mais dificuldades.

Quadro 13 - Dificuldades identificadas pela população residente, segundo o grupo etário e o grau de dificuldade.

	Tem muita	dificuldade	Não c	onsegue	Total
Grupo etário	em efetu	ar a ação	efetua	r a ação	IOtal
	N°	%	N°	%	N°
0-14	226	89,0	28	11,0	254
15-24	190	82,6	40	17,4	230
25-64	4472	90,1	493	9,9	4965
65 e + anos	12043	86,5	1878	13,5	13921
Total	16931	87,4	2439	12,6	19370

Fonte: INE, Censos 2011.

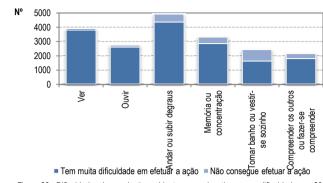


Figura 28 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau dificuldade, em 2011.

Quadro 14 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011.

Freguesias					Ouvir			Andar ou subir degraus							
	Muita dificuldade Não consegue			Total	Muita dificuldade Não			o consegue Total		Muita dificuldade		Não consegue		Total	
	N°	%	N°	%	N°	N°	%	N°	%	N°	N°	%	Ν°	%	Ν°
Ançã	271	98,5	4	1,5	275	167	98,2	3	1,8	170	284	91,9	25	8,1	309
Bolho	121	96,8	4	3,2	125	88	95,7	4	4,3	92	173	92,0	15	8,0	188
Cadima	346	96,6	12	3,4	358	198	93,0	15	7,0	213	395	91,0	39	9,0	434
Camarneira	81	96,4	3	3,6	84	49	96,1	2	3,9	51	101	87,1	15	12,9	116
Cantanhede	545	96,6	19	3,4	564	348	93,3	25	6,7	373	561	87,2	82	12,8	643
Cordinhã	93	97,9	2	2,1	95	68	97,1	2	2,9	70	119	96,7	4	3,3	123
Corticeiro de Cima	111	97,4	3	2,6	114	58	96,7	2	3,3	60	108	86,4	17	13,6	125
Covões	306	96,2	12	3,8	318	242	96,4	9	3,6	251	410	89,5	48	10,5	458
Febres	363	98,1	7	1,9	370	237	95,2	12	4,8	249	431	89,4	51	10,6	482
Murtede	191	97,0	6	3,0	197	130	97,7	3	2,3	133	222	88,1	30	11,9	252
Ourentã	142	97,3	4	2,7	146	82	94,3	5	5,7	87	135	86,0	22	14,0	157
Outil	85	100,0	0	0,0	85	76	96,2	3	3,8	79	115	95,0	6	5,0	121
Pocariça	98	97,0	3	3,0	101	48	84,2	9	15,8	57	103	87,3	15	12,7	118
Portunhos	132	93,0	10	7,0	142	129	95,6	6	4,4	135	142	73,2	52	26,8	194
Sanguinheira	215	94,7	12	5,3	227	146	91,8	13	8,2	159	225	89,3	27	10,7	252
São Caetano	94	93,1	7	6,9	101	76	96,2	3	3,8	79	97	82,2	21	17,8	118
Sepins	105	98,1	2	1,9	107	65	94,2	4	5,8	69	138	92,0	12	8,0	150
Tocha	391	97,5	10	2,5	401	305	97,8	7	2,2	312	471	89,0	58	11,0	529
Vilamar	81	98,8	1	1,2	82	84	95,5	4	4,5	88	109	80,7	26	19,3	135
Total	3771	96,9	121	3,1	3892	2596	95,2	131	4,8	2727	4339	88,5	565	11,5	4904

(continua)

(continuação)

	M	emória o	Tomar	banho	ou vest	ir-se so	zinho	Compreender ou fazer-se compreender							
Freguesias	Muita dificuldade		Não consegue		Total	Muita di	ficuldade	Não consegue		Total	Muita dificuldade		Não consegue		Total
	N°	%	N°	%	N٥	N°	%	N°	%	N°	N°	%	N°	%	N°
Ançã	181	91,0	18	9,0	199	95	63,3	55	36,7	150	125	94,7	7	5,3	132
Bolho	106	88,3	14	11,7	120	48	70,6	20	29,4	68	77	87,5	11	12,5	88
Cadima	293	85,9	48	14,1	341	127	67,9	60	32,1	187	177	86,3	28	13,7	205
Camarneira	60	77,9	17	22,1	77	35	53,0	31	47,0	66	52	82,5	11	17,5	63
Cantanhede	406	83,4	81	16,6	487	216	67,1	106	32,9	322	263	83,0	54	17,0	317
Cordinhã	80	97,6	2	2,4	82	55	94,8	3	5,2	58	41	93,2	3	6,8	44
Corticeiro de Cima	71	82,6	15	17,4	86	41	65,1	22	34,9	63	49	80,3	12	19,7	61
Covões	186	82,7	39	17,3	225	104	58,8	73	41,2	177	120	81,6	27	18,4	147
Febres	250	83,9	48	16,1	298	157	71,7	62	28,3	219	139	79,4	36	20,6	175
Murtede	150	88,2	20	11,8	170	84	67,7	40	32,3	124	99	89,2	12	10,8	111
Ourentã	88	88,0	12	12,0	100	51	71,8	20	28,2	71	47	81,0	11	19,0	58
Outil	66	93,0	5	7,0	71	35	76,1	11	23,9	46	34	94,4	2	5,6	36
Pocariça	73	93,6	5	6,4	78	36	66,7	18	33,3	54	45	93,8	3	6,3	48
Portunhos	124	80,0	31	20,0	155	62	48,8	65	51,2	127	75	69,4	33	30,6	108
Sanguinheira	155	87,1	23	12,9	178	114	75,0	38	25,0	152	100	82,6	21	17,4	121
São Caetano	70	84,3	13	15,7	83	41	61,2	26	38,8	67	46	85,2	8	14,8	54
Sepins	90	91,8	8	8,2	98	53	70,7	22	29,3	75	63	92,6	5	7,4	68
Tocha	296	83,6	58	16,4	354	217	70,0	93	30,0	310	191	82,0	42	18,0	233
Vilamar	80	81,6	18	18,4	98	33	45,2	40	54,8	73	53	76,8	16	23,2	69
Total	2825	85,6	475	14,4	3300	1604	66,6	805	33,4	2409	1796	84,0	342	16,0	2138

Fonte: INE. Censos 2011.

2.4. Volume e características da população nas primeiras décadas do século XXI: principais tendências

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas. Utilizou-se o método das componentes por *coortes* como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações particulares dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de

Março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

A análise dos resultados indica a diminuição da população no concelho de Cantanhede nas próximas duas décadas do século XXI (Quadro 15). Com efeito, Cantanhede terá uma diminuição de 5372 habitantes em 2031 tendo por referência a população residente de 2011 (-14,7%). Este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos).

Considerando os valores totais para o concelho de Cantanhede, uma primeira ideia a referir destaca o crescimento negativo que ocorrerá por década e que se traduzirá num decréscimo populacional (-2231 habitantes em 2021 para 34364 residentes e de -3141 indivíduos em 2031, passando a 31223 residentes).

A análise por freguesia sublinha uma tendência de decréscimo de população residente em todas as freguesias, à exceção das freguesias de Cantanhede e Febres, que registarão um acréscimo de 830 e 66 indivíduos entre 2011 e 2031.

As freguesias de Camarneira, Corticeiro de Cima e Portunhos serão as freguesias que, no horizonte temporal de 2031, perderão mais habitantes (-56,6%, -31,9% e -31,5%, correspondendo a -467, -230 e -364 habitantes). As restantes freguesias apresentarão decréscimos entre -86 indivíduos (Ourentã) e -363 indivíduos (Covões).

Se atendermos também à dinâmica migratória e admitindo como cenário que nas próximas décadas se manterá o saldo migratório positivo registado entre 2001 e 2011 (201 residentes), significa que a população do concelho de Cantanhede terá tendência ainda assim a decrescer, em virtude do saldo

migratório ser na maior parte das freguesias negativo (Quadro 16). O crescimento populacional nas próximas duas décadas do atual século será de -5,5%% e -9,1%, respetivamente, passando os residentes a ser 34565 e 31424, sendo que em 2011 o valor era de 36595 indivíduos.

As alterações registadas nas 19 freguesias do concelho de Cantanhede, considerando a dimensão migratória, permitem distinguir, na primeira década do atual século, por apresentarem valores positivos o comportamento de Cantanhede e Tocha (com acréscimos de 1103 e 225 residentes em 2021, respetivamente).

As restantes freguesias evidenciam um cenário de perda populacional, mesmo considerando as migrações. As freguesias de Camarneira e Corticeiro de Cima, para o ano de 2021 perderão mesmo cerca de 39,4% e 31,3% da população residente, respetivamente.

Este cenário evidencia a fraca capacidade de atração que estas freguesias têm conhecido nas últimas décadas. Na década seguinte, regista-se uma evolução diferente, sendo que apenas se projeta um acréscimo para a freguesia de Cantanhede (280 indivíduos, correspondendo a 3,2%).

Globalmente, considerando a evolução 2011-2031, Cantanhede e Tocha terão um comportamento favorável, com acréscimo de população (17,9% e 1,3%).

A consideração da dimensão dinâmica natural permite, assim, compreender uma parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas. Mas, no contexto da reorganização da rede de equipamentos sociais é importante analisar os nascimentos projetados até 2031.

Quadro 15 - População residente, sobreviventes e variação, entre 2011 e 2031.

Farmeries	2011*	2046	2024	2020			-2016	2016	-2021	2021-	2026	2026-	2031	2011	-2031
Freguesias	2011"	2016	2021	2026	2031	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Ançã	2625	2506	2380	2244	2110	-119	-4,5	-126	-5,0	-135	-5,7	-135	-6,0	-515	-19,6
Bolho	848	838	810	773	733	-10	-1,2	-28	-3,3	-37	-4,5	-40	-5,2	-115	-13,5
Cadima	2963	2920	2841	2736	2612	-43	-1,4	-79	-2,7	-105	-3,7	-123	-4,5	-351	-11,8
Camarneira	824	609	498	415	357	-215	-26,1	-111	-18,3	-82	-16,6	-58	-13,9	-467	-56,6
Cantanhede	7738	8054	8288	8453	8568	316	4,1	234	2,9	165	2,0	115	1,4	830	10,7
Cordinhã	1034	966	913	862	817	-68	-6,6	-54	-5,5	-51	-5,6	-45	-5,2	-217	-21,0
Corticeiro de Cima	721	627	573	530	491	-94	-13,1	-54	-8,6	-42	-7,4	-40	-7,5	-230	-31,9
Covões	2155	2101	2014	1908	1792	-54	-2,5	-86	-4,1	-106	-5,3	-116	-6,1	-363	-16,9
Febres	3352	3418	3446	3442	3418	66	2,0	28	0,8	-3	-0,1	-24	-0,7	66	2,0
Murtede	1431	1392	1337	1271	1198	-39	-2,7	-55	-4,0	-66	-5,0	-73	-5,7	-233	-16,3
Ourentã	1208	1215	1201	1171	1122	7	0,5	-14	-1,1	-30	-2,5	-49	-4,2	-86	-7,1
Outil	858	827	786	754	713	-31	-3,6	-41	-5,0	-32	-4,1	-41	-5,4	-145	-16,9
Pocariça	1101	1060	1015	960	903	-41	-3,8	-45	-4,2	-55	-5,4	-58	-6,0	-198	-18,0
Portunhos	1187	1052	952	875	813	-135	-11,4	-100	-9,5	-77	-8,1	-62	-7,1	-374	-31,5
Sanguinheira	1901	1887	1848	1787	1715	-14	-0,8	-39	-2,1	-61	-3,3	-72	-4,0	-186	-9,8
São Caetano	801	764	725	676	628	-37	-4,6	-39	-5,1	-49	-6,7	-48	-7,2	-173	-21,6
Sepins	1076	1061	1034	994	947	-15	-1,4	-27	-2,6	-40	-3,9	-47	-4,8	-129	-12,0
Tocha	3992	4019	3992	3922	3819	27	0,7	-27	-0,7	-71	-1,8	-103	-2,6	-173	-4,3
Vilamar	780	739	703	669	639	-41	-5,3	-35	-4,8	-34	-4,9	-30	-4,4	-141	-18,0
Total	36595	35658	34364	32838	31223	-937	-2,6	-1294	-3,6	-1526	-4,4	-1615	-4,9	-5372	-14,7

Quadro 16 - População residente, sobreviventes e variação, com saldo migratório, entre 2011 e 2031

Freguesias	2011*	2021	2031	2011	-2021	2021	2031	2011-	2031
rreguesias	2011	2021	2031	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ançã	2625	2474	2204	-151	-5,8	-270	-10,9	-421	-16,0
Bolho	848	788	711	-60	-7,1	-77	-9,8	-137	-16,1
Cadima	2963	2727	2498	-236	-8,0	-229	-8,4	-465	-15,7
Camarneira	824	500	359	-324	-39,4	-140	-28,1	-465	-56,4
Cantanhede	7738	8841	9121	1103	14,3	280	3,2	1383	17,9
Cordinhã	1034	861	765	-173	-16,8	-96	-11,1	-269	-26,0
Corticeiro de Cima	721	496	414	-225	-31,3	-82	-16,5	-307	-42,6
Covões	2155	1952	1730	-203	-9,4	-222	-11,4	-425	-19,7
Febres	3352	3305	3277	-47	-1,4	-28	-0,8	-75	-2,2
Murtede	1431	1369	1230	-62	-4,3	-139	-10,2	-201	-14,0
Ourentã	1208	1152	1073	-56	-4,6	-79	-6,9	-135	-11,2
Outil	858	820	747	-38	-4,4	-73	-8,9	-111	-12,9
Pocariça	1101	988	876	-113	-10,3	-112	-11,4	-225	-20,5
Portunhos	1187	1009	870	-178	-15,0	-140	-13,8	-317	-26,7
Sanguinheira	1901	1631	1498	-270	-14,2	-132	-8,1	-403	-21,2
São Caetano	801	680	583	-121	-15,1	-97	-14,3	-218	-27,2
Sepins	1076	970	883	-106	-9,8	-87	-9,0	-193	-18,0
Tocha	3992	4217	4044	225	5,6	-173	-4,1	52	1,3
Vilamar	780	777	713	-3	-0,3	-64	-8,2	-67	-8,5
Total	36595	34565	31424	-2030	-5,5	-3141	-9,1	-5171	-14,1

A análise do comportamento desta variável é fundamental para que se possa perspetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

A evolução do número de sobreviventes por ano para as diferentes freguesias evidencia, desde logo, a quebra nos nascimentos projetados (Quadro 17).

Projeta-se um ligeiro decréscimo no número de nascimentos até 2021 (234 nascimentos, quando em 2001 ocorreram 249 nascimentos). A partir desse ano e até 2031 projeta-se uma diminuição mais acentuada no número de nascimentos (214 nascimentos em 2016 e 201 nascimentos em 2021).

As freguesias mais populosas não escapam a esta diminuição no número de nascimentos, projetando-se 55 e 18 nascimentos nas freguesias de Cantanhede e Tocha em 2031, sendo que no ano de 2011 ocorreram 75 e 25 nascimentos, respetivamente.

A taxa de natalidade projetada no ano de 2031 (Quadro 18) revela-se ligeiramente inferior (6,45‰) à observada no ano de 2011 (6,56‰). As freguesias de Sepins e Murtede apresentam menores valores de taxa de natalidade (3,99‰ e 4,33‰).

No quadro da reorganização da rede de equipamentos sociais é fundamental analisar o comportamento da população jovem (dos 0 a 19 anos) e a evolução da população idosa (65 e mais anos), na medida em que serão os principais beneficiários destes equipamentos.

O efeito da diminuição da fecundidade e da taxa de natalidade tem tradução na diminuição do número de indivíduos dos 0 a 4 anos em todas as freguesias do concelho de Cantanhede, com exceção da freguesia de Corticeiro de Cima, para a qual se projeta um acréscimo de 5 crianças (Quadro 19).

Na primeira década do atual século, o número de crianças deste grupo etário registará um decréscimo de 281 indivíduos, passando dos atuais 1445 para 1164 crianças. Na década seguinte, projeta-se uma diminuição de 161 crianças com estas idades. Tendo em consideração o horizonte temporal 2011-2031 projetam-se decréscimos mais expressivos nas freguesias de

Sepins e São Caetano (-47,5% e -45,9%, correspondendo a -17 e -14 indivíduos).

Quadro 17 - Nados-vivos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Ançã	19	15	13	12	12
Bolho	3	4	4	4	4
Cadima	15	19	18	16	15
Camarneira	4	6	5	5	4
Cantanhede	75	77	67	59	55
Cordinhã	5	8	7	6	6
Corticeiro de Cima	3	6	6	6	5
Covões	7	11	10	9	9
Febres	23	27	25	24	24
Murtede	7	7	6	6	5
Ourentã	9	7	7	7	6
Outil	5	6	5	5	5
Pocariça	7	7	7	6	6
Portunhos	12	8	7	6	6
Sanguinheira	7	12	11	10	9
São Caetano	7	5	4	3	3
Sepins	5	4	4	4	4
Tocha	25	27	23	20	18
Vilamar	2	7	7	6	6
Total	240	264	234	214	201

(2011* - INE, Censos 2011)

Quadro 18 - Taxa de natalidade, entre 2011 e 2031 (%).

Ançã 7,24 5,81 5,59 5,49 5,4 Bolho 3,54 5,18 4,93 5,27 5,4 Cadima 5,06 6,59 6,24 6,00 5,5 Camarneira 4,85 10,15 10,43 11,31 12,7 Cantanhede 9,69 9,60 8,02 6,93 6,4 Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,0 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 São Caetano <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th>						
Bolho 3,54 5,18 4,93 5,27 5,4 Cadima 5,06 6,59 6,24 6,00 5,5 Camarneira 4,85 10,15 10,43 11,31 12,7 Cantanhede 9,69 9,60 8,02 6,93 6,4 Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,0 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Cae	Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Cadima 5,06 6,59 6,24 6,00 5,5 Camarneira 4,85 10,15 10,43 11,31 12,7 Cantanhede 9,69 9,60 8,02 6,93 6,4 Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,6 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentã 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 Sepin	Ançã	7,24	5,81	5,59	5,49	5,49
Camarneira 4,85 10,15 10,43 11,31 12,7 Cantanhede 9,69 9,60 8,02 6,93 6,44 Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,0 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 Spins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha<	Bolho	3,54	5,18	4,93	5,27	5,43
Cantanhede 9,69 9,60 8,02 6,93 6,4 Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,0 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentã 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 Sēpins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar	Cadima	5,06	6,59	6,24	6,00	5,56
Cordinhã 4,84 8,59 7,77 7,42 7,4 Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,6 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentã 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 Sēpins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,8 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Camarneira	4,85	10,15	10,43	11,31	12,19
Corticeiro de Cima 4,16 9,97 10,82 11,14 10,0 Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentă 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Cantanhede	9,69	9,60	8,02	6,93	6,47
Covões 3,25 5,12 4,84 4,83 4,8 Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentă 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Cordinhã	4,84	8,59	7,77	7,42	7,48
Febres 6,86 7,92 7,25 6,97 7,0 Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentă 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Corticeiro de Cima	4,16	9,97	10,82	11,14	10,68
Murtede 4,89 4,90 4,50 4,40 4,3 Ourentă 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Covões	3,25	5,12	4,84	4,83	4,89
Ourentă 7,45 6,12 5,90 5,86 5,6 Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,9 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Febres	6,86	7,92	7,25	6,97	7,01
Outil 5,83 7,31 6,46 6,40 6,82 Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Murtede	4,89	4,90	4,50	4,40	4,33
Pocariça 6,36 6,39 6,82 6,69 6,1 Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Ourentã	7,45	6,12	5,90	5,86	5,63
Portunhos 10,11 7,89 7,48 7,30 7,7 Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,60	Outil	5,83	7,31	6,46	6,40	6,93
Sanguinheira 3,68 6,20 5,73 5,58 5,4 São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,9 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,60	Pocariça	6,36	6,39	6,82	6,69	6,11
São Caetano 8,74 6,19 5,27 4,95 5,3 Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,8 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,66	Portunhos	10,11	7,89	7,48	7,30	7,71
Sepins 4,65 3,82 3,44 3,79 3,8 Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Sanguinheira	3,68	6,20	5,73	5,58	5,40
Tocha 6,26 6,84 5,86 5,09 4,7 Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	São Caetano	8,74	6,19	5,27	4,95	5,34
Vilamar 2,56 10,00 9,94 8,84 8,6	Sepins	4,65	3,82	3,44	3,79	3,99
	Tocha	6,26	6,84	5,86	5,09	4,79
Total 6,56 7,40 6,80 6,50 6,4	Vilamar	2,56	10,00	9,94	8,84	8,67
	Total	6,56	7,40	6,80	6,50	6,45

(2011* - INE, Censos 2011)

A freguesia mais populosa (Cantanhede) terá -161 crianças, o que em termos relativos se traduzirá numa perda de -36,7%. Para o horizonte temporal 2011-2031 e para o concelho projetam-se diminuições de 442 crianças, correspondendo a -30,6%.

Nos escalões etários dos 5 a 9 anos e dos 10 a 14 anos e considerando a próxima década, registam-se decréscimos de respetivamente 214 e 305 jovens no concelho de Cantanhede (Quadro 20 e Quadro 21).

Quadro 19 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 0 a 4 anos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (N°)	2011-2031 (%)
Ançã	99	73	67	62	58	-41	-41,6
Bolho	20	22	20	20	20	0	-0,4
Cadima	101	96	89	82	73	-28	-28,1
Camarneira	29	25	21	19	18	-11	-39,5
Cantanhede	438	387	333	293	277	-161	-36,7
Cordinhã	39	41	35	32	31	-8	-21,6
Corticeiro de Cima	21	31	31	30	26	5	24,8
Covões	62	54	49	46	44	-18	-29,3
Febres	130	135	125	120	120	-10	-7,9
Murtede	40	34	30	28	26	-14	-35,1
Ourentã	39	37	35	34	32	-7	-19,0
Outil	33	30	25	24	25	-8	-25,1
Pocariça	30	34	35	32	28	-2	-8,0
Portunhos	38	42	36	32	31	-7	-17,6
Sanguinheira	69	59	53	50	46	-23	-32,9
São Caetano	31	24	19	17	17	-14	-45,9
Sepins	36	20	18	19	19	-17	-47,5
Tocha	154	137	117	100	92	-62	-40,6
Vilamar	36	37	35	30	28	-8	-23,1
Total	1445	1314	1164	1064	1003	-442	-30,6
		/201	1* INIC	Conc	oc 2011	1)	

No escalão etário dos 5 aos 9 anos, destacam-se os comportamentos das freguesias de Vilamar, Camarneira e Cordinhã (com acréscimos de respetivamente 3, 1 e 1 indivíduos), que serão as únicas a apresentarem variações positivas.

Para o escalão etário dos 10 aos 14 anos, salientam-se as freguesias de Camarneira, Vilamar e São Caetano, que apresentam acréscimos de 37, 9 e

2 indivíduos, respetivamente) que serão as que registarão comportamentos positivos. Para o horizonte temporal 2011-2031, projetam-se decréscimos no concelho de -442 crianças no escalão etário dos 5 aos 9 anos (correspondendo a -30,6%) e -587 jovens no escalão dos 10 aos 14 anos (correspondendo a -33,5%).

Quadro 20 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 5 a 9 anos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (N°)	2011-2031 (%)
Ançã	118	99	73	67	62	-56	-47,8
Bolho	27	20	22	20	20	-7	-24,5
Cadima	115	101	96	89	82	-33	-28,7
Camarneira	24	28	25	21	19	-5	-22,4
Cantanhede	406	438	387	333	293	-113	-27,9
Cordinhã	40	39	41	35	32	-8	-20,0
Corticeiro de Cima	33	21	31	31	30	-3	-10,5
Covões	61	62	54	49	46	-15	-24,4
Febres	158	130	135	125	120	-38	-24,0
Murtede	54	40	34	30	28	-26	-48,2
Ourentã	41	39	37	35	34	-7	-16,3
Outil	32	33	30	25	24	-8	-24,6
Pocariça	46	30	34	35	32	-14	-30,2
Portunhos	55	38	42	36	32	-23	-41,9
Sanguinheira	78	69	59	53	50	-28	-36,0
São Caetano	31	31	24	19	17	-14	-46,0
Sepins	30	36	20	18	19	-11	-37,2
Tocha	145	154	137	117	100	-45	-31,2
Vilamar	34	36	37	35	30	-4	-13,0
Total	1528	1445	1314	1163	1064	-464	-30,4

(2011* - INE, Censos 2011)

Quadro 21 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 10 a 14 anos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (N°)	2011-2031 (%)
Ançã	152	118	99	73	67	-85	-56,2
Bolho	39	27	20	22	20	-19	-48,8
Cadima	157	115	101	96	89	-68	-43,5
Camarneira	34	24	28	25	21	-13	-39,5
Cantanhede	401	406	438	387	333	-68	-17,1
Cordinhã	47	40	39	41	35	-12	-24,6
Corticeiro de Cima	27	33	21	31	31	4	14,7
Covões	95	61	62	54	49	-46	-48,7
Febres	159	158	130	135	125	-34	-21,5
Murtede	58	54	40	34	30	-28	-48,1
Ourentã	57	41	39	37	35	-22	-37,8
Outil	34	32	33	30	25	-9	-25,4
Pocariça	58	46	30	34	35	-23	-40,4
Portunhos	59	55	38	42	36	-23	-39,6
Sanguinheira	94	78	69	59	53	-41	-43,7
São Caetano	29	31	31	24	19	-10	-34,1
Sepins	58	30	36	20	18	-40	-69,4
Tocha	165	145	154	137	117	-48	-29,2
Vilamar	27	34	36	37	35	8	29,5
Total	1750	1528	1445	1314	1163	-587	-33,5

Os sobreviventes no grupo etário dos 15 a 19 anos terão uma diminuição de 199 indivíduos entre 2011 e 2021 (Quadro 22). Entre 2011 e 2031 este escalão etário registará -413 indivíduos, correspondendo a -23,9%. A análise por freguesia destaca para este período um decréscimo comum a todas as

freguesias, à exceção da freguesia de Portunhos, para a qual se projeta um aumento de um indivíduo com estas idades.

Quadro 22 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 15 a 19 anos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (N°)	2011-2031 (%)
Ançã	134	152	118	99	73	-61	-45,7
Bolho	46	39	27	20	22	-24	-52,8
Cadima	165	157	115	101	96	-69	-41,7
Camarneira	33	34	24	28	25	-8	-25,7
Cantanhede	388	401	406	438	387	-1	-0,4
Cordinhã	44	47	40	39	41	-3	-5,7
Corticeiro de Cima	44	27	33	21	31	-13	-29,0
Covões	98	95	61	62	54	-44	-45,1
Febres	151	159	158	130	135	-16	-10,3
Murtede	60	58	54	40	34	-26	-43,2
Ourentã	54	57	41	39	37	-17	-31,2
Outil	35	34	32	33	30	-5	-13,7
Pocariça	60	58	46	30	34	-26	-43,6
Portunhos	41	59	55	38	42	1	1,3
Sanguinheira	96	94	78	69	59	-37	-39,0
São Caetano	36	29	31	31	24	-12	-34,3
Sepins	49	58	30	36	20	-29	-58,6
Tocha	156	165	145	154	137	-19	-11,9
Vilamar	37	27	34	36	37	0	0,0
Total	1727	1750	1528	1445	1314	-413	-23,9

(2011* - INE, Censos 2011)

No entanto, as freguesias de Sepins e Bolho serão as freguesias que registarão decréscimos mais expressivos (-58,6% e -52,8%, correspondendo a -29 e -24 indivíduos). A dinâmica natural dos anos 90 do século passado

permite compreender a evolução negativa projetada para as restantes freguesias.

A diminuição de população projetada para o concelho reflete-se também na evolução registada nos escalões etários dos idosos (65 e mais anos).

Com efeito, o concelho terá um acréscimo de população do escalão etário dos 65 e mais anos em 343 indivíduos (correspondendo a 3,8%). As freguesias de Cantanhede e Febres registarão um aumento muito expressivo de residentes em 2031 com 65 e mais anos (um acréscimo de 1387 e 479 indivíduos, respetivamente). De registar o acréscimo de 166 idosos na freguesia de Sanguinheira e de 131 idosos na freguesia de Cantanhede (Quadro 23).

A consideração para o concelho do número de sobreviventes para as idades de 0 a 2 anos, 3 a 5, 6 a 9, 10 a 14, 15 a 17 e 65 e mais anos ajuda a refletir sobre os diferentes tipos de equipamentos educativos e sociais a disponibilizar à população, tendo em atenção as necessidades específicas associadas a cada um destes grupos populacionais alvo (Quadro 24, Quadro 25 e Quadro 26).

A análise valoriza o pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), os 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, o secundário e a população idosa, sendo apresentados os valores totais e por sexo. Para o concelho (sendo tecnicamente possível o cálculo para o nível freguesia, não é cientificamente defensável calcular o número de sobreviventes por ano) destaca-se que, para os grupos dos 0 a 2, 6 a 9 e 10 a 14 se projeta uma diminuição do número de indivíduos nas próximas duas décadas.

Com efeito, o decréscimo será expressivo nos grupos dos 0 a 2 anos (-4,2% correspondentes a menos 35 residentes), 6 a 9 anos (-6,8% e menos 83

pessoas). Também o grupo dos 10 a 14 anos registará uma diminuição com significado (-27,0%, correspondendo a -473 indivíduos). Esta evolução reflete a dinâmica natural da população caracterizada por uma diminuição das taxas de natalidade e por uma diminuição da população no concelho.

Quadro 23 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 65 e mais anos, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (N°)	2011-2031 (%)
Ançã	637	630	607	583	582	-55	-8,7
Bolho	252	287	294	304	302	50	20,0
Cadima	633	720	794	839	865	232	36,6
Camarneira	265	151	104	71	51	-214	-80,8
Cantanhede	1449	1837	2165	2519	2836	1387	95,7
Cordinhã	255	212	220	213	220	-35	-13,9
Corticeiro de Cima	194	131	112	98	95	-99	-50,9
Covões	766	823	835	802	763	-3	-0,5
Febres	855	1026	1153	1258	1334	479	56,0
Murtede	424	463	487	477	483	59	13,9
Ourentã	337	385	421	448	437	100	29,8
Outil	231	239	240	240	229	-2	-0,9
Pocariça	234	235	240	253	249	15	6,2
Portunhos	356	261	215	198	186	-170	-47,7
Sanguinheira	426	488	525	559	585	159	37,3
São Caetano	236	247	256	234	222	-14	-5,9
Sepins	316	374	398	407	413	97	30,7
Tocha	1010	1178	1292	1427	1483	473	46,9
Vilamar	220	187	171	172	173	-47	-21,2
Total	9096	9496	9585	9577	9439	343	3,8

(2011* - INE, Censos 2011)

Os valores de sobreviventes projetados devem ser considerados no quadro da definição da política de investimentos do concelho quer na vertente quantitativa, quer sobretudo na tipologia de equipamentos atendendo à população-alvo que deverá servir.

Quadro 24 - População total residente e sobreviventes por grupo etário no concelho, entre 2011 e 2031.

Grupos de idades	2011*	2021	2031	2011-	2021	2021	-2031	2011-2031	
Grupos de Idades	2011	2021	2031	N٥	%	N°	%	Nº	%
0 a 2	840	915	805	75	9,0	-111	-12,1	-35	-4,2
3 a 5	917	1277	1046	360	39,3	-231	-18,1	129	14,1
6 a 9	1216	1722	1133	506	41,6	-589	-34,2	-83	-6,8
10 a 14	1750	1528	1277	-222	-12,7	-251	-16,4	-473	-27,0
15 a 17	1030	1748	1720	718	69,7	-28	-1,6	690	67,0
65 e +	9096	9496	9585	9577	9439	89	0,9	489	5,4

Quadro 25 - População masculina residente e sobreviventes por grupo etário, entre 2011 e 2031.

Grupos de idades	2011*	2021	2031	2011	I-2021	2021	-2031	2011-2031					
Grupos de Idades	2011			N٥	%	N°	%	Nº	%				
0 a 2	443	473	416	30	6,8	-57	-12,1	-27	-6,1				
3 a 5	472	660	541	188	39,9	-119	-18,1	69	14,6				
6 a 9	610	895	586	285	46,7	-309	-34,6	-24	-4,0				
10 a 14	877	773	660	-104	-11,9	-113	-14,6	-217	-24,7				
15 a 17	15 a 17 548 875 893 327 59,7 18 2,1 345 63,0												
65 e +	3823	3965	3986	3942	3862,2	21	0,5	163	4,3				
(2011* - INE, Censos 2011)													

Finalmente, esta evolução expressa, para o concelho de Cantanhede, um nítido fenómeno de envelhecimento da população com a continuação da perda de população no escalão jovem (0 a 14 anos) e um aumento, até meados da década de 20 do atual século, do número de idosos, traduzindo os índices de envelhecimento esta evolução (Quadro 27 e Quadro 28).

Quadro 26 - População feminina residente e sobreviventes por grupo etário, entre 2011 e 2031.

Grupos de idades	2011*	2021	2031	2011	I-2021	2021-2031		2011-2031	
Grupos de Idades	2011	2021	2031	N٥	%	N°	%	N٥	%
0 a 2	397	442	389	45	11,4	-53	-12,1	-8	-2,1
3 a 5	445	617	505	172	38,6	-112	-18,1	60	13,5
6 a 9	606	827	547	221	36,4	-279	-33,8	-59	-9,7
10 a 14	873	755	617	-118	-13,5	-138	-18,3	-256	-29,3
15 a 17	482	873	827	391	81,1	-46	-5,3	345	71,5
65 e +	5273	5530	5599	5635	5576,7	68	1,2	326	6,2

(2011* - INE, Censos 2011)

Quadro 27 - População residente, sobreviventes e variação por escalão etário no concelho, entre 2011 e 2031.

Estrutura						2011-2031	2011-2031
etária	2011*	2016	2021	2026	2031	(N°)	(%)
0 a 4	1445	1314	1164	1064	1003	-442	-30,6
5 a 9	1528	1445	1314	1163	1064	-464	-30,4
10 a 14	1750	1528	1445	1314	1163	-587	-33,5
15 a 19	1727	1750	1528	1445	1314	-413	-23,9
20 a 24	1790	1722	1745	1524	1441	-349	-19,5
25 a 29	2072	1781	1713	1736	1516	-556	-26,8
30 a 34	2471	2065	1775	1707	1730	-741	-30,0
35 a 39	2549	2464	2059	1769	1702	-847	-33,2
40 a 44	2448	2531	2447	2044	1757	-691	-28,2
45 a 49	2416	2418	2500	2417	2019	-397	-16,4
50 a 54	2482	2382	2383	2464	2382	-100	-4,0
55 a 59	2396	2439	2340	2342	2422	26	1,1
60 a 64	2425	2325	2368	2272	2272	-153	-6,3
65 a 69	2437	2330	2233	2276	2183	-254	-10,4
70 a 74	2356	2293	2192	2100	2143	-213	-9,0
75 a 79	1938	2114	2055	1963	1880	-58	-3,0
80 a 84	1368	1541	1686	1637	1563	195	14,2
85 e +	997	1218	1419	1600	1669	672	67,4
Total	36595	35658	34364	32838	31223	-5372	-14,7

(2011* - INE, Censos 2011)

Quadro 28 - Índice de envelhecimento e estrutura da população no concelho, entre 2011 e 2031 (%).

Indicadores	2011	2016	2021	2026	2031
Índice de Envelhecimento - Homens	159,2	180,0	196,4	215,9	231,9
Índice de Envelhecimento - Mulheres	227,2	265,4	295,8	328,6	356,6
Índice de Envelhecimento - Total	192,6	221,5	244,4	270,5	292,3
População com idades entre 0 e 14 anos	12,9	12,0	11,4	10,8	10,3
População com idades entre 15 a 39 anos	29,0	27,4	25,7	24,9	24,7
População com idades entre 40 a 64 anos	33,2	33,9	35,0	35,1	34,8
População com idades entre 65 e + anos	24,9	26,6	27,9	29,2	30,2

Os resultados do índice de envelhecimento para o concelho de Cantanhede espelham um acréscimo deste índice para o ano de 2021 (244,4%, quando em 2001 o valor era de 192,6%), seguindo-se um novo acréscimo a partir desse ano (270,5% em 2016 e 293,3% em 2021). Isto significa que para cada 100 jovens existirão quase três vezes mais idosos em 2031 (Quadro 29).

Um último comentário destaca os elevados índices de envelhecimento que as freguesias de Sepins e Covões terão em 2031 (744,2% e 549,9%). De entre as freguesias mais populosas, Cantanhede apresentará um acréscimo muito expressivo (de 116,4% para 314,2%).

Relativamente ao índice de dependência (Quadro 30), projeta-se um acréscimo (de 60,7% para 68,3%), sendo que as freguesias de Covões, Bolho e Sepins apresentam valores muito expressivos (101,2%, 97,9% e 97,9%, respetivamente).

Quadro 29 - Índice de envelhecimento, entre 2011 e 2031 (%).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Ançã	172,6	217,4	254,7	289,9	312,6
Bolho	293,0	417,6	475,8	490,3	501,8
Cadima	169,7	230,5	277,6	314,5	355,3
Camarneira	304,6	195,4	140,7	111,0	89,5
Cantanhede	116,4	149,2	187,0	248,9	314,2
Cordinhã	202,4	175,7	189,5	195,4	224,1
Corticeiro de Cima	239,5	153,8	134,4	107,2	109,8
Covões	351,4	465,5	507,7	539,6	549,9
Febres	191,3	242,4	295,5	330,8	365,9
Murtede	278,9	361,3	467,6	518,0	574,7
Ourentã	246,0	329,1	377,7	419,3	431,6
Outil	233,3	250,8	271,3	300,7	308,4
Pocariça	174,6	214,1	244,0	251,5	263,6
Portunhos	234,2	194,1	186,9	181,6	188,2
Sanguinheira	176,8	237,3	290,7	346,3	392,2
São Caetano	259,3	288,7	346,9	393,4	422,0
Sepins	254,8	433,2	537,6	715,1	744,2
Tocha	217,7	270,0	316,3	402,9	481,3
Vilamar	226,8	174,9	158,3	169,2	187,9
Total	192,6	221,5	244,4	270,5	292,3

(2011* - INE, Censos 2011)

Por outro lado, as freguesias de Camarneira e Portunhos apresentarão valores mais reduzidos (43,0% e 54,0% em 2031, quando em 2011 os valores eram superiores: 74,6% e 74,8%, respetivamente).

Quadro 30 - Índice de dependência, entre 2011 e 2031 (%).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Ançã	62,1	58,0	55,1	53,6	57,2
Bolho	66,3	73,7	78,1	90,1	97,9
Cadima	51,4	54,6	61,3	67,9	73,6
Camarneira	74,6	59,9	55,4	48,2	43,0
Cantanhede	53,4	61,5	66,9	71,7	77,4
Cordinhã	58,3	52,4	58,2	59,6	63,6
Corticeiro de Cima	61,7	52,7	51,7	55,9	58,9
Covões	84,0	90,8	98,6	99,3	101,2
Febres	63,5	73,7	81,2	90,8	98,8
Murtede	67,4	73,8	79,3	81,2	89,8
Ourentã	64,6	70,6	79,8	90,1	92,4
Outil	62,5	67,7	72,0	73,5	73,9
Pocariça	50,2	48,3	50,1	58,3	61,3
Portunhos	74,8	60,3	53,1	54,1	54,0
Sanguinheira	54,1	58,1	61,7	67,5	74,8
São Caetano	69,0	77,2	83,3	76,6	77,7
Sepins	69,2	76,5	84,0	87,4	97,9
Tocha	58,5	67,2	74,2	83,2	88,4
Vilamar	68,5	66,1	65,7	69,0	71,1
Total	60,7	63,0	64,8	66,5	68,3

A análise realizada permite apresentar uma síntese dos principais comportamentos detetados no concelho de Cantanhede. No que se refere à evolução do concelho de Cantanhede na primeira década do século XXI, regista-se um decréscimo da população em todas as freguesias à exceção das freguesias de Cantanhede, Ançã e Vilamar, que registam acréscimos populacionais (de 9,51%, 1,78% e 1,30%, respetivamente).

O crescimento natural apresenta taxas de natalidade muito reduzidas (entre 1,00‰ e 14,00‰) e taxas de mortalidade (entre 7,00‰ e 20,00‰) relativamente elevadas, superiores aos valores da taxa de natalidade, em linha com o observado na generalidade do território português. Assim, as taxas de crescimento natural oscilaram entre 3,87‰ (na freguesia de Cordinhã) e -13,73‰ (na freguesia de São Caetano). Esta evolução, tendo em atenção os efeitos da dinâmica natural e da mobilidade da população, deve ser perspetivada no quadro da demografia portuguesa das décadas mais recentes. As tendências de futuro traduzem-se numa dinâmica natural caracterizada por uma diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade relativamente reduzidas.

Para o horizonte temporal de 2031 todas as freguesias do concelho de Cantanhede, à exceção das freguesias de Cantanhede e Febres (com acréscimos de 830 e 66 indivíduos, correspondendo a 10,7% e 2,0%). No entanto, tendo em consideração o saldo migratório, projeta-se um aumento de 1383 habitantes na freguesia de Cantanhede (17,9%), e na freguesia da Tocha (52 habitantes, correspondendo a -1,3%).

Relativamente à distribuição da população residente constata-se um dispositivo espacial essencialmente polarizado pelas freguesias de Cantanhede, Tocha, Febres e Cadima, aquelas que reúnem um maior número de residentes. Estamos assim em presença de um território marcado por contrastes físicos e que, na última década inverteu a tendência de aumento populacional, perdendo 1315 habitantes entre 2001 e 2011, correspondendo a -3,47%.

É neste sentido que as políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspetivadas tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detetadas.

3

SOCIOECONOMIA

A caracterização da população deve também avaliar as principais alterações da geografia das atividades económicas, assim como os elementos associados à componente social.

As mudanças observadas na economia e na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, as famílias consideradas como a base fundamental de estruturação da sociedade no âmbito das mudanças que têm vindo a ocorrer nas décadas mais recentes e da abertura da sociedade analisada pela presença de indivíduos de outras nacionalidades.

Por outro lado, são também analisadas as caraterísticas das atividades económicas, vetor essencial para que se compreenda não apenas a produção e a forma de obtenção dos rendimentos, mas fundamentalmente os problemas associados à dinâmica atual da economia.

É neste quadro que é feita uma análise mais detalhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver.

A dinâmica económica e social descrita tem tradução naturalmente no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

3.1. Nacionalidade da população residente

Considerando os 36595 residentes no concelho de Cantanhede no ano de 2011 (Quadro 31), 35062 apresentam nacionalidade portuguesa (95,8%), sendo que 468 residentes apresentam nacionalidade estrangeira (1,3%). Importa referir ainda que 1064 residentes apresentam dupla nacionalidade, representando 2,9% e 1 indivíduo é apátrida. De salientar que o peso de população estrangeira é inferior para o concelho de Cantanhede comparativamente à maioria dos concelhos limítrofes (superior apenas em relação a Mira e Montemor-o-Velho), apresentando valores semelhantes aos registados na Sub-região do Baixo Mondego (1,7%) e no Distrito de Coimbra (1,9%). Comparativamente ao ano de 2001 verifica-se um ligeiro acréscimo de população de origem estrangeira (de 406 para 468 residentes).

Fazendo referência aos 468 residentes estrangeiros, e tendo em consideração o ano de 2011, 44,4% são provenientes do continente americano (208 indivíduos) e 39,7% são provenientes do continente europeu, correspondendo a 186 indivíduos (Quadro 32). Apresentando valores menos significativos, surgem os indivíduos oriundos de África (55 pessoas, correspondendo a 11,8%) e os oriundos da Ásia (18 pessoas, correspondendo a 3,8%).

Os concelhos que confrontam com o concelho de Cantanhede apresentam um cenário idêntico ao descrito: um aumento de indivíduos de nacionalidade estrangeira, assim como uma predominância destes indivíduos oriundos dos continentes europeu e americano. Para a Sub-região do Baixo Mondego ocorreu um acréscimo de indivíduos de nacionalidade estrangeira (de 4131 em 2001 para 5719 residentes em 2011).

Quadro 31 - População residente segundo a nacionalidade.

		Portug	guesa			Estra	ngeira		População	residente
Unidade geográfica	200)1	201	1	20	01	20	11	2001	2011
	N°	%	N°	%	N٥	%	N٥	%	N°	N°
Anadia	30427	96,5	27666	94,9	447	1,4	654	2,2	31545	29150
Oliveira do Bairro	19835	93,7	21214	92,1	536	2,5	623	2,7	21164	23028
Vagos	20310	92,2	21074	92,2	593	2,7	437	1,9	22017	22851
Baixo Vouga	351048	96,2	370543	94,8	5932	1,6	7762	2,0	364973	390822
Cantanhede	36662	96,7	35062	95,8	406	1,1	468	1,3	37910	36595
Coimbra	144876	97,6	137966	96,2	2107	1,4	3038	2,1	148443	143396
Figueira da Foz	61245	97,8	59758	96,2	657	1,0	1230	2,0	62601	62125
Mealhada	20285	97,8	19673	96,3	186	0,9	321	1,6	20751	20428
Mira	12315	95,7	11863	95,2	178	1,4	147	1,2	12872	12465
Montemor-o-Velho	25296	99,3	25717	98,3	101	0,4	244	0,9	25478	26171
Baixo Mondego	362922	97,7	320590	96,5	4131	1,1	5719	1,7	371439	332326
Distrito de Coimbra	431448	97,8	414789	96,4	4982	1,1	7961	1,9	441204	430104

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011.

Quadro 32 - População residente segundo o continente de origem, em 2011.

Francisa	Eur	ора	Áfr	ica	Amé	érica	Ás	ia	Oce	Total	
Freguesias	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Anadia	363	55,5	82	12,5	161	24,6	47	7,2	1	0,2	654
Oliveira do Bairro	285	45,7	73	11,7	246	39,5	17	2,7	2	0,3	623
Vagos	131	30,0	81	18,5	210	48,1	14	3,2	1	0,2	437
Baixo Vouga	3358	43,3	1206	15,5	2682	34,6	492	6,3	24	0,3	7762
Cantanhede	186	39,7	55	11,8	208	44,4	18	3,8	1	0,2	468
Coimbra	931	30,6	846	27,8	995	32,8	262	8,6	4	0,1	3038
Figueira da Foz	499	40,6	149	12,1	501	40,7	80	6,5	1	0,1	1230
Mealhada	167	52,0	53	16,5	86	26,8	14	4,4	1	0,3	321
Mira	64	43,5	9	6,1	63	42,9	11	7,5	0	0,0	147
Montemor-o-Velho	88	36,1	78	32,0	63	25,8	15	6,1	0	0,0	244
Baixo Mondego	2077	36,3	1222	21,4	1999	35,0	414	7,2	7	0,1	5719
Distrito de Coimbra	3793	47,6	1477	18,6	2256	28,3	525	6,6	9	0,1	7961

Fonte: INE, Censos 2011.

3.2. Tipologia das famílias

Relativamente ao tipo de famílias predominam as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento (Quadro 33).

Efetivamente em 2011 existiam cerca de 13811 famílias clássicas no concelho, correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 16 famílias institucionais, ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo (correspondendo a 0,1%).

Esta situação é idêntica à observada no ano de 2001, em linha com o registado para os concelhos limítrofes e para a sub-região que o integra. A média de pessoas por família ronda os 2,6 indivíduos em 2011 (Quadro 34), sendo que em 2001 o valor era superior (3,0).

Neste contexto, os concelhos limítrofes apresentam valores idênticos, sendo que os concelhos de Vagos, Oliveira do Bairro e Anadia apresentam valores superiores (2,8, 2,7 e 2,7, respetivamente).

Numa referência ao número de pessoas existente nas famílias clássicas (Quadro 35), verifica-se uma predominância de famílias constituídas por 2 pessoas (4595 famílias em 2011, correspondendo a 33,3%). As famílias clássicas constituídas por 3 e por 1 elementos apresentam resultados consideráveis (3122 e 2706 famílias, correspondendo a 22,6% e 19,6%, respetivamente).

As famílias compostas por 4 e 5 e mais pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do concelho (17,7% e 6,8%, correspondendo a 2439 e 944 famílias, respetivamente).

Tendo por referência os valores do ano de 2001, interessa referir que comparativamente a 2011 verificou-se um acréscimo no número de famílias com 1, 2 e 3 elementos (correspondendo a um aumento de 39,8%, 23,7% e 11,8%, respetivamente), enquanto que as famílias mais numerosas com 4, 5 e mais elementos apresentaram no mesmo período um decréscimo de -8,5% e -43,1% (Quadro 36). De salientar que dominam as famílias clássicas constituídas por 2 elementos, em linha com o observado para os concelhos limítrofes, para a Sub-região do Baixo Mondego e para o Distrito de Coimbra.

Um último aspeto destaca, a partir da leitura dos valores relativos à estrutura etária, o predomínio de 2 ou 3 indivíduos por família clássica com indivíduos de diferentes idades (Quadro 37).

No concelho de Cantanhede, as famílias com 3 ou mais elementos com idades superiores a 15 anos representam 32,5% do total de famílias clássicas. Estes valores são semelhantes aos observados no Baixo Mondego (32,5%), e superiores à média do Distrito de Coimbra (29,3%).

Uma análise mais detalhada indica que as famílias com 3 ou mais indivíduos com 15 ou mais anos são as estruturas caraterísticas no concelho de Cantanhede e no território em que se enquadra.

Por outro lado, destaca-se o facto de as famílias clássicas constituídas por uma mulher com 65 ou mais anos serem muito expressivas no concelho de Cantanhede, correspondendo a 1289 famílias, correspondendo a 9.3%.

Isto significa, tal como registámos da análise da estrutura demográfica, a tendência de envelhecimento e a necessidade de definir políticas sociais ativas para estes grupos populacionais.

Quadro 33 - Tipo de famílias.

	Fa	amílias	clássica	s	Fan	nílias in	stitucio	nais	To	tal
Unidade geográfica	20	01	20	11	20	01	20	11	2001	2011
	Nº	%	N°	%	Nº	%	N٥	%	Nº	N°
Anadia	10544	99,8	10853	99,8	16	0,2	27	0,2	10560	10880
Oliveira do Bairro	7255	99,9	8433	99,9	5	0,1	8	0,1	7260	8441
Vagos	7189	99,9	8242	99,9	6	0,1	7	0,1	7195	8249
Baixo Vouga	122383	99,9	145258	99,9	111	0,1	167	0,1	122494	145425
Cantanhede	12767	99,9	13811	99,9	12	0,1	16	0,1	12779	13827
Coimbra	55402	99,9	58101	99,8	76	0,1	93	0,2	55478	58194
Figueira da Foz	22596	99,9	24448	99,9	27	0,1	32	0,1	22623	24480
Mealhada	7271	99,9	7742	99,9	5	0,1	6	0,1	7276	7748
Mira	4415	99,9	4721	99,9	4	0,1	7	0,1	4419	4728
Montemor-o-Velho	8941	99,9	9873	99,9	7	0,1	8	0,1	8948	9881
Baixo Mondego	134212	99,9	130747	99,9	155	0,1	186	0,1	134367	130933
Distrito de Coimbra	160303	99,9	168696	99,8	199	0,1	420	0,2	160502	169116

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 34 - Número de pessoas por família (Nº).

Unidada gaagráfica	То	tal	Família	clássica
Unidade geográfica	2001	2011	2001	2011
Anadia	3,0	2,7	3,0	2,6
Oliveira do Bairro	2,9	2,7	2,9	2,7
Vagos	3,1	2,8	3,1	2,7
Baixo Vouga	3,0	2,7	3,0	2,7
Cantanhede	3,0	2,6	3,0	2,6
Coimbra	2,7	2,5	2,7	2,4
Figueira da Foz	2,8	2,5	2,8	2,5
Mealhada	2,9	2,6	2,9	2,6
Mira	2,9	2,6	2,9	2,6
Montemor-o-Velho	2,8	2,6	2,8	2,6
Baixo Mondego	2,8	2,5	2,8	2,5
Distrito de Coimbra	2,7	2,5	2,8	2,5

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 35 - Famílias clássicas segundo a dimensão.

		1 pc	essoa			2 pe	ssoas			3 pe	ssoas			4 pe	ssoas			5 e	mais	
Unidade geográfica	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11
	N°	%	N٥	%	N٥	%	N٥	%	N٥	%	N°	%	N٥	%	N٥	%	N٥	%	N٥	%
Anadia	1456	13,8	2086	19,2	3006	28,5	3591	33,1	2552	24,2	2509	23,1	2278	21,6	1841	17,0	1252	11,9	814	7,5
Oliv eira do Bairro	1034	14,3	1518	18,0	2209	30,4	2619	31,1	1747	24,1	2101	24,9	1430	19,7	1545	18,3	835	11,5	647	7,7
Vagos	1014	14,1	1510	18,3	1890	26,3	2503	30,4	1620	22,5	1905	23,1	1677	23,3	1579	19,2	988	13,7	738	9,0
Baixo Vouga	16901	13,8	27210	18,7	33255	27,2	45609	31,4	31370	25,6	36235	24,9	26650	21,8	25609	17,6	14207	11,6	10498	7,2
Cantanhede	1935	15,2	2706	19,6	3715	29,1	4595	33,3	2792	21,9	3122	22,6	2667	20,9	2439	17,7	1658	13,0	944	6,8
Coimbra	12140	21,9	14711	25,3	15187	27,4	18823	32,4	13650	24,6	13056	22,5	10657	19,2	8719	15,0	3768	6,8	2770	4,8
Figueira da Foz	3873	17,1	5506	22,5	6925	30,6	8108	33,2	5707	25,3	5729	23,4	4315	19,1	3790	15,5	1776	7,9	1303	5,3
Mealhada	1023	14,1	1433	18,5	2191	30,1	2500	32,3	1925	26,5	2006	25,9	1516	20,8	1358	17,5	432	5,9	444	5,7
Mira	661	15,0	944	20,0	1294	29,3	1568	33,2	1081	24,5	1075	22,8	868	19,7	802	17,0	511	11,6	330	7,0
Montemor-o-Velho	1248	14,0	1758	17,8	2764	30,9	3264	33,1	2329	26,0	2576	26,1	1832	20,5	1704	17,3	768	8,6	565	5,7
Baixo Mondego	24623	18,3	29472	22,5	39280	29,3	43024	32,9	33235	24,8	30607	23,4	26223	19,5	20791	15,9	10851	8,1	6806	5,2
Distrito de Coimbra	29968	18,7	36143	21,4	47872	29,9	55561	32,9	38956	24,3	39253	23,3	30644	19,1	27119	16,1	12863	8,0	10620	6,3

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 36 - Variação das famílias clássicas segundo a dimensão entre 2001 e 2011 (%).

Unidade geográfica	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 e mais
Anadia	43,3	19,5	-1,7	-19,2	-35,0
Oliv eira do Bairro	46,8	18,6	20,3	8,0	-22,5
Vagos	48,9	32,4	17,6	-5,8	-25,3
Baixo Vouga	61,0	37,1	15,5	-3,9	-26,1
Cantanhede	39,8	23,7	11,8	-8,5	-43,1
Coimbra	21,2	23,9	-4,4	-18,2	-26,5
Figueira da Foz	42,2	17,1	0,4	-12,2	-26,6
Mealhada	40,1	14,1	4,2	-10,4	2,8
Mira	42,8	21,2	-0,6	-7,6	-35,4
Montemor-o-Velho	40,9	18,1	10,6	-7,0	-26,4
Baixo Mondego	19,7	9,5	-7,9	-20,7	-37,3
Distrito de Coimbra	20,6	16,1	0,8	-11,5	-17,4

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 37 - Famílias clássicas segundo a estrutura etária dos membros da família em 2011.

Unidada nasantíca	1 H 1	5 e 24	1 H 25 e	64 anos	1 H 65 c	u mais	1 M 1	5 e 24	1 M 25 e	64 ano	s 1 M 65 d	u mais	1 H, 1 ou + < 15	
Unidade geográfica	N°	%	N°	%	N°	%	N٥	%	N°	%	N°	%	N°	%
Anadia	26	0,2	478	4,4	262	2,4	29	0,3	405	3,7	886	8,2	11	0,1
Oliv eira do Bairro	17	0,2	367	4,4	175	2,1	10	0,1	332	3,9	615	7,3	4	0,0
Vagos	40	0,5	326	4,0	190	2,3	44	0,5	287	3,5	610	7,4	13	0,2
Baixo Vouga	430	0,3	6197	4,7	3119	2,4	485	0,4	7759	5,9	11443	8,8	219	0,2
Cantanhede	43	0,3	469	3,4	400	2,9	34	0,2	471	3,4	1289	9,3	19	0,1
Coimbra	269	0,5	3368	5,8	1166	2,0	342	0,6	4805	8,3	4734	8,2	111	0,2
Figueira da Foz	57	0,2	1187	4,9	629	2,6	52	0,2	1329	5,4	2246	9,2	44	0,2
Mealhada	11	0,1	296	3,8	191	2,5	15	0,2	285	3,7	633	8,2	12	0,2
Mira	5	0,1	182	3,9	127	2,7	4	0,1	172	3,6	448	9,5	5	0,1
Montemor-o-Velho	33	0,3	332	3,4	242	2,5	28	0,3	312	3,2	811	8,2	17	0,2
Baixo Mondego	356	0,2	6889	4,7	2950	2,0	356	0,2	6733	4,6	9857	6,8	245	0,2
Distrito de Coimbra	526	0,3	7831	4,6	4317	2,6	559	0,3	9145	5,4	15316	9,1	275	0,2

(Continua)

	1 M 1 o	u + < 15	2. 15	0.24	2. 25	o 64	2, 15 e 2	4 e 25	2, ambas	ou pelo	2 ambas	15 ou +,	3 ou m	ais 15
Unidade geográfica	ı wı, ı o	u + < 13	2, 13	e 24	2, 23	e 04	е (64	menos 1 co	menos 1 com 65 ou +		15 anos	ou + anos	
	N°	%	N°	%	Ν°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Anadia	129	1,2	14	0,1	1314	12,1	170	1,6	1993	18,4	1535	14,1	3599	33,2
Oliveira do Bairro	146	1,7	23	0,3	984	11,7	175	2,1	1335	15,8	1605	19,0	2639	31,3
Vagos	127	1,5	21	0,3	948	11,5	149	1,8	1299	15,8	1349	16,4	2826	34,3
Baixo Vouga	2097	1,6	245	0,2	16650	12,7	2400	1,8	22079	16,9	18927	14,5	38641	29,6
Cantanhede	180	1,3	21	0,2	1538	11,1	193	1,4	2714	19,7	1952	14,1	4485	32,5
Coimbra	1000	1,7	139	0,2	7823	13,5	1295	2,2	8767	15,1	7831	13,5	16417	28,3
Figueira da Foz	486	2,0	32	0,1	3086	12,6	435	1,8	4177	17,1	3505	14,3	7172	29,3
Mealhada	118	1,5	14	0,2	930	12,0	135	1,7	1321	17,1	1349	17,4	2423	31,3
Mira	60	1,3	8	0,2	486	10,3	61	1,3	966	20,5	638	13,5	1552	32,9
Montemor-o-Velho	90	0,9	19	0,2	1258	12,7	142	1,4	1768	17,9	1658	16,8	3163	32,0
Baixo Mondego	2591	1,8	373	0,3	18652	12,8	2903	2,0	21664	14,9	24462	16,9	47129	32,5
Distrito de Coimbra	2646	1,6	337	0,2	21225	12,6	2999	1,8	29391	17,4	24732	14,7	49397	29,3

Fonte: INE, Censos 2011.

3.3. Habitação

No concelho de Cantanhede (Quadro 38), para o ano de 2011 observa-se um predomínio de edifícios com função residencial (99,3%), tendo por comparação os edifícios com função não residencial (0,7%), constatando-se o mesmo cenário no contexto da Sub-região do Baixo Mondego (99,2% e 0,8%, respetivamente) e do Distrito de Coimbra (99,3% e 0,7%, respetivamente). Os pesos mantêm-se semelhantes aos observados na década anterior.

Os concelhos que confrontam com Cantanhede evidenciam, igualmente, este predomínio dos edifícios com função residencial, apresentando para ambos os anos valores idênticos aos observados no concelho de Cantanhede, tal como na Sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Relativamente à época de construção ou reconstrução de edifícios (Quadro 39), para o concelho de Cantanhede constata-se um predomínio de construções anteriores a 1980 (56,1%, correspondendo a 10480 edifícios). As

construções relativas ao período 1981-1990, assumem alguma importância no contexto do concelho (16,1%), sendo que as construções correspondentes aos períodos de 1991-1995 e 1996-2000 representam 7,1% e 7,0% (correspondendo a 1330 e 1306 edifícios, respetivamente). As construções relativas ao período 2001-2005 têm uma menor representatividade (7,9%, correspondendo a 1486 edifícios). Assumindo uma menor representatividade, surgem as construções compreendidas entre 2006 e 2011 (5,8%, correspondendo a 1092 edifícios).

Os concelhos que confrontam com Cantanhede evidenciam, igualmente, um predomínio de construções anteriores a 1981, apresentando todos eles valores idênticos aos observados no concelho de Cantanhede, sendo que os concelhos de Coimbra e Anadia registam valores semelhantes (56,7% e 57,4%, respetivamente). Considerando a Sub-região do Baixo Mondego, o predomínio das construções anteriores a 1980 mantém-se de forma evidente (56,3%), tal como no Distrito de Coimbra (57,4%).

Quadro 38 - Tipo de utilização dos edifícios.

		Resid	enciais		Nã	o res	idencia	ais	To	tal
Unidade geográfica	200)1	201	11	20	01	20	11	2001	2011
	N°	%	N°	%	N٥	%	N٥	%	N	10
Anadia	11639	99,1	12860	99,1	111	0,9	117	0,9	11750	12977
Oliv eira do Bairro	7576	99,5	8967	99,2	38	0,5	75	0,8	7614	9042
Vagos	8836	99,4	10238	99,4	55	0,6	65	0,6	8891	10303
Baixo Vouga	124837	99,3	148794	99,2	844	0,7	1127	0,8	125681	149921
Cantanhede	16702	99,7	18571	99,3	52	0,3	124	0,7	16754	18695
Coimbra	35564	99,3	40332	99,2	243	0,7	309	0,8	35807	40641
Figueira da Foz	22506	99,2	24684	99,2	181	0,8	209	0,8	22687	24893
Mealhada	7310	99,3	8337	98,8	51	0,7	97	1,2	7361	8434
Mira	6105	99,3	6899	98,5	45	0,7	104	1,5	6150	7003
Montemor-o-Velho	9937	98,9	11531	98,6	114	1,1	166	1,4	10051	11697
Baixo Mondego	125274	99,4	127105	99,2	782	0,6	1034	0,8	126056	128139
Distrito de Coimbra	168229	99,3	188830	99,3	1109	0,7	1301	0,7	169338	190131

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 39 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios.

Unidade geográfica	Até 1	980	1981 -	1990	1991 -	1995	1996 -	2000	2001 -	2005	2006 -	2011
Officace geografica	N°	%	Ν°	%								
Anadia	7449	57,4	2204	17,0	844	6,5	858	6,6	1025	7,9	597	4,6
Oliveira do Bairro	4671	51,7	1473	16,3	638	7,1	734	8,1	915	10,1	611	6,8
Vagos	4644	45,1	2395	23,2	989	9,6	824	8,0	838	8,1	613	5,9
Baixo Vouga	78806	52,6	25938	17,3	11615	7,7	12252	8,2	12858	8,6	8452	5,6
Cantanhede	10480	56,1	3001	16,1	1330	7,1	1306	7,0	1486	7,9	1092	5,8
Coimbra	23057	56,7	6378	15,7	2557	6,3	2841	7,0	3488	8,6	2320	5,7
Figueira da Foz	13785	55,4	4193	16,8	1781	7,2	1910	7,7	1964	7,9	1260	5,1
Mealhada	4657	55,2	1374	16,3	525	6,2	630	7,5	724	8,6	524	6,2
Mira	3700	52,8	1338	19,1	428	6,1	685	9,8	541	7,7	311	4,4
Montemor-o-Velho	6528	55,8	1788	15,3	831	7,1	843	7,2	975	8,3	732	6,3
Baixo Mondego	72152	56,3	20376	15,9	8770	6,8	9593	7,5	10336	8,1	6912	5,4
Distrito de Coimbra	109206	57,4	28830	15,2	12954	6,8	14431	7,6	14938	7,9	9772	5,1

Fonte: INE, Censos 2011.

Considerando os edifícios segundo o número de pavimentos, importa referir que, no período 2001-2011, no concelho de Cantanhede, ocorreu um

acréscimo no número de edifícios com 1, 2 e 4 pavimentos, correspondendo a um aumento de 3,9%, 22,6% e 235,2%, respetivamente (Quadro 40). Por

outro lado, registou-se uma diminuição do número de edifícios com um pavimento, correspondendo a um decréscimo de -3,9%.

De sublinhar que no concelho de Cantanhede predominam os edifícios com 1 e 2 pisos (53,5% e 42,4%, respetivamente).

No concelho de Cantanhede (Quadro 41), para o ano de 2011 observa-se um claro predomínio de edifícios com apenas um alojamento (95,9%), sendo que se constata a mesma tendência no contexto da Sub-região do Baixo Mondego (88,8%) e do Distrito de Coimbra (91,1%). Por outro lado, observa-se que no concelho de Cantanhede, os edifícios constituídos por 2 a 6 alojamentos representam 3,7%, correspondendo a 696 edifícios. Com um menor número de alojamentos, surgem os edifícios com 7 a 12 alojamentos (61 edifícios), e os que apresentam 13 e mais alojamentos (apenas 11 edifícios).

Os concelhos que confrontam com Cantanhede evidenciam, igualmente, esta superioridade de edifícios com apenas um alojamento, apresentando todos eles, para ambos os anos, valores idênticos aos observados no concelho de Cantanhede.

Considerando os edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos (Quadro 42), importa referir que, em 2011, observa-se no concelho de Cantanhede um predomínio de edifícios com recolha de resíduos sólidos urbanos (95,0%), valor superior ao observado no ano de 2001 (90,6%). Ainda assim, cerca de 927 edifícios (5,0%) não apresentam recolha de resíduos sólidos urbanos.

Quadro 40 - Edifícios segundo o número de pavimentos, em 2001 e 2011.

			1				2				3				4			5 e	mais		To	tal
Unidade geográfica	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11	2001	2011
	Ν°	%	N°	%	N°	%	Nº	%	Ν°	%	Nº	%	N٥	%	Nº	%	N٥	%	Ν°	%	ı	۷۰
Anadia	5367	45,7	5631	43,4	5750	48,9	6684	51,5	491	4,2	502	3,9	67	0,6	73	0,6	75	0,6	87	0,7	11750	12977
Oliveira do Bairro	3901	51,2	4118	45,5	3046	40,0	4103	45,4	479	6,3	589	6,5	83	1,1	85	0,9	105	1,4	147	1,6	7614	9042
Vagos	5971	67,2	6090	59,1	2581	29,0	3586	34,8	220	2,5	389	3,8	52	0,6	143	1,4	67	0,8	95	0,9	8891	10303
Baixo Vouga	62896	50,0	67545	45,1	52809	42,0	68589	45,8	6367	5,1	9177	6,1	1752	1,4	2306	1,5	1857	1,5	2304	1,5	125681	149921
Cantanhede	9626	57,5	9998	53,5	6466	38,6	7929	42,4	565	3,4	552	3,0	54	0,3	181	1,0	43	0,3	35	0,2	16754	18695
Coimbra	12368	34,5	13003	32,0	15719	43,9	18614	45,8	4376	12,2	5236	12,9	1737	4,9	1895	4,7	1607	4,5	1893	4,7	35807	40641
Figueira da Foz	11902	52,5	12187	49,0	7762	34,2	9126	36,7	1803	7,9	2198	8,8	562	2,5	655	2,6	658	2,9	727	2,9	22687	24893
Mealhada	2597	35,3	2948	35,0	4047	55,0	4749	56,3	573	7,8	587	7,0	77	1,0	72	0,9	67	0,9	78	0,9	7361	8434
Mira	3944	64,1	3963	56,6	1946	31,6	2704	38,6	171	2,8	228	3,3	74	1,2	82	1,2	15	0,2	26	0,4	6150	7003
Montemor-o-Velho	6513	64,8	6804	58,2	3323	33,1	4417	37,8	189	1,9	354	3,0	23	0,2	105	0,9	3	0,0	17	0,1	10051	11697
Baixo Mondego	55515	44,0	55056	43,0	53801	42,7	55636	43,4	11387	9,0	11388	8,9	2827	2,2	3225	2,5	2526	2,0	2834	2,2	126056	128139
Distrito de Coimbra	60905	36,0	66543	35,0	78161	46,2	94286	49,6	23338	13,8	21702	11,4	4118	2,4	4230	2,2	2816	1,7	3370	1,8	169338	190131

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 41 - Edifícios segundo o número de aloiamentos, em 2011.

	1		2 -	6	7 -	12	13 c	u	Total
Unidade geográfica	alojam	ento	alojam	ento	alojan	nento	ma	is	iotai
	N٥	%	N°	%	N°	%	N٥	%	N٥
Anadia	12325	95,0	562	4,3	71	0,5	19	0,1	12977
Oliv eira do Bairro	8500	94,0	404	4,5	132	1,5	6	0,1	9042
Vagos	9757	94,7	412	4,0	120	1,2	14	0,1	10303
Baixo Vouga	137415	91,7	9457	6,3	2385	1,6	664	0,4	149921
Cantanhede	17927	95,9	696	3,7	61	0,3	11	0,1	18695
Coimbra	32686	80,4	5688	14,0	1579	3,9	688	1,7	40641
Condeix a-a-Nov a	21509	86,4	2226	8,9	820	3,3	338	1,4	24893
Figueira da Foz	7929	94,0	409	4,8	76	0,9	20	0,2	8434
Mira	6478	92,5	451	6,4	56	0,8	18	0,3	7003
Montemor-o-Velho	11130	95,2	518	4,4	46	0,4	3	0,0	11697
Baixo Mondego	113835	88,8	10492	8,2	2731	2,1	1081	0,8	128139
Distrito de Coimbra	173172	91,1	12563	6,6	3230	1,7	1166	0,6	190131

Fonte: INE. Censos 2011.

Contudo, é de salientar que, de entre os concelhos limítrofes, apenas Coimbra e Condeixa-a-Nova apresentam uma menor cobertura de recolha de resíduos (94,1% e 91,8%, respetivamente).

A consideração das condições de alojamento revela que o concelho de Cantanhede, tal como os concelhos com os quais confronta, apresentam uma cobertura quase total considerando as redes de água canalizada, instalações sanitárias e sistema de esgotos, com um grau de cobertura superior a 99% (Quadro 43 e Quadro 44).

No caso das instalações de banho e duche, a cobertura no concelho é de 98,1%, superior à observada no ano de 2001 (93,9%). No que se refere à

Quadro 42 - Edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2011.

Unidade geográfica	Co	m	Sei	m	Total
Official geografica	N°	%	N°	%	Ν°
Anadia	12648	97,5	329	2,5	12977
Oliveira do Bairro	8981	99,3	61	0,7	9042
Vagos	10123	98,3	180	1,7	10303
Baixo Vouga	142335	94,9	7586	5,1	149921
Cantanhede	17768	95,0	927	5,0	18695
Coimbra	38240	94,1	2401	5,9	40641
Condeix a-a-Nov a	22847	91,8	2046	8,2	24893
Figueira da Foz	8190	97,1	244	2,9	8434
Mira	6815	97,3	188	2,7	7003
Montemor-o-Velho	11532	98,6	165	1,4	11697
Baixo Mondego	121591	94,9	6548	5,1	128139
Distrito de Coimbra	179558	94,4	10573	5,6	190131

Fonte: INE, Censos 2011.

instalação de sistema de aquecimento central, apenas 11,0% dos alojamentos possuem, valor muito superior ao verificado no ano de 2001 (5,7%). Estes valores devem ser entendidos no quadro da evolução do número de alojamentos, sendo que apenas nos alojamentos construídos na última década houve uma preocupação de dotar as habitações com este tipo de resposta.

Um último comentário sublinha que as condições existentes nos alojamentos melhoram substancialmente entre 2001 e 2011, no concelho de Cantanhede e em todos os concelhos limítrofes.

Quadro 43 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (Nº).

	Ág	jua cana	alizada	1	Inst	alações	sanitár	ias	Instalaç	ão de ba	anho ou	duche	Sist	ema de	esgoto	s	Siste		aquecim ntral	nento
Unidade geográfica	Co	om	Se	m	Com	retrete	Sem r	etrete	Co	om	Se	em	Co	m	Se	m	Co	om Cei		em
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anadia	10312	10709	114	62	10230	10665	196	96	9962	10597	464	174	10294	10720	132	51	700	1198	9726	9573
Oliveira do Bairro	6863	8304	149	71	6875	8287	137	69	6609	8210	403	165	6840	8308	172	67	387	832	6625	7543
Vagos	6914	8036	199	74	6941	8011	172	74	6741	7952	372	158	6917	8046	196	64	439	1007	6674	7103
Baixo Vouga	118301	142560	1996	1139	118094	142245	2203	1080	113925	140889	6372	2810	118104	142761	2193	938	7249	16716	113048	126983
Cantanhede	12476	13523	196	80	12210	13467	462	112	11897	13350	775	253	12449	13535	223	68	719	1493	11953	12110
Coimbra	52942	57128	240	136	52323	57014	859	234	51096	56496	2086	768	52852	57164	330	100	3072	7317	50110	49947
Condeix a-a-Nov a	5294	24069	75	193	5078	24014	291	209	4980	23815	389	447	5237	24105	132	157	376	3510	4993	20752
Figueira da Foz	22026	7579	345	25	21793	7556	578	45	21234	7493	1137	111	21985	7583	386	21	1521	847	20850	6757
Mira	4312	4647	73	33	4292	4635	93	33	4199	4610	186	70	4299	4648	86	32	208	496	4177	4184
Montemor-o-Velho	8441	9525	224	115	8028	9451	637	177	7739	9353	926	287	8337	9542	328	98	165	701	8500	8939
Baixo Mondego	129128	128255	1511	672	126457	127749	4182	1064	123214	126601	7425	2326	128610	128370	2029	557	7886	16043	122753	112884
Distrito de Coimbra	154633	165857	2065	995	150991	163961	5707	1605	146134	163269	10564	3583	154014	166024	2684	828	8912	19994	147786	146858

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 44 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (%).

	Ár	ıua ca	naliza	nda	Ineta	lacões	sanitá	riae	Insta	lação	de ba	anho	Siet	ema d	A 980	otos		Sister	na de	
Unidade geográfica	7.5	juu cu	IIuIIZu	uu	mota	layous	Janna	ius		ou d	uche		Olst	ciiia u	c cag	0103	aque	ecime	nto ce	ntral
Officially geografica	Co	om	Se	em	Com r	etrete	Sem re	etrete	Co	m	Se	em	Co	m	Se	em	Co	om	Se	em
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anadia	98,9	99,4	1,1	0,6	98,1	99,0	1,9	0,9	95,5	98,4	4,5	1,6	98,7	99,5	1,3	0,5	6,7	11,1	93,3	88,9
Oliveira do Bairro	97,9	99,2	2,1	0,8	98,0	98,9	2,0	0,8	94,3	98,0	5,7	2,0	97,5	99,2	2,5	0,8	5,5	9,9	94,5	90,1
Vagos	97,2	99,1	2,8	0,9	97,6	98,8	2,4	0,9	94,8	98,1	5,2	1,9	97,2	99,2	2,8	0,8	6,2	12,4	93,8	87,6
Baixo Vouga	98,3	99,2	1,7	0,8	98,2	99,0	1,8	0,8	94,7	98,0	5,3	2,0	98,2	99,3	1,8	0,7	6,0	11,6	94,0	88,4
Cantanhede	98,5	99,4	1,5	0,6	96,4	99,0	3,6	0,8	93,9	98,1	6,1	1,9	98,2	99,5	1,8	0,5	5,7	11,0	94,3	89,0
Coimbra	99,5	99,8	0,5	0,2	98,4	99,6	1,6	0,4	96,1	98,7	3,9	1,3	99,4	99,8	0,6	0,2	5,8	12,8	94,2	87,2
Condeix a-a-Nov a	98,6	99,2	1,4	0,8	94,6	99,0	5,4	0,9	92,8	98,2	7,2	1,8	97,5	99,4	2,5	0,6	7,0	14,5	93,0	85,5
Figueira da Foz	98,5	99,7	1,5	0,3	97,4	99,4	2,6	0,6	94,9	98,5	5,1	1,5	98,3	99,7	1,7	0,3	6,8	11,1	93,2	88,9
Mira	98,3	99,3	1,7	0,7	97,9	99,0	2,1	0,7	95,8	98,5	4,2	1,5	98,0	99,3	2,0	0,7	4,7	10,6	95,3	89,4
Montemor-o-Velho	97,4	98,8	2,6	1,2	92,6	98,0	7,4	1,8	89,3	97,0	10,7	3,0	96,2	99,0	3,8	1,0	1,9	7,3	98,1	92,7
Baixo Mondego	98,8	99,5	1,2	0,5	96,8	99,1	3,2	0,8	94,3	98,2	5,7	1,8	98,4	99,6	1,6	0,4	6,0	12,4	94,0	87,6
Distrito de Coimbra	98,7	99,4	1,3	0,6	96,4	98,3	3,6	1,0	93,3	97,9	6,7	2,1	98,3	99,5	1,7	0,5	5,7	12,0	94,3	88,0

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

3.4. Atividade económica

Considerando a estrutura e variação da população ativa para o concelho de Cantanhede (Quadro 45), importa referir que, em 2011, a população ativa tem maior relevância nos Homens (52,5%), em comparação com as Mulheres (47,5%). Em 2001 a situação era idêntica (56,4% nos Homens e 43,6% nas Mulheres).

Tendo em conta os valores totais, ocorreu, no concelho de Cantanhede, um decréscimo da população ativa (-5,7%). Estas dinâmicas são semelhantes aos concelhos limítrofes, à exceção de Oliveira do Bairro, Vagos e Montemoro-Velho que registaram um acréscimo de população ativa.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente (Quadro 46). Para o concelho de Cantanhede, de acordo com os dados de 2001 e 2011, a taxa de atividade é superior nos Homens (52,8% e 48,6%, respetivamente), comparativamente ao observado no sexo feminino (37,9% e 39,8%, respetivamente).

Relativamente à taxa de atividade total, esta era de 45,0% em 2001 e 46,0% em 2011. Os concelhos que confrontam com Cantanhede apresentam uma dinâmica semelhante, à exceção da Mealhada que teve um acréscimo nos valores da taxa de atividade entre 2001 e 2011.

Quadro 45 - População ativa e variação.

Unidada gasarática		2001			2011	
Unidade geográfica	Н	M	Total	Н	M	Total
Anadia	55,8	40,6	47,9	51,0	42,1	46,4
Oliveira do Bairro	56,2	41,0	48,2	52,4	44,2	48,1
Vagos	54,9	41,6	48,0	51,6	42,7	47,0
Baixo Vouga	53,0	40,1	46,3	53,0	44,7	48,6
Cantanhede	52,8	37,9	45,0	48,6	39,8	44,0
Coimbra	53,9	46,4	49,9	51,4	47,6	49,4
Figueira da Foz	52,6	39,3	45,7	49,3	41,1	45,0
Mealhada	53,9	41,6	47,6	51,6	44,7	48,0
Mira	51,8	36,5	43,7	47,1	39,7	43,2
Montemor-o-Velho	51,1	36,5	43,6	50,8	42,7	46,6
Baixo Mondego	52,9	41,1	46,7	50,1	43,7	46,7
Distrito de Coimbra	52,3	40,1	45,9	49,4	42,5	45,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 46 - Taxa de atividade (%).

Unidada nagurifias		2001			2011	
Unidade geográfica	Н	M	Total	Н	M	Total
Anadia	55,8	40,6	47,9	51,0	42,1	46,4
Oliveira do Bairro	56,2	41,0	48,2	52,4	44,2	48,1
Vagos	54,9	41,6	48,0	51,6	42,7	47,0
Baixo Vouga	53,0	40,1	46,3	53,0	44,7	48,6
Cantanhede	52,8	37,9	45,0	48,6	39,8	44,0
Coimbra	53,9	46,4	49,9	51,4	47,6	49,4
Figueira da Foz	52,6	39,3	45,7	49,3	41,1	45,0
Mealhada	53,9	41,6	47,6	51,6	44,7	48,0
Mira	51,8	36,5	43,7	47,1	39,7	43,2
Montemor-o-Velho	51,1	36,5	43,6	50,8	42,7	46,6
Baixo Mondego	52,9	41,1	46,7	50,1	43,7	46,7
Distrito de Coimbra	52,3	40,1	45,9	49,4	42,5	45,8

Fonte: INE. Censos 2001 e Censos 2011.

Numa referência à população empregada segundo o setor de atividade no concelho de Cantanhede, os valores recentes de 2001 e 2011 indicam uma diminuição acentuada dos valores referentes ao emprego no setor primário (de 13,1% para 5,3%), um decréscimo do emprego no setor secundário (de 35,0% para 29,2%) e um reforço da relevância do emprego no setor terciário (de 51,9% para 65,5%), acompanhando a tendência observada a nível do Distrito de Coimbra e da Sub-região do Baixo Mondego (Quadro 47).

Considerando a população empregada segundo a situação na profissão no concelho de Cantanhede (Quadro 48) os valores recentes de 2001 e 2011 indicam uma diminuição de 28,5% da população empregadora e uma diminuição, respetivamente, de -24,2% e -48,8% da população trabalhadora por conta própria (TCP) e da população familiar não renumerada (TFNR).

Por outro lado, é de salientar o claro predomínio da população por conta de outrem (TCO), apresentando 67,9% em 2001 e 74,9% em 2011, correspondendo a um aumento de 6,9%. A população empregada segundo a situação de membro ativo de cooperativa não sofre qualquer alteração em termos percentuais, sendo que a população empregada segundo outra situação apresenta um decréscimo de 28,1%.

Os concelhos que confrontam com Cantanhede apresentam uma dinâmica idêntica à referida anteriormente, tal como na Sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Considerando a população empregada segundo os grupos de profissões para o concelho de Cantanhede, constata-se um predomínio do grupo de profissões correspondente a Pessoal dos Serviços e Vendedores (CNP5), correspondendo 20,0%, sendo que os grupos de profissões correspondentes a Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (CNP7), Trabalhadores Não Qualificados (CNP9), Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (CNP2) e Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (CNP3) assumem alguma importância no contexto do concelho, uma vez que representam 17,9%, 15,0%, 12,8% e 8,9% (Quadro 49). Por outro lado, os grupos de profissões relativos a Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (CNP1), Pessoal Administrativo e Similares (CNP4), Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem (CNP8), Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas (CNP6), têm uma menor representatividade no contexto do concelho (7,1%, 7,0%, 6,4% e 4,3%).

Os concelhos que confrontam com Cantanhede apresentam uma realidade idêntica à referida anteriormente, tal como na Sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Quadro 47 - População empregada segundo o setor de atividade.

		Prim	ário			Secu	ndário			Terc	iário		То	tal
Unidade geográfica	20	01	20	11	2001		20	11	200	1	2011		2001	2011
	N٥	%	N°	%	N°	%	N٥	%	N°	%	N°	%	N	10
Anadia	978	6,8	434	3,6	6738	46,8	4867	39,9	6694	46,5	6893	56,5	14410	12194
Oliv eira do Bairro	766	7,9	251	2,5	4807	49,4	4128	41,5	4151	42,7	5559	55,9	9724	9938
Vagos	1250	12,5	474	4,9	4287	42,9	3392	35,0	4454	44,6	5824	60,1	9991	9690
Baixo Vouga	7893	4,6	4398	2,6	80381	47,2	63596	37,7	82037	48,2	100840	59,7	170311	168834
Cantanhede	2104	13,1	775	5,3	5630	35,0	4283	29,2	8359	51,9	9603	65,5	16093	14661
Coimbra	695	1,0	421	0,7	14868	21,4	9588	15,1	54035	77,6	53589	84,3	69598	63598
Figueira da Foz	1364	5,2	858	3,5	9738	36,8	7705	31,6	15353	58,0	15838	64,9	26455	24401
Mealhada	432	4,6	177	2,0	3534	38,0	2873	32,0	5342	57,4	5922	66,0	9308	8972
Mira	677	13,1	399	8,3	1749	33,8	1324	27,6	2755	53,2	3072	64,1	5181	4795
Montemor-o-Velho	1019	9,9	686	6,3	3537	34,4	2804	25,6	5726	55,7	7483	68,2	10282	10973
Baixo Mondego	8053	5,0	3601	2,6	47684	29,3	30724	22,1	106782	65,7	104863	75,3	162519	139188
Distrito de Coimbra	9962	5,2	4799	2,7	58989	31,0	42903	24,3	121125	63,7	128763	73,0	190076	176465

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 48 - População empregada segundo situação na profissão.

		Empr	egador			T	СР			TF	NR	
Unidade geográfica	20	01	20	11	20	01	20	11	20	01	20	11
	N٥	%	N٥	%	N٥	%	N°	%	Ν°	%	N٥	%
Anadia	1588	11,0	1354	11,1	1196	8,3	1029	8,4	167	1,2	108	0,9
Oliveira do Bairro	1349	13,9	1222	12,3	860	8,8	766	7,7	154	1,6	61	0,6
Vagos	1648	16,5	1439	14,9	1146	11,5	966	10,0	299	3,0	137	1,4
Baixo Vouga	17850	10,5	17734	10,5	12439	7,3	12012	7,1	1494	0,9	1042	0,6
Cantanhede	2470	15,3	1767	12,1	2031	12,6	1540	10,5	447	2,8	229	1,6
Coimbra	6039	8,7	6272	9,9	3512	5,0	3365	5,3	280	0,4	212	0,3
Figueira da Foz	2651	10,0	2331	9,6	1901	7,2	1697	7,0	184	0,7	155	0,6
Mealhada	971	10,4	860	9,6	758	8,1	556	6,2	62	0,7	51	0,6
Mira	705	13,6	556	11,6	598	11,5	550	11,5	200	3,9	75	1,6
Montemor-o-Velho	1028	10,0	911	8,3	801	7,8	723	6,6	220	2,1	76	0,7
Baixo Mondego	16389	10,1	13798	9,9	11959	7,4	9400	6,8	1734	1,1	875	0,6
Distrito de Coimbra	19442	10,2	17672	10,0	14547	7,7	12226	6,9	1951	1,0	1140	0,6

(Continua)

(Continuação)

						· · · · ·								
		Т	СО		Mem	bro ativo	de coope	rativa		Outra	situação		To	tal
Unidade geográfica	200	01	201	11	20	01	20)11	20	01	20	11	2001	2011
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N	l°
Anadia	11338	78,7	9573	78,5	3	0,0	4	0,0	118	0,8	126	1,0	14410	12194
Oliveira do Bairro	7278	74,8	7808	78,6	3	0,0	4	0,0	80	0,8	77	0,8	9724	9938
Vagos	6786	67,9	7055	72,8	3	0,0	4	0,0	109	1,1	89	0,9	9991	9690
Baixo Vouga	137164	80,5	136101	80,6	38	0,0	96	0,1	1326	0,8	1849	1,1	170311	168834
Cantanhede	10934	67,9	10976	74,9	8	0,0	3	0,0	203	1,3	146	1,0	16093	14661
Coimbra	58511	84,1	52450	82,5	42	0,1	12	0,0	1214	1,7	1287	2,0	69598	63598
Figueira da Foz	5375	81,1	19927	81,7	31	0,5	6	0,0	97	1,5	285	1,2	6626	24401
Mealhada	21412	80,9	7395	82,4	12	0,0	7	0,1	295	1,1	103	1,1	26455	8972
Mira	3591	69,3	3554	74,1	8	0,2	3	0,1	79	1,5	57	1,2	5181	4795
Montemor-o-Velho	8067	78,5	9153	83,4	7	0,1	2	0,0	159	1,5	108	1,0	10282	10973
Baixo Mondego	130046	80,0	112979	81,2	126	0,1	52	0,0	2265	1,4	2084	1,5	162519	139188
Distrito de Coimbra	151523	79,7	142918	81,0	128	0,1	67	0,0	2485	1,3	2442	1,4	190076	176465

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 49 - População empregada segundo os grupos de profissões em 2011.

Unidada nasantiisa	CN	P 0	CN	P 1	CN	P 2	CN	P 3	CN	P 4	CN	P 5	CN	P 6	CN	P 7	CN	P 8	CN	P 9	Total
Unidade geográfica	Ν°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	Ν°	%	N°	%	N°	%	N°
Anadia	38	0,3	889	7,3	1396	11,4	1106	9,1	967	7,9	2228	18,3	376	3,1	2515	20,6	1007	8,3	1672	13,7	12194
Oliveira do Bairro	39	0,4	804	8,1	1121	11,3	1054	10,6	820	8,3	1756	17,7	192	1,9	2173	21,9	769	7,7	1210	12,2	9938
Vagos	34	0,4	935	9,6	964	9,9	758	7,8	592	6,1	1863	19,2	380	3,9	2023	20,9	734	7,6	1407	14,5	9690
Baixo Vouga	691	0,4	12802	7,6	22422	13,3	17791	10,5	13285	7,9	29347	17,4	3424	2,0	33479	19,8	12480	7,4	23113	13,7	168834
Cantanhede	84	0,6	1038	7,1	1875	12,8	1308	8,9	1019	7,0	2937	20,0	632	4,3	2629	17,9	934	6,4	2205	15,0	14661
Coimbra	229	0,4	4376	6,9	19248	30,3	7134	11,2	5816	9,1	12264	19,3	385	0,6	5502	8,7	2206	3,5	6438	10,1	63598
Figueira da Foz	181	0,7	1571	6,4	3624	14,9	2491	10,2	1915	7,8	4715	19,3	639	2,6	3854	15,8	1761	7,2	3650	15,0	24401
Mealhada	31	0,3	595	6,6	1136	12,7	956	10,7	751	8,4	1906	21,2	162	1,8	1430	15,9	683	7,6	1322	14,7	8972
Mira	30	0,6	363	7,6	650	13,6	393	8,2	288	6,0	972	20,3	306	6,4	825	17,2	282	5,9	686	14,3	4795
Montemor-o-Velho	83	0,8	596	5,4	1339	12,2	1063	9,7	925	8,4	2338	21,3	406	3,7	1612	14,7	939	8,6	1672	15,2	10973
Baixo Mondego	742	0,5	9074	6,5	29394	21,1	14282	10,3	11673	8,4	28007	20,1	2851	2,0	17625	12,7	7972	5,7	17568	12,6	139188
Distrito de Coimbra	886	0,5	11194	6,3	32782	18,6	17298	9,8	14532	8,2	35767	20,3	3900	2,2	25261	14,3	11290	6,4	23555	13,3	176465

Fonte: INE, Censos 2011.

Numa referência à população desempregada no concelho de Cantanhede (Quadro 50), os valores recentes de 2001 e 2011 indicam um acréscimo da

população desempregada nos Homens (de 347 desempregados em 2001 para 686 desempregados em 2011, correspondendo a um aumento de

97,7%) e um acréscimo menos expressivo nas Mulheres (de 635 em 2001 para 759 desempregadas em 2011, correspondendo a um aumento de 19,5%), o que em termos totais se traduz num aumento de 47,1% da população desempregada (de 982 desempregados em 2001 para 1445 em 2011).

Por outro lado, de acordo com os dados de 2001 e 2011 ocorreu, no concelho de Cantanhede, um ligeiro acréscimo da taxa de desemprego nos Homens (de 3,6% em 2001 para 8,1% em 2011) e um acréscimo desta taxa nas Mulheres (de 8,5% em 2001 para 9,9% em 2011), o que em termos totais se traduz num ligeiro aumento de 3,2 pontos percentuais da taxa de desemprego (de 5,8% em 2001 para 9,0% em 2011). Deste modo, a população desempregada e a taxa de desemprego assumem valores mais

expressivos no sexo feminino, tendo por comparação o sexo masculino. Os concelhos que confrontam com Cantanhede apresentam uma dinâmica idêntica à referida anteriormente, tal como na Sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Um comentário adicional sublinha que o principal meio de vida da população desempregada relaciona-se com a família, uma vez que, no concelho de Cantanhede, tal como no restante território, cerca de metade dos desempregados encontra um suporte na família para sobreviver (Quadro 51). Sendo esta a principal âncora de apoio para os indivíduos, cerca de 557 desempregados encontram-se a cargo da família (38,5%), 422 indivíduos beneficiam do subsídio de desemprego (29,2%).

Quadro 50 - População desempregada, variação e taxa de desemprego.

		Popula	ção des	em preg	ada (Nº)		Populaçã	io desempre	gada (%)		Taxa	de des	empreg	o (%)	
Unidade geográfica	Hor	nens	Mull	heres	To	tal	Н	M	нм	Hon	nens	Mull	neres	To	tal
	2001	2011	2001	2011	2001	2011		2001-2011		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Anadia	290	646	425	670	715	1316	122,8	57,6	84,1	3,4	9,1	6,4	10,5	4,7	9,7
Oliveira do Bairro	184	502	301	632	485	1134	172,8	110,0	133,8	3,2	8,8	6,7	11,8	4,8	10,2
Vagos	206	495	379	550	585	1045	140,3	45,1	78,6	3,5	8,7	8,1	10,9	5,5	9,7
Baixo Vouga	3821	9893	5566	11358	9387	21251	158,9	104,1	126,4	4,1	10,0	7,4	12,5	5,6	11,2
Cantanhede	347	686	635	759	982	1445	97,7	19,5	47,1	3,6	8,1	8,5	9,9	5,8	9,0
Coimbra	2010	3822	2477	3355	4487	7177	90,1	35,4	60,0	5,4	11,1	6,8	9,2	6,1	10,1
Figueira da Foz	787	1661	1340	1891	2127	3552	111,1	41,1	67,0	5,0	11,5	10,4	14,1	7,4	12,7
Mealhada	186	412	387	423	573	835	121,5	9,3	45,7	3,4	8,1	8,7	8,9	5,8	8,5
Mira	163	254	285	341	448	595	55,8	19,6	32,8	5,2	9,1	11,5	13,1	8,0	11,0
Montemor-o-Velho	257	552	565	666	822	1218	114,8	17,9	48,2	4,1	8,6	11,8	11,5	7,4	10,0
Baixo Mondego	4350	7983	6676	8127	11026	16110	83,5	21,7	46,1	4,7	10,2	8,3	10,6	6,4	10,4
Distrito de Coimbr	4893	10095	7659	10381	12552	20476	106,3	35,5	63,1	4,5	10,0	8,3	10,8	6,2	10,4

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 51 - População residente desempregada segundo o principal meio de vida

	Tuak	-11	Refo	rm a/	Subsid	lio de	Subsidio	por	R	CI.	Ou	tro	Propri	edade	Ap	oio	A car	go da	0	4
Unidade geográfica	Trab	aino	Pen	são	desem	prego	acidente ou	doença	K	3 1	subs	sídio	ou em	presa	so	cial	Fam	ília	Ou	itro
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Anadia	207	15,7	9	0,7	444	33,7	2	0,2	28	2,1	6	0,5	0	0,0	13	1,0	468	35,6	139	10,6
Oliveira do Bairro	192	16,9	3	0,3	332	29,3	3	0,3	52	4,6	10	0,9	4	0,4	11	1,0	409	36,1	118	10,4
Vagos	177	16,9	14	1,3	278	26,6	1	0,1	21	2,0	7	0,7	2	0,2	6	0,6	424	40,6	115	11,0
Baixo Vouga	3351	15,8	190	0,9	6696	31,5	31	0,1	1004	4,7	153	0,7	63	0,3	209	1,0	7759	36,5	1795	8,4
Cantanhede	240	16,6	9	0,6	422	29,2	3	0,2	79	5,5	11	0,8	4	0,3	13	0,9	557	38,5	107	7,4
Coimbra	1246	17,4	56	0,8	1921	26,8	7	0,1	506	7,1	50	0,7	30	0,4	92	1,3	2703	37,7	566	7,9
Figueira da Foz	674	19,0	32	0,9	906	25,5	3	0,1	304	8,6	31	0,9	9	0,3	43	1,2	1267	35,7	283	8,0
Mealhada	129	15,4	6	0,7	248	29,7	2	0,2	25	3,0	7	0,8	5	0,6	3	0,4	351	42,0	59	7,1
Mira	116	19,5	3	0,5	180	30,3	0	0,0	29	4,9	4	0,7	2	0,3	6	1,0	206	34,6	49	8,2
Montemor-o-Velho	206	16,9	14	1,1	347	28,5	1	0,1	60	4,9	10	0,8	6	0,5	7	0,6	471	38,7	96	7,9
Baixo Mondego	2838	17,6	131	0,8	4465	27,7	14	0,1	1061	6,6	120	0,7	56	0,3	181	1,1	5977	37,1	1267	7,9
Distrito de Coimbra	3521	17,2	166	0,8	5697	27,8	17	0,1	1327	6,5	143	0,7	69	0,3	251	1,2	7627	37,2	1658	8,1

Fonte: INE, Censos 2011.

A análise da população desempregada (1445) na categoria de 1º Emprego (287) e Novo Emprego (1158) segundo o sexo (Figura 29) revela uma predominância do sexo feminino (686) em relação ao sexo masculino (759).

Por outro lado, será de referir que a faixa etária que apresenta os valores mais elevados de desemprego é a dos 35 aos 54 anos e, com valores bastante idênticos, seguem-se as faixas etárias dos 25 a 34 anos e dos indivíduos que apresentam mais de 54 anos (Figura 30).

Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias de referir os elevados valores da população que apenas concluiu o 1º CEB (290). Relativamente ao 2º e 3º CEB existem 540 indivíduos, com o ensino secundário 325 indivíduos e com o ensino superior existem 247 indivíduos desempregados (Figura 31).

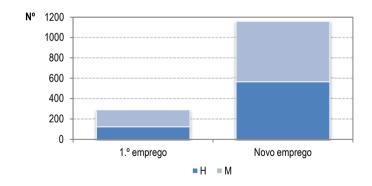


Figura 29 - População desempregada, segundo o sexo e categoria, no concelho de Cantanhede em 2011.

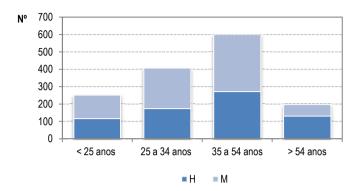


Figura 30 - População desempregada, segundo o sexo e idade, em 2011.

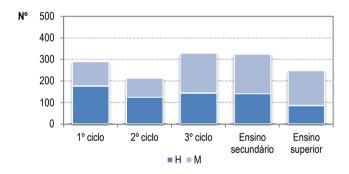


Figura 31 - População desempregada, segundo o sexo e habilitação literária, em 2011.

Em termos de número de desempregados e de beneficiários do subsídio de desemprego é, naturalmente, a freguesia de Cantanhede que apresenta os valores mais elevados, com 373 desempregados e 95 beneficiários do subsídio de desemprego (Figura 32). Com valores um pouco mais reduzidos de referir, ainda, as freguesias de Corticeiro de Cima, Camarneira, Sepins e Ourentã.

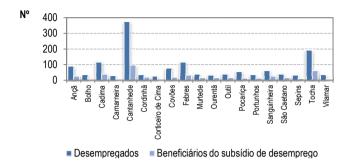


Figura 32 - Desempregados e beneficiários do subsídio de desemprego em 2011.

Em termos de distribuição dos desempregados segundo a área de residência e faixa etária verifica-se que do total de 373 desempregados registados na freguesia sede de concelho a maioria integra a faixa etária dos 35 aos 54 anos, sendo que esta situação é comum a maioria das freguesias que integram este território concelhio (Figura 33).

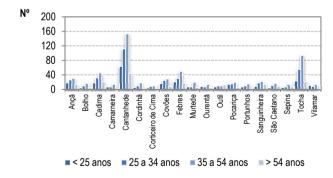


Figura 33 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e idade, em 2011.

Relativamente à distribuição dos desempregados por freguesia e faixa etária de destacar, tal como referido anteriormente, o elevado valor de desempregados que apenas concluíram o 3º CEB na maioria das freguesias que integram o concelho de Cantanhede, sendo de destacar um maior número de indivíduos com o ensino secundário nas freguesias de Cantanhede, Cordinhã, Ourentã, Pocariça e Vilamar (Figura 34).

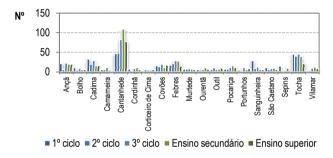


Figura 34 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e habilitação literária, em 2011.

Em relação aos desempregados na categoria de 1º Emprego é possível observar que a faixa etária com maior percentagem de desempregados é a de 25 anos, e que na globalidade representa 50,5% do total de desempregados nesta categoria (Figura 35). Os desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos representam 30,0%, enquanto que as restantes faixas etárias apresentam valores menos expressivos.

De referir que nas freguesias de Camarneira e Corticeiro de Cima os desempregados na categoria de 1º Emprego apresentam, na sua totalidade, idade inferior a 25 anos. Nas freguesias de Bolho e São Caetano, os

desempregados a maior percentagem é de desempregados entre os 25 e os 34 anos (57.1% e 50.0%).

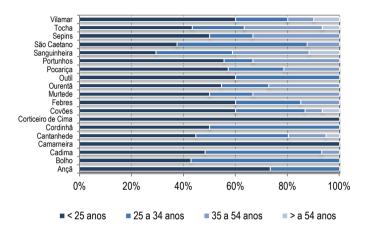


Figura 35 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e idade, com a categoria de 1º emprego, em 2011.

3.5. Meio de vida

Numa referência ao volume de pensionistas existentes no concelho de Cantanhede em 2005 (Quadro 52), destaca-se o facto de existirem cerca de 309 pensionistas por 1000 habitantes, valor superior tendo por referência a Sub-região do Baixo Mondego ou o Distrito de Coimbra (272 e 280 pensionistas, respetivamente).

A uma outra escala de análise todos os concelhos limítrofes apresentam um menor número de pensionistas por 1000 habitantes em relação ao

concelho de Cantanhede, que a par do concelho de Montemor-o-Velho, apresentam o número de pensionistas mais elevado.

Quadro 52 - Pensionistas (pessoas por 1000 habitantes).

Unidade geográfica	In	validez	:	١	elhice/		Sob	revivên	cia		Total	
Official de geografica	1993	2001	2005	1993	2001	2005	1993	2001	2005	1993	2001	2005
Anadia	27	22	22	171	172	187	48	60	65	246	254	274
Oliveira do Bairro	39	25	21	194	171	188	44	55	64	277	252	273
Vagos	25	23	22	143	136	148	40	52	54	209	210	225
Baixo Vouga	34	25	24	137	138	156	46	55	60	217	218	239
Cantanhede	48	39	32	195	208	211	47	65	66	289	312	309
Coimbra	33	33	31	128	129	145	41	50	53	202	212	230
Figueira da Foz	31	30	30	149	148	167	52	63	68	232	240	266
Mealhada	90	46	32	248	239	240	73	72	73	411	358	344
Mira	30	35	32	151	160	175	37	52	59	218	247	267
Montemor-o-Velho	41	42	40	192	201	203	51	67	70	284	310	314
Baixo Mondego	40	36	33	163	164	176	48	59	63	251	259	272
Distrito de Coimbra	42	37	35	172	170	179	48	62	66	263	268	280

Fonte: INE.

Por outro lado, considerando a estrutura dos pensionistas existiam em 2005 cerca de 68,2% de indivíduos a receberem subsídios de velhice, 21,4% de sobrevivência e 10,4% de invalidez (Quadro 53). Estes valores são semelhantes aos registados para os concelhos limítrofes e para as Subregiões que os integram, sendo que mais de 60% dos pensionistas o são por velhice.

De salientar o acréscimo de pensionistas por velhice e por sobrevivência no concelho de Cantanhede entre 1993 e 2005 (de 67,3% para 68,2% e de 16,2% para 21,4%). Por outro lado, verificou-se um decréscimo de pensionistas por invalidez (de 16,5% para 10,4%).

Quadro 53 - Pensionistas (%).

Unidada gagaráfica	In	validez	4	٧	/elhice		Sob	revivênd	cia
Unidade geográfica	1993	2001	2005	1993	2001	2005	1993	2001	2005
Anadia	11,1	8,8	7,9	69,4	67,6	68,3	19,5	23,5	23,8
Oliveira do Bairro	14,0	10,0	7,7	70,0	68,0	68,8	16,0	22,0	23,5
Vagos	12,1	10,7	9,9	68,7	64,5	65,9	19,2	24,8	24,2
Baixo Vouga	15,7	11,5	9,9	63,1	63,4	65,1	21,2	25,1	25,0
Cantanhede	16,5	12,4	10,4	67,3	66,8	68,2	16,2	20,8	21,4
Coimbra	16,4	15,5	13,6	63,3	60,8	63,2	20,3	23,8	23,2
Figueira da Foz	13,2	12,5	11,5	64,3	61,5	62,8	22,6	26,0	25,7
Mealhada	21,9	13,0	9,3	60,3	67,0	69,6	17,8	20,1	21,1
Mira	13,7	14,3	12,2	69,2	64,8	65,8	17,0	20,9	22,0
Montemor-o-Velho	14,5	13,5	12,9	67,6	64,7	64,7	18,0	21,8	22,4
Baixo Mondego	16,0	13,7	12,1	64,9	63,4	64,7	19,0	22,9	23,2
Distrito de Coimbra	16,1	13,8	12,5	65,4	63,2	64,0	18,5	23,0	23,5

Fonte: INE.

Entre 1993 e 2005 o grupo dos pensionistas por invalidez apresentou um decréscimo muito expressivo de -31,2% (Quadro 54). Por outro lado, os grupos de pensionistas por sobrevivência e por velhice apresentaram um acréscimo de 44,2% e 10,5%, respetivamente, verificando-se assim um aumento de pessoas a viver deste tipo de pensão, aspeto que deve ser sublinhado. Numa referência aos valores totais, importa referir que houve um acréscimo de 9,1% no número de pensionistas. Esta situação constata-se igualmente nos concelhos limítrofes que assistiram a um reforço no número de pensionistas entre 1993 e 2005.

Neste quadro de análise importa referir os valores das pensões anuais por beneficiário (Quadro 55). Neste contexto, o concelho de Cantanhede apresenta valores superiores nas pensões por velhice e invalidez (3593,47 euros e 3527,39 euros em 2005) e valores inferiores para os subsídios de sobrevivência (1910,03 euros).

Quadro 54 - Variação dos pensionistas (%).

Unidada maamulfiaa		Invalidez			Velhice		S	obrevivência			Total	
Unidade geográfica	1993/2001	2001/2005	1993/2005	1993/2001	2001/2005	1993/2005	1993/2001	2001/2005	1993/2005	1993/2001	2001/2005	1993/2005
Anadia	-9,7	-3,5	-12,9	10,0	8,8	19,7	36,1	8,6	47,8	13,0	7,6	21,6
Oliveira do Bairro	-26,0	-17,2	-38,7	0,0	9,9	9,9	41,7	16,0	64,3	3,0	8,5	11,8
Vagos	3,3	-1,0	2,3	9,3	9,4	19,5	50,5	4,4	57,1	16,4	7,1	24,7
Baixo Vouga	-19,0	-6,2	-24,0	10,9	12,7	25,0	30,5	9,5	42,9	10,4	9,7	21,1
Cantanhede	-17,6	-16,5	-31,2	9,3	1,2	10,5	40,8	2,4	44,2	9,9	-0,8	9,1
Coimbra	6,2	-4,5	1,4	7,8	12,9	21,6	31,5	6,0	39,4	12,3	8,5	21,9
Figueira da Foz	0,4	1,2	1,6	0,8	12,9	13,8	21,5	9,3	32,8	5,4	10,5	16,5
Mealhada	-41,6	-31,2	-59,8	9,6	0,1	9,7	11,5	1,1	12,8	-1,3	-3,8	-5,0
Mira	14,6	-8,1	5,3	3,1	9,6	13,0	35,4	13,4	53,5	10,1	7,9	18,8
Montemor-o-Velho	-1,6	-3,4	-4,9	0,8	1,4	2,2	27,4	4,4	33,1	5,3	1,4	6,7
Baixo Mondego	-8,3	-7,1	-14,8	4,5	7,2	12,0	28,8	6,3	36,9	7,1	5,0	12,4
Distrito de Coimbra	-9,9	-5,5	-14,8	1,9	5,7	7,7	31,2	6,8	40,1	5,4	4,4	10,1

Fonte: INE.

Quadro 55 - Pensões anuais por beneficiário (Euros).

Unidada waawifiaa	ı	nvalidez			Velhice		Sol	brevivênci	а		Total	
Unidade geográfica	1993	2001	2005	1993	2001	2005	1993	2001	2005	1993	2001	2005
Anadia	1607,64	2819,46	3482,46	1591,80	3047,20	3966,43	981,27	1628,37	2074,56	1474,23	2692,97	3478,52
Oliveira do Bairro	1593,36	2785,05	3645,60	1481,22	2789,23	3642,95	922,61	1530,72	1933,04	1407,54	2511,92	3241,05
Vagos	1555,09	2668,01	3388,21	1509,88	2765,83	3502,45	934,47	1528,75	1908,26	1404,93	2448,60	3105,51
Baixo Vouga	1864,83	3000,65	3717,43	1791,27	3406,15	4403,34	1072,97	1756,87	2199,44	1650,29	2945,42	3783,92
Cantanhede	1719,91	2946,76	3527,39	1555,05	2845,30	3593,47	921,93	1521,40	1910,03	1479,72	2583,06	3225,97
Coimbra	1860,48	3173,31	3933,81	1872,08	3368,23	4353,74	1159,49	1810,40	2267,35	1725,59	2968,02	3812,66
Figueira da Foz	1843,45	3400,85	4426,62	1893,78	3401,38	4427,40	1148,67	1845,43	2297,57	1719,03	2996,74	3879,52
Mealhada	2080,75	3172,56	3774,92	1900,29	3365,74	4159,90	1068,91	1723,30	2165,34	1792,15	3011,05	3703,50
Mira	1508,82	2791,21	3385,17	1484,74	2708,74	3517,71	922,76	1506,01	1947,02	1392,31	2468,72	3155,93
Montemor-o-Velho	1868,08	3327,09	3997,09	1661,40	3034,06	4037,45	1054,90	1668,80	2115,38	1582,27	2776,54	3601,50
Baixo Mondego	1825,27	3128,76	3892,61	1750,38	3152,45	4079,37	1084,58	1729,99	2167,36	1635,71	2823,08	3613,25
Distrito de Coimbra	1772,83	3150,01	3891,70	1709,99	3082,85	3998,04	1073,21	1711,40	2142,76	1602,57	2777,01	3548,93

Estes valores são superiores em 2005 comparativamente a 1993, apresentando acréscimos de 1807,48 euros nas pensões por velhice, de 2038,42 nas pensões por invalidez e um aumento de 988,10 euros nas pensões por sobrevivência.

De salientar que o concelho de Cantanhede apresenta valores de pensões anuais geralmente inferiores aos dos outros concelhos limítrofes (apenas superiores aos observados nos concelhos de Vagos e Mira), verificando-se que são inferiores aos valores registados para a Sub-região do Baixo Mondego e para o Distrito de Coimbra.

Relativamente aos beneficiários de subsídio de desemprego verifica-se que, no concelho de Cantanhede, cerca de 27 indivíduos por 1000 habitantes recebem este tipo de subsídio no ano de 2005 (Quadro 56). Este valor é mais reduzido no concelho de Cantanhede comparativamente aos concelhos limítrofes, sendo inferior ao registado na Sub-região do Baixo Mondego (36 beneficiários por 1000 habitantes) e no Distrito de Coimbra (35 beneficiários por 1000 habitantes).

Quadro 56 - Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes).

Unidade geográfica	Hon	nens	Mull	neres	То	tal
Officace geografica	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Anadia	9	13	16	20	25	33
Oliveira do Bairro	6	12	13	20	19	32
Vagos	6	14	17	18	23	32
Baixo Vouga	12	18	21	26	33	44
Cantanhede	7	11	13	16	21	27
Coimbra	13	16	17	20	29	36
Figueira da Foz	11	18	18	22	29	40
Mealhada	11	15	16	21	27	37
Mira	11	15	24	32	35	47
Montemor-o-Velho	14	20	20	21	34	41
Baixo Mondego	12	16	17	20	28	36
Distrito de Coimbra	11	15	17	20	27	35

Fonte: INE.

Os beneficiários de subsídio de desemprego no concelho de Cantanhede assumem maior expressividade no caso das Mulheres (16 indivíduos por 1000 habitantes) e menor representatividade no caso dos Homens (11 indivíduos por 1000 habitantes). Comparativamente ao ano de 2002 verificase um reforço de beneficiários masculinos (de 7 para 11 indivíduos por 1000 habitantes em 2005) e de beneficiários do sexo feminino (de 13 para 16 indivíduos por 1000 habitantes em 2005).

Numa referência aos 1033 indivíduos que em 2005 recebiam subsídio de desemprego (Quadro 57 e Quadro 58), 268 pertenciam ao grupo etário dos 30 aos 39 anos (correspondendo a 25,9%), 198 indivíduos pertenciam ao grupo dos 25 aos 29 anos (19,2%), 196 indivíduos pertenciam ao grupo dos 55 e mais anos (19,0%) e 180 indivíduos referiam-se ao grupo dos 40 aos 49 anos (17,4%). Por outro lado, nos grupos com menos de 24 anos e dos 50 a 54 anos existiam 105 e 86 indivíduos, correspondendo a 10,2% e 8,3%, respetivamente.

Relativamente aos quantitativos anuais de prestações de desemprego por desempregado (Quadro 59), os valores processados para o concelho de Cantanhede são para o ano de 2005 e para ambos os sexos inferiores aos registados pela maioria dos concelhos limítrofes (3650,7 euros no caso dos Homens e 2795,1 euros no caso das Mulheres). De salientar que entre 2002 e 2005 houve um acréscimo nos montantes processados quer no caso dos Homens (de 3517,9 euros para 3650,7 euros), quer no caso das Mulheres (de 2118,6 para 2795,1 euros).

Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Cantanhede eram no ano de 2005 de 17 indivíduos por 1000 habitantes (Quadro 60). Entre 2002 e 2004 verificou-se um decréscimo de beneficiários

do RSI (de 16 para 13 indivíduos por 1000 habitantes), seguindo-se um acréscimo no ano seguinte (para 17 indivíduos por 1000 habitantes).

A tendência é semelhante à registada para os concelhos limítrofes, sendo que os valores são mais expressivos na Sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra (21 e 24 pessoas por 1000 habitantes em 2005, respetivamente). Considerando os 653 indivíduos que em 2005 recebiam o RSI (Quadro 61 e Quadro 62), cerca de 261 pertenciam ao grupo etário com

menos de 24 anos (correspondendo a 40,0%), sendo que 159 indivíduos tinham 55 ou mais anos (24,3%). Por outro lado, e assumindo menor representatividade, existiam apenas 116 indivíduos beneficiários entre os 25 e os 39 anos (17,8%) e 117 indivíduos entre os 40 e os 54 anos (17,9%). Este cenário é idêntico ao verificado para os outros concelhos, salientando-se as elevadas percentagens de indivíduos beneficiários com menos de 24 anos, facto que deve motivar uma séria reflexão.

Quadro 57 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (Nº).

Unidade geográfica	Menos	de 24	25 e c	s 29	30 (e 39	40 (e 49	50 €	54	55 ou	mais	То	tal
Official de geografica	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Anadia	88	74	106	136	171	229	146	208	73	112	193	282	777	1041
Oliv eira do Bairro	66	58	74	116	90	182	63	125	32	59	77	133	402	673
Vagos	89	71	108	121	134	168	61	137	40	56	81	156	513	709
Baixo Vouga	1768	1608	1967	2385	2790	4000	1981	3034	1016	1636	2350	3381	11872	16044
Cantanhede	94	105	161	198	179	268	135	180	71	86	146	196	786	1033
Coimbra	459	437	765	941	862	1295	825	958	520	575	911	1126	4342	5332
Figueira da Foz	167	238	259	404	427	606	348	503	196	251	404	510	1801	2512
Mealhada	58	68	77	128	117	186	101	137	65	66	144	178	562	763
Mira	41	51	86	108	107	180	85	106	55	51	75	114	449	610
Montemor-o-Velho	101	117	118	127	200	241	161	192	88	109	192	264	860	1050
Baixo Mondego	1104	1191	1733	2201	2292	3289	1927	2434	1172	1317	2289	2924	10517	13356
Distrito de Coimbra	1341	1422	2056	2544	2725	3900	2210	2933	1296	1495	2459	3183	12087	15477

Quadro 58 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (%).

Unidade geográfica	Menos	de 24	25 e o	s 29	30 €	39	40 €	e 49	50 €	54	55 ou	mais
Omuade geogranica	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Anadia	11,3	7,1	13,6	13,1	22,0	22,0	18,8	20,0	9,4	10,8	24,8	27,1
Oliveira do Bairro	16,4	8,6	18,4	17,2	22,4	27,0	15,7	18,6	8,0	8,8	19,2	19,8
Vagos	17,3	10,0	21,1	17,1	26,1	23,7	11,9	19,3	7,8	7,9	15,8	22,0
Baixo Vouga	14,9	10,0	16,6	14,9	23,5	24,9	16,7	18,9	8,6	10,2	19,8	21,1
Cantanhede	12,0	10,2	20,5	19,2	22,8	25,9	17,2	17,4	9,0	8,3	18,6	19,0
Coimbra	10,6	8,2	17,6	17,6	19,9	24,3	19,0	18,0	12,0	10,8	21,0	21,1
Figueira da Foz	9,3	9,5	14,4	16,1	23,7	24,1	19,3	20,0	10,9	10,0	22,4	20,3
Mealhada	10,3	8,9	13,7	16,8	20,8	24,4	18,0	18,0	11,6	8,7	25,6	23,3
Mira	9,1	8,4	19,2	17,7	23,8	29,5	18,9	17,4	12,2	8,4	16,7	18,7
Montemor-o-Velho	11,7	11,1	13,7	12,1	23,3	23,0	18,7	18,3	10,2	10,4	22,3	25,1
Baixo Mondego	10,5	8,9	16,5	16,5	21,8	24,6	18,3	18,2	11,1	9,9	21,8	21,9
Distrito de Coimbra	11,1	9,2	17,0	16,4	22,5	25,2	18,3	19,0	10,7	9,7	20,3	20,6

Fonte: INE.

Quadro 59 - Subsídio de desemprego anual por desempregado (Euros).

Unidade geográfica	Hon	nens	Mulh	neres	То	tal
omuaue geogranica	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Anadia	3010,9	4224,9	2355,9	3102,8	2586,9	3543,7
Oliveira do Bairro	2886,2	3649,8	2186,4	3088,9	2400,5	3303,1
Vagos	3100,0	3526,3	2147,5	2898,8	2407,4	3167,8
Baixo Vouga	3596,9	4186,3	2325,2	3112,8	2794,8	3547,3
Cantanhede	3517,9	3650,7	2118,6	2795,1	2615,8	3141,3
Coimbra	3579,3	4093,1	2479,1	3097,4	2953,7	3538,8
Figueira da Foz	2995,6	3850,6	2137,6	2766,6	2466,4	3246,0
Mealhada	3563,1	4153,6	2276,5	2896,4	2784,7	3422,0
Mira	2235,7	2964,3	2009,7	2524,2	2078,0	2665,6
Montemor-o-Velho	3687,7	4327,5	2201,6	2648,0	2803,5	3468,6
Baixo Mondego	3405,4	4031,8	2282,5	2875,2	2741,3	3381,5
Distrito de Coimbra	3333,8	3917,3	2236,1	2837,7	2667,9	3299,3

Fonte: INE.

Quadro 60 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes).

Unidada nagarática	H	lomen	s	N	lulhere	es		Total	
Unidade geográfica	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005
Anadia	16	10	5	16	10	5	16	10	5
Oliveira do Bairro	31	24	18	35	25	18	33	24	18
Vagos	29	25	16	35	29	19	32	27	18
Baixo Vouga	28	22	17	30	22	18	29	22	17
Cantanhede	16	12	16	17	13	18	16	13	17
Coimbra	22	13	20	21	14	20	21	13	20
Figueira da Foz	33	24	29	35	25	32	34	25	31
Mealhada	15	11	9	17	10	9	16	11	9
Mira	24	15	23	31	17	28	28	16	26
Montemor-o-Velho	27	19	25	32	22	30	29	21	28
Baixo Mondego	22	15	20	23	16	21	23	15	21
Distrito de Coimbra	25	17	23	27	18	25	26	17	24

Quadro 61 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por grupo etário (Nº).

	Menos de 24			25 e os 39			40 e os 54			55	ou mai	s	Total		
Unidade geográfica	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005
Anadia	227	133	65	87	60	41	73	40	24	118	87	40	505	320	170
Oliv eira do Bairro	327	246	190	112	79	63	110	73	53	147	120	82	696	518	388
Vagos	309	256	157	83	73	43	116	92	66	201	170	126	709	591	392
Baixo Vouga	5211	3998	3160	1915	1395	1111	1520	1145	994	1836	1535	1046	10482	8073	6311
Cantanhede	243	187	261	106	89	116	103	82	117	158	122	159	610	480	653
Coimbra	1450	900	1390	740	402	660	475	333	588	486	356	350	3151	1991	2988
Figueira da Foz	983	656	840	439	279	393	337	258	337	391	357	360	2150	1550	1930
Mealhada	150	96	76	57	38	27	57	34	37	63	56	44	327	224	184
Mira	137	70	135	59	36	56	53	32	61	106	69	82	355	207	334
Montemor-o-Velho	328	224	299	107	61	122	135	89	114	174	154	172	744	528	707
Baixo Mondego	3700	2396	3341	1667	1018	1501	1315	933	1401	1719	1384	1396	8401	5731	7639
Distrito de Coimbra	4989	3168	4666	2099	1246	2042	1804	1253	1946	2540	2025	2076	11432	7692	10730

Fonte: INE.

Quadro 62 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por grupo etário (%).

Unidade geográfica	Men	os de	24	25	e os 3	9	40	e os 5	4	55	ou mai	s
Officially geografica	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005
Anadia	45,0	41,6	38,2	17,2	18,8	24,1	14,5	12,5	14,1	23,4	27,2	23,5
Oliveira do Bairro	47,0	47,5	49,0	16,1	15,3	16,2	15,8	14,1	13,7	21,1	23,2	21,1
Vagos	43,6	43,3	40,1	11,7	12,4	11,0	16,4	15,6	16,8	28,3	28,8	32,1
Baixo Vouga	49,7	49,5	50,1	18,3	17,3	17,6	14,5	14,2	15,8	17,5	19,0	16,6
Cantanhede	39,8	39,0	40,0	17,4	18,5	17,8	16,9	17,1	17,9	25,9	25,4	24,3
Coimbra	46,0	45,2	46,5	23,5	20,2	22,1	15,1	16,7	19,7	15,4	17,9	11,7
Figueira da Foz	45,7	42,3	43,5	20,4	18,0	20,4	15,7	16,6	17,5	18,2	23,0	18,7
Mealhada	45,9	42,9	41,3	17,4	17,0	14,7	17,4	15,2	20,1	19,3	25,0	23,9
Mira	38,6	33,8	40,4	16,6	17,4	16,8	14,9	15,5	18,3	29,9	33,3	24,6
Montemor-o-Velho	44,1	42,4	42,3	14,4	11,6	17,3	18,1	16,9	16,1	23,4	29,2	24,3
Baixo Mondego	44,0	41,8	43,7	19,8	17,8	19,6	15,7	16,3	18,3	20,5	24,1	18,3
Distrito de Coimbra	43,6	41,2	43,5	18,4	16,2	19,0	15,8	16,3	18,1	22,2	26,3	19,3

Relativamente ao tipo de família dos beneficiários do RSI (Quadro 63 e Quadro 64), cerca de 33,7% referem-se a famílias nucleares com filhos (220 famílias) e 21,1% pertencem a famílias monoparentais (138 famílias).

Assumindo valores menos expressivos, cerca de 16,4% dos indivíduos pertencem a famílias isoladas (107 famílias), 15,5% referem-se a famílias nucleares sem filhos (101 famílias) e apenas 13,3% pertencem a famílias alargadas (87 famílias). Importa referir que o concelho de Cantanhede apresenta valores idênticos de beneficiários pertencentes a famílias nucleares com filhos (33,7%), tendo por referência os valores registados para a Subregião do Baixo Mondego (32,8%) e para o Distrito de Coimbra (35,7%).

Fazendo referência aos beneficiários de RSI segundo o valor da prestação mensal (Quadro 65 e Quadro 66), importa referir que, para o ano mais recente, observa-se, no concelho de Cantanhede, um predomínio dos beneficiários de RSI segundo a prestação mensal de 50 a 200 euros (45,5%), sendo que os beneficiários de RSI segundo a prestação mensal de 0 a 50 euros e de 200 a 400 euros apresentam valores percentuais a ter em conta (24,5% e 21,7%, respetivamente), enquanto os beneficiários de RSI segundo a prestação mensal de 400 e mais euros, apresentam um valor menos expressivo (8,3%).

Os concelhos que confrontam com o concelho de Cantanhede apresentam a mesma tendência, tal como a Sub-região do Baixo Mondego e o Distrito de Coimbra.

Quadro 63 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por tipo de família (Nº).

Unidada gas gráfica	Nuclea	ar sem f	ilhos	Nucle	ar com fi	lhos	Al	argad	а	Família	monopa	rental	ls	olada		Total		
Unidade geográfica	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005
Anadia	44	35	12	243	153	72	47	29	33	98	57	25	73	46	28	505	320	170
Oliv eira do Bairro	91	53	35	286	258	149	52	25	95	194	127	70	73	55	39	696	518	388
Vagos	110	99	68	301	268	103	64	43	99	155	125	85	79	56	37	709	591	392
Baixo Vouga	1131	902	555	4806	3877	2612	823	681	1244	2589	1802	1308	1133	811	592	10482	8073	6311
Cantanhede	113	74	101	242	201	220	8	12	87	169	120	138	78	73	107	610	480	653
Coimbra	372	250	228	1280	807	1005	36	21	460	863	565	742	600	348	553	3151	1991	2988
Figueira da Foz	261	211	212	894	628	658	36	34	287	578	402	458	381	275	315	2150	1550	1930
Mealhada	66	43	25	125	65	48	20	29	50	78	52	44	38	35	17	327	224	184
Mira	66	37	46	144	83	82	0	0	64	80	40	97	65	47	45	355	207	334
Montemor-o-Velho	97	78	100	383	249	228	3	0	120	154	125	139	107	76	120	744	528	707
Baixo Mondego	1188	852	829	3451	2324	2503	124	104	1234	2175	1459	1778	1458	992	1295	8396	5731	7639
Distrito de Coimbra	1750	1271	1227	5007	3319	3829	144	109	1727	2754	1799	2311	1777	1194	1636	11432	7692	10730

Quadro 64 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por tipo de família (%).

Unidade geográfica	Nuclear sem filhos			Nucle	ar com fi	lhos	A	largad	а	Família	monopa	arental	Isolada		
Officially geografica	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005	2002	2004	2005
Anadia	8,7	10,9	7,1	48,1	47,8	42,4	9,3	9,1	19,4	19,4	17,8	14,7	14,5	14,4	16,5
Oliveira do Bairro	13,1	10,2	9,0	41,1	49,8	38,4	7,5	4,8	24,5	27,9	24,5	18,0	10,5	10,6	10,1
Vagos	15,5	16,8	17,3	42,5	45,3	26,3	9,0	7,3	25,3	21,9	21,2	21,7	11,1	9,5	9,4
Baixo Vouga	10,8	11,2	8,8	45,9	48,0	41,4	7,9	8,4	19,7	24,7	22,3	20,7	10,8	10,0	9,4
Cantanhede	18,5	15,4	15,5	39,7	41,9	33,7	1,3	2,5	13,3	27,7	25,0	21,1	12,8	15,2	16,4
Coimbra	11,8	12,6	7,6	40,6	40,5	33,6	1,1	1,1	15,4	27,4	28,4	24,8	19,0	17,5	18,5
Figueira da Foz	12,1	13,6	11,0	41,6	40,5	34,1	1,7	2,2	14,9	26,9	25,9	23,7	17,7	17,7	16,3
Mealhada	20,2	19,2	13,6	38,2	29,0	26,1	6,1	12,9	27,2	23,9	23,2	23,9	11,6	15,6	9,2
Mira	18,6	17,9	13,8	40,6	40,1	24,6	0,0	0,0	19,2	22,5	19,3	29,0	18,3	22,7	13,5
Montemor-o-Velho	13,0	14,8	14,1	51,5	47,2	32,2	0,4	0,0	17,0	20,7	23,7	19,7	14,4	14,4	17,0
Baixo Mondego	14,1	14,9	10,9	41,1	40,6	32,8	1,5	1,8	16,2	25,9	25,5	23,3	17,4	17,3	17,0
Distrito de Coimbra	15,3	16,5	11,4	43,8	43,1	35,7	1,3	1,4	16,1	24,1	23,4	21,5	15,5	15,5	15,2

Fonte: INE:

Quadro 65 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (Nº).

Unidada gasarática	0 a 50 euros			50 a 200 euros			200 a 400 euros			400 e	mais eu	ıros	Total		
Unidade geográfica	2002	2003	2005	2002	2003	2005	2002	2003	2005	2002	2003	2005	2002	2003	2005
Anadia	165	154	53	220	179	69	98	92	37	22	40	11	505	465	170
Oliveira do Bairro	220	113	96	288	279	108	133	164	95	55	83	89	696	639	388
Vagos	191	154	105	303	347	173	161	209	61	54	85	53	709	795	392
Baixo Vouga	2945	2357	1512	4074	3906	1874	2416	2854	1676	1047	1302	1249	10482	10419	6311
Cantanhede	166	152	160	335	316	297	102	142	142	7	9	54	610	619	653
Coimbra	703	527	749	1327	1236	1051	876	731	724	245	352	464	3151	2846	2988
Figueira da Foz	434	379	475	1008	897	665	522	563	478	186	204	312	2150	2043	1930
Mealhada	123	110	63	107	121	70	59	49	30	38	12	21	327	292	184
Mira	131	85	88	157	149	168	67	72	61	0	6	17	355	312	334
Montemor-o-Velho	181	118	188	345	293	239	152	168	154	66	105	126	744	684	707
Baixo Mondego	2031	1676	1979	3865	3524	2822	1925	1925	1765	580	738	1073	8401	7863	7639
Distrito de Coimbra	2966	2564	2807	5365	4733	3993	2453	2562	2638	648	870	1292	11432	10729	10730

Quadro 66 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (%).

Unidade geográfica	0 a	50 eur	os	50 a	200 eur	os	200 a	400 eu	iros	400 e mais euros			
Unitidade geografica	2002	2003	2005	2002	2003	2005	2002	2003	2005	2002	2003	2005	
Anadia	32,7	33,1	31,2	43,6	38,5	40,6	19,4	19,8	21,8	4,4	8,6	6,5	
Oliveira do Bairro	31,6	17,7	24,7	41,4	43,7	27,8	19,1	25,7	24,5	7,9	13,0	22,9	
Vagos	26,9	19,4	26,8	42,7	43,6	44,1	22,7	26,3	15,6	7,6	10,7	13,5	
Baixo Vouga	28,1	22,6	24,0	38,9	37,5	29,7	23,0	27,4	26,6	10,0	12,5	19,8	
Cantanhede	27,2	24,6	24,5	54,9	51,1	45,5	16,7	22,9	21,7	1,1	1,5	8,3	
Coimbra	22,3	18,5	25,1	42,1	43,4	35,2	27,8	25,7	24,2	7,8	12,4	15,5	
Figueira da Foz	20,2	18,6	24,6	46,9	43,9	34,5	24,3	27,6	24,8	8,7	10,0	16,2	
Mealhada	37,6	37,7	34,2	32,7	41,4	38,0	18,0	16,8	16,3	11,6	4,1	11,4	
Mira	36,9	27,2	26,3	44,2	47,8	50,3	18,9	23,1	18,3	0,0	1,9	5,1	
Montemor-o-Velho	24,3	17,3	26,6	46,4	42,8	33,8	20,4	24,6	21,8	8,9	15,4	17,8	
Baixo Mondego	24,2	21,3	25,9	46,0	44,8	36,9	22,9	24,5	23,1	6,9	9,4	14,0	
Distrito de Coimbra	25,9	23,9	26,2	46,9	44,1	37,2	21,5	23,9	24,6	5,7	8,1	12,0	

Fonte: INE.

Considerando os beneficiários de RSI segundo a duração da prestação, importa referir que, em 2002 e 2003, observa-se no concelho de Cantanhede, um predomínio dos beneficiários de RSI segundo a duração de 13 a 36 meses (35,2% e 35,1%, respetivamente), tendo por comparação os beneficiários de RSI segundo uma duração de 0 a 12 meses (22,5% e 26,2%, respetivamente), 37 a 60 meses (35,2% e 18,1%, respetivamente) e os beneficiários de RSI segundo uma duração de mais de 60 meses (7,0% e 20,7%, respetivamente), constatando-se a mesma tendência no contexto da Sub-região do Baixo Mondego e do Distrito de Coimbra (Quadro 67 e Quadro 68).

3.6. Nível de vida (Poder de Compra)

Numa referência ao poder de compra no concelho de Cantanhede, os valores de 1993 e 2009 indicam um aumento deste indicador de 58,0% para 73,5%, acompanhando a dinâmica registada na Sub-região do Baixo Mondego, que apresentou um acréscimo do poder de compra de 90,0% em

1993 para 105,2% em 2009 (Quadro 69). Importa referir que o valor de referência se situa nos 100%.

Contudo, apesar deste aumento do poder de compra, o concelho de Cantanhede apresenta valores pouco expressivos e idênticos aos observados nos concelhos limítrofes, à exceção dos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz, que apresentam um maior poder de compra (144,9% e 96,8%). Sendo o indicador *per capita* no concelho de Cantanhede inferior ao valor de referência, devemos refletir quer sobre as características do desenvolvimento económico e social, quer também sobre as opções de política no quadro dos investimentos em equipamentos sociais.

Os aspetos de caracterização da dinâmica demográfica e os elementos da geografia das atividades económicas permitem entender o comportamento das variáveis sociais, devendo constituir o suporte para a reorganização quantitativa e qualitativa da rede de equipamentos sociais do concelho de Cantanhede.

Quadro 67 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (Nº).

Unidada gasayáfias	0 a 12 i	meses	13 a 36	meses	37 a 60	meses	Mais de 6	0 meses	То	tal
Unidade geográfica	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Anadia	98	82	171	176	186	101	50	106	505	465
Oliveira do Bairro	120	86	267	231	204	128	105	194	696	639
Vagos	90	122	205	273	307	173	107	227	709	795
Baixo Vouga	2031	2019	3490	3692	3497	2038	1464	2670	10482	10419
Cantanhede	137	162	215	217	215	112	43	128	610	619
Coimbra	761	731	1102	964	852	504	436	647	3151	2846
Figueira da Foz	352	371	708	630	717	399	373	643	2150	2043
Mealhada	81	59	131	137	91	56	24	40	327	292
Mira	96	75	104	84	134	88	21	65	355	312
Montemor-o-Velho	127	116	265	232	274	129	78	207	744	684
Baixo Mondego	1735	1777	2932	2583	2604	1482	1130	2021	8401	7863
Distrito de Coimbra	2503	2428	3645	3406	3808	2088	1476	2807	11432	10729

Fonte: INE.

Quadro 68 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (%).

Unidade geográfica	0 a 12 ı	meses	13 a 36	meses	37 a 60	meses	Mais de 6	0 meses
omuaue geogramica	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Anadia	19,4	17,6	33,9	37,8	36,8	21,7	9,9	22,8
Oliveira do Bairro	17,2	13,5	38,4	36,2	29,3	20,0	15,1	30,4
Vagos	12,7	15,3	28,9	34,3	43,3	21,8	15,1	28,6
Baixo Vouga	19,4	19,4	33,3	35,4	33,4	19,6	14,0	25,6
Cantanhede	22,5	26,2	35,2	35,1	35,2	18,1	7,0	20,7
Coimbra	24,2	25,7	35,0	33,9	27,0	17,7	13,8	22,7
Figueira da Foz	16,4	18,2	32,9	30,8	33,3	19,5	17,3	31,5
Mealhada	24,8	20,2	40,1	46,9	27,8	19,2	7,3	13,7
Mira	27,0	24,0	29,3	26,9	37,7	28,2	5,9	20,8
Montemor-o-Velho	17,1	17,0	35,6	33,9	36,8	18,9	10,5	30,3
Baixo Mondego	20,7	22,6	34,9	32,9	31,0	18,8	13,5	25,7
Distrito de Coimbra	21,9	22,6	31,9	31,7	33,3	19,5	12,9	26,2

Fonte: INE..

Quadro 69 - Indicador per capital

Unidade geográfica	1993	2004	2009
Officially geografica		%	
Anadia	61,0	73,5	70,6
Oliveira do Bairro	66,0	75,1	75,3
Vagos	47,0	62,1	62,7
Baixo Vouga	77,0	83,0	86,6
Cantanhede	58,0	70,2	73,5
Coimbra	129,0	132,5	144,9
Figueira da Foz	90,0	93,5	96,8
Mealhada	59,0	73,1	75,4
Mira	41,0	67,3	66,5
Montemor-o-Velho	35,0	58,6	72,7
Baixo Mondego	90,0	99,1	105,2

Fonte: INE.

4 EDUCAÇÃO

4.1. Oferta e procura da rede educativa

No ano letivo 2008/2009 existiam 5768 alunos repartidos pelos 74 estabelecimentos de ensino presentes no concelho de Cantanhede (Quadro 70). As freguesias mais populosas de Cantanhede, Febres e Tocha apresentavam para este ano um maior número de estabelecimentos (19, 7 e 7 estabelecimentos, frequentados por 2965, 499 e 600 alunos, respetivamente). Também, as freguesias de Ançã e Cadima apresentam 6 e 5 equipamentos de ensino, para 734 e 191 alunos. Apresentando um menor número de equipamentos (entre 2 e 3) surgem as restantes freguesias, sendo de referir que a freguesia de Outil não apresenta nenhum equipamento de ensino.

A freguesia de Cantanhede apresenta 6 estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar frequentado por 303 crianças. Nas freguesias de Corticeiro

de Cima, Febres, Murtede, Tocha e Vilamar existem 2 equipamentos frequentados por 71, 57, 35, 84 e 34 crianças, respetivamente. As restantes freguesias apresentam apenas um equipamento.

Ao nível do 1º ciclo existem 31 equipamentos de ensino para os 1467 alunos presentes no concelho. Nas freguesias de Cantanhede, Cadima e Febres existe um maior número de estabelecimentos para este nível de ensino (6, 4 e 3 estabelecimentos, frequentado por 460, 132 e 121 alunos, respetivamente). Nas freguesias de Tocha, Ançã e Sanguinheira encontramse localizados 2 equipamentos de ensino destinados a 172, 116 e 58 alunos, respetivamente. As restantes freguesias apresentam apenas um estabelecimento de 1º CEB.

Relativamente aos 2º e 3º CEB, existem no concelho 876 e 1148 alunos, respetivamente. Na freguesia de Cantanhede existem 456 e 616 alunos do 2º e 3º CEB que frequentam os 2 estabelecimentos de ensino localizados nesta freguesia. Também, nas freguesias de Ançã, Febres e Tocha localizam-se um equipamento destinado a estes níveis de ensino, frequentado por 146, 139 e 135 alunos de 2º CEB e 207, 171 e 154 alunos a freguentar o 3º CEB.

O Ensino Secundário encontra-se presente nas freguesias de Cantanhede, Ançã e Tocha, sendo frequentado por 765, 202 e 55 alunos, respetivamente.

A oferta de ensino profissional está presente na freguesia de Cantanhede, designadamente o pólo da Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, que, no ano letivo de 2008/2009 era frequentado por 238 alunos. Por último, na freguesia de Cantanhede encontram-se 127 alunos a frequentar o ensino artístico, na Academia de Música de Cantanhede.

Quadro 70 - Oferta e procura da rede educativa, no ano letivo 2008/2009.

	Educação	pré-escolar	1º (ciclo		Básico ciclo	3° (ciclo	Ensino s	ecundário	Ensino pr	ofissional	Ensino	artístico	To	otal
Freguesias	Número de estabelecimentos	Número de crianças	Número de estabelecimentos	Número de alunos												
Ançã	1	63	2	116	1	146	1	207	1	202					6	734
Bolho	1	10	1	23											2	33
Cadima	1	70	4	121											5	191
Camarneira	1	21	1	18											2	39
Cantanhede	6	303	6	460	2	456	2	616	1	765	1	238	1	127	19	2965
Cordinhã	1	22	1	31											2	53
Corticeiro de Cima	2	71	1	54											3	125
Covões	1	14	1	44											2	58
Febres	2	57	3	132	1	139	1	171							7	499
Murtede	2	35	1	36											3	71
Ourentã	1	15	1	34											2	49
Outil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça	1	19	1	36											2	55
Portunhos	1	13	1	34											2	47
Sanguinheira	1	35	2	58											3	93
São Caetano	1	12	1	29											2	41
Sepins	1	12	1	43											2	55
Tocha	2	84	2	172	1	135	1	154	1	55					7	600
Vilamar	2	34	1	26											3	60
Total	28	890	31	1467	5	876	5	1148	3	1022	1	238	1	127	74	5768

4.2. Nível de ensino atingido pela população residente

Relativamente ao nível de ensino atingido pelos munícipes, cerca de 29,6% da população residente apenas possui habilitação primária, valor correspondente a 10832 indivíduos (Quadro 71). A percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino corresponde a 21,8% dos

residentes (7936 habitantes). No ano censitário de 2011, 4631 pessoas concluíram o segundo ciclo (12,7%) e 5292 pessoas finalizaram o terceiro ciclo (14,5%). Importa referir que a percentagem de pessoas que frequentaram o ensino secundário (11,2%, correspondendo a 4096 indivíduos) é inferior aos que frequentaram o terceiro ciclo.

Relativamente à população detentora de habilitação superior, no concelho de Cantanhede existiam 3471 indivíduos com este tipo de habilitação,

correspondendo a 9,5% do total de residentes, enquanto que apenas 1,3% detinham o bacharelato (481 indivíduos).

Quadro 71 - População residente segundo o nível de ensino atingido, em 2011.

	N	h				Básico				Ens	ino	Ensino	pós-	Ens	ino	D I-		População
Freguesias	Neni	num	1º ci	iclo	2º c	iclo	3º ci	iclo	Total	secun	dário	secund	lário	supe	rior	васп	arelato	residente
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	N٥	%	N°	%	N°	%	Ν°	%	N°
Ançã	540	20,6	759	28,9	320	12,2	359	13,7	1438	325	12,4	18	0,7	304	11,6	32	1,2	2625
Bolho	186	21,9	309	36,4	107	12,6	95	11,2	511	74	8,7	5	0,6	72	8,5	6	0,7	848
Cadima	663	22,4	929	31,4	401	13,5	484	16,3	1814	310	10,5	13	0,4	163	5,5	19	0,6	2963
Camarneira	225	27,3	293	35,6	93	11,3	94	11,4	480	70	8,5	5	0,6	44	5,3	9	1,1	824
Cantanhede	1436	18,6	1672	21,6	874	11,3	1278	16,5	3824	1150	14,9	97	1,3	1231	15,9	174	2,2	7738
Cordinhã	266	25,7	293	28,3	136	13,2	143	13,8	572	111	10,7	9	0,9	76	7,4	7	0,7	1034
Corticeiro de Cima	169	23,4	240	33,3	128	17,8	84	11,7	452	58	8,0	4	0,6	38	5,3	4	0,6	721
Covões	572	26,5	755	35,0	268	12,4	260	12,1	1283	153	7,1	10	0,5	137	6,4	27	1,3	2155
Febres	779	23,2	1022	30,5	501	14,9	450	13,4	1973	335	10,0	21	0,6	244	7,3	32	1,0	3352
Murtede	372	26,0	410	28,7	202	14,1	191	13,3	803	126	8,8	8	0,6	122	8,5	14	1,0	1431
Ourentã	224	18,5	442	36,6	159	13,2	170	14,1	771	134	11,1	7	0,6	72	6,0	12	1,0	1208
Outil	161	18,8	266	31,0	96	11,2	132	15,4	494	106	12,4	3	0,3	94	11,0	18	2,1	858
Pocariça	207	18,8	305	27,7	136	12,4	178	16,2	619	150	13,6	14	1,3	111	10,1	15	1,4	1101
Portunhos	266	22,4	395	33,3	141	11,9	138	11,6	674	101	8,5	12	1,0	134	11,3	17	1,4	1187
Sanguinheira	401	21,1	671	35,3	232	12,2	318	16,7	1221	193	10,2	13	0,7	73	3,8	4	0,2	1901
São Caetano	202	25,2	257	32,1	119	14,9	109	13,6	485	44	5,5	3	0,4	67	8,4	8	1,0	801
Sepins	249	23,1	376	34,9	139	12,9	133	12,4	648	95	8,8	11	1,0	73	6,8	10	0,9	1076
Tocha	867	21,7	1254	31,4	465	11,6	570	14,3	2289	471	11,8	28	0,7	337	8,4	59	1,5	3992
Vilamar	201	25,8	184	23,6	114	14,6	106	13,6	404	90	11,5	6	0,8	79	10,1	14	1,8	780
Total	7986	21,8	10832	29,6	4631	12,7	5292	14,5	20755	4096	11,2	287	0,8	3471	9,5	481	1,3	36595

Fonte: INE, Censos 2011.

Covões com elevadas percentagens de população sem qualquer nível de habilitação ao nível do 1º CEB. ensino (27,3% e 26,5%, correspondendo a 225 e 572 indivíduos), num contexto em que todas as freguesias apresentam valores superiores a 18,0% de indivíduos nesta situação. Nas freguesias de Ourentã e Bolho cerca de

Numa análise às freguesias, importa destacar as freguesias de Camarneira e 36,6% e 36,4% (442 e 309 indivíduos, respetivamente) apenas possuem uma

A percentagem de pessoas com habilitação superior é maior nas freguesias de Cantanhede e Ançã (15,14% e 9,83%, correspondendo a 1231 e 304 habitantes) e menor nas freguesias de Sanguinheira, e Corticeiro de Cima (3,8%, 5,3%, correspondendo a 73 e 38 indivíduos).

Dos 36595 residentes no concelho no ano de 2011 (Quadro 72), cerca de 6,2% eram analfabetos, correspondendo a 2287 indivíduos, sendo que 1684 pertenciam ao sexo feminino (73,6%) e 603 correspondiam ao sexo masculino (26,4%).

Quadro 72 - Analfabetos com 10 ou mais anos por freguesia, em 2001 e 2011 (Nº).

	•		-		
2001	2011	2001	2011	2001	2011
78	37	160	95	238	132
20	16	65	44	85	60
78	48	228	129	306	177
43	30	88	72	131	102
122	60	345	209	467	269
25	12	104	64	129	76
27	8	71	37	98	45
74	42	283	161	357	203
131	67	279	159	410	226
48	42	122	90	170	132
50	26	108	61	158	87
19	11	40	30	59	41
31	21	64	37	95	58
45	22	104	67	149	89
67	35	147	84	214	119
36	20	95	51	131	71
35	28	78	45	113	73
96	66	313	195	409	261
18	12	59	54	77	66
1043	603	2753	1684	3796	2287
	2001 78 20 78 43 122 25 27 74 131 48 50 19 31 45 67 36 35 96 18	H 2001 2011 78 37 20 16 78 48 43 30 122 60 25 12 27 8 74 42 131 67 48 42 50 26 19 11 31 21 45 22 67 35 36 20 35 28 96 66 18 12	H 2001 2001 78 37 160 20 16 65 78 48 228 43 30 88 122 60 345 25 12 104 27 8 71 74 42 283 131 67 279 48 42 122 50 26 108 19 11 40 31 21 64 45 22 104 67 35 147 36 20 95 35 28 78 96 66 313 18 12 59	H M 2001 2011 2001 2011 78 37 160 95 20 16 65 44 78 48 228 129 43 30 88 72 122 60 345 209 25 12 104 64 27 8 71 37 74 42 283 161 131 67 279 159 48 42 122 95 50 26 108 61 19 11 40 30 31 21 64 37 45 22 104 67 67 35 147 84 36 20 95 51 35 28 78 45 96 66 313 195 18 12 59	2001 2011 2001 2011 2001 78 37 160 95 238 20 16 65 44 85 78 48 228 129 306 43 30 88 72 131 122 60 345 209 467 25 12 104 64 129 27 8 71 37 98 74 42 283 161 357 131 67 279 159 410 48 42 122 90 170 50 26 108 61 158 19 11 40 30 59 31 21 64 37 95 45 22 104 67 149 67 35 147 84 214 36 20 95 51 131

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

O número de analfabetos diminuiu cerca de 39,8% entre 2001 e 2011, correspondendo a uma diminuição de 1509 indivíduos. Todas as freguesias registaram uma diminuição de indivíduos analfabetos. De sublinhar que os decréscimos mais expressivos ocorreram nas freguesias de Corticeiro de Cima e São Caetano (-54,1% e -45,8%).

As freguesias de Camarneira e Covões apresentam valores mais expressivos de população residente analfabeta (12,4% e 9,4%, correspondendo a 824 e 203 indivíduos). Por outro lado, as freguesias de Cantanhede e Outil apresentam percentagens inferiores de população residente analfabeta (3,5% e 4,8%, correspondendo a 269 e 41 indivíduos).

Neste contexto, a taxa de analfabetismo diminuiu entre 2001 e 2011, de 11,0% para 6,8% (Quadro 73). Este decréscimo foi mais expressivo no sexo feminino (de 15,3% para 9,5%), comparativamente ao sexo masculino que registou um decréscimo inferior (de 6,3% para 3,8%).

Quadro 73 - Taxa de analfabetismo, em 2001 e 2011 (%).

Fuanuasias	ŀ	1	ı	Л	Н	М
Freguesias	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Ançã	7,0	3,2	13,3	7,6	10,3	5,5
Bolho	4,9	4,3	14,3	10,3	9,9	7,5
Cadima	5,5	3,6	15,4	9,2	10,6	6,4
Camarneira	11,3	8,3	20,8	17,6	16,3	13,2
Cantanhede	4,1	1,9	10,2	5,7	7,4	3,9
Cordinhã	5,1	2,6	18,7	12,9	12,3	8,0
Corticeiro de Cima	7,5	2,7	17,1	10,0	12,6	6,8
Covões	6,9	4,5	23,9	14,6	15,8	10,0
Febres	8,4	4,7	16,2	9,7	12,5	7,4
Murtede	7,0	6,7	16,6	12,7	12,0	9,9
Ourentã	8,3	4,7	17,9	10,7	13,1	7,7
Outil	4,8	2,8	9,8	7,4	7,3	5,2
Pocariça	6,3	4,3	11,4	7,0	9,0	5,7
Portunhos	8,3	4,3	17,9	11,6	13,2	8,1
Sanguinheira	7,0	4,3	14,8	9,0	11,0	6,8
São Caetano	8,9	5,5	20,9	13,5	15,3	9,6
Sepins	6,5	5,7	14,1	8,6	10,4	7,2
Tocha	5,4	3,8	16,3	9,9	11,0	7,1
Vilamar	5,7	3,7	15,0	14,0	10,9	9,3
Total	6,3	3,8	15,3	9,5	11,0	6,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Para o ano censitário de 2011 as freguesias de Camarneira, Covões e Murtede apresentam as maiores taxas de analfabetismo (13,2%, 10,0 % e SAÚDE 9,9%, respetivamente), ainda assim inferiores aos valores verificados no ano de 2001 (16,3%, 15,8% e 12,0%, respetivamente).

Numa análise aos valores por sexo, as mulheres apresentam taxas de analfabetismo muito expressivas nas freguesias de Covões e São Caetano (14,6% e 13,5%) e menos expressivas nas freguesias de Cantanhede (5,7%) e Pocarica (7.0%). Relativamente ao sexo masculino, as taxas de analfabetismo são mais expressivas nas freguesias de Camarneira e Murtede (8,3% e 6,7%) e menores nas freguesias de Cantanhede e Cordinhã (1,9% e 2,6%, respetivamente).

Dos 36595 residentes no concelho de Cantanhede (Quadro 74), cerca de 71,9% possui um nível de ensino (26322 habitantes), 6,2% dos residentes são analfabetos (2287 indivíduos) e 21,8% dos habitantes não possui qualquer nível de ensino (7986 habitantes). Dos 7986 habitantes sem gualquer nível de ensino, 4906 são mulheres e 3080 são homens. Relativamente aos residentes com nível de ensino, 13711 são homens e 12611 são mulheres.

Quadro 74 - População residente segundo o nível de ensino atingido, no concelho, em 2011.

Nitral de instrucção	Н	Н		1	НМ	
Nível de instrução	N°	%	Ν°	%	N٥	%
Analfabetos com 10 ou mais anos	603	3,5	1684	8,8	2287	6,2
Sem nível de ensino	3080	17,7	4906	25,6	7986	21,8
Com nível de ensino	13711	78,8	12611	65,7	26322	71,9
Total	17394	100	19201	100	36595	100

Fonte: INE. Censos 2011.



5.1. Infraestruturas básicas e serviços complementares

Em termos de infraestruturas básicas de saúde, verifica-se que o concelho de Cantanhede apresenta um hospital localizado na freguesia de Cantanhede, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo (Quadro 75). A oferta complementar de cuidados de saúde é assegurada por 1 centro de saúde e 5 extensões dos centros de saúde.

Quadro 75 - Infraestruturas básicas de saúde, em 2011.

Concelho	Hospitais	Centros de saúde	Extensões dos centros de saúde	Farmácias	Postos farmacêuticos
Cantanhede	1	1	5	15	1

Fonte: INE Inquérito aos Hospitais. Inquérito aos Centros de Saúde e Estatísticas das Farmácias. 2011.

No concelho de Cantanhede existem 15 farmácias distribuídas pelas freguesias do território concelhio e um posto farmacêutico móvel.

Segundo os dados do INE, no ano de 2002 os serviços complementares de diagnóstico eram assegurados por laboratórios de análises clínicas nas freguesias de Cantanhede e Tocha (Quadro 76). Os serviços de Radiologia, Ecografia e TAC apenas se encontravam disponíveis na freguesia de Cantanhede.

Quadro 76 - Serviços complementares de diagnóstico, em 2002.

		Recursos especi	alizados	
Freguesias	Análises	Radiologia	Ecografia	TAC
	clínicas	· tuui o o o g . u	_009	
Ançã	Não	Não	Não	Não
Bolho	Não	Não	Não	Não
Cadima	Não	Não	Não	Não
Camarneira	Não	Não	Não	Não
Cantanhede	Sim	Sim	Sim	Sim
Cordinhã	Não	Não	Não	Não
Corticeiro de Cima	Não	Não	Não	Não
Covões	Sim	Não	Não	Não
Febres	Não	Não	Não	Não
Murtede	Não	Não	Não	Não
Ourentã	Não	Não	Não	Não
Outil	Não	Não	Não	Não
Pocariça	Não	Não	Não	Não
Portunhos	Não	Não	Não	Não
Sanguinheira	Não	Não	Não	Não
São Caetano	Não	Não	Não	Não
Sepins	Não	Não	Não	Não
Tocha	Sim	Não	Não	Não
Vilamar	Não	Não	Não	Não

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002.

5.2. Indicadores de saúde

Dos 54 médicos presentes no concelho de Cantanhede no ano de 2011, 12 apresentam especialidade em medicina geral e familiar (Quadro 77). Os restantes médicos dividiam-se pelas especialidades de ginecologia e obstetrícia (5), psiquiatria (6), pediatria (3), estomatologia (3), cirurgia (1) e outras especialidades (24 médicos).

O quadro seguinte revela o número de consultas efetuadas pelos centros de saúde, extensões e especialidades no ano de 2011 (Quadro 78). A grande maioria recai sobre a medicina geral e familiar (134344 consultas), seguido pelas consultas de saúde do recém nascido (com 11892 consultas). As especialidades de planeamento familiar e saúde materna registaram 6446 e 2062 consultas, respetivamente. Em termos globais, realizaram-se 154744 consultas no concelho de Cantanhede.

No ano de 2011 existia 1,5 médicos por cada 1000 habitantes e cerca de 0,4 farmácias por 1000 habitantes (Quadro 79). Neste mesmo ano realizou-se uma média de 4,4 consultas por cada habitante nos estabelecimentos de saúde.

Quadro 77 - Médicos segundo as especialidades no concelho de Cantanhede em 2011.

	Concelho	Medicina geral e familiar	Outras especialidades	Ginecologia e obstetrícia	Cirurgia	Estomatologia	Pediatria	Psiquiatria	Total
Ī	Cantanhede	12	24	5	1	3	3	6	54

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, 2011.

Quadro 78 - Consultas efetuadas nos centros de saúde ou extensões segundo as especialidades, em 2011.

Município	Medicina geral e familiar/Clínica geral	Planeamento familiar	Saúde do recém nascido	Saúde materna	Total
Cantanhede	134344	6446	11892	2062	154744

Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde, 2011.

Quadro 79 - Indicadores de saúde, em 2011.

Concelho	Consultas nos estabelecimentos de saúde por habitante	Farmácias por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes
Cantanhede	4,4	0,4	1,5

Fonte: INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde e Estatísticas das Farmácias, 2011.

6

LAZER E TURISMO

O concelho de Cantanhede, pela sua localização e caraterísticas físicas, tem vindo assumir-se como um local de excelência para a prática turística, na medida em que apresenta um conjunto potencialidades, pontos de interesse turístico e equipamentos de apoio. Assim, e no que diz respeito aos principais indicadores da atividade hoteleira no decorrer do ano de 2009, de destacar a existência de um total de 47450 quartos disponíveis, sendo que o número total de dormidas neste mesmo ano foi de 34515, que geraram um total de 778 311,78 €.

Deste modo, de destacar os estabelecimentos de restauração (93), estabelecimentos de bebidas (173), os estabelecimentos de artesanato (63), os escultores (6), o associativismo (143), as confrarias (2), os equipamentos sociais (154), os equipamentos desportivos (32), os equipamentos de lazer (49), os equipamentos de negócio (4), o património monumental (141), o património cultural artístico (24), o património etnográfico (28), o património natural (26), o património complementar (30), o património arqueológico (29), as festas e romarias (99), os eventos culturais e recreativos (39), os megaeventos (1), o enoturimso (2), as agências de viagens (5), o rent-a-car (3), a animação turística (2), as caves, adegas e quintas (11), postos de turismo (4).

Por outro lado, será ainda de destacar a elaboração de outros projetos na área do turismo e lazer, designadamente o Parque de Campismo da Praia da Tocha, o Centro de Inovação Empresarial, o Parque Expo, a Requalificação da Praia Fluvial de Olhos da Fervença e, finalmente, a Ciclovia.

A intervenção no Parque de Campismo da Praia Tocha deverá passar pela requalificação do espaço na tentativa de o enquadrar na categoria de 4 estrelas, passando a ter uma lotação para 1500 utentes. Nesta requalificação deverão ser contempladas as vias de acesso e estacionamento, o restaurante, a sala de convívio e o minimercado. Deverá também ser contemplada a criação de áreas específicas para *bungalows*, caravanas e autocaravanas e tendas e, ainda, infraestruturas de apoio, designadamente piscina, minigolfe e parque infantil. A intervenção deverá também estender-se aos balneários/sanitários, bem como aos blocos de tratamento de roupas e lavagem de louça.

No Centro de Inovação Empresarial, para o qual se encontra proposto a requalificação de uma antiga unidade industrial, encontra-se previsto o aproveitamento de sinergias de atividades empresariais e de formação do concelho, para que este seja gerador de competências humanas, científica e tecnológicas adaptadas às necessidades empresariais, não só a nível local, como também a nível nacional. Para a prossecução destes objetivos prevê-se a criação de um Centro de Negócios, uma Área de Inovação, uma Área de Ciência e Cultura e uma Escola Técnico Profissional.

Relativamente ao Parque Expo deverá destacar-se que este apresenta duas componentes. Na primeira encontra-se prevista a requalificação do espaço de feiras e exposições, com a melhoria de infraestruturas e condições de apoio, promovendo iniciativas diversas além da realização da Expofacic. Na segunda deverá ser contemplada a integração de um espaço polivalente que permita a realização de grandes concertos, mas também de outras manifestações de índole cultural.

Ao nível da Requalificação da Praia Fluvial de Olhos da Fervença é de destacar a requalificação da vegetação arbórea e arbustiva e a promoção da diversidade e ecossistemas.

Finalmente, é um dos objetivos da autarquia a construção de uma Ciclovia com cerca de 13 Km que possa ser utilizada por peões e utilizadores de bicicletas, o qual se deverá estender pelo corredor verde e terá ligação ao Parque Desportivo de Cantanhede.

7

SEGURANÇA PÚBLICA

No que respeita à criminalidade no concelho de Cantanhede nos anos de 2009 e 2010, nomeadamente nos Postos Territoriais de Ançã⁸, Cantanhede e Tocha, pode afirmar-se que esta aumentou 7,1%, passando de 13321 a 14265 crimes (Figura 36). Do total de três Postos Territoriais em análise, apenas o da Tocha observou um decréscimo.

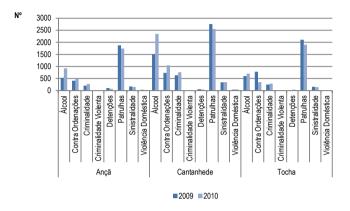


Figura 36 - Criminalidade nos postos territoriais de Ançã, Cantanhede e Tocha.

O Posto Territorial de Ançã registou um aumento da criminalidade, passando de 3306 a 3674 crimes. De destacar o aumento significativo no consumo de álcool (75,6%), enquanto o patrulhamento sofreu um ligeiro decréscimo (-7%). No Posto Territorial de Cantanhede a criminalidade em geral sofreu um aumento substancial de 17%, sendo de destacar o aumento de consumo de álcool (56%) e o acréscimo das contraordenações (42,6%), ao passo que o patrulhamento diminuiu (-7%). Por último, no Posto Territorial da Tocha observou-se uma diminuição da criminalidade de -12,7%, daí o patrulhamento ter registado uma diminuição considerável entre 2009 e 2010 (-9,9%).

Quanto à sinistralidade rodoviária, esta apresenta-se como uma das principais preocupações do Comando Territorial de Coimbra, tendo sido desenvolvido um esforço para aumentar o patrulhamento e a fiscalização rodoviária nos principais itinerários da zona de ação do Destacamento

⁸ Importa referir que alguns dos crimes verificados no Posto Territorial de Ançã foram verificados no concelho de Coimbra, já que a área de responsabilidade deste posto se divide, pertencendo parte dela ao concelho de Cantanhede e uma pequena parcela ao concelho de Coimbra.

Territorial de Cantanhede, nomeadamente nos Postos Territoriais de Ançã⁹, Cantanhede e Tocha.

Tendo em consideração a análise da evolução do número de sinistros rodoviários no concelho de Cantanhede, conclui-se que, embora com algumas oscilações, entre Janeiro e Dezembro de 2010 se observou uma ligeira diminuição, passando de 56 a 42 acidentes rodoviários (Figura 37). Importa ainda referir que os meses de Janeiro e Agosto registaram os valores mais significativos de acidentes rodoviários, designadamente 56 e 59, facto que poderá estar relacionado com um aumento do tráfego automóvel coincidente com a época de férias.

Através da análise da Figura 38 podemos observar que os acidentes mais frequentes são as colisões (390), imediatamente seguidos os despistes (129) e os atropelamentos (14).

Relativamente aos programas de prevenção e sensibilização desenvolvidos, estes relacionam-se quer com o Núcleo de Proteção Ambiental (NPA), quer com a Secção de Programas Especiais (SPE).

No âmbito do NPA foi criado, pelo despacho de 15 de Janeiro de 2001 do Comandante-Geral da GNR, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), que assumiu carácter de uma nova especialização, dentro dos quadros e das armas e serviços já existentes.

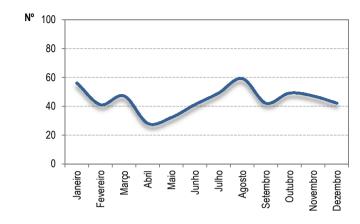


Figura 37 - Evolução da sinistralidade rodoviária no concelho de Cantanhede em 2010.

A missão SEPNA é zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do meio ambiente, assim como da riqueza cinegética, piscícola, florestal e de qualquer outra índole relacionada com a natureza e ambiente.

A primeira Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente (EPNA) foi criada durante o ano de 2002 com cerca de 4 militares, sendo que atualmente o NPA é composto por 19 elementos, nomeadamente por um Sargento, que é o Chefe do NPA, uma EPNA e três Equipas de Proteção Florestal (EPF), compostas pelos elementos do ex Corpo Nacional da Guarda-florestal.

⁹ Neste caso no caso do Posto Territorial de Ançã apenas foram contabilizados os ocorridos nas freguesias de Ançã e Portunhos.

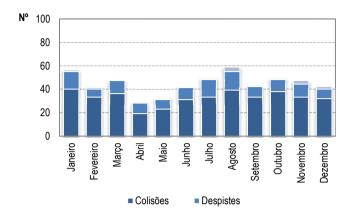


Figura 38 - Tipologia dos sinistros rodoviários no concelho de Cantanhede em 2010.

O SEPNA tem registado o maior número de contraordenações nas áreas da Flora Reserva Florestas e do Ordenamento do Território. Importa ainda referir o registo de três crimes na prática de Caça e um crime por Incêndio Florestal (Figura 39).

O SEPNA desenvolveu ainda o programa Floresta Segura, que iniciou em 15 de Maio de 2010 e terminou em 15 de Outubro de 2010, tendo sido lançadas 631 patrulhas, sendo que 5 foram de motociclo e 626 em viatura todo o terreno, totalizando um total de 33 013 Km percorridos.

Este programa incidiu no patrulhamento da zona florestal, com a finalidade de prevenir a ocorrência de fogos florestais, e foram empenhados os efetivos do Destacamento Territorial de Cantanhede e dos Postos Territoriais, a EPNA e a EPF.

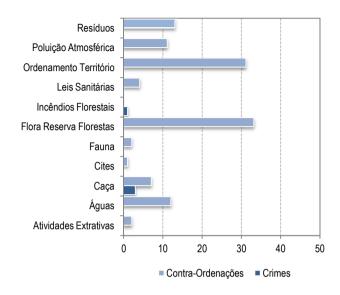


Figura 39 - Áreas de intervenção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente.

No decorrer deste programa foi registada a ocorrência de 118 incêndios, designadamente 48 em zona de mato, 34 em floresta e 36 em outras zonas (Quadro 80).

As causas apontadas para a ocorrência de incêndios florestais são a incúria (29), o fogo posto (25) e outros (24), apesar de se destacar as causas desconhecidas que estarão na origem de 40 ocorrências (Figura 40).

A SPE é constituída atualmente por três militares e desenvolve ações de sensibilização junto de grupos de risco, como os estudantes e a população idosa. Durante o ano de 2010 foram desenvolvidos e dinamizados três

programas pelo SPE, nomeadamente os Programas Escola Segura, Idosos em Segurança e Comércio Seguro (Figura 41).

Quadro 80 - Número de ocorrências de incêndios florestais no ano de 2010.

Zona florestal	Número de ocorrências
Floresta	34
Mato	48
Outros	36
Total	118

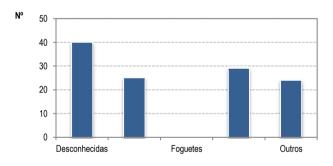


Figura 40 - Causas dos incêndios florestais no ano de 2010.

O Programa Escola Segura é um programa da iniciativa do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação, tendo face a esta iniciativa a GNR atribuído à SPE uma missão específica, visando, no geral, garantir as condições de segurança e promover comportamentos de segurança da população escolar.



Figura 41 - Programas criados pela secção de programas especiais no ano de 2010.

Para a prossecução desses objetivos é feita a vigilância dos estabelecimentos de ensino e das áreas envolventes, o policiamento dos percursos habituais de acesso aos estabelecimentos de ensino e as ações de sensibilização junto dos alunos para as questões de segurança.

As principais áreas de intervenção são a prevenção rodoviária, a segurança física, a prevenção no consumo de estupefacientes, a educação Ambiental, a prevenção para a delinquência e o *Bullying*.

Durante o ano de 2010 foram elaboradas 100 ações de sensibilização, 57 no 1º Ciclo do Ensino Básico, 19 no 2º e 3º do Ensino Básico, 11 no Ensino Secundário e 13 noutros níveis de ensino (Figura 42).

O Programa Idosos em Segurança visa o desenvolvimento de ações de sensibilização junto da população idosa através de contatos pessoais, ações de sensibilização e distribuição de folhetos. Estas ações têm como objetivo comunicar os procedimentos de segurança a ter em conta numa situação de tentativa de burla ou burla consumada, bem como divulgar o programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança".

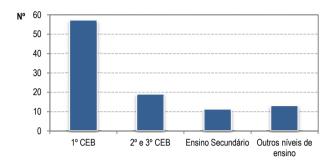


Figura 42 - Ações de sensibilização do Programa Escola Segura no ano de 2010.

No ano de 2010 foram efetuadas 37 ações de rua, com entrega de *flyers*, de modo a alertar a população idosa para situações de burla, assim como ações de sensibilização em 24 instituições de Solidariedade Social.

O Programa Comércio Seguro é uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa a proteção e a segurança dos comerciantes em situação de furto aos seus estabelecimentos comerciais, bem como o desenvolvimento de ações de sensibilização.

Este programa pretende inserir um reforço do policiamento, regras e procedimentos de segurança de carácter geral e a adoção de medidas que respondam às necessidades das diferentes comunidades locais.

Durante o ano de 2010 foram efetuadas cinco ações de sensibilização em grandes superfícies, bem como a fiscalização em estabelecimentos noturnos e patrulhamentos noturnos em áreas problemáticas.

D. Mecanismos de Ação Social de Combate à Pobreza e à Exclusão Social

1

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A análise da rede de serviços e equipamentos sociais 10, sua distribuição espacial e respetiva caracterização geral ao nível das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e das respostas sociais, sempre tendo em consideração a distinção entre as diferentes naturezas jurídicas, populaçõesalvo e grupos-alvo, é fundamental para a compreensão da realidade social do concelho de Cantanhede (Quadro 81).11

1.1. Análise Global

1.1.1. Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais

A rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas, no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizando-se nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social.

1.1.1.1. Distribuição das entidades gestoras segundo a natureza jurídica

O estudo da localização e caracterização das diversas entidades gestoras dos equipamentos e respostas sociais do concelho de Cantanhede permitiu concluir que são 28 as entidades gestoras a intervir no território concelhio (Quadro 82).

No entanto, e uma vez que as entidades gestoras assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias, a sua análise à freguesia remete para um total de 44 entidades gestoras (Quadro 83 e Figura 43).

Relativamente à natureza jurídica¹² das entidades gestoras, estas encontram-se divididas em duas grandes categorias: as da rede solidária (27) e as da rede privada (1).

Incorporadas na rede solidária encontram-se 26 entidades privadas sem fins lucrativos e 1 entidade pública sem fins lucrativos. A rede privada é composta apenas por 1 entidade com fins lucrativos localizada na freguesia da Tocha.

¹⁰ A rede de serviços e equipamentos sociais do concelho de Cantanhede considerada no presente relatório inclui os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação.

¹¹ Os dados trabalhados no presente relatório são referentes a Maio de 2008, momento a que se reporta o levantamento de campo.

¹² A natureza jurídica pode ser pertencente à rede solidária ou à rede privada, sendo que a rede solidária integra entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e a rede privada apenas entidades privadas com fins lucrativos.

Quadro 81 - Rede de serviços e equipamentos sociais.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Ançã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Centro Paroquial de Solidariedade	Entidade Privada sem Fins		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2000
Ançã	Social de Ancã	Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1986
Aliça	oodal de Aliça	Lucianvos		Centro de Dia	Pessoas Idosas	1982
	ENSIJOVEM - Associação de Solidariedade Social	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ENSIJOVEM - Associação de Solidariedade Social	Creche	Crianças e Jovens	2005
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância do Bolho	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2007
Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2002	
		ntro Social Paroquial de Cadima Entidade Privada sem Fins Lucrativos		Creche	Crianças e Jovens	1988
			Centro Social Paroquial de Cadima	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1988
Cadima	Centro Social Paroquial de Cadima			Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1988
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1988
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1988
	Accesionão Conial Cultural o	Entidade Privada sem Fins	Accesionão Conial Cultural o Boarcetivo do	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2007
	Associação Social, Cultural e Recreativa de Camarneira	Lucrativos	Associação Social, Cultural e Recreativa da Camarneira	Centro de Dia	Pessoas Idosas	2002
	110010ativa de Califallicita	LucidiiVOS	Oamariei a	Lar de Idosos	Pessoas Idosas	2006
amarneira				Creche	Crianças e Jovens	2004
	Centro Cívico Polivalente "O	Entidade Privada sem Fins	Centro Cívico Polivalente "O Emigrante"	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2002
	Emigrante"	Lucrativos		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2002

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
		Entidade Pública sem Fins	Jardim de Infância de Cantanhede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1997
	Ministério da Educação	Entidade Publica sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Lemede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1983
		Lucialiyos	Jardim de Infância de Póvoa da Lomba	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Associação de Solidariedade Social da Sociedade Columbófila Cantanhedense	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Clube de Tempos Livres da Sociedade Columbólifa Cantanhedense	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1993
				Creche	Crianças e Jovens	2000
				Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2000
	Associação Sócio-cultural Pró-Lemede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Associação Sócio-cultural Pró-Lemede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
		Lucidiivos		Centro de Dia	Pessoas Idosas	1995
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	2007
	Cáritas Diocesana de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL 2° e 3° Ciclo de Cantanhede	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1991
				Creche	Crianças e Jovens	1998
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1997
Cantanhede	Centro Social Comunitário da Varziela	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Comunitário da Varziela	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1996
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1994
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1993
		Fatidada Dásada assa Fisa		Creche	Crianças e Jovens	2001
	Fundação Pires Negrão	grão Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Fundação Pires Negrão	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2000
		Lucianivos		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2002
	PLASCE - Póvoa da Lomba, Associação	Entidade Privada sem Fins	PLASCE - Póvoa da Lomba, Associação Social,	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2000
	Social, Cultural e Ecológica	Lucrativos	Cultural e Ecológica	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1997
				Creche	Crianças e Jovens	1982
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1982
	Santa Casa da Misericórdia de	Entidade Privada sem Fins	Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede - Lar de	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1982
	Santa Casa da Misencordia de Cantanhede	Lucrativos	Santa Casa da Misencordia de Cantannede - Lar de Infância Maria Cordeiro	Lar de Infância e Juventude	Crianças e Jovens em	1982
	ounul II ou o	Lucidii103	manora mana ooraano	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1989
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1982
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1993

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Cordinhã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1986
Cordinhã	Centro Social Paroquial da	Entidade Privada sem Fins		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2000
	Cordinhã	Lucrativos	Centro Social Paroquial da Cordinhã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2000
	ooranna	240/44/700		Centro de Dia	Pessoas Idosas	2000
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Corticeiro de Cima	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1987
				Creche	Crianças e Jovens	1983
Corticeiro de Cima	Comissão de Melhoramentos do	Futidada Datuada assa Fira	Occionate de Melhamanantes de Octionis de	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1983
Oillia	Corticeiro de Cima	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Comissão de Melhoramentos de Corticeiro de Cima	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1983
	CONTROLLO DE CINTA	Luciumvoo		Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1998
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1998
				Creche	Crianças e Jovens	1993
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1993
Covões	PRODECO - Progresso e	Entidade Privada sem Fins	PRODECO - Progresso e Desenvolvimento	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1993
COVOES	Desenvolvimento de Covões	Lucrativos	de Covões	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1995
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1995
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Febres	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	=
	Cáritas Diocesana de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL 2° e 3° Ciclo Dr. Carlos Oliveira	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1997
Fahras	Ocates Decreased to Octionate data	Futidada Datuada assa Fira	Ocates Bassacial de Octidada de de Ocatel de	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
Febres	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1985
	Oddiai de i ebies	Lucialivos	1 65/65	Lar de Idosos	Pessoas Idosas	2007
	Gira Sol - Associação de	Entidade Privada sem Fins	Gira Sol - Associação de Desenvolvimento de	Creche	Crianças e Jovens	2004
	Desenvolvimento de Febres	Lucrativos	Febres	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2004

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Murtede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1985
				Creche	Crianças e Jovens	1995
Murtede				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1995
Multeue	Centro Social Polivalente da	Entidade Privada sem Fins	Centro Social Polivalente da Freguesia de Murtede	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1995
	Freguesia de Murtede	Lucrativos	Centro Social i onvalente da i reguesta de Muntede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1995
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1995
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Ourentã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1986
Ourentã	Ocates Ocatel Delicelants de	Futitude Driveds and Fine		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2003
	Centro Social Polivalente de Ourentă	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente de Ourentã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2003
	ourona	Lucialivos		Centro de Dia	Pessoas Idosas	2004
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância da Pocariça	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1985
Pocariça	Associação Cívica dos Amigos da	Entidade Privada sem Fins	Associação Cívica dos Amigos da Freguesia da	Centro de Convívio	Pessoas Idosas	2005
	Freguesia da Pocariça	Lucrativos	Pocariça	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2008
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Portunhos	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1983
Portunhos				Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1990
PORTUINOS	Fundação Ferreira Freire	Entidade Privada sem Fins	Fundação Ferreira Freire	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1996
	Fulludção Fellella Flelle	Lucrativos	ruildação refiella rielle	Centro de Dia	Pessoas Idosas	2004
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1982
Sanguinheira	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Sanguinheira	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de São Caetano	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
São Caetano				Creche	Crianças e Jovens	2003
	Centro Social Paroquial de São Caetano	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de São Caetano	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1999
	Caetano	LUCTALIVOS		Centro de Dia	Pessoas Idosas	2003

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
Sepins	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Sepins	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1991
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância da Tocha	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
				Creche	Crianças e Jovens	2003
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2003
	Associação de Desenvolvimento,	Entidade Privada sem Fins	Associação de Desenvolvimento,	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1996
	Progresso e Vida da Tocha	Lucrativos	Progresso e Vida da Tocha	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1995
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1997
Tocha	Associação Portuguesa de Pais e	Entidade Privada sem Fins	APPACDM - Quinta da Fonte Quente - Turismo Social	Centro de Férias e Lazer	Família e Comunidade em Geral	2002
Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Coimbra	Lucrativos	APPACDM - Unidade Funcional da Tocha	Centro de Atividades Ocupacionais	Pessoas Adultas com Deficiência	1988	
			Lar Residencial	Pessoas Adultas com Deficiência	1998	
	Cáritas Diocesana de Coimbra	Diocesana de Coimbra Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL 2º e 3º Ciclo e Secundário João Garcia Bacelar	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1999
	Lar Nossa Senhora da Tocha - Centro de Acolhimento, Lda	Entidade Privada com Fins Lucrativos	Lar Nossa Senhora da Tocha - Centro de Acolhimento, Lda	Lar de Idosos	Pessoas Idosas	2004
	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Vilamar	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2000
				Creche	Crianças e Jovens	1992
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2000
Vilamar	Comissão de Melhoramentos de	Entidade Privada sem Fins		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1992
	Comissão de Meinoramentos de Vilamar	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1989
	YIIGITIGI	Luciumvos		Centro de Dia	Pessoas Idosas	1989
				Centro de Noite	Pessoas Idosas	2007
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1992	

Quadro 82 - Rede de entidades gestoras dos equipamentos sociais.

Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Valência	Grupo-Alvo
		Jardim de Infância de Ançã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infânia do Bolho	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Cantanhede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Lemede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Póvoa da Lomba	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Cordinhã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Corticeiro de Cima	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
	F (1 B (1) F)	Jardim de Infância de Febres	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	Jardim de Infância de Murtede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
	Ludiaivoo	Jardim de Infância de Ourentã	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância da Pocariça	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Portunhos	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Sanguinheira	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de São Caetano	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Sepins	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância da Tocha	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Jardim de Infância de Vilamar	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Associação Cívica dos Amigos da Freguesia da	Entidade Privada sem	Associação Cívica dos Amigos da Freguesia da	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Pocariça	Fins Lucrativos	Pocariça	Centro de Convívio	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Associação de Desenvolvimento, Progresso	Entidade Privada sem	Associação de Desenvolvimento, Progresso e	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
e Vida da Tocha	Fins Lucrativos	Vida da Tocha	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Associação de Solidariedade Soclai da Sociedade Columbófila Cantanhedense	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Clube de Tempos Livres da Sociedade Columbólifa Cantanhedense	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		ADDACDM Heidede Francisco de Teche	Centro de Atividades Ocupacionais	Pessoas Adultas com Deficiência
Associação Portuguesa de	Entidade Privada sem	APPACDM - Unidade Funcional da Tocha	Lar Residencial	Pessoas Adultas com Deficiência
Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Coimbra	Fins Lucrativos	APPACDM - Quinta da Fonte Quente - Turismo Social	Centro de Férias e Lazer	Família e Comunidade em Geral
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Associação Social, Cultural e Recreativa de Camarneira	Entidade Privada sem	Associação Social, Cultural e Recreativa de Camarneira	Centro de Dia	Pessoas Idosas
e necreativa de Camamella	Fins Lucrativos	Camamena	Lar de Idosos	Pessoas Idosas

Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
			Creche	Crianças e Jovens
			Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Associação Sócio-cultural Pró-	Entidade Privada sem	Associação Sócio-cultural Pró-Lemede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Lemede	Fins Lucrativos	·	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
		ATL 2° e 3° Ciclo de Cantanhede	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Cáritas Diocesana de Coimbra	Entidade Privada sem	ATL 2° e 3° Ciclo Dr. Carlos Oliveira	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Carriad Diocesaria de Comisia	Fins Lucrativos	ATL 2º e 3º Ciclo e Secundário João Garcia Bacelar	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		ATE 2 CO GIGIO C OCCUMULATIO GOLO CATCIA BACCIAI	Creche	Crianças e Jovens
Centro Cívico Polivalente "O	Entidade Privada sem	Centro Cívico Polivalente "O Emigrante"	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Emigrante"	Fins Lucrativos	contra civida i civalente la Linigiante	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
			Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Centro Paroquial de	Entidade Privada sem	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Solidariedade Social de Ançã	Fins Lucrativos		Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Centro Paroquial de	Entidade Privada sem	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres	Centro de Dia	Pessoas Idosas
Solidariedade Social de Febres	Fins Lucrativos		Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Centro Social e Caritativo da	Entidade Privada sem			
Freguesia de Bolho	Fins Lucrativos	Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
	Entidade Privada sem Fins Lucrativos		Creche	Crianças e Jovens
Centro Social Comunitário da			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Varziela		Centro Social Comunitário da Varziela	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Valziela	FIIIS LUCIALIVOS		Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Contro Conial Description	Entidade Privada sem		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Centro Social Paroquial da Cordinhã	Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial da Cordinhã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Cordiiiia	FIIIS LUCIALIVOS		Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
Centro Social Paroquial de	Entidade Privada sem		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Cadima	Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de Cadima	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Caulina	FINS LUCIALIVOS		Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Centro Social Paroquial de São	Entidada Privada com		Creche	Crianças e Jovens
Caetano	Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de São Caetano	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Caelano	FINS LUCIALIVOS		Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Centro Social Polivalente da	Entidade Privada sem	Contro Social Polivalente de Ereguesia de Mustada	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Freguesia de Murtede	Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente da Freguesia de Murtede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
-			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Centro Social Polivalente de	Entidade Privada sem		Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Ourentã	Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente de Ourentã	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Outenta	rins Lucrativos		Centro de Dia	Pessoas Idosas

Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Comissão de Melhoramentos de	Entidada Drivada com Eina	Comissão de Melhoramentos	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Vilamar	Lucrativos	de Vilamar	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
viidinai	Lucialivos	de vilamai	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Noite	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
Comissão de Melhoramentos do	Entidade Privada sem Fins	Comissão de Melhoramentos	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
Corticeiro de Cima	Lucrativos	do Corticeiro de Cima	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Cordoono do Cima	Ludianvoo	do coraceno de cima	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
ENSIJOVEM - Associação de Solidariedade Social	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ENSIJOVEM - Associação de Solidariedade Social	Creche	Crianças e Jovens
			Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
	Entidade Privada sem Fins		Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Fundação Ferreira Freire	Lucrativos	Fundação Ferreira Freire	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Fundação Pires Negrão	Creche	Crianças e Jovens
Fundação Pires Negrão			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
			Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Gira Sol - Associação de	Entidade Privada sem Fins	Gira Sol - Associação de	Creche	Crianças e Jovens
Desenvolvimento de Febres	Lucrativos	Desenvolvimento de Febres	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
PLASCE - Póvoa da Lomba, Associação Social, Cultural e	Entidade Privada sem Fins	PLASCE - Póvoa da Lomba, Associação Social, Cultural e	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Ecológica	Lucrativos	Ecológica	Centro de Dia	Pessoas Idosas
		-	Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
PRODECO - Progresso e	Entidade Privada sem Fins	PRODECO - Progresso e	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Desenvolvimento de Covões	Lucrativos	Desenvolvimento de Covões	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
		Santa Casa da Misericórdia de	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Santa Casa da Misericórdia de	Entidade Privada sem Fins	Cantanhede - Lar de Infância	Lar de Infância e Juventude	Crianças e Jovens em Situação de Perigo
Cantanhede	Lucrativos	Maria Cordeiro	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Lar Nossa Senhora da Tocha - Centro de Acolhimento, Lda	Entidade Privada com Fins Lucrativos	Lar Nossa Senhora da Tocha - Centro de Acolhimento, Lda	Lar de Idosos	Pessoas Idosas

Quadro 83 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

		Rede S	Rede Privada		
Freguesias	Total ¹³	Entidades Públicas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas sem Fins Lucrativos ¹⁴	Entidades Privadas com Fins Lucrativos	
Ançã	3	1	2		
Bolho	2	1	1		
Cadima	1		1		
Camarneira	2		2		
Cantanhede	8	1	7		
Cordinhã	2	1	1		
Corticeiro de Cima	2	1	1		
Covões	1		1		
Febres	4	1	3		
Murtede	2	1	1		
Ourentã	2	1	1		
Outil	-	-	-	-	
Pocariça	2	1	1		
Portunhos	2	1	1		
Sanguinheira	1	1			
São Caetano	2	1	1		
Sepins	1	1			
Tocha	5	1	3	1	
Vilamar	2	1	1		
Total das Freguesias	44	15	28	1	
Total do Município	28	1	26	1	

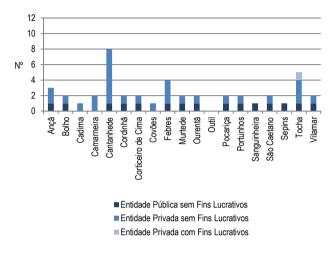


Figura 43 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Numa análise à freguesia, e tendo em consideração a rede solidária, é possível observar uma pequena diferença entre o número de entidades privadas sem fins lucrativos (28) e entidades públicas sem fins lucrativos (15), onde predominam as primeiras sobre as segundas.

Relativamente à distribuição das diferentes entidades gestoras por freguesia destaca-se, por um lado, a freguesia de Cantanhede, com um total de 8 entidades gestoras e, por outro lado, as freguesias da Tocha e Febres, com 5 e 4 respostas sociais, respetivamente.

Em sentido inverso, as freguesias que disponibilizam o menor número de respostas sociais são Cadima, Covões, Sanguinheira e Sepins, enquanto que a freguesia de Outil não apresenta qualquer resposta social.

¹³ O total de entidades gestoras no concelho não corresponde à soma das mesmas por freguesia, isto porque existem entidades gestoras que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias, estando, neste caso, contabilizadas mais do que uma vez.

¹⁴ Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Outras Instituições e Organizações Religiosas, Misericórdias, Uniões/Federações/Confederações, Organizações Não-Governamentais (ONG's), entre outras.

De referir, ainda, a freguesia da Tocha, na qual a oferta de equipamentos sociais engloba a rede pública sem fim lucrativos e as redes privadas com e sem fins lucrativos, enquanto que nas restantes a oferta é constituída apenas por entidades da rede solidária.

1.1.2. Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais¹⁵ correspondem à aplicação prática da maioria das respostas, uma vez que integram as respostas, independentemente da sua natureza, residencial, ambulatória ou mista.

De uma situação em que um equipamento social abrangia apenas uma resposta, passou-se para uma situação em que no mesmo equipamento social estão sedeadas várias respostas sociais, dirigidas ou não para a mesma população-alvo ou grupo-alvo.

Esta realidade, que se traduz em benefícios de aproveitamento de infraestruturas e de meios humanos, com claras vantagens para os diversos tipos de clientes, tem vindo a ser cada vez mais equacionada, quer ao nível da conceção inicial do equipamento social, quer mesmo, posteriormente, aquando do trabalho de ampliação ou remodelação das instalações existentes.

1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

À semelhança da análise das entidades gestoras também os equipamentos sociais indicam a prevalência da rede solidária – entidades privadas e

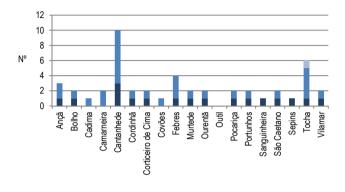
públicas sem fins lucrativos – sobre a rede privada - entidades privadas com fins lucrativos (Quadro 84, Figura 44 e Figura 45).

Quadro 84 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por frequesia.

		Rede S	Rede Privada		
Freguesias	Total	Entidades Públicas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas com Fins Lucrativos	
Ançã	3	1	2		
Bolho	2	1	1		
Cadima	1		1		
Camarneira	2		2		
Cantanhede	10	3	7		
Cordinhã	2	1	1		
Corticeiro de Cima	2	1	1		
Covões	1		1		
Febres	4	1	3		
Murtede	2	1	1		
Ourentã	2	1	1		
Outil	-	_	-	-	
Pocariça	2	1	1		
Portunhos	2	1	1		
Sanguinheira	1	1			
São Caetano	2	1	1		
Sepins	1	1			
Tocha	6	1	4	1	
Vilamar	2	1	1		
Sub-total	47	17	29	1	
Total	47	4	16	1	

Deste modo, no que diz respeito às infraestruturas que integram a rede solidária verifica-se a existência de 46 equipamentos, enquanto que a oferta da rede privada do concelho de Cantanhede se limita a apenas um.

¹⁵ Por equipamentos sociais entendem-se os equipamentos sociais com respostas.



- Entidade Pública sem Fins Lucrativos
- Entidade Privada sem Fins Lucrativos
- Entidade Privada com Fins Lucrativos

Figura 44 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.

A rede privada, conforme referido anteriormente, encontra-se presente apenas na freguesia da Tocha, constituindo a rede solidária a única resposta nas restantes freguesias do concelho.

A freguesia de Cantanhede destaca-se por apresentar o maior número de equipamentos sociais (10), seguida das freguesias da Tocha (6) e Febres (4). Paralelamente, com menor número de equipamentos sociais serão de referir as freguesias de Cadima, Covões, Sanguinheira e Sepins, as quais apresentam apenas uma entidade. Finalmente, a freguesia de Outil não disponibiliza nenhum equipamento de apoio social.

Numa análise um pouco mais pormenorizada sobre a rede solidária, nomeadamente no que diz respeito às freguesias que apresentam um número de equipamentos sociais mais elevado, verifica-se uma predominância das entidades privadas sem fins lucrativos em relação às entidades que se encontram afetas à rede pública sem fins lucrativos.

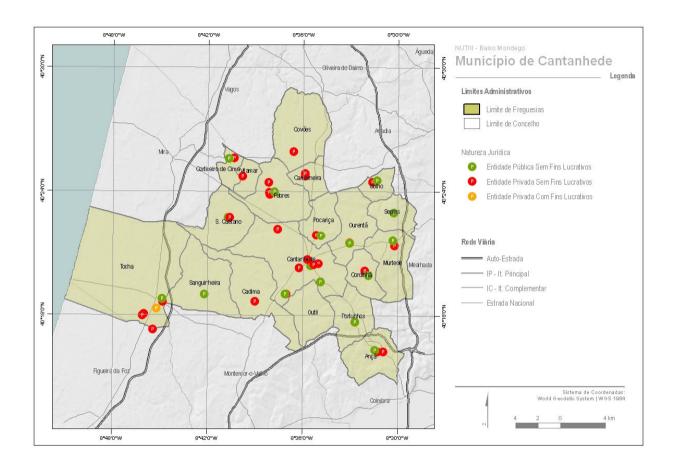


Figura 45 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.

1.1.2.2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a populaçãoalvo

O concelho de Cantanhede, em virtude da sua dimensão e caraterísticas sociodemográficas, apresenta uma grande variedade de respostas sociais para diferentes populações-alvo16, designadamente Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade, destacando-se, claramente, o número de respostas sociais disponibilizadas para a primeira (Quadro 85).

No caso da Infância e Juventude (Figura 46) as respostas dirigem-se aos grupos-alvo¹⁷ Crianças e Jovens (62%) e Crianças e Jovens em Situação de Perigo (1%), enquanto que relativamente à População Adulta são disponibilizadas respostas para Pessoas Idosas (33%) e Pessoas Adultas com Deficiência (2%). Finalmente, no que diz respeito à Família e Comunidade são disponibilizadas respostas no âmbito da Família e Comunidade em Geral, com uma representatividade de 2%.

Quanto à distribuição dos equipamentos sociais constata-se que em todas as freguesias do concelho, com exceção de Outil, que não apresenta qualquer equipamento social, bem como de Sepins e Sanguinheira, que apenas disponibilizam respostas sociais para o primeiro grupo-alvo, existem respostas para Crianças e Jovens e Pessoas Idosas (Figura 47).

De referir, ainda, que apenas a freguesia da Tocha disponibiliza respostas direcionadas para os grupos-alvo Pessoas Adultas com Deficiência e Família e Comunidade em Geral, enquanto que a freguesia de Cantanhede é a única

que apresenta um equipamento para Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

Quadro 85 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.

		Infância e	Juventude	Popula	ção Adulta	Família e Comunidade	
Freguesias	Número de Equipamentos Sociais	Crianças e Jovens	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Pessoas Idosas	Pessoas Adultas com Deficiência	Família e Comunidade em Geral	Total ¹⁸
Ançã	3	3		1			4
Bolho	2	1		1			2
Cadima	1	1		1			2
Camarneira	2	1		1			2
Cantanhede	10	9	1	4			14
Cordinhã	2	2		2			4
Corticeiro de Cima	2	2		1			3
Covões	1	1		1			2
Febres	4	3		1			4
Murtede	2	2		1			3
Ourentã	2	2		1			3
Outil	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça	2	1		1			2
Portunhos	2	2		1			3
Sanguinheira	1	1					1
São Caetano	2	2		1			3
Sepins	1	1					1
Tocha	6	3		2	1	1	7
Vilamar	2	2		1			3
Sub-total	47	39	1	21	1	1	63
Total	47		40		22	1	63

¹⁶ Por população-alvo entende-se um grupo genérico de pessoas com características globais idênticas (ex. Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade).

¹⁷ Por grupo-alvo entende-se um grupo com características específicas inserido numa população-alvo (ex. Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência, Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência).

¹⁸ O total de equipamentos sociais segundo a população-alvo não corresponde ao total de equipamentos sociais, isto porque existem equipamentos sociais que desenvolvem resposta para mais do que um tipo de população-alvo, estando, neste caso, contabilizados mais do que uma vez.

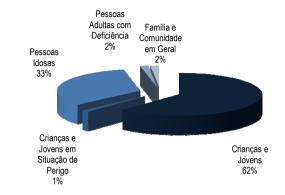


Figura 46 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho.

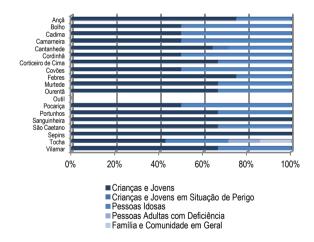


Figura 47 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

1.1.3. Respostas Sociais

Denomina-se valência a resposta social desenvolvida no interior ou a partir de um equipamento social. Deste modo, mais do que analisar o número de equipamentos sociais, importa analisar a quantidade e a diversidade das respostas existentes, as quais, progressivamente, se têm vindo a ajustar à evolução das necessidades sociais.

Globalmente, verifica-se que os 47 equipamentos sociais integram 113 respostas sociais, o que, tal como foi referido anteriormente, vem comprovar a tendência progressiva de um equipamento social abranger várias respostas.

1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

A esmagadora maioria das respostas sociais são da responsabilidade da rede solidária, enquanto a rede privada disponibiliza apenas uma resposta de Lar de Idosos (Quadro 86 e Figura 48). Do mesmo modo, a maioria corresponde a entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente nas respostas de ATL (19) e Creche (14), no que se refere ao grupo-alvo Crianças e Jovens, e Serviço de Apoio Domiciliário (19), Centro de Dia (16) e Lar de Idosos (10) no que diz respeito às respostas sociais vocacionadas para Pessoas Idosas. Quanto às entidades públicas sem fins lucrativos, as suas respostas são, maioritariamente, direcionadas para a resposta de Educação Pré-escolar (17), com o predomínio destas em relação aos equipamentos da rede privada sem fins lucrativos (11).¹⁹

¹⁹ Do total de 19 Centros de Atividades de Tempos Livres, 3 correspondem a Centros de Ocupação Juvenil, nomeadamente o ATL 2º e 3º Ciclo de Cantanhede, o ATL 2º e 3º Ciclo Dr. Carlos Oliveira e o ATL 2º e 3º Ciclo e Secundário João Garcia Bacelar, todos da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Quadro 86 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.

	Crianças e Jovens em Situação de Perigo Pessoas Idosas Pessoas Adultas com Deficiência Família e Comunidade em Geral	Resposta Social	Total	Rede S	Rede Privada	
	População-Alvo	Resposta Social	TOTAL	Entidades Públicas	Entidades Privadas	Entidades Privadas
		Creche	14		14	
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	JI	28	17	11	
illialicia e Juvelituue		ATL	19		19	
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Lar de Infância e Juventude	1		1	
		SAD	19		19	
		Centro de Convívio	1		1	
	Pessoas Idosas	Centro de Dia	16		16	
População Adulta		Centro de Noite	1		1	
		Lar de Idosos	11		10	1
	Passaga Adultas sam Dafiaiânaia	CAO	1		1	
	ressods Additas com Denciencia	Lar Residencial	1		1	
Família e Comunidade	Família e Comunidade em Geral	Centro de Férias e Lazer	1		1	
	Sub-total		113	17	95	1
	Total	113	1	12	1	

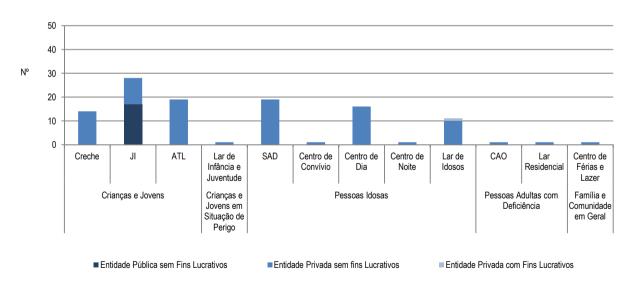


Figura 48 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.

1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo

A análise da distribuição das respostas permite observar que mais de metade são dirigidas à população-alvo Infância e Juventude, mais concretamente ao grupo-alvo Crianças e Jovens (54%), muito em virtude dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar que, no conjunto das respostas existentes para Infância e Juventude, correspondem a 45% (Figura 49).



Figura 49 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho.

Quanto à População Adulta, as respostas subdividem-se em dois gruposalvo, as Pessoas Idosas (42%), que se distribuem pelas respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Centro de Noite e Lar de Idosos, e as Pessoas Adultas com Deficiência (2%), nomeadamente nas respostas de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

Neste contexto será, ainda, de salientar a existência de apenas uma resposta social destinada ao grupo-alvo Família e Comunidade em Geral, com uma representatividade de 1%.

É possível observar que nenhuma das freguesias que integra o território concelhio disponibiliza respostas destinadas a todos os grupos-alvo anteriormente referidos, na medida em que a resposta vocacionada para Crianças e Jovens em Situação de Perigo se limita à freguesia de Cantanhede, enquanto as respostas para Pessoas Adultas com Deficiência apenas são disponibilizadas pelos equipamentos que se localizam na freguesia da Tocha (Figura 50).

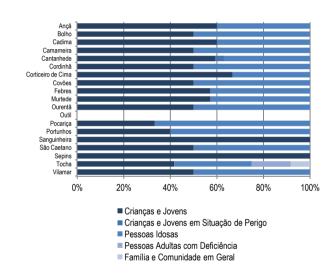


Figura 50 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

Nos restantes casos as respostas são destinadas aos grupos-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas, com exceção das freguesias de Sepins e Sanguinheira, cuja oferta se limita à reposta de Estabelecimento de Educação Pré-escolar da rede pública sem fins lucrativos.

Da análise da distribuição dos diferentes tipos de respostas sociais, e de acordo com o referido anteriormente, é possível observar uma predominância de respostas destinadas a Crianças e Jovens, destacando-se a elevada percentagem das respostas de Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Creche (Figura 51).

Já no que diz respeito às respostas sociais que se destinam ao grupo-alvo Pessoas Idosas, a sua representatividade também é elevada, na medida em que todas as freguesias, com exceção de Sanguinheira e Sepins, apresentam pelo menos uma resposta vocacionada para este grupo-alvo (Figura 52).

Numa análise mais pormenorizada sobressaem, uma vez mais pela sua diversidade ao nível das respostas sociais, as freguesias da Tocha, com

destaque para a disponibilização de respostas como Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Centro de Férias e Lazer, e Cantanhede, na qual se encontra em funcionamento o único Lar de Infância e Juventude (

Quadro 87).

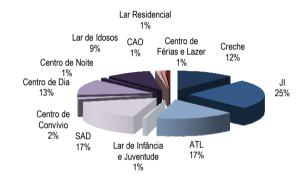


Figura 51 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, no concelho.

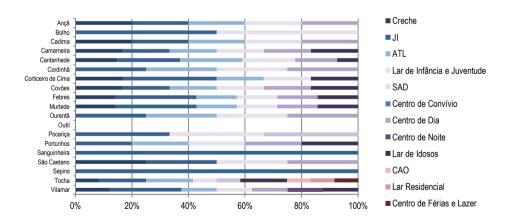


Figura 52 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia.

Quadro 87 - Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.

		Infância e Juventude					População Adulta					Família e Comunidade		
Número Freguesias Equipame Sociai		Crianças e Jovens		Crianças e Jovens em Situação de Perigo		Pessoas Idosas				Pessoas Adultas com Deficiência		Família e Comunidade em Geral	Total ²⁰	
		Creche	JI	ATL	Lar de Infância e Juventude	SAD	Centro de Convívio	Centro de Dia	Centro de Noite	Lar de Idosos	CAO	Lar Residencial	Centro de Férias e Lazer	
Ançã	3	1	1	1		1		1						5
Bolho	2		1			1								2
Cadima	1	1	1	1		1		1						5
Camarneira	2	1	1	1		1		1		1				6
Cantanhede	10	4	6	6	1	4		4		2				27
Cordinhã	2		1	1		1		1						4
Corticeiro de Cima	2	1	2	1		1				1				6
Covões	1	1	1	1		1		1		1				6
Febres	4	1	2	1		1		1		1				7
Murtede	2	1	2	1		1		1		1				7
Ourentã	2		1	1		1		1						4
Outil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça	2		1			1	1							3
Portunhos	2		1	1		1		1		1				5
Sanguinheira	1		1											1
São Caetano	2	1	1			1		1						4
Sepins	1		1											1
Tocha	6	1	2	2		1	1			2	1	1	1	12
Vilamar	2	1	2	1		1		1	1	1				8
Sub-total	47	14	28	19	1	19	2	15	1	11	1	1	1	113
Total	47		61		1			48				2	1	113

²⁰ O total de respostas sociais segundo a população-alvo e tipo de resposta não corresponde ao total dos equipamentos sociais, isto porque existem equipamentos sociais que desenvolvem mais do que um tipo de resposta para a mesma ou diferentes populações-alvo, estando, neste caso, contabilizados mais do que uma vez.

1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social

Tal como foi referido, os 47 equipamentos sociais do concelho de Cantanhede integram 113 respostas sociais, o que indicia a existência de diversas respostas a funcionar no mesmo equipamento social (Figura 53).

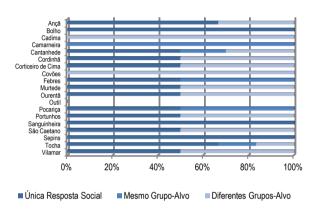


Figura 53 - Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.

Deste modo, do total de equipamentos existentes no território concelhio apenas 8 apresentam respostas vocacionadas para o mesmo grupo-alvo, enquanto que 25 funcionam apenas com uma resposta social. De referir, ainda, o elevado número de equipamentos onde funcionam respostas direcionadas para diferentes grupos-alvo (25).

1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais

Efetuando uma análise sobre a data de entrada em funcionamento das diferentes respostas, pode concluir-se que estas iniciaram a sua atividade,

maioritariamente, na última década, nomeadamente a partir de 1995, mostrando a preocupação crescente que a área social tem vindo a suscitar no concelho (Figura 54).²¹

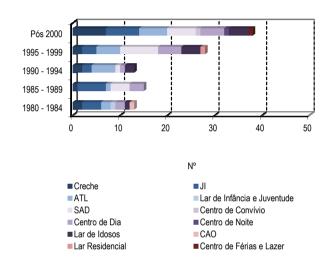


Figura 54 - Início de funcionamento das respostas sociais.

Todavia, o início de funcionamento da componente de apoio social no concelho de Cantanhede reporta-se ao período compreendido entre 1980 e 1984, designadamente com as respostas de Creche, Estabelecimento de Educação Pré-escolar, Centro de Atividade de Tempos Livres, Lar de Infância e Juventude, Centro de Dia, Lar de Idosos e Centro de Atividades Ocupacionais.

²¹ Os Estabelecimentos de Educação Pré-escolar de Ançã, Febres, Póvoa da Lomba, Sanguinheira, São Caetano e Tocha desconhecem a data de início de funcionamento.

No período seguinte, entre os anos de 1985 e 1989, manteve-se o reforço das respostas para Crianças e Jovens, sendo que é também nesta época que surgem as primeiras respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, direcionadas para Pessoas Idosas.

Entre os anos de 1990 e 1994 foi possível observar a entrada em funcionamento de mais respostas no âmbito dos grupos-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas. Todavia, o período compreendido entre os anos de 1995 e 1999 foi caracterizado por um incremento significativo do número de respostas, com especial destaque para os Centros de Atividades de Tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos, sendo também nesta época que entra em funcionamento o primeiro Lar Residencial.

O período seguinte é caracterizado por um aumento das respostas sociais neste território concelhio, sendo de destacar a entrada em funcionamento do primeiro Centro de Convívio, bem como do único Centro de Noite.

1.3.4. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

Globalmente, e no que se refere à análise da capacidade²² das respostas sociais, verifica-se que são as que integram as entidades privadas sem fins lucrativos que apresentam o valor mais significativo, representando cerca de 84% da capacidade total (Figura 55). Seguem-se as respostas das entidades públicas sem fins lucrativos com 15% e, finalmente, as entidades privadas com fins lucrativos com apenas 1%.

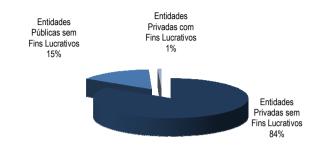


Figura 55 - Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, no concelho.

1.3.5. Capacidade, frequência, lotação do acordo e clientes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo

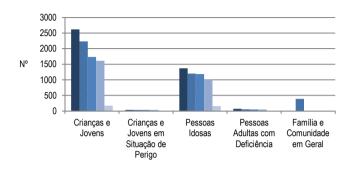
No conjunto de respostas sociais existentes no concelho de Cantanhede é possível observar que a capacidade é superior à frequência na totalidade dos grupos-alvo em análise (Figura 56).²³

De igual modo, verifica-se que a lotação do acordo²⁴, e tal como seria expectável, é inferior ao número de clientes, excetuando apenas o caso das respostas afetas ao grupo-alvo Crianças e Jovens em Situação de Perigo. No entanto, será de referir que o número de clientes com acordo é muito reduzido em comparação, quer com a capacidade, quer com a frequência.

²² Tendo em consideração a sua natureza, o conceito de capacidade não se aplica a determinadas respostas. No presente relatório esta situação verifica-se na resposta de Centro de Férias e Lazer, que integra o grupo-alvo Família e Comunidade em Geral.

²³ A freguência do Centro de Férias e Lazer corresponde à média mensal.

²⁴ O conceito de acordo não se aplica às respostas sociais que integram Entidades Públicas sem Fins Lucrativos e Entidades Privadas com Fins Lucrativos.



■ Capacidade ■ Frequência ■ Lotação do Acordo ■ Utentes com Acordo ■ Utentes sem Acordo

Figura 56 - Capacidade, frequência, lotação do acordo e clientes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo, no concelho.

Relativamente à frequência e número de clientes com acordo, constata-se que a frequência mais elevada é registada no grupo-alvo Crianças e Jovens, sendo também neste grupo-alvo que ocorre uma maior discrepância entre este indicador e o número de clientes com acordo, já que um elevado número de respostas corresponde a entidades públicas sem fins lucrativos.

Nas respostas sociais destinadas aos grupos-alvo Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência a frequência é mais reduzida, mas a discrepância entre as duas variáveis também é menor, especialmente no último grupo-alvo referido. No grupo-alvo Crianças e Jovens em Situação de Perigo o valor da frequência e dos clientes com acordo é igual.

1.2. Análise das Respostas Sociais por População-Alvo

1.2.1. Infância e Juventude

Na sociedade atual a mulher tem uma intervenção cada vez maior no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, o que transformou por completo a estrutura e organização familiar.

Em Portugal o número de mães trabalhadoras é um dos mais elevados da União Europeia, sendo a rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude das mais fracas e com taxas de cobertura mais reduzidas.

As respostas dirigidas à Infância e Juventude assumem, assim, um duplo papel. Se por um lado solucionam o problema da guarda e da educação das crianças durante a parte do dia em que estas não podem estar com os seus pais, por outro lado contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, complementando ou substituindo a família na sua socialização.

Paralelamente, a população jovem (0-14 anos) regista um decréscimo contínuo, provocado pela acentuada diminuição da taxa de fecundidade, o que conduziu a uma alteração drástica da estrutura demográfica.

Em Portugal a taxa de fecundidade é uma das mais baixas da União Europeia, tendo sido a descida mais rápida do que na maioria dos países europeus, chegando mesmo a ultrapassar os valores médios dos países vizinhos.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude deve acompanhar, naturalmente, esta transformação da sociedade portuguesa. Na realidade, nos últimos anos tem-se assistido a um reforço das medidas sociais dirigidas à Infância e Juventude, especialmente no que se refere à Educação Pré-Escolar e à escolaridade obrigatória, mas ainda é longo o caminho a percorrer.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude encontra-se dividida em três grupos-alvo, nomeadamente Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo, cada um com respostas específicas.

Efetuando-se uma análise pormenorizada da distribuição das respostas destinadas à população-alvo Infância e Juventude no concelho de Cantanhede, constata-se que a única que integra todas as respostas sociais é a freguesia sede de concelho, destacando-se, claramente das restantes, na medida em que disponibiliza 17 respostas (Quadro 88 e Figura 57).

Seguidamente, mas com um número bastante inferior de respostas sociais vocacionadas para este grupo-alvo destacam-se as freguesias da Tocha, com cinco respostas, Corticeiro de Cima, Febres, Murtede e Vilamar que, individualmente, disponibilizam quatro respostas, sendo que para este valor, em muito contribui a existência de 2 Estabelecimentos de Educação Préescolar em cada um destes setores do território concelhio.

De referir, ainda, a inexistência de qualquer resposta no âmbito da Infância e Juventude na freguesia de Outil, ao passo que as freguesias de Bolho,

Pocariça, Sanguinheira e Sepins apenas disponibilizam a resposta de Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Quadro 88 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

Freguesias	Criança	as e Jove	ens	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Total
rreguesias	Creche	JI	ATL	Lar de Infância e Juventude	Total
Ançã	1	1	1		3
Bolho		1			1
Cadima	1	1	1		3
Camarneira	1	1	1		3
Cantanhede	4	6	6	1	17
Cordinhã		1	1		2
Corticeiro de Cima	1	2	1		4
Covões	1	1	1		3
Febres	1	2	1		4
Murtede	1	2	1		4
Ourentã		1	1		2
Outil	-	-	-	-	-
Pocariça		1			1
Portunhos		1	1		2
Sanguinheira		1			1
São Caetano	1	1			2
Sepins		1			1
Tocha	1	2	2		5
Vilamar	1	2	1		4
Sub-total	14	28	19	1	62
Total		61		1	62

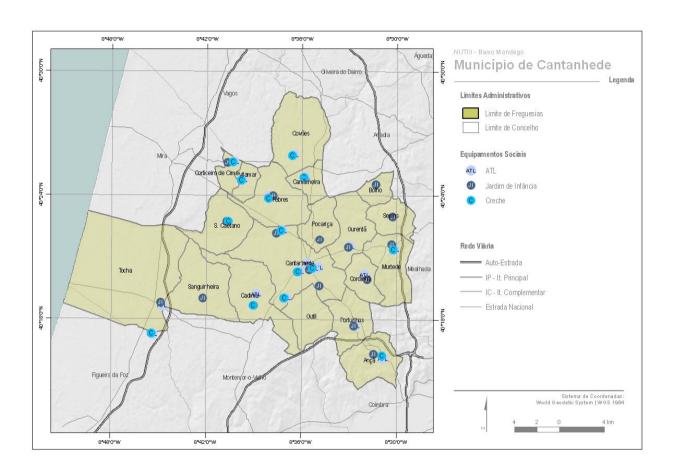


Figura 57 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

1.2.1.1. Crianças e Jovens

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, cabe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade. O Estado deve conceder uma ajuda apropriada aos pais na educação dos filhos. As respostas existentes para o grupo-alvo Crianças e Jovens são a Ama, a Creche Familiar, a Creche, o Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, o Centro de Atividades de Tempos Livres e o Centro de Férias e Lazer.

1.2.1.1.1. Creche

A Creche corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

1.2.1.1.1. Caracterização geral

O concelho disponibiliza 14 equipamentos sociais afetos à resposta social de Creche que, na sua totalidade, integram a rede privada sem fins lucrativos (Quadro 89, Figura 58 e Figura 59).

Globalmente, e no que respeita ao ano de 2008, esta resposta apresenta capacidade para 580 crianças, sendo que a frequência é ligeiramente inferior, designadamente 549 crianças, das quais 477 possuem acordo.

Quadro 89 - Caracterização geral da resposta social Creche.

		Re	ede Privada sen	Fins Lucra	ativos			
	Número de Utentes Taxa de							
Freguesias	Respostas Sociais	Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Utilização (%)	Lista de Espera	
Ançã	1	35	34	20	14	97,14	0	
Bolho								
Cadima	1	66	64	60	4	96,97	0	
Camarneira	1	25	25	25	0	100	6	
Cantanhede	4	175	174	149	25	99,43	35	
Cordinhã								
Corticeiro de Cima	1	60	74	60	14	123,33	0	
Covões	1	35	18	18	0	51,43	0	
Febres	1	50	48	35	13	96	0	
Murtede	1	50	42	40	2	84	0	
Ourentã								
Outil	-	-	-	-	-	-	-	
Pocariça								
Portunhos								
Sanguinheira								
São Caetano	1	15	10	10	0	66,67	0	
Sepins								
Tocha	1	33	31	31	0	93,94	0	
Vilamar	1	36	29	29	0	80,56	0	
Total	14	580	549	477	72	94,66	41	

Da relação entre a capacidade e a frequência resulta uma taxa de utilização bastante elevada, cerca de 94,66%, valor que, paralelamente aos nascimentos ocorridos, deve ser tido em consideração nas propostas de novos equipamentos. De referir, ainda, a existência de uma lista de espera composta por 41 criancas.

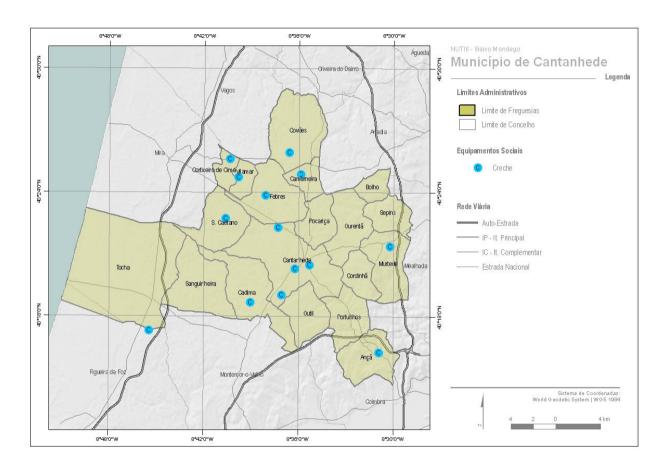


Figura 58 - Distribuição da resposta social Creche, por freguesia.

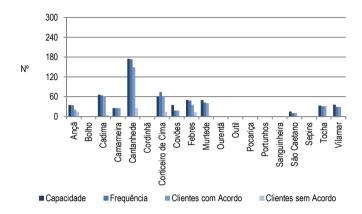


Figura 59 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Creche, por frequesia.

1.2.1.1.1.2. Caracterização dos clientes

A resposta social de Creche é frequentada por 288 crianças do sexo masculino e por 261 crianças do sexo feminino, o que perfaz um total de 549 crianças inscritas (Figura 60). Em 2008, de salientar, ainda, a inexistência de qualquer criança com necessidade de estimulação precoce, embora se verifique a existência de uma resposta específica para este efeito, designadamente o Projeto Integrado de Intervenção Precoce (PIIP).

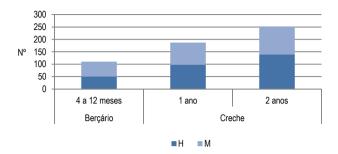


Figura 60 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Creche.

No que diz respeito à área de residência dos clientes é possível observar que um elevado número de crianças são oriundas da freguesia de Cantanhede (134), destacando-se, de igual modo, as freguesias de Febres (59), Cadima (36) e Tocha (25), embora com valores mais reduzidos (Quadro 90 e Figura 61).

De referir o facto de se encontrarem inscritas 121 crianças provenientes de outros concelhos, valor que poderá estar relacionado com deslocações por motivos laborais dos pais e encarregados de educação, na medida em que este território concelhio apresenta um pólo industrial bastante dinâmico que se assume como gerador de emprego a diversos núcleos familiares.

Quadro 90 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Creche.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos
rreguesias	Número de Clientes
Ançã	14
Bolho	2
Cadima	36
Camarneira	12
Cantanhede	134
Cordinhã	6
Corticeiro de Cima	19
Covões	17
Febres	59
Murtede	20
Ourentã	8
Outil	14
Pocariça	6
Portunhos	11
Sanguinheira	12
São Caetano	6
Sepins	5
Tocha	25
Vilamar	22
Outros Municípios	121
Total do Município	428
Total	549

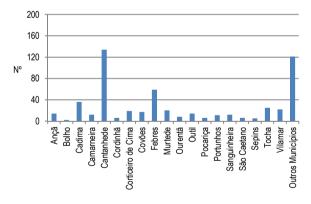


Figura 61 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Creche.

1.2.1.1.3. Caracterização dos recursos humanos

Ao nível da caracterização dos recursos humanos afetos à resposta de Creche verifica-se a existência de um total de 115 técnicos, com o predomínio dos técnicos partilhados, enquanto que a tendência para a exclusividade apenas se observa nas categorias profissionais de Educadora de Infância, Psicóloga, Ajudante de Refeição, Auxiliar de Limpeza e Auxiliar de Ação Educativa (Figura 62).²⁵

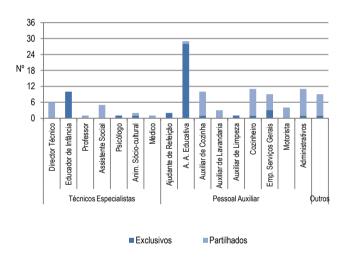


Figura 62 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Creche.

²⁵ A análise dos recursos humanos não integra os dados da Creche do Centro Social Comunitário da Varziela, da Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

1.2.1.1.1.4. Fontes de financiamento

Esta resposta social tem como fontes de financiamento as receitas próprias, através das mensalidades pagas pelos clientes, acordo de cooperação, bem como outras fontes de financiamento, sendo que o acordo típico com a Segurança Social é para 529 crianças (Quadro 91).

Quadro 91 - Fontes de financiamento da resposta social Creche.

Fontes	de Financiamento	Número de Respostas Sociais	
Fontes de	Receitas Próprias		9
Financiamento	Acordos de Coo	peração	15
	Outras Fontes		4
	Tipo de Acordo	Típico	14
Acordos de	de Cooperação	Atípico	1
Cooperação		Gestão	
	Lotação do Acordo		529

1.2.1.1.2. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

O Estabelecimento de Educação Pré-escolar corresponde a uma resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

1.2.1.1.2.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede integra 28 respostas sociais de Estabelecimento de Educação Pré-escolar (Quadro 92, Figura 63 e Figura 64), sendo que, em termos de natureza jurídica, predominam as entidades públicas sem fins lucrativos (17) em relação aos equipamentos que se encontram afetos à rede privada sem fins lucrativos (11). Em termos de distribuição territorial, será de referir, por um lado, a freguesia de Cantanhede com 6 respostas e, por outro, a freguesia de Outil que não disponibiliza qualquer equipamento com esta tipologia. As restantes freguesias do concelho de Cantanhede caracterizam-se pela presença de pelo menos uma resposta com esta tipologia.

Globalmente, é possível observar uma frequência de 972 crianças, valor bastante inferior à sua capacidade máxima (1225), o que resulta numa taxa de utilização de 79,35%. Considerando que as redes pública e privada apresentam uma frequência de 452 e 520 crianças, e considerando os valores da capacidade segundo a natureza jurídica, é possível observar, no primeiro caso, uma taxa de utilização de 72,32%, e no segundo de 86,67%. Em relação à lista de espera, esta apenas existe ao nível das entidades que integram a rede privada sem fins lucrativos, sendo constituída por 13 crianças.

Quadro 92 - Caracterização geral da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

	Número de Respostas Sociai		Número de Respostas Sociais Capacidade		Número de Clientes				Jtilização %)	Lista de Espera		
Freguesias	Rede Pública sem Fins	Rede Privada sem Fins	Rede Pública sem Fins	Rede Privada sem Fins	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede	Privada sem Fins	Lucrativos	Rede Pública sem Fins	Rede Privada sem Fins	Rede Pública sem Fins	Rede Privada sem Fins
	Lucrativos	Lucrativos	Lucrativos	Lucrativos	Frequência	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Lucrativos	Lucrativos	Lucrativos	Lucrativos
Ançã	1		75		71				94,67		0	
Bolho	1		25		11				44		0	
Cadima		1		100		86	86	0		86		0
Camarneira		1		25		22	20	2		88		0
Cantanhede	3	3	100	220	94	214	213	1	94	97,27	0	2
Cordinhã	1		25		25				100		0	
Corticeiro de Cima	1	1	25	60	12	55	55	0	48	91,67	0	0
Covões		1		50		15	15	0		30		0
Febres	1	1	50	50	27	50	50	0	54	100	0	3
Murtede	1	1	25	50	15	37	37	0	60	74	0	0
Ourentã	1		25		17				68		0	
Outil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça	1		25		25				100		0	
Portunhos	1		50		21				42		0	
Sanguinheira	1		50		33				66		0	
São Caetano	1		25		21				84		0	
Sepins	1		50		16				32		0	
Tocha	1	1	50	25	50	25	25	0	100	100	0	8
Vilamar	1	1	25	20	14	16	16	0	56	80	0	0
Sub-total	17	11	625	600	452	520	517	3	72,32	86,67	0	13
Total	2	28	12	225	972		517	3	79	,35		13

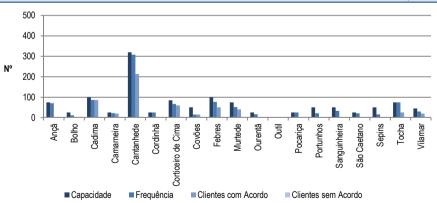


Figura 63 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.

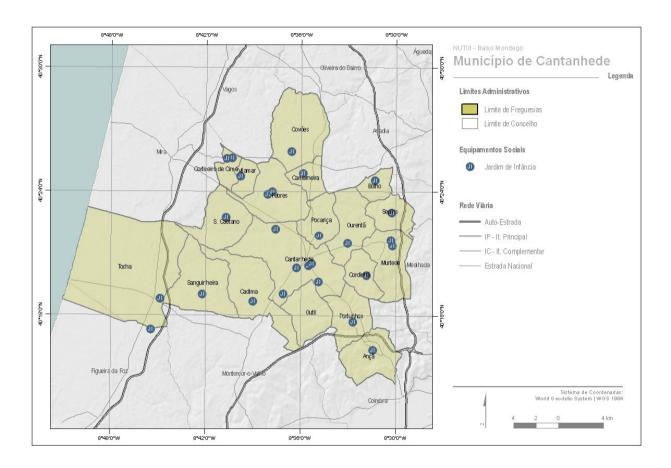


Figura 64 - Distribuição da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.

1.2.1.1.2.2. Caracterização dos clientes

Ao nível da caracterização dos clientes, verifica-se uma preponderância das crianças com 5 anos do sexo masculino, contrariamente ao observado nas crianças com 3 anos, onde os valores mais elevados dizem respeito ao sexo feminino (Figura 65). De referir também que existem crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em todas as idades, sendo esta problemática mais preponderante nas crianças do sexo masculino com 5 anos.

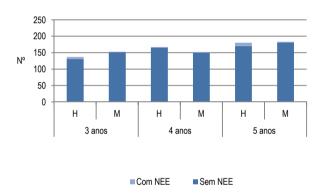


Figura 65 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Do total de 972 crianças que frequentam esta resposta social, 866 residem nas freguesias que integram o concelho de Cantanhede, sendo que 536 integram a rede pública sem fins lucrativos e 330 encontram-se afetas à rede privada sem fins lucrativos, enquanto as restantes 106 crianças são

provenientes de outros concelhos, 36 da rede pública sem fins lucrativos e 70 crianças da rede privada sem fins lucrativos (Quadro 93 e Figura 66).

Quadro 93 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Estabelecimento de Educação
Pré-escolar.

Clientes					
Freguesias	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Total		
Ançã	69	4	73		
Bolho	11	1	12		
Cadima	5	65	70		
Camarneira	2	17	19		
Cantanhede	82	154	236		
Cordinhã	27	2	29		
Corticeiro de Cima	12	13	25		
Covões	0	19	19		
Febres	33	50	83		
Murtede	8	23	31		
Ourentã	15	9	24		
Outil	5	8	13		
Pocariça	27	8	35		
Portunhos	20	14	34		
Sanguinheira	34	14	48		
São Caetano	16	1	17		
Sepins	16	3	19		
Tocha	38	20	58		
Vilamar	7	14	21		
Outros Municípios	25	81	106		
Total do Município	427	439	866		
Total	452	520	972		

As freguesias de Cantanhede, Febres, Cadima e Tocha apresentam o número mais elevado de crianças, apesar do valor de clientes provenientes de outros concelhos também se apresentar bastante elevado. Esta situação, tal como referido anteriormente, poderá ser justificada pela localização do pólo industrial.

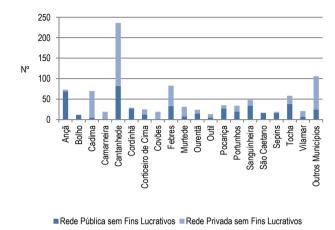


Figura 66 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Estabelecimento de Educação
Pré-escolar.

1.2.1.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos

Na resposta social de Estabelecimento de Educação Pré-escolar é possível observar um total de 74 técnicos, sendo que a maioria se encontra partilhada com outras respostas (Figura 67). De referir, ainda, que existe um predomínio do regime de exclusividade nas categorias profissionais de Educador de Infância e Auxiliar de Ação Educativa.²⁶

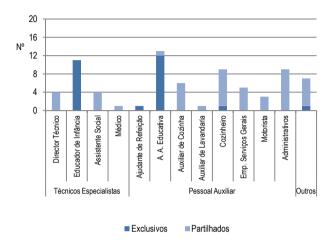


Figura 67 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

1.2.1.1.2.4. Fontes de financiamento

A resposta de Estabelecimento de Educação Pré-escolar tem como fonte de funcionamento maioritária os acordos de cooperação, assim como as receitas próprias e outras fontes (Quadro 94). Dos 27 acordos de cooperação existentes, verifica-se que apenas 11 são acordos típicos com a Segurança Social, cuja lotação é de 552 clientes.

²⁶ A análise dos recursos humanos não integra os dados do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar do Centro Social Comunitário da Varziela, da Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

Quadro 94 - Fontes de financiamento da resposta social de Estabelecimento de Educação Préescolar.

For	ntes de Financiamento	Número de Respostas Sociais	
Fontes de	Receitas Próprias		6
Financiamento	Acordos de Cooperaç	ão	27
Financiamento	Outras Fontes		4
	Tipo de Acordo de	Típico	11
Acordos de	Cooperação	Atípico	
Cooperação	Cooperação	Gestão	
	Lotação do Acordo		552

1.2.1.1.3. Centro de Atividades de Tempos Livres

O Centro de Atividades de Tempos Livres corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades.

1.2.1.1.3.1. Caracterização geral

A resposta Centro de Atividades de Tempos Livres encontra-se presente em 13 das 19 freguesias que integram o concelho de Cantanhede, destacando-se a freguesia sede de concelho com 6 equipamentos afetos a esta resposta social, assim como a freguesia da Tocha com 2 equipamentos (Quadro 95, Figura 68 e Figura 69). Em termos globais verifica-se que a frequência (711 clientes) é inferior à capacidade máxima (814 clientes), o que traduz uma taxa de utilização de 87,35%, sendo também de referir a existência de 616 clientes com acordo, bem como o facto de se verificar uma lista de espera de 80 candidatos.

Quadro 95 - Caracterização geral da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

		Re	de Privada ser	n Fins Luc	rativos		
	Número de Clientes Taxa de , ;						
Freguesias	Respostas Sociais	Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Utilização (%)	Lista de Espera
Ançã	1	20	20	20	0	100	0
Bolho							
Cadima	1	20	22	20	2	110	0
Camarneira	1	25	22	22	0	88	0
Cantanhede	6	367	326	276	50	88,83	30
Cordinhã	1	35	16	16	0	45,71	0
Corticeiro de Cima	1	30	30	30	0	100	0
Covões	1	35	29	29	0	82,86	0
Febres	1	80	80	80	0	100	20
Murtede	1	35	22	22	0	62,86	0
Ourentã	1	16	17	13	4	106,25	0
Outil	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça							
Portunhos	1	25	8	8	0	32	0
Sanguinheira							
São Caetano							
Sepins							
Tocha	2	102	102	80	22	100	30
Vilamar	1	24	17	0	17	70,83	0
Total	19	814	711	616	95	87,35	80

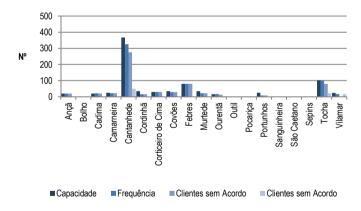


Figura 68 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres, por freguesia.

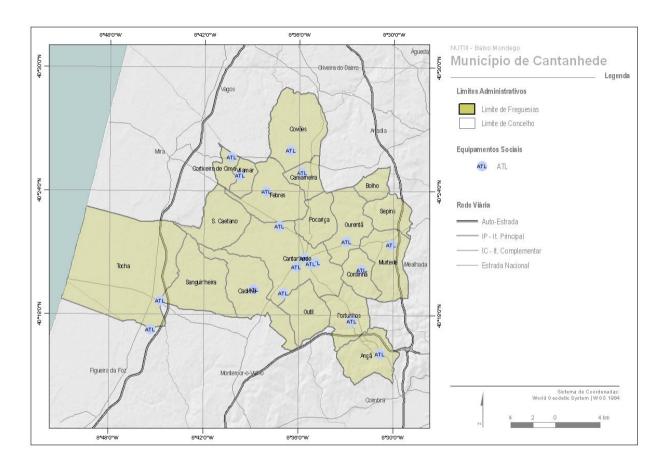


Figura 69 - Distribuição da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres, por freguesia.

1.2.1.1.3.2. Caracterização dos clientes

No que concerne à frequência, e muito por questões ligadas ao antigo prolongamento de horário do 1º CEB, predomina a faixa etária dos 6 aos 9 anos com 416 crianças, apesar das crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos também apresentaram valores significativos, designadamente 256 (Figura 70).

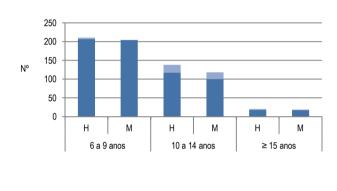


Figura 70 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

■ Sem NEE ■ Com NEE

Finalmente, na faixa etária dos jovens com mais de 15 anos verifica-se uma frequência de 39 crianças. De referir, ainda, o facto de na faixa etária dos 10 aos 14 anos se observar um elevado número de crianças que apresentam NEE.

Deste modo, a maioria dos clientes da resposta social de Centro de Atividades de Tempos Livres é oriunda das freguesias de Cantanhede (176) e Tocha (76), enquanto numa situação intermédia serão de referir as restantes freguesias deste território concelhio, com exceção da freguesia do Bolho, na qual nenhuma criança integra os equipamentos de ATL deste território concelhio (Quadro 96 e Figura 71). Por outro lado, de realçar o facto de 56 crianças residentes noutros territórios concelhios, frequentarem as respostas de ATL localizadas no concelho de Cantanhede.

Quadro 96 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

	Rede Privada sem Fins Lucrativos
Freguesias	
A	Número de Clientes
Ançã	21
Bolho	2
Cadima	46
Camarneira	15
Cantanhede	176
Cordinhã	18
Corticeiro de Cima	24
Covões	45
Febres	42
Murtede	21
Ourentã	35
Outil	13
Pocariça	19
Portunhos	25
Sanguinheira	37
São Caetano	13
Sepins	8
Tocha	76
Vilamar	19
Outros Municípios	56
Total do Município	655
Total	711

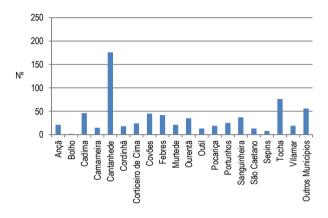


Figura 71 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

1.2.1.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos

A resposta de Centro de Atividades de Tempos Livres disponibiliza um total de 63 técnicos, sendo que, neste caso, a maioria dos técnicos são partilhados com outra resposta, excetuando apenas as categorias de Educadora e Ajudante de Refeição, nas quais os técnicos se encontram em regime de exclusividade (Figura 72).²⁷

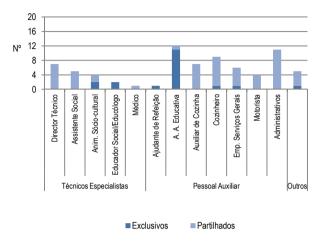


Figura 72 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

1.2.1.1.3.4. Fontes de financiamento

Esta resposta social tem como fonte de rendimento predominante os acordos de cooperação, na sua maioria típicos, embora também seja de referir as receitas próprias, provenientes das mensalidades pagas pelos clientes (Quadro 97). Por outro lado, a lotação do acordo com a Segurança Social abrange 654 clientes.

²⁷ A análise dos recursos humanos não integra os dados do Centro de Atividades de Tempos Livres do Centro Social Comunitário da Varziela, do Centro Social Paroquial da Cordinhã, da Comissão de Melhoramentos de Corticeiro de Cima, da Fundação Ferreira Freire, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

Quadro 97 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

F	ontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais	
Cautaa da	Receitas Próprias		8
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação		18
rinanciamento	Outras Fontes		5
	The de Assaula de	Típico	16
Acordos de	Tipo de Acordo de	Atípico	2
Cooperação	Cooperação	Gestão	
	Lotação do Acordo		654

1.2.1.2. Crianças e Jovens em Situação de Perigo

De acordo com o artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa, as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. O Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.

As respostas vocacionadas para este grupo-alvo são o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, a Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens, o Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens, o Centro de Acolhimento Temporário, o Lar de Infância e Juventude, o Apartamento de Autonomização e o Centro de Férias e Lazer.

1.2.1.2.1. Lar de Infância e Juventude

O Lar de Infância e Juventude corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

1.2.1.2.1.1. Caracterização geral

A única resposta de Lar de Infância e Juventude localiza-se na freguesia de Cantanhede e possui uma capacidade máxima para 35 crianças ou jovens, sendo possível observar uma frequência de 34 jovens, todos com acordo, o que traduz uma taxa de utilização de 97,14%, sendo de referir a inexistência de qualquer candidato em lista de espera (Figura 73).

1.2.1.2.1.2. Caracterização dos clientes

Da análise da população que integra a resposta social de Lar de Infância e Juventude, constituída apenas por indivíduos do sexo feminino (34), destacase a preponderância dos jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, bem como dos maiores de 18 anos (Figura 74). Com valores significativamente mais reduzidos de referir, ainda, as faixas etárias dos 15 aos 17 anos, 6 a 8 anos e, finalmente, dos 9 aos 11 anos.

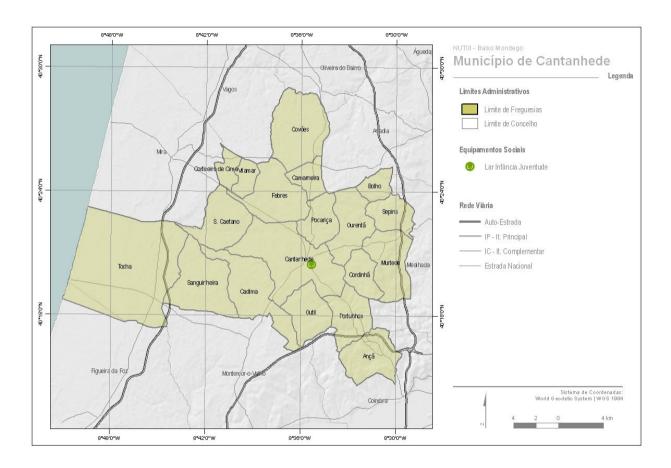


Figura 73 - Distribuição da resposta social Lar de Infância e Juventude, por freguesia.

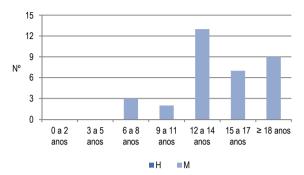


Figura 74 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Lar de Infância e Juventude.

No que respeita à área de residência (Quadro 98), e considerando a natureza desta resposta social, os clientes são provenientes do concelho de Cantanhede, nomeadamente da freguesia sede (11), mas também de outros concelhos, designadamente Aveiro (5), Coimbra (4), Oliveira do Hospital (3), Leiria (2), Lisboa (2), Sever do Vouga (2), Tábua (2), Anadia (1), Penacova (1) e Santa Maria da Feira (1).

1.2.1.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos

A resposta de Lar de Infância e Juventude tem ao seu dispor um total de 11 técnicos, sendo que estes são partilhados com as restantes respostas sociais geridas pela Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede (Figura 75).

Quadro 98 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Infância e Juventude.

Freguesias					de Privada s				
Ancã					Número de Clientes				
Ançã									
Bolh Cadi						0			
						-			
	arnei					0			
	anhe					11			
	linhã					0			
		de Cima				0			
Covi						0			
Febr						0			
	ede					0			
Oure						0			
Outi						0			
	ıriça					0			
	unho					0			
•	juinh					0			
	Caeta	ino			0				
Sepi					0				
Toch					0				
Vilar					0				
Outr		unicípios			23				
		otal do Mu Tota			11 34				
		Iota	!		34				
	5 _T								
	4								
	3 -								
N°	2 -					_	_		
	1 -			_		_	_		
	0 +								
		<u>:</u>	Psicólogo	Médico	Cozinheiro	ativo			
		Téc	9,00	₩	zin	stra			
		Director Técnico	<u>a</u>		රි	Pessoal Administrativo			
		E				¥ ×			
		_				8808			
			I		1	B			
				l					
		Téc	l nicos Especiali	stas	Pessoal	Auxiliar	Outros		

Figura 75 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Infância e Juventude.

Partilhados

Exclusivos

1.2.1.2.1.4. Fontes de financiamento

A única resposta de Lar de Infância e Juventude apresenta como fonte de rendimento o acordo típico estabelecido com a Segurança Social, cuja lotação máxima é de 35 clientes (Quadro 99).

Quadro 99 - Fontes de financiamento da resposta social Lar de Infância e Juventude.

	Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias Acordos de Cooperação Outras Fontes		1
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico Atípico Gestão	1
	Lotação do Acordo		35

1.2.2. População Adulta

Nos últimos anos tem-se assistido a um processo de duplo envelhecimento da população, que se traduz por um estreitamento da base e por um alargamento do topo da pirâmide etária, resultante da diminuição das classes etárias mais jovens (0-14 anos), prosseguida pelo aumento das classes etárias mais idosas (65 anos ou mais). Categorias como os "grandes idosos" e a "quarta idade" começam a tornar-se comuns.

Um dos fatores que condiciona o aumento do peso da população idosa é o aumento da esperança média de vida, provocado pela melhoria das condições sociais de vida, o que se deve, entre outros aspetos, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina e à melhor cobertura da rede de saúde pública.

Outro fator é a diminuição da taxa de fecundidade, que provoca um envelhecimento da base da pirâmide etária e, consequentemente, a não reposição de gerações. Embora o duplo envelhecimento da população não constitua uma novidade, a sua particularidade reside não só no ritmo e na amplitude a que se verifica, mas também na criação de novas dinâmicas que anunciam profundas transformações sociais.

Até meados da década de 60, Portugal ainda não sentia muito os efeitos do envelhecimento demográfico, mas no final do século XX a estrutura da população portuguesa apresenta já características de duplo envelhecimento. Em 1950 Portugal apresentava um perfil populacional de características marcadamente mais jovens, o que se traduz por uma base larga e um topo estreito, representando a população idosa apenas 6,74% da população residente total. No entanto, em apenas meio século a população idosa observou um incremento de 198,59%, enquanto a população jovem registou um decréscimo de 33,41%, passando a população idosa a corresponder a 16,35% da população residente total. Com estes valores Portugal assume-se, assim, como um dos países da União Europeia onde o duplo envelhecimento da população é mais evidente.

Independentemente da expressão nacional ou europeia que o fenómeno assume, este manifesta-se na generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, em especial da Europa, continente mais envelhecido. Com o aumento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais idosas, é também maior a probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, o que aumenta a necessidade de respostas mais adequadas a estas situações, não só no âmbito do social, mas também da saúde. O envelhecimento demográfico é, assim, um dos maiores desafios que se colocam à sociedade contemporânea.

A rede de serviços e equipamentos sociais para População Adulta encontra-se dividida em 5 grupos-alvo, nomeadamente Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas Sem-Abrigo, cada um com respostas específicas. O concelho de Cantanhede insere-se na

realidade nacional e, em particular nos territórios do interior rural, verificandose que o número de respostas sociais destinadas à População Idosa, em especial às Pessoas Idosas, apesar de reduzido para as suas necessidades, assume uma importância considerável no contexto concelhio, com 47 das 49 respostas existentes (Quadro 100 e Figura 76).

Quadro 100 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

Freguesias			Pessoas Idosas		ı	Pessoas Adultas com Deficiência			
	SAD	Centro de Convívio	Centro de Dia	Centro de Noite	Lar de Idosos	CAO	Lar Residencial	Total	
Ançã	1		1					2	
Bolho	1							1	
Cadima	1		1					2	
Camarneira	1		1		1			3	
Cantanhede	4		4		2			10	
Cordinhã	1		1					2	
Corticeiro de Cima	1				1			2	
Covões	1		1		1			3	
ebres	1		1		1			3	
Nurtede	1		1		1			3	
Ourentã	1		1					2	
Outil	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pocariça	1	1						2	
Portunhos	1		1		1			3	
Sanguinheira								0	
São Caetano	1		1					2	
Sepins								0	
ocha	1				2	1	1	5	
/ilamar	1		1	1	1			4	
Sub-total	19	1	15	1	11	1	1	49	
Total			47				2	49	

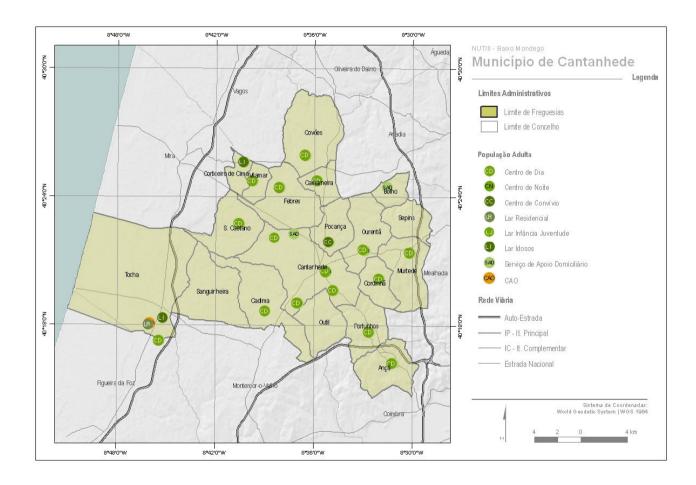


Figura 76 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

1.2.2.1. Pessoas Idosas

De acordo com o artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa, as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

De acordo com as capacidades que demonstram para desempenharem as atividades da vida diária, as pessoas idosas encontram-se divididas em três subgrupos, em função do grau de dependência²⁸, designadamente:

- Autónomo: São independentes, mesmo que ocasionalmente precisem de equipamentos de apoio em algumas atividades da vida diária;
- 1º Grau: São francamente dependentes, carecendo de assistência em algumas atividades da vida diária;
- 2º Grau: São fortemente dependentes, necessitando do apoio de terceiros em todas as atividades da vida diária.

As respostas existentes para o grupo-alvo Pessoas Idosas são o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Convívio, o Centro de Dia, o Centro de Noite, o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas, a Residência, o Lar de Idosos e o Centro de Férias e Lazer.

No concelho de Cantanhede e no que diz respeito às Pessoas Idosas, as respostas sociais com maior representatividade são as de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos, com 19, 16 e 11 respostas, respetivamente, sendo também de referir a existência de um Centro de Noite e, ainda, um equipamento afeto à resposta de Centro de Convívio. Relativamente aos equipamentos destinados às Pessoas Adultas com Deficiência de referir a existência de um Centro de Atividades Ocupacionais e, ainda, um Lar Residencial.

Quanto à sua distribuição, as freguesias de Cantanhede e Tocha apresentam o maior número de equipamentos, designadamente 11 e 6, enquanto que as freguesias de Outil, Sanguinheira e Sepins não apresentam qualquer resposta social no âmbito das respostas vocacionadas para a População Adulta. Nos restantes casos o número de respostas sociais varia entre as quatro disponibilizadas pela freguesia de Vilamar, e apenas uma existente na freguesia do Bolho.

²⁸ Por dependência entende-se a pessoa que por razões ligadas à perda de autonomia física, psíquica ou intelectual tem necessidade de uma ajuda importante a fim de realizar necessidades específicas resultantes da realização das atividades da vida diária (Amaral e Vicente, 2000).

1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário corresponde a uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e familias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

1.2.2.1.1.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede possui 19 respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, sendo de referir que apenas as freguesias de Outil, Sanguinheira e Sepins não apresentam respostas com esta tipologia (Quadro 101, Figura 77 e Figura 78).

Nos restantes casos, com exceção da freguesia de Cantanhede que apresenta quatro equipamentos afetos à resposta de Serviço de Apoio Domiciliário, verifica-se a presença de apenas uma resposta social.

Globalmente, esta resposta social apresenta capacidade para 460 clientes e uma frequência de 429 idosos, valor que se traduz numa taxa de utilização de 93,26%.

De referir, ainda, o facto de se registar uma lista de espera constituída por 32 candidatos, facto que poderá contribuir de forma determinante para a sobrelotação dos equipamentos existentes, os quais, neste momento, apresentam uma frequência bastante próxima da capacidade máxima. Deste modo, apenas as freguesias de Camarneira, Covões, Murtede, Pocariça e Vilamar apresentam uma taxa de utilização inferior a 80%.

Quadro 101 - Caracterização geral da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

	Rede Privada sem Fins Lucrativos						
Freguesias	Número de	Taxa de Utilização					
reguesius	Resposta Sociais	Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	(%)	Lista de Espera
Ançã	1	20	25	20	5	125	0
Bolho	1	20	20	18	2	100	0
Cadima	1	25	31	25	6	124	0
Camarneira	1	20	13	13	0	65	0
Cantanhede	4	98	97	75	22	98,98	15
Cordinhã	1	20	20	20	0	100	0
Corticeiro de Cima	1	15	15	15	0	100	0
Covões	1	25	16	16	0	64	0
Febres	1	20	24	20	4	120	6
Murtede	1	30	23	23	0	76,67	0
Ourentã	1	20	21	10	11	105	0
Outil	-		-	-	-	-	-
Pocariça	1	20	7	7	0	35	0
Portunhos	1	10	11	10	1	110	3
Sanguinheira							
São Caetano	1	20	20	20	0	100	0
Sepins							
Tocha	1	62	62	35	27	100	8
Vilamar	1	35	24	24	0	68,57	0
Total	19	460	429	351	78	93,26	32

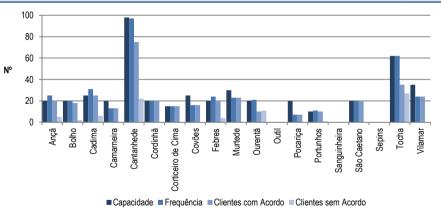


Figura 77 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.

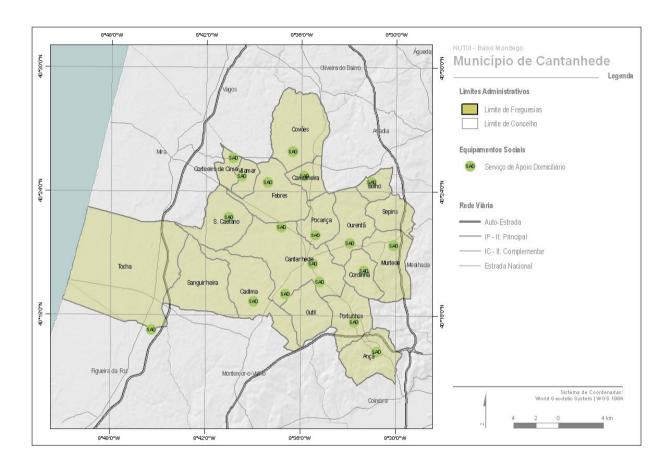
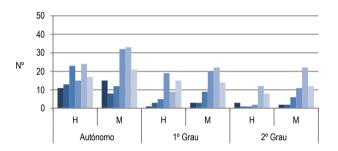


Figura 78 - Distribuição da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.

1.2.2.1.1.2. Caracterização dos clientes

A resposta de Serviço de Apoio Domiciliário apresenta 429 idosos, sendo que as faixas etárias mais representativas são a dos 80 a 84 anos com 122 clientes e a dos 75 aos 79 anos com 99 idosos (Figura 79).



■≤ 64 anos ■ 65 a 69 anos ■ 70 a 74 anos ■ 75 a 79 anos ■ 80 a 84 anos ■ ≥ 85 anos

Figura 79 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

No que respeita ao grau de dependência, constata-se que à medida que este aumenta, o número de clientes diminui, pelo que são os idosos autónomos que se encontram em maior número, designadamente 224 clientes.

Os restantes graus de dependência apresentam um valor bastante inferior, concretamente 123 clientes de 1º e 82 clientes de 2º grau de dependência, situação que poderá estar relacionada com o facto deste tipo de resposta social não responder às necessidades das pessoas mais dependentes que, preferencialmente, serão encaminhadas para a resposta de Lar de Idosos.

Em relação aos motivos, é possível observar que dos 429 clientes que integram esta resposta, a maioria aponta a falta de disponibilidade da família ou a insuficiência para gerir as próprias necessidades como principal causa de integração na resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (Quadro 102).

Quadro 102 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Motivo	Número de Clientes
Isolamento	33
Falta de disponibilidade da família	179
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	99
Falta de condições habitacionais	3
Fase terminal/extrema dependência	47
Idade avançada do(s) cuidador(es)	32
Doença crónica	17
Doença degenarativa/terminal	3
Outros	16
Total	429

Esta assume-se como uma resposta de cariz marcadamente municipal, uma vez que a maioria dos clientes reside no concelho de Cantanhede (401), enquanto que apenas 28 são provenientes de outros concelhos (Quadro 103 e Figura 80).

Quadro 103 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Clientes
Ançã	24
Bolho	16
Cadima	27
Camarneira	9
Cantanhede	83
Cordinhã	18
Corticeiro de Cima	12
Covões	9
Febres	28
Murtede	23
Ourentã	24
Outil	2
Pocariça	20
Portunhos	11
Sanguinheira	14
São Caetano	18
Sepins	0
Tocha	39
Vilamar	24
Outros Municípios	28
Total do Município	401
Total	429

De referir que um número significativo de clientes desta resposta social reside na freguesia de Cantanhede (83), enquanto que nos restantes setores, o número de clientes não ultrapassa os 30.

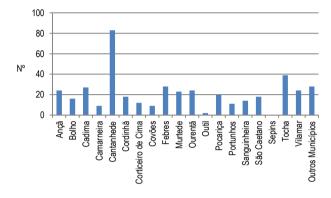
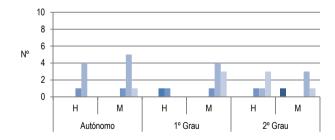


Figura 80 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

1.2.2.1.1.3. Caracterização dos candidatos em lista de espera

Ao nível da caracterização dos candidatos em lista de espera será de referir a predominância da faixa etária dos 80 a 84 anos, bem como do sexo feminino em todos os graus de dependência em análise (Figura 81).



■ ≤ 64 anos ■ 65 a 69 anos ■ 70 a 74 anos ■ 75 a 79 anos ■ 80 a 84 anos ■ ≥ 85 anos

Figura 81 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Em relação aos motivos de ingresso nesta resposta social, é possível observar que dos 32 candidatos em lista de espera, a maioria aponta a idade avançada dos cuidadores, a falta de disponibilidade da família ou a insuficiência para gerir as próprias necessidades como principais motivos de integração na resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (Quadro 104).

Quadro 104 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Servico de Apoio Domiciliário.

Motivo	Número de Clientes
Isolamento	1
Falta de disponibilidade da família	10
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	6
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	1
Idade avançada do(s) cuidador(es)	14
Doença crónica	0
Doença degenarativa/terminal	0
Outros	0
Total	32

Já no que diz respeito à área de residência dos candidatos que se encontram em lista de espera desta resposta, verifica-se que a maioria reside em freguesias que integram o concelho de Cantanhede, designadamente Tocha (8), Febres (6), Cantanhede (5) e Portunhos (3), sendo de referir, igualmente a existência de 10 candidatos residentes noutros concelhos (Quadro 105 e Figura 82).

Quadro 105 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Servico de Apoio Domiciliário.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Clientes
Ançã	0
Bolho	0
Cadima	0
Camarneira	0
Cantanhede	5
Cordinhã	0
Corticeiro de Cima	0
Covões	0
Febres	6
Murtede	0
Ourentã	0
Outil	0
Pocariça	0
Portunhos	3
Sanguinheira	0
São Caetano	0
Sepins	0
Tocha	8
Vilamar	0
Outros Municípios	10
Total do Município	22
Total	32

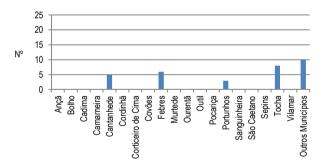


Figura 82 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

1.2.2.1.1.4. Caracterização dos recursos humanos

Na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário é possível observar que existe um total de 145 técnicos que, na sua maioria, são partilhados entre as diversas respostas geridas pela mesma entidade (Figura 83). Em relação às categorias profissionais verifica-se que existe um predomínio do pessoal auxiliar (105) em relação às técnicas especialistas (24), existindo, ainda, 16 técnicas cuja categoria profissional não foi possível identificar.²⁹

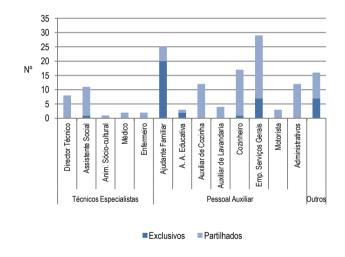


Figura 83 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

1.2.2.1.1.5. Fontes de financiamento

As duas respostas de Serviço de Apoio Domiciliário têm como fontes de financiamento as receitas próprias, provenientes das mensalidades pagas pelos clientes, e os acordos típicos de cooperação com a Segurança Social para 405 clientes (Quadro 106).

Quadro 106 - Fontes de financiamento da resposta social Servico de Apoio Domiciliário.

F	Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Ft d.	Receitas Próprias		8
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação		19
i illanciamento	Outras Fontes		4
	Tino do Acondo do	Típico	19
Acordos de	Tipo de Acordo de Cooperação	Atípico	3
Cooperação	Oooperação	Gestão	
	Lotação do Acordo		405

1.2.2.1.2. Centro de Convívio

O Centro de Convívio corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sociorrecreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

1.2.2.1.2.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede disponibiliza apenas uma resposta de Centro de Convívio, localizada na freguesia de Pocariça, sendo que esta apresenta capacidade máxima para 15 clientes, embora a sua frequência não ultrapasse os 11, o que traduz uma taxa de utilização de 73,33% (Figura 84). De referir, ainda, a existência de um cliente que não possui acordo e a inexistência de qualquer candidato em lista de espera.

²⁹ A análise dos recursos humanos não integra os dados do Serviço de Apoio Domiciliário do Centro Social Comunitário da Varziela, do Centro Social Paroquial da Cordinhã, da Comissão de Melhoramentos de Corticeiro de Cima, da Fundação Ferreira Freire, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

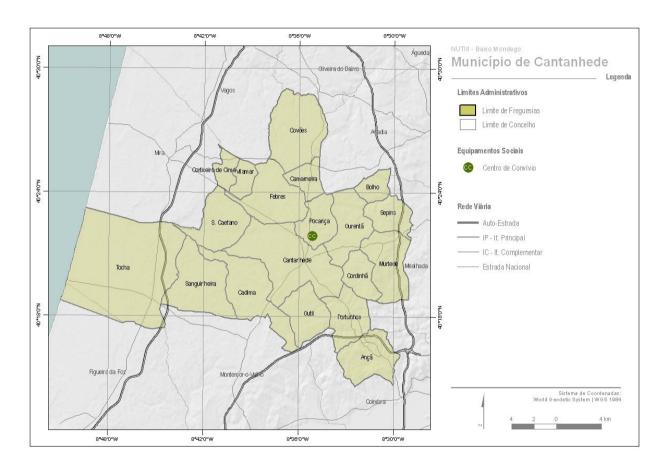


Figura 84 - Distribuição da resposta social Centro de Convívio, por freguesia.

1.2.2.1.2.2. Caracterização dos clientes

A resposta social de Centro de Convívio apoia indivíduos em regime de semi-internato diurno nas diferentes faixas etárias, mas sobretudo na terceira idade e com um elevado grau de autonomia, tal como se observa no concelho de Cantanhede, onde o número de idosos com 1º e 2º grau de dependência é reduzido, comparativamente com os autónomos, categoria na qual se regista uma frequência de 7 clientes (Figura 85).

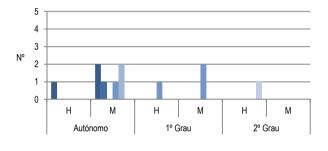


Figura 85 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Convívio.

■≤ 64 anos ■65 a 69 anos ■70 a 74 anos ■75 a 79 anos ■80 a 84 anos ■≥ 85 anos

Em relação aos motivos de integração, apenas quatro clientes indicam a falta de disponibilidade da família, a insuficiência para gerir as necessidades e fase terminal/extrema dependência como causa para o ingresso nesta resposta social, enquanto sete optam, por outro tipo de motivos (Quadro 107).

Relativamente à área de residência dos clientes, verifica-se que a totalidade reside na freguesia de Pocariça, na qual se localiza o equipamento, não se verificando o registo de qualquer cliente proveniente de outros concelhos (Quadro 108).

Quadro 107 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Convívio.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	0
Falta de disponibilidade da família	2
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	1
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	1
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenarativa/terminal	0
Outros	7
Total	11

Quadro 108 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Convívio.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	0
Bolho	0
Cadima	0
Camarneira	0
Cantanhede	0
Cordinhã	0
Corticeiro de Cima	0
Covões	0
Febres	0
Murtede	0
Ourentã	0
Outil	0
Pocariça	11
Portunhos	0
Sanguinheira	0
São Caetano	0
Sepins	0
Tocha	0
Vilamar	0
Outros Municípios	0
Total do Munícipio	11
Total	11

1.2.2.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos

Esta resposta social integra quatro profissionais partilhados com outras respostas (Figura 86), que se distribuem pelas categorias de Assistente Social (1), Ajudante Familiar (2) e Cozinheiro (1).

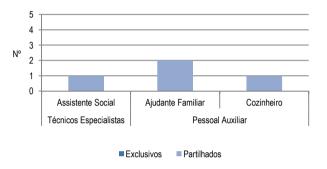


Figura 86 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Convívio.

1.2.2.1.2.4. Fontes de financiamento

A única resposta de Centro de Convívio tem como fonte de financiamento um acordo de cooperação típico, cuja lotação máxima é de 15 clientes (Quadro 109).

Quadro 109 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Convívio.

F	ontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias Acordos de Cooperação Outras Fontes		1
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico Atípico Gestão	1
	Lotação do Acordo		15

1.2.2.1.3. Centro de Dia

O Centro de Dia corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

1.2.2.1.3.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede disponibiliza 16 respostas sociais de Centro de Dia com capacidade total para 426 clientes, embora sejam frequentadas por 303 clientes (8 sem acordo), o que se traduz numa taxa de utilização de 71,13% (Quadro 110, Figura 87 e Figura 88).

Esta situação, em comparação com a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário demonstra que, de facto, a população idosa dos meios mais rurais prefere, sempre que possível, continuar a residir no seu domicílio, recorrendo mais facilmente a essa resposta do que à de Centro de Dia.

De referir que, com exceção das freguesias de Bolho, Corticeiro de Cima, Outil, Pocariça, Sanguinheira e Sepins que não disponibilizam qualquer equipamento afeto a esta resposta, bem como a freguesia de Cantanhede que apresenta 4, todas as outras disponibilizam apenas uma resposta com esta tipologia.

Quadro 110 - Caracterização geral da resposta social Centro de Dia.

	Rede Privada sem Fins Lucrativos						
Freguesias	M/seesee de		Núme	Número de Utentes			
. roguestas	Número de Respostas Sociais	Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Utilização (%)	Lista de Espera
Ançã	1	50	42	42	0	84	0
Bolho							
Cadima	1	30	22	22	0	73,33	0
Camarneira	1	30	22	22	0	73,33	0
Cantanhede	4	82	64	61	3	78,05	0
Cordinhã	1	40	32	32	0	80	Ö
Corticeiro de Cima							
Covões	1	15	6	6	0	40	0
Febres	1	50	34	30	4	68	0
Murtede	1	30	25	25	0	83,33	0
Ourentã	1	16	16	15	1	100	0
Outil	_	_	-	_	-	-	-
Pocarica							
Portunhos	1	20	8	8	0	40	0
Sanguinheira							
São Caetano	1	25	16	16	0	64	0
Sepins							
Tocha	1	10	5	5	0	50	0
Vilamar	1	28	11	11	0	39,29	0
Total	16	426	303	295	8	71,13	0

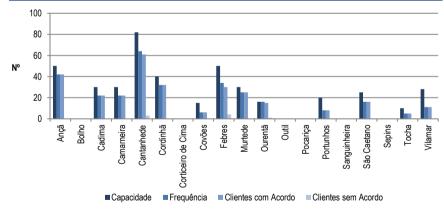


Figura 87 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Centro de Dia, por freguesia.

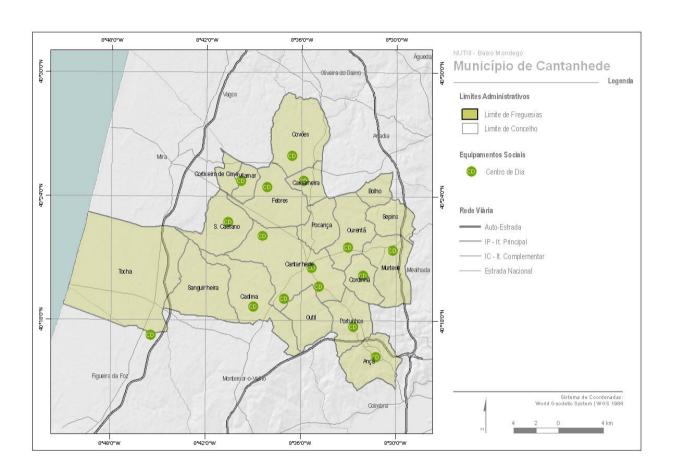
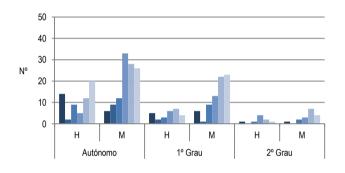


Figura 88 - Distribuição da resposta social Centro de Dia, por freguesia.

1.2.2.1.3.2. Caracterização dos clientes

A resposta social de Centro de Dia apoia indivíduos em regime de semiinternato diurno nas diferentes faixas etárias, mas sobretudo na terceira idade e com um elevado grau de autonomia, tal como se observa no concelho de Cantanhede, em que dos 303 clientes, 176 e 101 idosos, respetivamente, são autónomos ou inserem-se no 1º grau de dependência, enquanto que apenas 23 apresentam uma dependência de 2º grau (Figura 89).



■ ≤ 64 anos ■ 65 a 69 anos ■ 70 a 74 anos ■ 75 a 79 anos ■ 80 a 84 anos ■ ≥ 85 anos

Figura 89 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Dia.

De referir, ainda, a predominância de indivíduos com idades superiores a 85 anos e compreendidas entre os 80 e 84 anos, sendo que ambas as faixas etárias apresentam 78 clientes, bem como a classe dos 75 a 79 anos, na qual se enquadram 64 idosos.

Em relação aos 303 clientes que se encontram afetos à resposta social de Centro de Dia, é possível observar que a maioria integra esta resposta por falta de disponibilidade da família (112), enquanto que um número significativo aponta a insuficiência para gerir as próprias necessidades (74) e o isolamento (57) como principais motivos de ingresso neste tipo de resposta (Quadro 111).

Quadro 111 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Dia.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	57
Falta de disponibilidade da família	112
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	74
Falta de condições habitacionais	5
Fase terminal/extrema dependência	3
Idade avançada do(s) cuidador(es)	27
Doença crónica	8
Doença degenarativa/terminal	2
Outros	15
Total	303

Já no que diz respeito à área de residência dos clientes desta resposta, verifica-se que a maioria reside nas diferentes freguesias que integram o concelho de Cantanhede, destacando-se as freguesias de Cantanhede (62), Ançã (42), Febres (41) e Cordinhã (30), sendo também de referir que 8 clientes são oriundos de outros concelhos, o que reforça o facto desta resposta apresentar um carácter marcadamente municipal (Quadro 112 e Figura 90).

Quadro 112 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Dia.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	42
Bolho	0
Cadima	24
Camarneira	12
Cantanhede	62
Cordinhã	30
Corticeiro de Cima	0
Covões	5
Febres	41
Murtede	18
Ourentã	21
Outil	1
Pocariça	5
Portunhos	7
Sanguinheira	5
São Caetano	15
Sepins	0
Tocha	2
Vilamar	5
Outros Municípios	8
Total do Município	295
Total	303

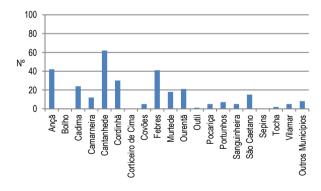


Figura 90 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Dia.

1.2.2.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos

Esta resposta integra 71 profissionais, sendo que as categorias relacionadas com pessoal auxiliar apresentam um valor bastante significativo (52), sendo de salientar que se observa um predomínio das técnicas partilhadas com outras respostas sociais da mesma entidade gestora (Figura 91).³⁰

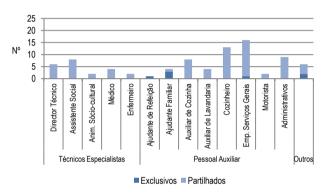


Figura 91 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Dia.

1.2.2.1.3.4. Fontes de financiamento

As 16 respostas sociais de Centro de Dia têm como fontes de financiamento as receitas próprias, provenientes das mensalidades pagas pelos clientes, e os acordos típicos de cooperação para 387 clientes, apesar de existirem 5 respostas que apresentam outras fontes de rendimento (Quadro 113).

³⁰ A análise dos recursos humanos não integra os dados do Centro de Dia do Centro Social e Comunitário da Varziela, do Centro Social e Paroquial da Cordinhã, da Fundação Ferreira Freire, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

Quadro 113 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Dia.

Fo	ontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais			
Fontes de	Receitas Próprias		7		
Financiamento	Acordos de Cooperação		16		
i ilialicialilelito	Outras Fontes		5		
	Tino do Acordo do	Típico	16		
Acordos de	Tipo de Acordo de Cooperação	Atípico			
Cooperação	Oooperação	Gestão			
	Lotação do Acordo		387		

1.2.2.1.4. Centro de Noite

O Centro de Noite corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

1.2.2.1.4.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede disponibiliza apenas uma resposta social de Centro de Noite, localizada na freguesia de Vilamar, cuja capacidade máxima é de 12 clientes, embora seja frequentada por 9 idosos, todos com acordo, o que se traduz numa taxa de utilização de 75%, não se verificando a existência de qualquer candidato em lista de espera (Figura 92).³¹

1.2.2.1.4.2. Caracterização dos clientes

A única resposta existente é frequentada, maioritariamente por clientes do sexo feminino, na faixa etária dos 75 aos 79 anos, sendo nos indivíduos com

1º grau de dependência que, globalmente, se registam os valores mais significativos (Figura 93).

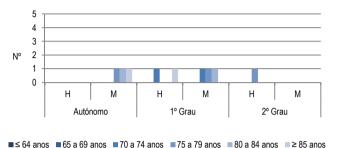


Figura 92 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite.

Os principais motivos de ingresso na resposta social de Centro de Noite (Quadro 114), considerando a sua tipologia, são o isolamento (5 clientes), a falta de disponibilidade da família (2) e a insuficiência para gerir as próprias necessidades (2). Em relação à área de residência dos clientes (Quadro 115 e Figura 94), de referir que estes são provenientes das freguesias de Cantanhede (4), Cordinhã (2), Febres (2) e Cadima (1).

Quadro 114 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Noite.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	5
Falta de disponibilidade da família	2
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	2
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenarativa/terminal	0
Outros	0
Total	9

³¹ A análise que se segue não integra a caracterização dos recursos humanos, uma vez que a instituição não autorizou a cedência de dados.

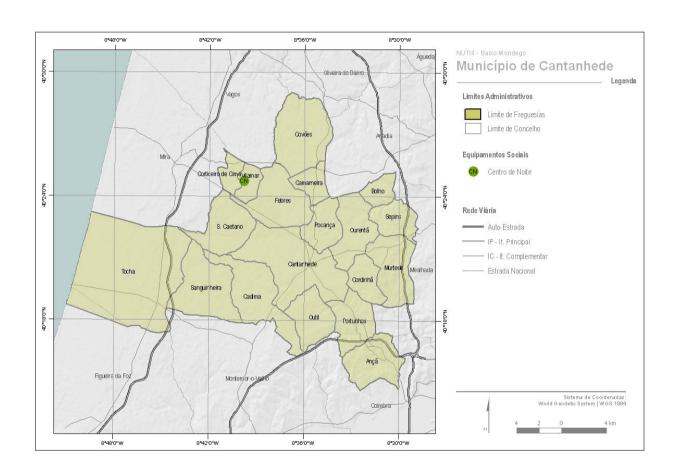


Figura 93 - Distribuição da resposta social Centro de Noite, por freguesia.

Quadro 115 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Noite.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	0
Bolho	0
Cadima	1
Camarneira	0
Cantanhede	4
Cordinhã	2
Corticeiro de Cima	0
Covões	0
Febres	2
Murtede	0
Ourentã	0
Outil	0
Pocariça	0
Portunhos	0
Sanguinheira	0
São Caetano	0
Sepins	0
Tocha	0
Vilamar	0
Outros Municípios	0
Total do Munícipio	9
Total	9

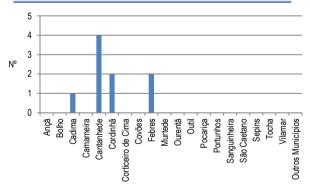


Figura 94 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Noite.

1.2.2.1.4.3. Fontes de financiamento

A resposta social de Centro de Noite tem como fonte de financiamento um acordo de cooperação atípico, cuja lotação é de 10 clientes (Quadro 116).

Quadro 116 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Noite.

Fontes de Financiamento			Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias Acordos de Cooperação Outras Fontes		1 1
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico Atípico Gestão	1
	Lotação do Acordo		10

1.2.2.1.5. Lar de Idosos

O Lar de Idosos corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

1.2.2.1.5.1. Caracterização geral

No concelho de Cantanhede existem 11 respostas sociais de Lar de Idosos, sendo que apenas uma, localizada na freguesia da Tocha, integra a rede particular com fins lucrativos (Quadro 117, Figura 95 e Figura 96). Esta resposta apresenta uma capacidade para 456 idosos e é frequentada por 448, o que se traduz numa taxa de utilização de 98,25%. Apenas as freguesias de Cantanhede, Covões e Portunhos apresentam taxas de utilização inferiores a 100% mas, ainda assim, bastante significativas, rondando os 90%, facto que deve ser tido em consideração na reorganização dos espaços afetos a esta resposta.

Quadro 117 - Caracterização geral da resposta social Lar de Idosos.

	Número de Res	spostas Sociais	Сара	cidade		Núm	ero de Utentes			Utilização %)	Lista de	Espera
Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Pr	rivada sem Fins l	Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos
	Luciativos	Lucialivos	LUCIALIVOS	Lucialivos	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Frequência	Lucialivos	Lucialivos	LUCIALIVOS	Lucialivos
Ançã												
Bolho												
Cadima												
Camarneira	1		17		17	11	6		100		40	
Cantanhede	2		77		71	66	5		92,21		23	
Cordinhã												
Corticeiro de Cima	1		32		32	20	12		100		0	
Covões	1		49		48	40	8		97,96		234	
Febres	1		30		30	8	22		100		14	
Murtede	1		45		45	35	10		100		30	
Ourentã												
Outil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pocariça							_					
Portunhos	1		95		92	87	5		96,84		46	
Sanguinheira												
São Caetano												
Sepins Tocha	4	4	50	28	52	52	٥	28	104	100	7	0
Vilamar	1	I	33	20	33	33	0	20	104	100	0	0
Sub-total	10	4	33 428	28	420	352	68	28	98,13	100	394	0
Total		11		56	720	JJZ	448	20	98			94

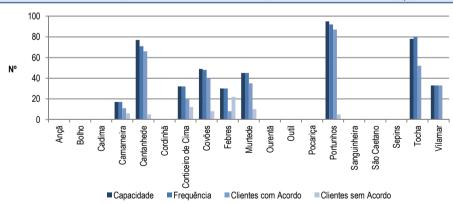


Figura 95 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.

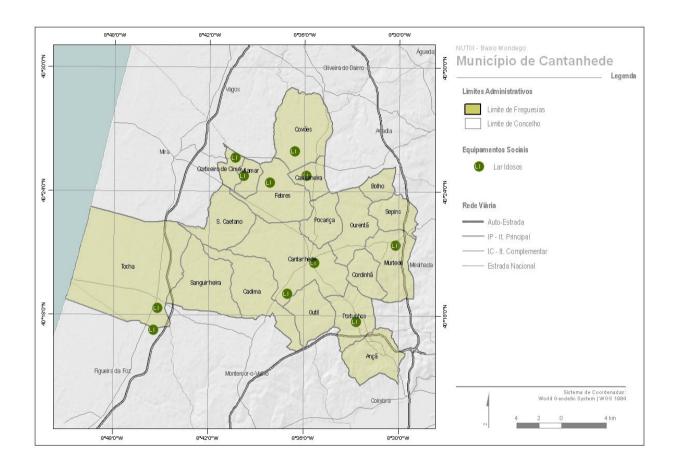
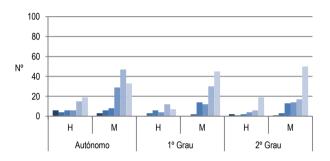


Figura 96 - Distribuição da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.

1.2.2.1.5.2. Caracterização dos clientes

Os clientes da resposta social de Lar de Idosos (Figura 97) encontram-se distribuídos de forma heterogénea pelas categorias de autónomo (182), 1º grau de dependência (135) e 2º grau de dependência (132).



■≤ 64 anos ■65 a 69 anos ■70 a 74 anos ■75 a 79 anos ■80 a 84 anos ■≥85 anos

Figura 97 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.

Por outro lado, será de referir que a maioria se enquadra nas faixas etárias dos 80 aos 84 anos (127) e com idades superiores aos 85 anos (173 idosos), enquanto que a faixa etária com menor número de clientes, tal como seria expectável, é a dos indivíduos com idades inferiores a 64 anos (12).

Relativamente aos motivos de ingresso, e considerando os 448 clientes afetos à resposta de Lar de Idosos (Quadro 118), constata-se que a maior parte se deve, essencialmente, à falta de disponibilidade da família (172) e ao isolamento (88), mas também podem estar associados a situações de fase terminal/extrema dependência (60).

Quadro 118 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Lar de Idosos.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	88
Falta de disponibilidade da família	172
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	43
Falta de condições habitacionais	10
Fase terminal/extrema dependência	60
Idade avançada do(s) cuidador(es)	12
Doença crónica	4
Doença degenarativa/terminal	14
Outros	45
Total	448

Da análise das freguesias de residência verifica-se que a maioria é proveniente das freguesias de Cantanhede (77), Febres (48), sendo também possível observar que 79 idosos residem em concelhos limítrofes (Quadro 119 e Figura 98).

De referir, ainda, que dos 448 clientes apenas 28 integram equipamentos da rede privada com fins lucrativos, enquanto que os restantes se encontram afetos a instituições da rede privada sem fins lucrativos.

Este panorama pressupõe uma reflexão sobre a finalidade destes lares e a sua relação ambígua com o meio envolvente pois, embora não sirvam fundamentalmente as pessoas idosas do concelho, são geradores de postos de trabalho para a população ativa.

Quadro 119 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Idosos.

	Número o	le Utentes	
Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Total
Ançã	21	1	22
Bolho	2	0	2
Cadima	15	0	15
Camarneira	21	0	21
Cantanhede	73	4	77
Cordinhã	3	1	4
Corticeiro de Cima	10	0	10
Covões	42	0	42
Febres	48	0	48
Murtede	17	0	17
Ourentã	5	0	5
Outil	3	0	3
Pocariça	21	0	21
Portunhos	29	0	29
Sanguinheira	4	0	4
São Caetano	5	0	5
Sepins	5	0	5
Tocha	26	3	29
Vilamar	10	0	10
Outros Municípios	60	19	79
Total do Município	360	9	369
Total	420	28	448

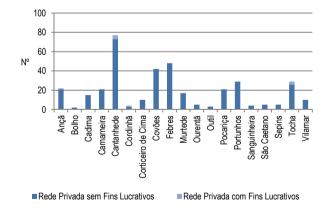


Figura 98 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Idosos.

1.2.2.1.5.3. Caracterização dos candidatos em lista de espera

Dos 394 candidatos que se encontram em lista de espera na resposta de Lar de Idosos 236 são do sexo feminino, enquanto que os restantes 158 são do sexo masculino (Figura 99).

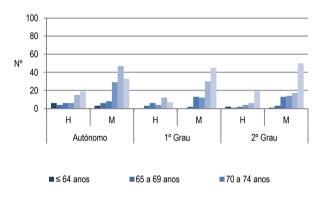


Figura 99 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.

No que respeita ao grau de dependência, verifica-se que 213 clientes são autónomos, seguindo-se, com 136 clientes o 1º grau de dependência e, por último, o 2º grau com um total de 45 clientes.

Os principais motivos de inscrição dos candidatos em lista de espera na resposta de Lar de Idosos prendem-se com a falta de disponibilidade da família e a insuficiência dos clientes para gerir as suas próprias necessidades, o que corresponde a 150 e 114 clientes, respetivamente (Quadro 120).

Quadro 120 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Lar de Idosos.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	25
Falta de disponibilidade da família	150
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	114
Falta de condições habitacionais	3
Fase terminal/extrema dependência	51
Idade avançada do(s) cuidador(es)	10
Doença crónica	5
Doença degenarativa/terminal	2
Outros	34
Total	394

De referir, ainda, o elevado número de clientes que apontam como principal motivo de ingresso nesta resposta as situações de fase terminal e extrema dependência (51), facto que poderá vir a ser solucionado com a implementação de unidades de cuidados continuados, especialmente vocacionadas para responder a este tipo de problemáticas.

Em relação à área de residência, verifica-se que a maioria reside na freguesia de Covões (186), bem como na freguesia de Camarneira (42), enquanto que nas restantes freguesias os valores são residuais e sempre inferiores a 20 clientes (Quadro 121 e Figura 100). Por outro lado, será, ainda, de referir os 38 indivíduos provenientes de outros concelhos que pretendem ingressar nesta resposta.³²

³² A análise das freguesias de residência da população em lista de espera não integra os dados do Lar de Idosos da Associação Sócio-cultural Pró-Lemede, do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres, do Centro Social Polivalente da freguesia de Murtede, da Fundação Ferreira Freire e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

Quadro 121 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Lar de Idosos.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	3
Bolho	1
Cadima	17
Camarneira	42
Cantanhede	11
Cordinhã	2
Corticeiro de Cima	1
Covões	189
Febres	8
Murtede	0
Ourentã	2
Outil	0
Pocariça	7
Portunhos	0
Sanguinheira	3
São Caetano	2
Sepins	1
Tocha	2
Vilamar	0
Outros Municípios	38
Total do Município	291
Total	329

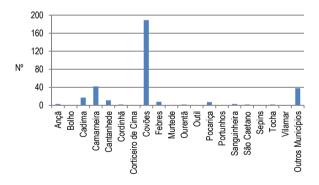


Figura 100 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Lar de Idosos.

1.2.2.1.5.4. Caracterização dos recursos humanos

A resposta social de Lar de Idosos integra 108 profissionais, sendo que as categorias relacionadas com pessoal auxiliar apresentam um valor bastante significativo (62), sendo de salientar que se observa um predomínio dos técnicos partilhados com outras respostas da mesma entidade gestora (Figura 101).³³

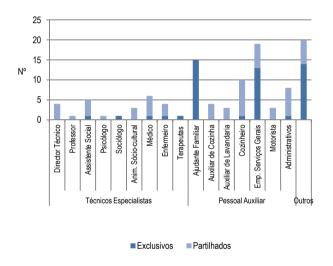


Figura 101 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Idosos.

1.2.2.1.5.5. Fontes de financiamento

Esta resposta social tem como fontes de financiamento as receitas próprias, correspondentes às mensalidades pagas pelos clientes, e os acordos de cooperação típicos para 368 clientes, sendo também de referir a existência de três respostas que possuem outro tipo de financiamento (Quadro 122).

Quadro 122 - Fontes de financiamento da resposta social Lar de Idosos.

I	Fontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais
Receitas Próprias		4
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação	10
rmanciamento	Outras Fontes	3
	Típ	pico 9
Acordos de	Tipo de Acordo de Cooperação Ati	pico 1
Cooperação	Ge	stão
	Lotação do Acordo	368

1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

De acordo com o artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

³³ A análise dos recursos humanos não integra os dados do Lar de Idosos da Comissão de Melhoramentos de Corticeiro de Cima, da Fundação Ferreira Freire, da Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha e da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, uma vez que as instituições não autorizaram a cedência de dados.

As políticas relativas à deficiência têm evoluído progressivamente, tendo sido reconhecido que a mera prestação de cuidados elementares em meio institucional era insuficiente, o que motivou o aparecimento de novas políticas educativas e de medidas de reabilitação.

A integração dos cidadãos portadores de deficiência não é da competência exclusiva do Estado, mas igualmente da sociedade e de todos os seus membros, representantes e instituições, sendo a partir desta multicorresponsabilização que surgem as mais diversas respostas.

As respostas sociais direcionadas para o grupo-alvo Pessoas Adultas com Deficiência são o Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência, o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Atividades Ocupacionais, o Acolhimento Familiar de Pessoas Adultas com Deficiência, o Lar Residencial, o Transporte de Pessoas com Deficiência e o Centro de Férias e Lazer.

Para o grupo-alvo das Pessoas Adultas com Deficiência existem duas respostas no concelho de Cantanhede, nomeadamente Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

1.2.2.2.1. Centro de Atividades Ocupacionais

O Centro de Atividades Ocupacionais corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

1.2.2.2.1.1. Caracterização geral

A única resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais existente no concelho de Cantanhede localiza-se na freguesia da Tocha (Figura 102). Esta resposta funciona com 34 clientes, sendo que a taxa de utilização é de 68%, considerando a existência de uma capacidade máxima para 50 clientes.

Dos 34 clientes desta resposta é possível observar que apenas 30 se encontram abrangidos pelo acordo estabelecido com a Segurança Social, enquanto que existem 4 clientes que não se inserem nesta categoria.

Por outro lado, será também de referir a existência de uma lista de espera constituída por 17 candidatos que, facilmente, poderão ser integrados neste equipamento.

1.2.2.2.1.2. Caracterização dos clientes

Os clientes da resposta Centro de Atividades Ocupacionais apresentam três tipos de deficiência, designadamente mental, motora e multideficiência, com 6, 26 e 2 clientes, respetivamente (Figura 103).

Em relação à faixa etária é possível observar uma predominância dos indivíduos com idades compreendidas entre os 26 e os 35 (14) e os 16 e 25 anos (10). De referir, o facto de se observar um número bastante significativo de clientes do sexo masculino (27), comparativamente com os do sexo feminino (7).

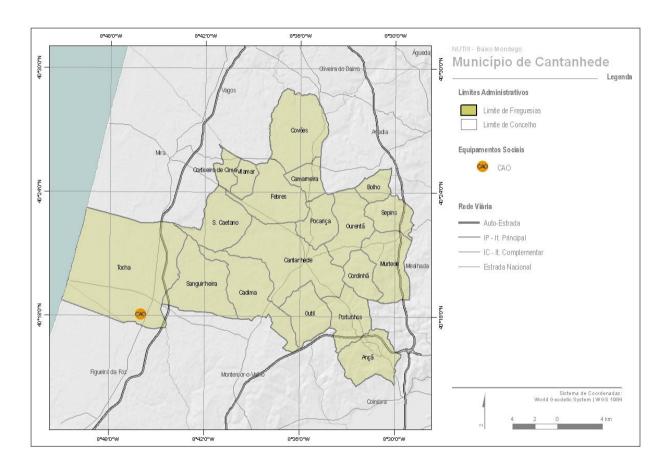
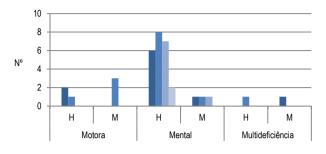


Figura 102 - Distribuição da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais, por freguesia.



■ ≤ 15 anos ■ 16 a 25 anos ■ 26 a 35 anos ■ 36 a 45 anos ■ ≥ 46 anos

Figura 103 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.

Da análise das freguesias de residência dos clientes afetos a esta resposta social facilmente se constata que a maioria é proveniente de outros concelhos (13), sendo que os restantes são oriundos das freguesias de Cantanhede (5), Sanguinheira (3), Bolho, Camarneira, Covões, Ourentã, Portunhos, nas quais residem 2 clientes, bem como um cliente das freguesias de Ançã, Febres e Pocariça (Quadro 123 e Figura 104).

1.2.2.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos

Em relação aos recursos humanos da resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais, conclui-se que a maioria dos técnicos afetos a esta resposta se integra em categorias muito diversas (Figura 105). De referir a existência de 4 técnicos especialistas partilhados com outra resposta (Lar Residencial), bem como de 4 profissionais que se integram na categoria de pessoal auxiliar, sendo que 2 são partilhados e 2 se encontram em regime de exclusividade.

Quadro 123 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades

Ocupacionais.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	1
Bolho	2
Cadima	0
Camarneira	2
Cantanhede	5
Cordinhã	0
Corticeiro de Cima	0
Covões	2
Febres	1
Murtede	0
Ourentã	2
Outil	0
Pocariça	1
Portunhos	2
Sanguinheira	3
São Caetano	0
Sepins	0
Tocha	0
Vilamar	0
Outros Municípios	13
Total do Munícipio	21
Total	34

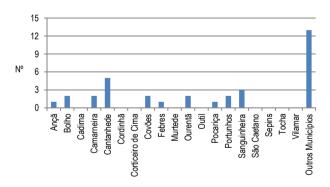


Figura 104 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.

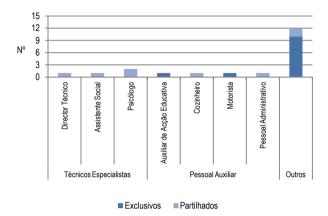


Figura 105 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.

1.2.2.2.1.4. Fontes de financiamento

Esta resposta social tem como fonte de financiamento receitas próprias, provenientes das mensalidades pagas pelos clientes, bem como um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, cuja lotação é de 30 clientes (Quadro 124).

Quadro 124 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.

	Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
	Receitas Próprias		1
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação		1
i manciamento	Outras Fontes		
		Típico	1
Acordos de	Tipo de Acordo de Cooperação	Atípico	
Cooperação		Gestão	
	Lotação do Acordo		30

1.2.2.2.2. Lar Residencial

O Lar Residencial corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

1.2.2.2.1. Caracterização geral

A resposta de Lar Residencial integra o mesmo complexo da resposta de Centro de Atividades Ocupacionais, analisada anteriormente, pelo que ambas se localizam na freguesia da Tocha (Figura 106).

Assim, esta resposta apresenta uma taxa de utilização de 90,91%, na medida em que a frequência (20 clientes) se encontra muito próxima da capacidade máxima (22 clientes), sendo de referir que esta apresenta uma lista de espera bastante numerosa (57 candidatos), o que poderá colocar alguns constrangimentos ao seu funcionamento, na medida em que esta já funciona no limite máximo da sua capacidade. De referir que os 20 clientes que frequentam esta resposta social encontram-se abrangidos pelo acordo estabelecido com a Segurança Social.

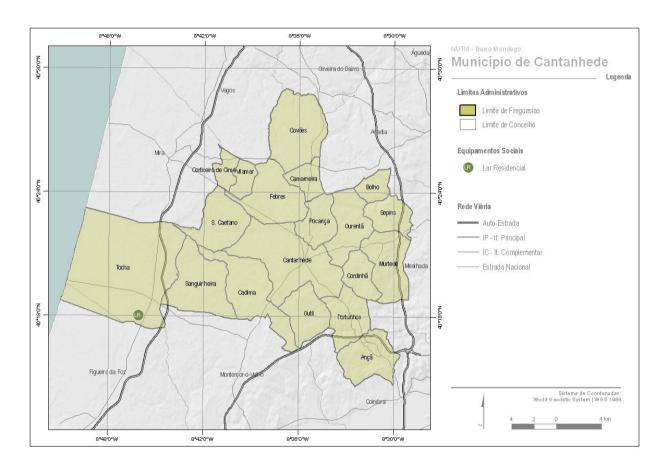
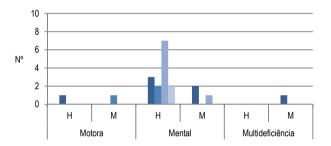


Figura 106 - Distribuição da resposta social Lar Residencial, por freguesia.

1.2.2.2.2. Caracterização dos clientes

Os clientes da resposta de Lar Residencial caracterizam-se por três tipos de deficiência (Figura 107), nomeadamente mental (17), motora (2) e multideficiência (1).



■ ≤ 15 anos ■ 16 a 25 anos ■ 26 a 35 anos ■ 36 a 45 anos ■ ≥ 46 anos

Figura 107 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Lar Residencial.

No que diz respeito à faixa etária, é na classe dos 36 aos 45 anos e dos 16 aos 25 anos que se pode observar o número de clientes mais significativo, designadamente 8 e 7 indivíduos, sendo também de referir a inexistência de clientes com idades inferiores a 15 anos.

A resposta em análise apresenta uma área de influência extraconcelhia (Quadro 125 e Figura 108), uma vez que do total de 20 clientes, 11 são provenientes de outros concelhos, sendo os restantes 9 oriundos das freguesias de Cantanhede (3), Ourentã (2), Bolho (1), Covões (1), Febres (1) e Sanguinheira (1).

Quadro 125 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar Residencial.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Ançã	0
Bolho	1
Cadima	0
Camarneira	0
Cantanhede	3
Cordinhã	0
Corticeiro de Cima	0
Covões	1
Febres	1
Murtede	0
Ourentã	2
Outil	0
Pocariça	0
Portunhos	0
Sanguinheira	1
São Caetano	0
Sepins	0
Tocha	0
Vilamar	0
Outros Municípios	11
Total do Munícipio	9
Total	20

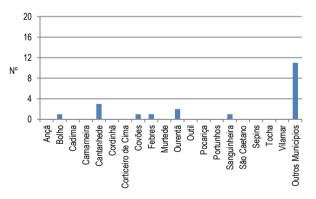


Figura 108 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar Residencial.

1.2.2.2.3. Caracterização dos recursos humanos

No que diz respeito aos recursos humanos afetos a esta resposta, verificase a existência de quatro profissionais que integram as categorias de Assistente Social, Psicóloga, Cozinheira e Outras (Figura 109).

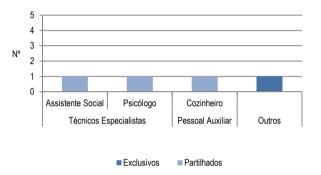


Figura 109 - Caracterização dos recursos humanos da reposta social Lar Residencial.

1.2.2.2.4. Fontes de financiamento

A resposta social de Lar Residencial tem como fontes de financiamento as receitas próprias provenientes das mensalidades pagas pelos clientes, bem como os acordos de cooperação típicos em vigor para 20 clientes (Quadro 126).

Quadro 126 - Fontes de financiamento da resposta social Lar Residencial

	Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Footon do	Receitas Próprias		1
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação		1
rmanciamento	Outras Fontes		
		Típico	1
Acordos de	Tipo de Acordo de Cooperação	Atípico	
Cooperação		Gestão	
	Lotação do Acordo		20

1.2.3. Família e Comunidade

Desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que a família foi reconhecida como *elemento natural e fundamental da sociedade*, constituindo a primeira instância de socialização, e considerada como agente positivo de mudança social, na medida em que assumem um papel determinante na humanização e no desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade

A industrialização e a urbanização provocaram mudanças socioeconómicas que influenciaram fortemente a estrutura e organização familiar, que tem vindo a ser confrontada com uma mutação rápida e profunda de ideologias e valores, observando-se o crescimento do número de divórcios, de separações, de famílias monoparentais, da taxa de abandono de crianças, de idosos isolados ou residentes em lares.

Estas alterações estão ligadas a processos de mudança global que atingem não só a economia, mas também afetam as relações sociais, as ideologias e os valores, os comportamentos e as instituições, com amplas repercussões na família, de que são exemplos a individualização das relações sociais e o enfraquecimento dos lacos de dependência tradicional.

Em Portugal, entre 1950 e 2001, a taxa de nupcialidade diminuiu 2,7% e, em contrapartida, a taxa de divorcialidade aumentou 1,7%. Esta relação inversa entre a nupcialidade e a divorcialidade verificou-se, de igual modo, nos restantes países da União Europeia.

Associada à família e constituindo a segunda instância de socialização surge a comunidade, o meio onde se formam as redes de relacionamento entre as pessoas e as famílias e de partilha de necessidades e de meios. É neste sentido que surge a necessidade de colocar à disposição das famílias respostas polivalentes e articuladas que visem o seu reforço e o da comunidade.

A diversidade de respostas tem por objetivo a satisfação da multiplicidade de necessidades com que as mesmas são confrontadas, sejam elas económicas, sociais, afetivas, de inserção, entre outras, cabendo, no entanto, às famílias e à comunidade o dever de, em conjunto, encontrarem as respostas capazes de minimizar, ou até mesmo ultrapassar, as necessidades com que se deparam.

A rede de serviços e equipamentos sociais para Família e Comunidade encontra-se dividida em quatro grupos-alvo, nomeadamente Família e Comunidade em Geral, Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Pessoas Toxicodependentes e Pessoas Vítimas de Violência Doméstica, cada um com respostas específicas.

1.2.3.1. Família e Comunidade em Geral

De acordo com o artigo 67.º da Constituição da República Portuguesa, a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros. Incumbe, designadamente, ao Estado para proteção da família:

- a) Promover a independência social e económica dos agregados familiares;
- b) Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade;
- c) Cooperar com os pais na educação dos filhos;
- d) Garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes:

- e) Regulamentar a procriação assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana;
- f) Regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares;
- g) Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado;
- h) Promover, através da concertação das várias políticas setoriais, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.

As respostas sociais existentes para o grupo-alvo Família e Comunidade em Geral são o Atendimento/Acompanhamento Social, o Grupo de Autoajuda, o Centro Comunitário, o Centro de Férias e Lazer, o Refeitório/Cantina Social, o Centro de Apoio à Vida, a Comunidade de Inserção, o Centro de Alojamento Temporário e a Ajuda Alimentar.

1.2.3.1.1. Centro de Férias e Lazer

O Centro de Férias e Lazer consiste numa resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação das necessidades de lazer e quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

1.2.3.1.1.1. Caracterização geral

A freguesia da Tocha disponibiliza um Centro de Férias e Lazer que funciona no equipamento da Quinta da Fonte Quente e cuja entidade gestora é a APPACDM de Coimbra (Figura 110).

Esta resposta social encontra-se vocacionada para o apoio à populaçãoalvo Família e Comunidade em Geral e apresenta uma frequência média mensal de 390 clientes.

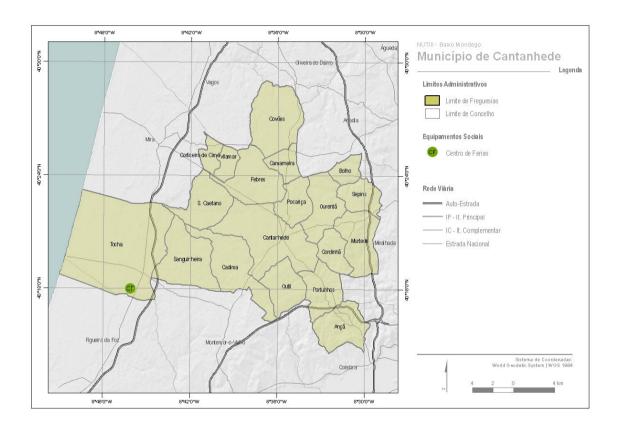


Figura 110 - Distribuição da resposta social Centro de Férias e Lazer, por freguesia.

2

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

As prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade, são um pagamento em dinheiro que integra o sistema de proteção da ação social, que tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

2.1. Rendimento Social de Inserção

O RSI, criado pela Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, posteriormente alterada pela Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de Fevereiro, consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

A atribuição do direito ao rendimento social de inserção depende da verificação cumulativa dos requisitos e das condições seguintes:

- a) Possuir residência legal em Portugal;
- b) Não auferir rendimentos ou prestações sociais, próprios ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na presente lei;

- c) Assumir o compromisso, formal e expresso, de subscrever e prosseguir o programa de inserção legalmente previsto, designadamente através da disponibilidade ativa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelarem adequadas;
- d) Fornecer todos os meios probatórios que sejam solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação da situação patrimonial, financeira e económica do requerente e da dos membros do seu agregado familiar;
- e) Permitir à entidade distrital competente da segurança social o acesso a todas as informações relevantes para efetuar a avaliação referida na alínea anterior.

O montante da prestação a atribuir varia em função da composição do agregado familiar do titular do direito ao rendimento social de inserção e de acordo com as seguintes regras:

- a) Por cada indivíduo maior, até ao segundo, 100% do montante da pensão social:
- b) Por cada indivíduo maior, a partir do terceiro, 70% do montante da pensão social;
- c) Por cada indivíduo menor, 50% do montante da pensão social;
- d) Por cada indivíduo menor, 60% do montante da pensão social, a partir do terceiro filho.

A decisão sobre o requerimento para reconhecimento do direito ao rendimento social de inserção e de atribuição da prestação, bem como o respetivo pagamento, incumbe à entidade distrital da segurança social da área de residência do requerente.

A aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respetiva execução competem aos núcleos locais de inserção.

No âmbito do atual contexto global, de crise económica e financeira internacional, e à semelhança da economia mundial, também a economia portuguesa tem sentido os impactos adversos daí resultantes. Neste contexto, o Governo definiu, no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010 -2013, um conjunto significativo de políticas indispensáveis para a promoção do crescimento económico e do emprego, bem como um conjunto de medidas de consolidação orçamental, algumas delas estruturais.

Faz parte integrante desse conjunto de medidas, que visam conter de forma sustentada o crescimento da despesa pública, a redefinição das condições de acesso aos apoios sociais.

O Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho procede, não só à harmonização das condições de acesso às prestações sociais não contributivas, possibilitando igualmente que a sua aplicação seja mais criteriosa, como estende a sua aplicação a todos os apoios sociais concedidos pelo Estado, cujo acesso tenha subjacente a verificação da condição de rendimentos.

Este diploma legal estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos a ter em conta no reconhecimento e manutenção do direito às (...) prestações dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade.

A condição de recursos referida (...) corresponde ao limite de rendimentos e de valor dos bens de quem pretende obter uma prestação de segurança

social ou apoio social, bem como do seu agregado familiar, até ao qual a lei condiciona a possibilidade da sua atribuição.

Para efeitos da verificação da condição de recursos, consideram -se os seguintes rendimentos do requerente e do seu agregado familiar:

- a) Rendimentos de trabalho dependente;
- b) Rendimentos empresariais e profissionais:
- c) Rendimentos de capitais:
- d) Rendimentos prediais:
- e) Pensões;
- f) Prestações sociais;
- g) Apoios à habitação com carácter de regularidade;
- h) Bolsas de estudo e de formação.

Para além do requerente, integram o respetivo agregado familiar as seguintes pessoas que com ele vivam em economia comum, sem prejuízo do disposto nos números seguintes:

- a) Cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de dois anos;
- b) Parentes e afins maiores, em linha reta e em linha colateral, até ao 3.º grau;
- c) Parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral;
- d) Adotantes, tutores e pessoas a quem o requerente esteja confiado por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito;

e) Adotados e tutelados pelo requerente ou qualquer dos elementos do agregado familiar e crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito ao requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.

2.1.1. Caracterização dos beneficiários

Começando por uma análise da evolução do número de beneficiários do RSI, conclui-se que, embora com algumas oscilações, entre Junho de 2005 e Setembro de 2007 o crescimento foi contínuo, passando de 475 a 638 beneficiários, momento a partir do qual se regista uma evolução menos constante, com significativas oscilações (Figura 111). Ainda assim, no período em análise observa-se um aumento, com a passagem dos 475 aos 649 beneficiários. A evolução dos montantes processados no RSI, como seria de esperar, é relativamente paralela à evolução do número de beneficiários, verificando-se, de igual modo, um aumento (Figura 112).

O concelho de Cantanhede apresenta 163 indivíduos beneficiários de RSI, com uma maior prevalência de indivíduos do sexo feminino (94), enquanto que o sexo masculino apresenta um total de 69 beneficiários (Figura 113).

Ao nível das faixas etárias serão de referir os indivíduos com menos de 15 anos de idade (39) e, ainda, os maiores de 56 anos, com um total de 38 beneficiários. Nas restantes classes, os valores variam entre os 34 indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos, e os 30 beneficiários na faixa etária dos 36 aos 45 anos.

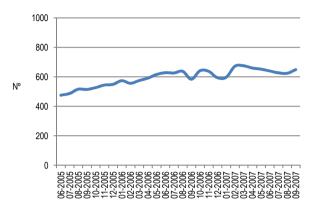


Figura 111 - Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mês e ano.

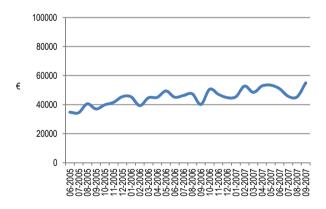


Figura 112 - Evolução dos montantes processados no Rendimento Social de Inserção por mês e ano.

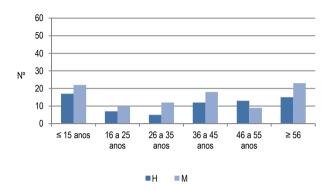


Figura 113 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Rendimento Social de Inserção.

No que diz respeito ao estado civil dos beneficiários de RSI verifica-se que dos 163 clientes que beneficiam deste apoio social 68 são casados e 67 são solteiros, enquanto que 28 beneficiários se distribuem pelas restantes categorias em análise (Figura 114).

Os beneficiários do RSI são (Figura 115), na sua maioria, residentes nas freguesias de Cadima (78) e Ançã (36). Com valores significativamente inferiores são de referir as freguesias de Pocariça (13), Cantanhede (11), Cordinhã (6), Portunhos (6), Bolho (5), Murtede (4) e Ourentã (4).

Contudo, pela análise da figura que relaciona o número de titulares por freguesia com a população residente da mesma, constata-se que as freguesias de Cadima, Ançã e Pocariça são as mais problemáticas (Figura 116).

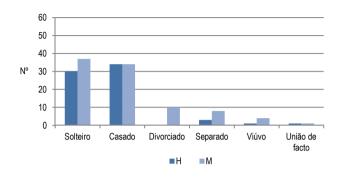


Figura 114 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Rendimento Social de Inserção.

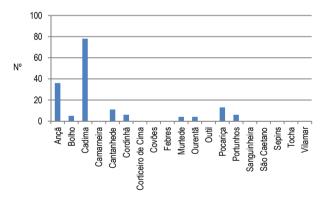


Figura 115 - Freguesias de residência dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

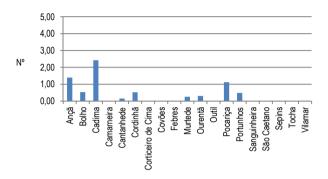


Figura 116 - Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente por freguesia.

Em relação à situação profissional dos beneficiários de RSI (Figura 117), verifica-se que a maioria integra a categoria de desempregado (53), imediatamente seguida pela categoria de estudante (31). Nas restantes categorias em análise será de referir que os valores oscilam entre 19 e 2 beneficiários, perfazendo um total de 79 beneficiários.

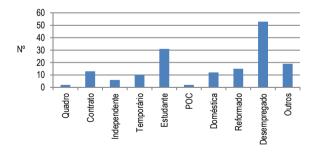


Figura 117 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Rendimento Social de Inserção.

2.1.2. Caracterização dos agregados familiares

Ao nível da composição etária dos elementos dos 79 agregados familiares beneficiários de RSI, observa-se uma prevalência de indivíduos ativos nos agregados compostos por 1, 2, 3 e 4 elementos, enquanto que o número de menores é bastante mais significativo nos agregados com 5 e 6 elementos (Figura 118 e Figura 119). De referir, ainda, que o número de idosos é bastante significativo nos agregados familiares compostos por 1, 2 ou 3 elementos.

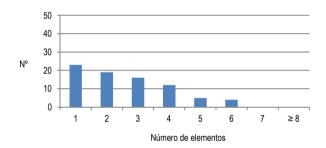


Figura 118 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

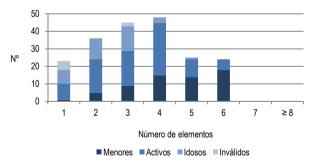


Figura 119 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Em relação à caracterização de situações problemáticas no seio dos agregados familiares em análise, será de referir que o alcoolismo, a invalidez e, ainda, a existência de menores com carências de cuidados básicos são as mais preponderantes (Figura 120).

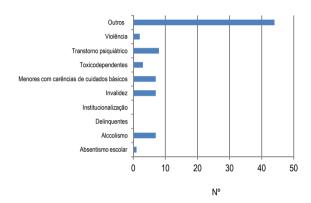


Figura 120 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Todavia, de referir a existência de outro tipo de problemáticas não identificadas que, de igual modo, apresentam uma preponderância bastante significativa.

2.2. Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação monetária de pagamento mensal para pessoas com baixos recursos e funciona como uma prestação complementar à pensão que o idoso já recebe.

Podem candidatar-se ao CSI pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e que apresentem as condições necessárias para ter acesso:

- · Recursos inferiores ao valor limite do CSI;
- Residir em Portugal há pelo menos 6 anos seguidos na data em que faz o pedido;
- Ser beneficiário de pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada, do subsídio mensal vitalício ou ser cidadão português e não ter tido acesso à pensão social por ter rendimentos acima do valor limite;
- Autorizar a Segurança Social a aceder à sua informação fiscal e bancária:
- Estar disponível para pedir outros apoios de segurança social a que tenha direito e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas.

Para a avaliação dos recursos do idoso são considerados:

- Os rendimentos do próprio idoso;
- Os rendimentos da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de 2 anos;
- Os rendimentos dos filhos do idoso, mesmo que não vivam com ele.

No concelho de Cantanhede é possível observar que 807 idosos beneficiam do Complemento Solidário para Idosos, sendo que deste total 575 são do sexo feminino (Figura 121).

Ao nível da distribuição por faixa etária verifica-se que o maior número de beneficiários apresenta idades compreendidas entre os 65 e os 69 anos

(237), imediatamente seguidas pelas faixas etárias dos 70 aos 74 anos (200), dos 75 aos 79 anos (162) e dos 80 aos 84 anos (141). Globalmente, nas restantes faixas etárias apenas 67 idosos beneficiam de CSI.

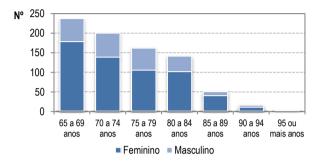


Figura 121 - Caracterização dos beneficiários do CSI por sexo e idade.

2.3. Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores

A Constituição da República Portuguesa consagra expressamente o direito das crianças à proteção, como função da sociedade e do Estado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral. Ainda que assumindo uma dimensão programática, este direito impõe ao Estado os deveres de assegurar a garantia da dignidade da criança como pessoa em formação a quem deve ser concedida a necessária proteção. Desta conceção resultam direitos individuais, desde logo o direito a alimentos, pressuposto necessário dos demais e decorrência, ele mesmo, do direito à vida. Este direito traduz-se no acesso a condições de subsistência mínimas, o que, em especial no caso das crianças, não pode deixar de comportar a faculdade de requerer à sociedade e, em última instância, ao próprio Estado as prestações existenciais que proporcionem as condições essenciais ao seu desenvolvimento e a uma vida digna.

A evolução das condições socioeconómicas, as mudanças de índole cultural e a alteração dos padrões de comportamento têm determinado mutações profundas a nível das estruturas familiares e um enfraquecimento no cumprimento dos deveres inerentes ao poder paternal, nomeadamente no que se refere à prestação de alimentos, circunstância que tem determinado um aumento significativo de ações tendo por objeto a regulação do exercício do poder paternal e a fixação de prestação de alimentos em situações de incumprimento das decisões judiciais, com riscos significativos para os menores.

De entre os fatores que revelam maior relevância para o não cumprimento da obrigação de alimentos assumem frequência significativa a ausência do devedor e a sua situação socioeconómica, seja por motivo de desemprego ou de situação laboral menos estável, doença ou incapacidade, decorrentes, em muitos casos, da toxicodependência, e o crescimento de situações de maternidade ou paternidade na adolescência que inviabilizam, por vezes, a assunção das respetivas responsabilidades parentais.

Estas situações justificam que o Estado crie mecanismos que assegurem, na falta de cumprimento daquela obrigação, a satisfação do direito a alimentos.

Ao regulamentar a Lei n.º 75/98 de 19 de Novembro, que consagrou a garantia de alimentos devidos a menores, cria-se uma nova prestação social, que traduz um avanço qualitativo inovador na política social desenvolvida pelo Estado, ao mesmo tempo que se dá cumprimento ao objetivo de reforço da proteção social devida a menores.

Institui-se o Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores, gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a quem cabe

assegurar o pagamento das prestações de alimentos em caso de incumprimento da obrigação pelo respetivo devedor, através dos centros regionais de segurança social da área de residência do alimentado, após ordem do tribunal competente e subsequente comunicação da entidade gestora. A intervenção destas entidades no processo em causa resulta justificada, no que concerne ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, pela própria natureza da prestação e, no que respeita aos centros regionais de segurança social, pela proximidade territorial do alimentado, podendo estes assegurar, melhor que outro serviço, a rápida e eficaz satisfação da garantia de alimentos devidos ao menor.

Através da articulação de diversas entidades intervenientes, em colaboração com o tribunal, visa-se assegurar a plena eficácia e rapidez do procedimento ora criado, bem como, em obediência ao princípio da segurança, a efetivação regular da prova da subsistência dos pressupostos e requisitos que determinaram a intervenção do Fundo de Garantia e a prestação de alimentos a cargo do Estado.

No concelho de Cantanhede, e no decorrer do ano de 2010, foram efetuadas 13 solicitações ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, enquanto que no decorrer do primeiro trimestre de 2011 foram registadas 11 solicitações.

3

PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

As prestações em espécie são um pagamento em bens ou serviços que integra o sistema de proteção da ação social, que tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e

desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

3.1. Programa Alimentar de Ajuda Alimentar a Carenciados

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma ação anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estadosmembros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.

A origem desta ação encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o Inverno excecionalmente frio de 1986/87, que permitiram a distribuição de vários géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas na Comunidade.

Sendo a Comunidade detentora, através das existências de intervenção de vários produtos agrícolas, dos meios para contribuir para o bem-estar das pessoas mais necessitadas e sendo conforme aos objetivos da Política Agrícola Comum, a redução das existências a um nível normal, o Conselho adotou o Regulamento (CEE) n.º 3730/87, de 10 de Dezembro, que "estabelece as regras gerais para o fornecimento a determinadas organizações de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção para distribuição às pessoas mais necessitadas na Comunidade".

A Comissão, através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de Outubro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1921/2002, de 28 de Outubro, estabeleceu as normas de execução para o fornecimento de géneros

alimentícios proveniente das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da Comunidade.

Portugal, enquanto Estado-membro da Comunidade, de acordo com este Regulamento, informa anualmente a Comissão, até 15 de Fevereiro do ano que precede o período de execução do plano anual de distribuição, do seu desejo de realizar o PCAAC.

Cabe à Comissão adotar o plano anual de distribuição, discriminado por Estado-membro, de produtos provenientes das existências de intervenção.

Para a repartição dos recursos existentes, entre os Estados-membros que manifestaram o desejo de executar a ação, a Comissão toma em consideração o número de pessoas mais necessitadas nos Estados-membros em causa, bem como a experiência e as utilizações registadas nos exercícios anteriores.

O tipo de produtos alimentares a distribuir depende dos produtos agrícolas provenientes das existências de intervenção.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias/pessoas e instituições/clientes, cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida.

3.1.1. Caracterização dos beneficiários

De acordo com os dados referentes ao ano de 2008 fornecidos pelo CDSSC, 322 indivíduos beneficiam do PCAAC, 127 do sexo masculino e 195 do sexo feminino (Figura 122). De referir, ainda, a predominância da faixa etária dos menores de 15 anos, bem como dos maiores de 56 anos, com136 e 90 beneficiários, respetivamente.

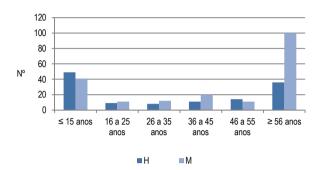


Figura 122 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

No que diz respeito ao estado civil dos beneficiários do PCAAC (Figura 123), constata-se que a maioria corresponde a solteiros (161) e casados (91).

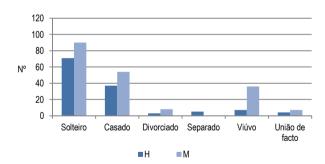


Figura 123 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

Relativamente à situação profissional dos beneficiários do PCAAC, verificase que a maioria integra a categoria de reformado (101), imediatamente seguida pela categoria de desempregado (62), sendo que as restantes categorias apresentam valores bastante reduzidos (Figura 124).

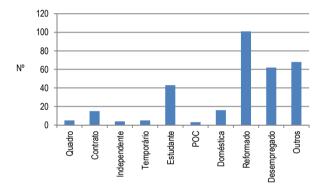


Figura 124 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

3.1.2. Caracterização dos agregados familiares

Os agregados familiares beneficiários de PCAAC são constituídos, maioritariamente, por apenas um elemento, sendo os agregados constituídos por 5 ou por 6 ou mais elementos aqueles que se apresentam em menor número (Figura 125).

No que respeita à composição etária dos elementos que compõem os agregados familiares observa-se um valor mais elevado de indivíduos com menos de 18 anos nos agregados com 3 elementos, enquanto o número de

idosos é mais significativo nos agregados compostos por apenas um elemento (Figura 126).

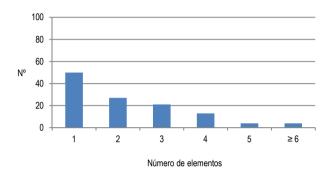


Figura 125 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

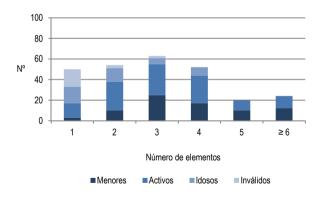


Figura 126 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

Em relação às problemáticas que afetam os diferentes agregados familiares beneficiários de PCAAC é possível observar que a invalidez é uma situação que atinge um elevado número de agregados (27), enquanto que as restantes problemáticas têm uma representatividade reduzida, apesar de existir um número bastante elevado de famílias que apresentam problemáticas não especificadas (66), pelo que se torna impossível individualizá-las (Figura 127).

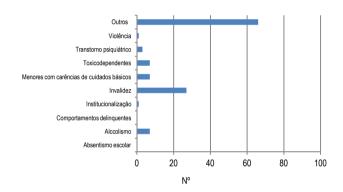


Figura 127 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

4

OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MEDIDAS

Perante as constantes mutações da sociedade portuguesa, é fundamental uma mudança de atitudes e a aquisição de novos saberes na área social, no sentido de satisfazer as crescentes necessidades da população. Assim, e caso as respostas típicas se revelem insuficientes, poderão ser implementadas outras políticas, programas e medidas capazes de responder às carências e problemáticas sociais evidenciadas pela população.

No concelho de Cantanhede é possível observar a existência de outras políticas, programas e medidas, sendo de referir a Equipa Multiprofissional de Diagnóstico e Encaminhamento do Centro de Saúde de Cantanhede (EMDECSC), o Projeto "CELMM": "Mergulhar: o perigo pode estar para além do visível", o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), o PIIP, a Operação Censos Sénior, as Ajudas Técnicas, a Formação Profissional, a AEC, o Banco de Voluntariado de Cantanhede, o Banco de Recursos "Colmeia", o Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Cantanhede (CNO ESC), a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a Habitação, a Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Cantanhede, os Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem e os Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica (Quadro 127).

Quadro 127 - Rede de outras políticas, programas e medidas.

pologia	Freguesias	Entidade Promotora	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
	Camarneira	Câmara Municipal de Cantanhede Junta de Freguesia da Camarneira Administração Regional de Saúde de Coimbra (ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	Família e Comunidade em Gera
		· ,		Apoio Empresarial	
				Informação, Divulgação e Animação Comercial	Família e Comunidade em Ger
				Apoio Administrativ o	Família e Comunidade em Ger
			Associação Empresarial de	Fomação Pequenas e Médias Empresas	Família e Comunidade em Ger
		Associação Empresarial de Cantanhede		Formação Profissional	Família e Comunidade em Ger
			Cantanhede	Estágios Profissionais	Família e Comunidade em Ger
				Gabinete de Inserção Profissional	Família e Comunidade em Ger
				Cooperação	Família e Comunidade em Ger
				Aluguer de Equipamento	Família e Comunidade em Ge
		Câmara Municipal de Cantanhede	Câmara Municipal de Cantanhede	Banco de Voluntariado de Cantanhede	Família e Comunidade em Ge
				Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	
	Cantanhede			Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica	Família e Comunidade em Ge
			Edifício Pátio da Cidade - Comércio e Serviços	Banco de Recursos "Colmeia"	Família e Comunidade em Ge
		Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	-	Projecto "CELMM": "Mergulhar: o perigo pode estar para além do visível"	Crianças e Jovens
				Equipa Multiprofissional de Diagnóstico e	
		Centro de Saúde de Cantanhede	Centro de Saúde de Cantanhede	Encaminhamento do Centro de Saúde de Cantanhede	Crianças e Jovens
		Escola Secundária de Cantanhede	Escola Secundária de Cantanhede	Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Cantanhede	Família e Comunidade em Ge
				Educação e Formação	Família e Comunidade em Ge
		Destacamento Territorial da Guarda Nacional Repúblicana de Cantanhede	-	Operação Censos Sénior	Pessoas Idosas

(Continua)

(Continuação)

Tipologia	Freguesias	Entidade Promotora	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
		Câmara Municipal de Cantanhede	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	
	Cordinhã	Junta de Freguesia da Cordinhã			Família e Comunidade em Geral
Formais		Administração Regional de Saúde de Coimbra			
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
		Câmara Municipal de Cantanhede			
	Ourentã	Junta de Freguesia de Ourentã	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	Família e Comunidade em Geral
		Administração Regional de Saúde de Coimbra			Turring o comunicado om corar
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
		Câmara Municipal de Cantanhede			
	Outil	Junta de Freguesia de Outil	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	Família e Comunidade em Geral
		Administração Regional de Saúde de Coimbra			
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
		Câmara Municipal de Cantanhede			Família e Comunidade em Geral
	Pocariça	Junta de Freguesia da Pocariça	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	
		Administração Regional de Saúde de Coimbra			
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
	Portunhos Admir	Câmara Municipal de Cantanhede	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	Família e Comunidade em Geral
		Junta de Freguesia de Portunhos			
		Administração Regional de Saúde de Coimbra			
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
		Câmara Municipal de Cantanhede	-	Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem	Família e Comunidade em Geral
	Sanguinheira	Junta de Freguesia da Sanguinheira			
	oungummomu	Administração Regional de Saúde de Coimbra			
		(ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede			
	Tocha -	Instituto de Emprego e Formação Profissional	APPACDM - Unidade Funcional da Tocha	Formação Profissional	Pessoas Adultas com
					Deficiência
		Projecto Integrado de Intervenção Precoce		Projecto Integrado de Intervenção Precoce	Crianças e Jovens com Deficiência

(Continua)

(Contin	uacão)
(COHUIT	uayau

Tipologia	Freguesias	Entidade Promotora	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
	-	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Coimbra	-	Centro de Recursos para a Inclusão	Crianças e Jovens com Deficiência
	-	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Programa de Financiamento para Acesso à I.P. Habitação		Família e Comunidade em Geral	
	-	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	-	Projectos Gratuitos	Família e Comunidade em Geral
	-	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	-	Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente	Família e Comunidade em Geral
	-	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.	-	Ajudas Técnicas	Pessoas Adultas com Deficiência

4.1. Infância e Juventude

4.1.1. Crianças e Jovens

4.1.1.1. Equipa Multiprofissional de Diagnóstico e Encaminhamento do Centro de Saúde de Cantanhede

A EMDECSC é uma equipa de técnicos de saúde, educação e segurança social que efetua o rastreio, diagnóstico e encaminhamento de crianças e jovens com NEE. Consideram-se crianças e jovens com NEE aqueles que experienciam graves dificuldades no processo de aprendizagem e participação no contexto escolar, familiar e comunitário, decorrentes da interação entre fatores ambientais (físicos e sociais e atitudinais) e limitações de grau acentuado ao nível do seu funcionamento num ou mais domínios (sensorial, motor, cognitivo, comunicação, linguagem e fala, emocional e personalidade).

Não se tratando de mais um serviço, procura rentabilizar os técnicos existentes, promovendo a articulação entre serviços e tentando dar uma melhor resposta educativa a cada um dos casos problemáticos. Muitas situações são de carácter educativo, social e/ou familiar e é necessário reunir preocupações, esforços, pontos de vista, contatos formais e informais, no sentido de ajudar a criança e jovem a ultrapassar os problemas e alcançar o sucesso educativo.

O conceito de Escola Inclusiva ensina-nos que a resposta à maior parte dos problemas está no estabelecimento de ensino, na comunidade e na família, o que implica uma maior e melhor cooperação entre os vários intervenientes, sejam eles pessoas singulares ou instituições. Não basta avaliar a criança e jovem, efetuar o relatório e discutir as hipóteses de intervenção. As recomendações pouco ou nada alterarão a realidade se não se mudarem as condições, as práticas educativas e as atitudes.

A EMDECSC destina-se a crianças e jovens do território concelhio com idades compreendidas entre os 3 e os 15 anos que apresentem problemas que impliquem uma abordagem multidisciplinar.

Tem como objetivos avaliar as reais NEE das crianças e jovens, numa perspetiva que contemple simultaneamente variáveis de diferentes naturezas e que tenha em consideração os resultados das interações que entre elas se estabelecem, e rentabilizar os técnicos e os recursos existentes nos serviços municipais e articular com outros serviços especializados, nomeadamente o Centro de Saúde Mental Infantil (CSMI), o Centro de Desenvolvimento do Hospital Pediátrico de Coimbra (CDHUC), o CMRRC - Rovisco Pais, a APPACDM da Tocha e a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCI) de Mira.

É constituída por uma Médica, que coordena a equipa, bem como por Assistentes Sociais (1), Psicólogos (5), Educadores (1) e Professores Especializados (3), Terapeutas da Fala (2) e Funcionários Administrativos (1).

A EMDECSC reúne mensalmente no Centro de Saúde, embora havendo reuniões parciais para resolver situações pontuais, e os seus elementos contactam entre si sempre que necessário. Com a sua participação os vários elementos procuram realizar:

- Análise conjunta dos pedidos de intervenção;
- Recolha de informação diferenciada, nomeadamente através de avaliação e diagnóstico psicopedagógico e/ou clínico dentro da capacidade de resposta da equipa existente;
- Análise da informação recolhida no sentido de tomar decisões para efeitos de planificação da intervenção educativa e/ou

- encaminhamento para os serviços com a resposta mais adequada ao problema identificado;
- Promover a articulação e responsabilização de respostas que assegurem a continuidade do atendimento educativo e as condições ambientais consideradas mais adequadas para uma efetiva melhoria da funcionalidade da criança e jovem referenciado.

4.1.1.2. Projeto "CELMM": "Mergulhar: o perigo pode estar para além do visível"

O afogamento é definido como a morte decorrente de insuficiência respiratória funcional como resultado da imersão num líquido e é uma das principais causas de morte no mundo.

O "quase" afogamento é também um problema grave pois tem efeitos ao longo da vida. As taxas de recuperação do "quase" afogamento são menores entre jovens crianças do que entre adolescentes e adultos. Existem estudos que mostram que o prognóstico para a sobrevivência depende mais da eficácia do resgate e reanimação inicial do que da qualidade dos cuidados hospitalares subsequentes.

No que concerne aos desportos relacionados com lesões na medula espinhal, a maioria parece estar associada com o mergulho. Lesões em acidentes de mergulho são quase exclusivamente localizadas nas vértebras cervicais, resultando em tetraplegia ou paraplegia.

A prevenção é a melhor maneira de reduzir a incidência de acidentes e mortes relacionadas com o ambiente aquático, podendo a maioria das lesões ser prevenida por medidas adequadas a nível local. Os riscos físicos devem

ser reduzidos ou removidos se possível ou devem ser tomadas medidas para evitar ou reduzir a exposição humana.

Para a adoção de medidas preventivas é fundamental a implementação de campanhas de sensibilização e advertência para os perigos inerentes aos desportos e atividades balneares, disponibilizando informação adequada como sinais, bandeiras e folhetos.

Os acidentes de mergulho vitimam quase exclusivamente adolescentes e adultos jovens (15 a 24 anos) do sexo masculino, predomínio que se justifica por aspetos sociocomportamentais que diferenciam homens e mulheres quanto à exposição a fatores quotidianos de risco e às formas como os encaram.

A maioria das vítimas desconhece a possibilidade de adquirir lesão medular num mergulho, saltando de locais com, no máximo, 2 metros de altura ou avaliando de forma errada a profundidade do local onde mergulham. Outros afirmam que já haviam mergulhado no local onde se lesionaram e geralmente mergulham de braços abertos ou recolhendo-os no impacto com a água.

O público-alvo deste projeto são os jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos, com o objetivo de alertar para os comportamentos de risco que acarretam os mergulhos e evitar este tipo de lesões. Numa fase inicial o público-alvo deste projeto são os alunos dos estabelecimentos de ensino do concelho de Cantanhede, podendo posteriormente estender-se a outros concelhos.

Os objetivos gerais deste projeto são:

- Sensibilizar a população escolar para a problemática relacionada com os acidentes de mergulho;
- Informar a comunidade escolar sobre esta problemática;

- Desenvolver uma campanha de valorização do risco;
- Fomentar uma reação de igualdade/valorização para com a pessoa incapacitada;
- Transmitir noções de incapacidade e reabilitação.

Os objetivos específicos deste projeto são:

- Incumbir na comunidade estudantil a responsabilidade de informarem familiares e grupos de pares sobre esta problemática;
- Tornar os jovens sensíveis à problemática das lesões medulares e sensibilizá-los para as repercussões e dificuldades que estas acarretam para o resto da vida do cidadão;
- Promover junto dos jovens o conceito de igualdade e a legislação existente para a proteção dos cidadãos com incapacidade;
- Divulgar a realização de programas de reabilitação individualizados efetuados pelo CMRRC -RP – as suas potencialidades e constrangimentos.

Os recursos necessários para a implementação deste projeto subdividemse em humanos, materiais e financeiros. Ao nível dos humanos são de referir uma Assistente Social, um Enfermeiro de Reabilitação, uma Fisioterapeuta e um Médico Fisiatra. Relativamente aos materiais são de indicar um anfiteatro/sala escola, uma sala de reuniões do CMRRC - RP, um computador, um projetor, uma impressora, papel e transporte. Por último, quanto aos materiais destacam-se computador, tinteiros (preparação de flyers), papel e transporte. A metodologia passa pela entrega de *flyers* e pela realização de palestras em contexto sala, adaptadas à idade dos jovens de forma a elucidá-los e a sensibilizá-los para a problemática. Para otimizar esta ação a equipa deve-se reunir quinzenalmente até ao dia da primeira apresentação para a definição de estratégias e preparação da ação. Após a primeira ação de sensibilização deverá haver uma reunião durante a semana seguinte, no sentido de proceder à avaliação da ação realizada e eventuais conclusões a retirar da atividade.

A equipa técnica do projeto é constituída por um Médico Fisiatra, coordenador do projeto, uma Enfermeira de Reabilitação, um Fisioterapeuta, uma Assistente Social, um Estagiário de Serviço Social e uma Terapeuta da Fala.

4.1.2. Crianças e Jovens com Deficiência

4.1.2.1. Centro de Recursos para a Inclusão

O Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré - escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

A educação especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas.

Foi neste contexto que foram criados os CRI, cujo objetivo geral é apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiência e incapacidade, em parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo.

Decorrente deste objetivo geral, constituem objetivos específicos dos CRI:

- Apoiar a elaboração, a implementação e a monitorização de programas educativos individuais;
- Criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios da avaliação e da intervenção;
- Consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade;
- Promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade;
- Mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional;
- Promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos;
- · Promover a formação contínua dos docentes:

- Promover a participação social e a vida autónoma;
- Conceber e implementar atividades de formação ao longo da vida para jovens com deficiências e incapacidade;
- Apoiar o processo de avaliação das situações de capacidade por referência à CIF:
- Promover acessibilidades.

Os objetivos específicos acima descritos são operacionalizados no âmbito das áreas-chave de atividade dos CRI, designadamente:

- Referenciação e avaliação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- Execução de atividades de enriquecimento curricular designadamente, a realização de programas específicos de atividades físicas e a prática de desporto adaptado;
- Execução de respostas educativas de educação especial, entre outras, ensino do Braille, do treino visual, da orientação e mobilidade e terapias;
- Desenvolvimento de estratégias de educação que se considerem adequadas para satisfazer necessidades educativas dos alunos:
- Desenvolvimento de ações de apoio à família;
- Transição para a vida pós-escolar, nomeadamente, o apoio à transição da escola para o emprego;
- A integração em programas de formação profissional;
- Preparação dos jovens para integração em centros de emprego apoiado;

- Preparação dos jovens para a integração em centros de atividades ocupacionais;
- Produção de materiais de apoio ao currículo em formatos acessíveis;
- Outras ações que se mostrem necessárias para o desenvolvimento da educação especial.

Os CRI dividem a sua ação por diversos Agrupamentos de Escolas, sendo que as equipas técnicas se organizam mediante a proximidade geográfica dos Agrupamentos de Escolas parceiros, acabando por constituir pólos de funcionamento de base geográfica.

No concelho de Cantanhede o CRI é dinamizado pela APPACDM da Tocha em parceria com o Agrupamento de Escolas de Gândara Mar e a sua equipa é constituída por 3 Psicólogos (80%), que também assumem a função de coordenação em cada Agrupamento de Escolas, 4 Terapeutas da Fala, 1 Fisioterapeuta (50%), 1 Terapeuta Ocupacional, 4 Técnicos de Serviço Social (3 a 20% e 1 a 5%), 3 Técnicos de Transição para a Vida Adulta (50%) e 1 Coordenador Pedagógico.

Os objetivos do CRI de Cantanhede são a eficiência, a eficácia e a qualidade (Figura 128), sendo que as principais áreas de intervenção são a Psicologia, a Transição para a Vida Adulta, a Terapia da Fala, a Terapia Ocupacional e a Fisioterapia (Figura 129). No sentido de atingir os objetivos traçados existem 3 fases cruciais, o planeamento, a intervenção e a avaliação (Figura 130).

Eficiência

- Aumentar em 50% o número de reuniões técnicas de equipa de CRI, promovendo a articulação e partilha de saberes ao longo do ano.
- Indicador: [(n.º reuniões de equipa no ano corrente / n.º reuniões no ano anterior) X
 100) 100]

Eficácia

- Ter incluídos nos PEl's de todos os alunos apoiados os objectivos de intervenção definidos pelos técnicos do CRI.
- Indicador : sim / não

Eficácia/Qualidade

- Realizar, ao longo deste ano lectivo, pelo menos 1 acção de sensibilização/formação reveladora de especificidades do trabalho do CRI dirigidas à população em geral e/ou outras.
- Indicador : sim / não

Qualidade

- Garantir, pelo menos, 75% de nível de satisfação dos clientes pelos apoios prestados pela equipa CRI.
- Indicador: percentagem da satisfação dos clientes (Agrupamentos, famílias, alunos) obtida através da análise de questionários de satisfação
- Garantir a execução de, pelo menos, 75% dos apoios definidos, com base na selecção dos casos a apoiar nesse ano lectivo e no estabelecimento da respectiva calendarização.
- · Indicador : percentagem da execução de apoios no ano correspondente
- Garantir o sucesso de, pelo menos, 50% dos objectivos executado para cada aluno e em cada área de intervenção atendendo ao trabalho desenvolvido no corrente ano lectivo.
- Indicador: percentagem de sucesso dos objectivos definidos (n.º objectivos alcançados / n.º de objectivos executados) X 100

Figura 128 - Objetivos e indicadores de desempenho do CRI.

Psicologia

- Realização de apoios terapêuticos aos alunos sinalizados e prioritários para este apoio;
- Promoção do bem-estar psicológico, social, emocional e a funcionalidade do aluno;
- · Realização de avaliações cognitivas e psicológicas dos alunos.

Transição para a Vida Adulta

- Promover um processo de auto-conhecimento e construção de identidade social/laboral;
- Desenvolver competências sociais e diferenciadas ajustadas a diferentes contextos;
- · Analisar competências e interesses manifestados pelos alunos;
- Criar uma perspectiva para o futuro e preparar o jovem para novos desafios e novas oportunidades;
- Promover a capacidade de resolução de problemas e tomada de decisão;
- · Iniciar e promover a integração dos jovens em contextos laborais;
- · Integrar o jovem em contexto formativo, em instituição;
- · Sensibilizar o jovem em contexto real de trabalho.

Terapia da Fala

- Prevenir o início e/ou o agravamento das perturbações da comunicação através do aconselhamento, informação, rastreio, intervenção directa ou qualquer outra acção apropriada para a pessoa e o seu contexto;
- Avaliar e diagnosticar, com o intuito de determinar as áreas fortes e fracas, prioritárias e secundárias de intervenção, permitindo o estabelecimento do diagnóstico terapêutico;
- Intervir de forma directa com o utente e indirectamente com a família/comunidade, de acordo com o plano terapêutico previamente delineado;
- · Contribuir para a investigação científica na área.

Terapia Ocupacional

- Avaliar as funções sensoriais, perceptivas, físicas e sociais do indivíduo, bem como os factores ambientais que influenciam o seu desempenho nas actividades:
- Identificar as áreas de disfunção e envolve o indivíduo num programa estruturado de actividades significativas de forma a ultrapassar as dificuldades proporcionadas pela sua condição de saúde;
- Promover, prevenir, desenvolver, tratar e recuper pessoas ou grupos de pessoas que apresentam limitações promovendo a sua inclusão em contexto escolar.

Fisioterapia

- Tomar consciência da importância do desenvolvimento sensório-motor na aprendizagem e desenvolvimento da criança;
- · Caracterizar os défices e impedimentos determinados por esses padrões posturais, em termos genéricos e específicos;
- Identificar os padrões posturais que influenciam as actividades escolares;
- Reconhecer a importância e contribuição da fisioterapia para a educação;
- · Promover a funcionalidade do indivíduo como um todo, favorecendo as actividades funcionais e da vida diária.

Figura 129 - Áreas de intervenção do CRI.



Figura 130 - Organização e funcionamento do CRI.

4.1.2.2. Projeto Integrado de Intervenção Precoce

O PIIP é um projeto de nível distrital que resulta da articulação entre diferentes serviços, designadamente a DREC, a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), a APPACDM, o CDSSC e o Hospital Pediátrico de Coimbra (HPC).

Em cada concelho existe uma Equipa de Intervenção Direta (EID) constituída por técnicos de várias especialidades e/ou serviços.

Os destinatários são famílias com crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos (excecionalmente até aos 6 anos) que apresentem atraso de desenvolvimento e/ou risco de atraso grave de desenvolvimento.

Atendendo à sua missão e destinatários, o PIIP tem como objetivos:

- Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento de crianças com atrasos de desenvolvimento e/ou em risco;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Reforçar as competências e respetivas capacidades familiares, designadamente na identificação e utilização dos seus recursos e dos da comunidade;
- Envolver a comunidade no processo de intervenção de forma contínua e articulada, otimizando os recursos existentes e as redes formais e informais de interajuda.

O PIIP assegura o apoio domiciliário a crianças e suas famílias, o suporte a instituições educativas que integram crianças apoiadas pela EID e o encaminhamento a outros servicos de apoio às famílias.

Para a prossecução dos seus objetivos prevê-se uma intervenção baseada na interligação de serviços comunitários, designadamente através de parcerias com a Câmara Municipal, as Juntas de freguesia, o Centro de Saúde, as IPSS's, os Apoios Educativos, a Segurança Social, a CPCJ, entre outros.

No concelho de Cantanhede a EID é constituída por quatro Educadoras de Infância, destacadas pela DREC e colocadas no Agrupamento de Escolas de Mira – Agrupamento de Escolas de referência, uma Psicóloga e uma Assistente Social, ambas do HPC.

Tendo em consideração a análise da evolução do número de crianças apoiadas pelo PIIP, conclui-se que, entre 2003/2004 e 2009/2010 o crescimento foi contínuo, passando de 14 a 34 beneficiários (Figura 131).

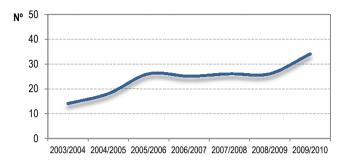


Figura 131 - Evolução do número de crianças no Projeto Integrado de Intervenção Precoce por ano letivo

No concelho de Cantanhede a população apoiada insere-se sobretudo nas faixas etárias dos 24 aos 36 meses, imediatamente seguida da faixa etária dos12 aos 24 meses, sendo de destacar o ano letivo 2009/2010 como o mais representativo (Figura 132).

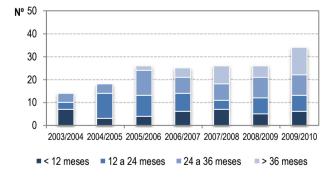


Figura 132 - Caracterização das crianças, segundo a idade, no Projeto Integrado de Intervenção Precoce por ano letivo.

4.2. População Adulta

4.2.1. Pessoas Idosas

4.2.1.1. Operação Censos Sénior

O envelhecimento do tecido populacional é uma realidade transversal à maioria dos países da Europa. Portugal não escapa à tendência do envelhecimento, nem muito menos o concelho de Cantanhede. Tal realidade torna-se muito preocupante nas situações em que esta franja da população, muitas vezes, já perdeu a autonomia de outrora e encontra-se sem retaguarda familiar.

Foi neste contexto que se iniciou a colaboração com o Destacamento Territorial da GNR de Cantanhede no âmbito do programa "Apoio 65 - Idosos em Segurança".

O programa "Apoio 65 - Idosos em Segurança" é uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa:

- Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas;
- Promover o conhecimento do trabalho da GNR junto desta população;
- · Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco.

Este programa é concretizado através de:

 Reforço do policiamento dos locais públicos mais frequentados por pessoas idosas;

- Criação de uma rede de contatos diretos e imediatos entre as pessoas idosas e a GNR em caso de necessidade;
- Instalação de telefones nas residências das pessoas idosas que vivem mais isoladas e tem menores defesas;
- Colaboração com outras entidades que prestem apoio às pessoas idosas.

No âmbito do programa "Apoio 65 - Idosos em Segurança" a GNR está a desenvolver a campanha "Operação Censos Sénior". Esta campanha de segurança direciona-se às pessoas idosas que vivem sozinhas ou isoladas e tem como objetivo efetuar o seu registo e atualizar os dados já existentes. Deste registo constará a identificação de cada idoso e dos familiares mais próximos, a idade e o contacto. A par deste objetivo principal, os militares envolvidos visam também promover junto desta população ações de sensibilização de forma a esclarece-la e a incentiva-la a adotar comportamentos de segurança, com vista a diminuir o risco de ações criminosas. Paralelamente, pretende-se criar e/ou potenciar uma intervenção integrada que vá ao encontro das reais necessidades deste tecido populacional.

No concelho de Cantanhede a implementação desta campanha será efetuada em parceria com o CLAS, de forma a rentabilizar meios e recursos, dando, assim, uma resposta mais célere.

Decorrente dos trágicos acontecimentos com pessoas idosas falecidas nas suas residências, por longos períodos de tempo e sem conhecimento de ninguém, foi promovido um recenseamento de forma a identificá-las, localizá-las e posteriormente elaborar um plano de intervenção, em conjunto com o concelho e as IPSS's locais, com vista à criação de respostas sociais efetivas.

Estas respostas sociais podem passar pela teleassistência e pelo serviço de apoio domiciliário integrado 7 dias por semana, entre outras.

No Município de Cantanhede existem 166 idosos sozinhos ou isolados, maioritariamente do sexo feminino, uma vez que deste total apenas 51 são do sexo masculino.

Estes 166 idosos sozinhos ou isolados apresentam maioritariamente idades acima dos 70 anos, aumentando o valor a partir dos 80 anos (Figura 133). Dos 140 idosos com idades superiores a 70 anos, 84 integram as classes etárias a partir dos 80 anos. Como se observa, os idosos sozinhos ou isolados com menos de 70 anos representam um valor pouco significativo, com apenas 24 pessoas.

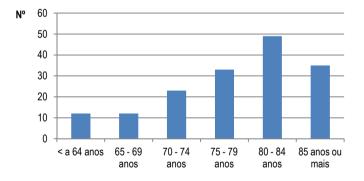


Figura 133 - Caracterização dos idosos sozinhos ou isolados segundo a idade

Relativamente à distribuição dos idosos sozinhos ou isolados pelo território municipal verifica-se que do total de 19 freguesias que integram o Município de Cantanhede, apenas 13 registam pessoas idosas nestas condições,

destacando-se claramente a sede de Município, com 54 idosos sozinhos ou isolados (Figura 134).

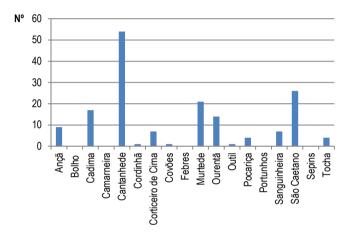


Figura 134 - Freguesias de residência dos idosos sozinhos ou isolados

Do total de 166 idosos sozinhos ou isolados, a grande maioria recebe apoio, quer prestado por IPSS's (112), quer por familiares ou vizinhos (125), sendo apenas 17 aqueles que não recebem qualquer tipo de ajuda (Quadro 128). Embora seja um valor pouco expressivo quando analisado comparativamente, não deixa de traduzir uma realidade cada vez mais preocupante.

Quadro 128 - Caracterização dos idosos sozinhos ou isolados segundo o apoio.

Apoio	Número de Idosos
IPSS	112
Familiar ou vizinho	125
Nenhum	17
Total	254

4.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

4.2.2.1. Ajudas Técnicas

A Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.

Constituem objetivos da presente lei a realização de uma política global, integrada e transversal de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, através, nomeadamente, da:

 Promoção da igualdade de oportunidades, no sentido de que a pessoa com deficiência disponha de condições que permitam a plena participação na sociedade;

- Promoção de oportunidades de educação, formação e trabalho ao longo da vida;
- Promoção do acesso a serviços de apoio;
- Promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.

Com o objetivo de proporcionar o acesso às ajudas técnicas/produtos de apoio a todos os cidadãos com deficiência ou incapacidade, é publicado anualmente um Despacho Ministerial conjunto que determina os montantes globais para o financiamento dessas ajudas técnicas/produtos de apoio.

Anualmente é também publicado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR) um Despacho no qual se designam:

- As normas regulamentadoras da prescrição, atribuição e financiamento de ajudas técnicas/produtos de apoio;
- As entidades prescritoras e financiadoras e a forma como a verba global do financiamento é distribuída por cada entidade;
- Os mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução dos montantes atribuídos.

O INR elabora ainda anualmente um relatório final de diagnóstico e avaliação física e financeira da execução do Despacho relativo às ajudas técnicas/produtos de apoio a partir dos elementos fornecidos pelas entidades financiadoras, designadamente Direção Geral de Saúde (DGS), ISS e IEFP.

O financiamento é feito através de CDSS, de Hospitais, designados pela DGS e de Centros de Emprego e Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão e Entidades Privadas/Centros de reabilitação profissional credenciados enquanto entidades financiadoras.

O financiamento é de 100% quando a ajuda técnica/produto de apoio não consta das tabelas de reembolsos do Sistema Nacional de Saúde (SNS), do subsistema de saúde de que o cidadão é beneficiário ou quando não é comparticipada por companhia seguradora. Quando a ajuda técnica/produto de apoio consta das tabelas de reembolsos do SNS, do subsistema de saúde de que o cidadão é beneficiário ou quando é comparticipada por companhia seguradora, o financiamento é do montante correspondente à diferença entre o custo da ajuda técnica/produto de apoio e o valor da respetiva comparticipação.

4.2.2.2. Formação Profissional

De acordo com o Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto, a formação profissional para Pessoas Adultas com Deficiência visa dotar as pessoas deficientes, de idade não inferior a 16 anos, dos conhecimentos e capacidades necessários à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e sustentar um emprego e progredir profissionalmente no mercado normal de trabalho.

Tem como destinatários as pessoas com deficiência e incapacidades, com idade mínima legal para prestar trabalho, que pretendam ingressar no mercado de trabalho e que não possuam uma habilitação profissional compatível com o exercício de uma profissão ou ocupação de um posto de trabalho.

A formação profissional para Pessoas Adultas com Deficiência desenvolvese nas seguintes fases:

Recuperação e atualização de competências pessoais e sociais;

- Aquisição das competências necessárias a uma qualificação profissional ou à ocupação de um posto de trabalho;
- . Formação em posto de trabalho.

No concelho de Cantanhede a Formação Profissional encontra-se em funcionamento desde 1990, sendo uma resposta prestada pela APPACDM da Tocha e financiada pelo Eixo 6.2 do Programa Operacional Potencial Humano que tem como objetivo a qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade, contemplando, para este efeito, ações de prevenção e reparação de fenómenos de exclusão social.

4.2.2.2.1. Caracterização da oferta formativa

A oferta deste tipo de resposta social destinada à qualificação profissional de pessoas com deficiência é caracterizada pela existência de 5 cursos, cuja frequência total é de 17 clientes (Quadro 129), os quais se encontram distribuídos pelos cursos de Jardineiro (5), Carpintaria II (3), Hotelaria/Restauração I (3), Hotelaria/Restauração II (3) e Serviços Oficinais (3).

Quadro 129 - Caracterização da oferta formativa da Formação Profissional.

Cursos	Número de Utentes
Carpintaria II	3
Hotelaria/Restauração I	3
Hotelaria/Restauração II	3
Jardineiro	5
Serviços Oficinais	3
Total	17

4.2.2.2. Caracterização dos clientes

A Formação Profissional é frequentada por 17 clientes com deficiência mental, maioritariamente do sexo masculino e na faixa etária dos 16 aos 25 anos.

Relativamente às freguesias de residência dos clientes, conclui-se que a maioria (14 clientes) é proveniente de freguesias que constituem o território concelhio, designadamente Murtede, Sanguinheira, Cadima, Tocha, Ançã e Ourentã, sendo que apenas 3 são oriundos de outros concelhos (Quadro 130 e Figura 135).

Quadro 130 - Freguesias de residência dos clientes da Formação Profissional.

Freguesias	Número de Utentes
Ançã	1
Bolho	
Cadima	2
Camarneira	
Cantanhede	
Cordinhã	
Corticeiro de Cima	
Covões	
Febres	
Murtede	4
Ourentã	1
Outil	
Pocariça	
Portunhos	
Sanguinheira	4
São Caetano	
Sepins	
Tocha	2
Vilamar	
Outros Municípios	3
Total do Munícipio	14
Total	17

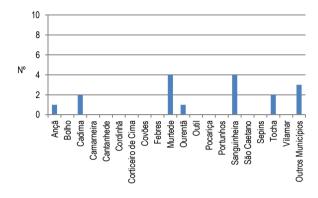


Figura 135 - Freguesias de residência dos clientes da Formação Profissional.

4.3. Família e Comunidade

4.3.1. Família e Comunidade em Geral

4.3.1.1. Associação Empresarial de Cantanhede

A AEC é uma associação sem fins lucrativos criada em Maio de 1994 com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social, técnico e cultural do concelho de Cantanhede, estendendo-se também aos concelhos de Anadia, Mealhada, Mira e Vagos, e dirige-se a empresas de todos os setores de atividade.

Atendendo à sua missão, objetivo geral e destinatários, a AEC tem como objetivos específicos:

- Realizar o interface entre o tecido empresarial e os diversos órgãos da administração pública, contribuindo para a resolução dos problemas dos empresários;
- Promover o fácil acesso dos empresários à informação, nos mais diversos domínios;
- Sensibilizar os empresários para as oportunidades e ameaças com que se deparam.

Para percussão das suas finalidades, a AEC tem ainda as seguintes atribuições:

- Estudar os problemas que interessam ao desenvolvimento da economia regional;
- Contribuir para o desenvolvimento dos seus associados:
- Dinamizar os meios e as atividades que visem o estudo e solução dos problemas relacionados com o desenvolvimento e progresso económico e social:
- Promover encontros, seminários, colóquios e quaisquer manifestações que contribuam para a realização dos seus objetivos;
- Promover ações de formação profissional;
- Participar no capital social de outras associações, confederações ou entidades públicas ou privadas;
- Realizar protocolos com entidades que possam colaborar dentro dos objetivos da AEC;
- Oferecer serviços qualificados aos empresários, correspondendo de forma afetiva às solicitações do meio empresarial.

Neste sentido, a AEC concretiza um conjunto de atividades, designadamente Apoio Empresarial, Informação, Divulgação e Animação Comercial, Apoio Administrativo, Formação Pequenas e Médias Empresas (PME), Formação Profissional, Estágios Profissionais, Gabinete de Inserção Profissional (GIP), Cooperação e Aluguer de Equipamento.

4.3.1.2. Banco de Voluntariado de Cantanhede

A Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico, definindo-o como o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

O voluntariado, enquanto expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária, obedece aos seguintes princípios enquadradores:

- 1. O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado;
- 2. O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho;
- 3. O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de ação concertada;

- 4. O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das atividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas;
- 5. O princípio da gratuitidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário;
- 6. O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da atividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário;
- O princípio da convergência determina a harmonização da ação do voluntário com a cultura e objetivos institucionais da entidade promotora.

O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora.

Consideram-se organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

Deve ser acordado entre a organização promotora e o voluntário, com a supervisão da Câmara Municipal de Cantanhede, um programa de voluntariado do qual possam constar, designadamente:

- a) A definição do âmbito do trabalho voluntário em função do perfil do voluntário e dos domínios da atividade previamente definidos pela organização promotora;
- b) Os critérios de participação nas atividades promovidas pela organização promotora, a definição das funções dela decorrente, a sua duração e as formas de desvinculação;
- c) As condições de acesso aos locais onde deva ser desenvolvido o trabalho voluntário, nomeadamente lares, estabelecimentos hospitalares e estabelecimentos prisionais;
- d) Os sistemas internos de informação e de orientação para a realização das tarefas destinadas aos voluntários;
- e) A avaliação periódica dos resultados do trabalho voluntário desenvolvido;
- f) A realização das ações de formação destinadas ao bom desenvolvimento do trabalho voluntário;
- g) A cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito relativamente aos prejuízos que pode provocar a terceiros no exercício da sua atividade, tendo em consideração as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil;
- h) A identificação como participante no programa a desenvolver e a certificação da sua participação;
- i) O modo de resolução de conflitos entre a organização promotora e o voluntário.

4.3.1.2.1. Caracterização dos voluntários

O Banco de Voluntariado do concelho de Cantanhede integra 118 voluntários, predominantemente do sexo feminino, já que deste total apenas 23 são do sexo masculino (Figura 136).

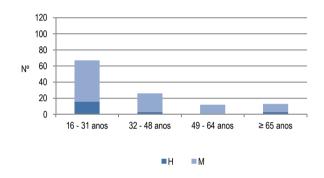


Figura 136 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo o sexo e idade.

Em relação às faixas etárias mais representativas é possível constatar que o maior número de voluntários apresenta idades compreendidas entre os 16 e os 31 anos (67), imediatamente seguida da faixa etária dos 32 aos 48 anos (26). Os indivíduos com idades compreendidas entre os 49 e os 64 anos apresentam o valor mais reduzido (12).³⁴

Em relação à área de residência é possível observar que a maioria dos voluntários reside no concelho de Cantanhede (Figura 137), com especial destaque para a freguesia sede, na qual residem 90 voluntários, enquanto que as restantes freguesias apresentam valores mais reduzidos,

³⁴ Existem 55 voluntários em se desconhece a idade.

designadamente Cadima (10), Pocariça (8) e Tocha (8). De referir, ainda, o facto de existirem 17 voluntários residentes noutros concelhos e que prestam o seu serviço de voluntariado no concelho de Cantanhede.

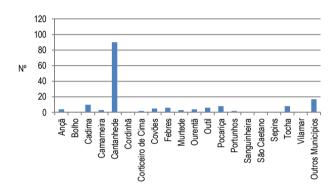


Figura 137 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a freguesia de residência.

Por outro lado, será de referir que ao nível da caracterização dos voluntários, a maior percentagem recai sobre os que se encontram disponíveis mas ainda não estão afetos a qualquer entidade (53%), enquanto que apenas 23% se encontram colocados nas diferentes instituições de acolhimento (Figura 138). De referir, ainda, que 13% se encontram parcialmente disponíveis para prestar serviços de voluntariado, enquanto que 11% estão indisponíveis. Relativamente à situação profissional, é possível

observar que a maioria dos voluntários são indivíduos ativos (61), 34 são estudantes, 27 são reformados e apenas 5 são domésticas (Figura 139).³⁵

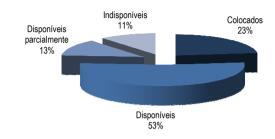


Figura 138 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a disponibilidade de integração.

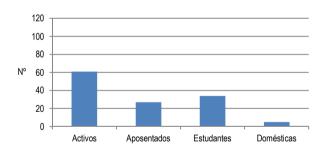


Figura 139 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a situação profissional.

³⁵ Este valor não considera os voluntários inscritos indisponíveis, sendo que do total de 154 voluntários inscritos colocados, disponíveis ou disponíveis parcialmente existem 11 em que não se conhece a situação profissional.

Das diferentes áreas em que é possível prestar serviços de voluntariado destaca-se, claramente, a ação social, com 115 voluntários (Figura 140). Com valores intermédios de referir a educação, justiça e cultura, enquanto que com valores um pouco mais reduzidos surgem a proteção civil, saúde, ambiente, desenvolvimento económico e desporto.³⁶

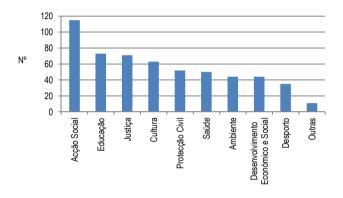


Figura 140 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a área de intervenção.

Em termos de instituições de acolhimento destaca-se o maior número de voluntários ao serviço do concelho de Cantanhede, com 25 voluntários, enquanto que com apenas 4 voluntários serão de referir o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã e a Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede (Quadro 131).

Quadro 131 - Caracterização dos voluntários colocados segundo a instituição de acolhimento.

Instituição de Acolhimento	Número de Voluntários
Município de Cantanhede	25
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã	4
Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede	4
Centro Social Paroquial da Cordinhã	2
CPCJ	2
Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha	1
Centro Cívico Polivalente "O Emigrante"	1
PRODECO - Progresso e Desenvolvimento de Covões	1
Total	40

Com 2 voluntários surgem o Centro Social Paroquial da Cordinhã e a CPCJ e com apenas um voluntário a Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha, Centro Cívico Polivalente "O Emigrante" e PRODECO.

Relativamente à caracterização dos voluntários colocados segundo a área de intervenção (Quadro 132), é possível observar que se encontram maioritariamente no Banco de Recursos "Colmeia" (19 voluntários) e no apoio a idosos e a crianças em IPSS (12 voluntários). Com valores claramente inferiores surge o curso de português para imigrantes com 7 voluntários e o apoio a menores em risco com 2 voluntários.

Quadro 132 - Caracterização dos voluntários colocados segundo a área de intervenção.

Área de Intervenção	Número de Voluntários
Banco de Recursos "Colmeia"	19
Apoio a idosos e a crianças em IPSS	12
Curso de português para imigrantes	7
Apoio a menores em risco	2
Total	40

³⁶ Estes valores correspondem às áreas de intervenção mais procuradas e acumuladas.

4.3.1.3. Banco de Recursos "Colmeia"

A equidade territorial no acesso aos direitos de cidadania, nomeadamente nos domínios da educação, saúde, habitação, justiça, proteção social e solidariedade, é uma condição indispensável num território concelhio coeso e com capacidade de ajudar.

O concelho de Cantanhede, enquanto ator responsável pela implementação de políticas de proteção social, tem um papel determinante na elaboração de estratégias que visem o desenvolvimento social integrado e o progresso económico de toda a sociedade e na criação de respostas sociais inovadoras e sustentáveis.

É neste contexto que surge o Banco de Recursos "Colmeia", um espaço de partilha e de solidariedade criado no âmbito de uma política social orientada para potenciar a eficácia das intervenções e que adota como pressuposto o incentivo à cooperação entre entidades públicas, privadas e iniciativas individuais, numa ótica de rentabilização das práticas e das estruturas de solidariedade.

O Banco de Recursos "Colmeia" é um projeto de complemento da intervenção social dirigida a indivíduos, famílias e comunidades que visa potenciar a diferenciação positiva junto daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e económica, dotando-os de recursos que vão ao encontro das suas reais necessidades, assumindo-se, assim, como um importante instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Tem por finalidade o desenvolvimento de atividades e de serviços que contribuam para a integração social e o progresso económico dos indivíduos, famílias e comunidades, estimulando a sua participação ativa, fomentando o

voluntariado e privilegiando o trabalho em rede com os parceiros locais, numa atitude de compensação.

Assenta numa filosofia de partilha de bens, numa lógica de "dar e receber", e tem como objetivos:

- · Promover a recolha e distribuição de bens de natureza diversa;
- Potenciar o envolvimento da sociedade civil, empresas e de todos os cidadãos na recolha e distribuição dos bens;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida do tecido populacional em situação de maior desvantagem.

Para a prossecução dos seus fins, o Banco de Recursos "Colmeia" recolhe e distribui os seguintes bens:

- · Géneros alimentares não perecíveis;
- · Produtos de higiene e limpeza doméstica;
- Têxteis/vestuário:
- Acessórios/calcado;
- · Equipamento doméstico/eletrodomésticos;
- Mobiliário;
- · Bringuedos/material didático;
- · Materiais de construção;
- · Outro material.

Os bens doados são inventariados e armazenados a fim de serem disponibilizados ao tecido populacional mais fragilizado.

Trata-se, assim, de um serviço de apoio social direto e imediato que dá resposta às necessidades básicas e secundárias dos indivíduos, famílias e

comunidades, com vista à melhoria das suas condições sociais e económicas.

Em termos gerais, pretende reduzir os índices de pobreza e de exclusão social, promovendo competências no âmbito da cidadania e disponibilizando recursos de natureza diversa.

O envolvimento da sociedade civil é determinante para que o seu objetivo seja atingido, contando, para isso, com a participação alargada de todos os cidadãos, de acordo com as suas capacidades e potencialidades.

As competências do Banco de Recursos "Colmeia" são:

- a) Garantir a eficácia da resposta social;
- b) Assegurar o bem-estar dos beneficiários e o respeito pela sua dignidade, promovendo a participação dos voluntários na sua dinâmica;
- c) Desenvolver o interesse e a responsabilidade dos beneficiários pelo seu bom funcionamento;
- d) Definir os critérios que presidem à admissão dos beneficiários e atribuir prioridades às pessoas sociais e economicamente desfavorecidas ou desprovidas de estruturas familiares de apoio;
- e) Organizar um processo individual para cada beneficiário ou candidato a beneficiário.

O Banco de Recursos "Colmeia" funciona em instalações próprias, constituindo-se como um pólo, onde instituições e cidadãos fazem chegar as suas dádivas, que posteriormente serão recebidas por quem delas mais necessita, segundo um processo devidamente organizado do ponto de vista administrativo e logístico.

São beneficiários do Banco de Recursos "Colmeia" os indivíduos que revelem vulnerabilidade social e económica identificada pela Câmara Municipal, Segurança Social, Centro de Saúde, Juntas de freguesia, CPCJ, PIIP, IPSS's, Grupos Sociocaritativos, entre outros.

4.3.1.3.1. Caracterização dos voluntários

No Banco de Recursos "Colmeia", e segundo dados fornecidos pela Autarquia referentes ao ano de 2008, a maioria dos voluntários é do sexo feminino (Figura 141), destacando-se, claramente, os indivíduos com idades superiores a 65 anos (8), imediatamente seguida pelas faixas etárias dos 49 aos 64 anos (5) e dos 16 aos 31 anos (5).³⁷

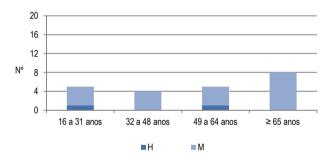


Figura 141 - Caracterização dos voluntários segundo o sexo e idade.

³⁷ Existe um voluntário sem indicação relativa à idade.

Relativamente à freguesia de residência dos voluntários que integram o Banco de Recursos "Colmeia", e uma vez mais, destaca-se a freguesia de Cantanhede, na qual residem 16 dos 23 voluntários, enquanto que as restantes freguesias do território concelhio apresentam valores bastante mais reduzidos, designadamente nas freguesias de Cadima, Covões, Ourentã e Pocarica, nas quais o número de voluntários é inferior a 4 (Figura 142).

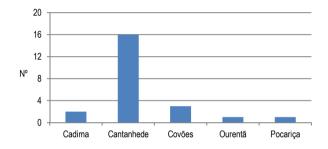


Figura 142 - Caracterização dos voluntários segundo a freguesia de residência.

Tal como seria expectável, e dado que a maioria dos voluntários apresentam mais de 65 anos, em relação à situação profissional destaca-se o número de voluntários reformados, enquanto que as categorias de ativos (5), desempregados (2) e domésticas (2) apresentam valores significativamente inferiores (Figura 143).

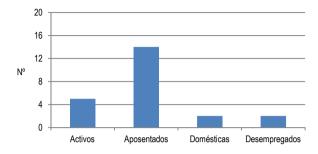


Figura 143 - Caracterização dos voluntários segundo a situação profissional.

4.3.1.4. Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Cantanhede

O CNO ESC tem por missão assegurar, a todos os cidadãos maiores de 18 anos da sua área geográfica de influência, preferencialmente do concelho de Cantanhede e freguesias limítrofes dos concelhos de Montemor-o-Velho e Mira, o acesso a percursos de educação e formação escolares qualificantes adequados ao seu perfil e necessidades e criar patamares mínimos de capacidades que permitam a aquisição de competências críticas para a cidadania, atuação económica, adaptação à mudança e apetência de aprendizagem ao longo da vida.

Para atingir esta finalidade implementa processos rigorosos e exigentes, capazes de desenvolver nos adultos comportamentos de rigor e autoexigência, e usa o conhecimento como uma grelha de reflexão crítica e de compreensão, capaz de orientar uma ação fundamentada no mundo, contribuindo assim, através do acesso a uma formação qualificante, para um desenvolvimento pessoal e profissional dos adultos, capaz de superar

desigualdades sociais, económicas, de género ou resultantes de necessidades especiais dos adultos.

Ao privilegiar a melhoria contínua, procura afirmar-se como instituição de referência que possa contribuir para a formação de pessoas qualificadas que, como cidadãos eticamente bem formados, contribuirão de forma ativa para um desenvolvimento sustentável da região, do país e do mundo, baseados no conhecimento e na inovação.

Com a inscrição no CNO ESC estes cidadãos pretendem:

- Melhores qualificações escolares e profissionais;
- Novas oportunidades de emprego;
- · Mais competitividade no local de trabalho;
- Maior capacidade de adaptação à mudança no trabalho e na vida quotidiana;
- Mais probabilidade de manter o emprego atual;
- Maior capacidade de procurar um emprego melhor;
- · Mais capacidade de intervenção enquanto cidadão.

A promoção de processos de formação e de qualificação ao longo da vida apresentou entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2011 a inscrição de 1222 adultos, dos quais 378 adultos foram encaminhados para ofertas formativas e de qualificação externas, 507 adultos foram encaminhados para processos de reconhecimento e validação de competências de nível básico e secundário, 129 adultos obtiveram certificados de nível básico (mais 15 adultos em vias de certificação) e 89 adultos obtiveram certificados de nível secundário (mais 20 adultos em vias de certificação).

Semestralmente são elaborados e implementados, com entidades formativas externas à Escola Secundária de Cantanhede, planos de formação

em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), com a duração de 25 ou 50 horas cada. Estas UFCD, isoladas ou em percursos estruturados, servem de apoio ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) ou para reforço de competências profissionais e pessoais dos adultos, mesmo os que fizeram processos de certificação através do RVCC.

As entidades formativas parceiras são o Centro de Formação Profissional de Coimbra do IEFP, o GIAGI - Consultores em Gestão Industrial, Lda, a Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro (UNAVE), a Associação para o Ensino e Formação (INETESE), a Formação para a Compreensão e Empregabilidade (FACILA), a Câmara Luso-Sueca do Comércio, a Inweb Solutions, a Fundação Bissaya Barreto, o Planeta Informático, a Fundação para a Divulgação de Tecnologias da Informação (FDTI), a Sicó Formação, Sociedade de Ensino Profissional, S. A. e a Megaexpansão - Ensino e Formação Profissional em Novas Tecnologias.

As áreas de formação mais desenvolvidas são as línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol), as tecnologias da informação e comunicação, o ambiente, a higiene e segurança no trabalho, o controlo e qualidade alimentar, a implementação de sistemas de gestão de qualidade, a ação educativa, a fiscalidade, a legislação, a administração e comércio e os cuidados a idosos.

No ano letivo 2010/2011 foram implementadas e planificadas 2275 horas de formação num total de 54 UFCD, com um volume de horas de formação (a uma média de 15 adultos por grupo de formação) de 34125 horas. Neste ano letivo o número de adultos registados com interesse em UFCD foi de 443 alunos.

A rede de parceiros apresenta protocolos estabelecidos (31 protocolos estabelecidos e 1 em fase de assinatura) e interlocutores ativos. Os protocolos estabelecidos foram com 9 Juntas de freguesia do concelho de Cantanhede, 5 entidades empresariais do concelho de Cantanhede, 1 entidade empresarial do concelho de Montemor-o-Velho, 4 com entidades educativas dos concelhos de Cantanhede e Mira, a Câmara Municipal de Mira e 11 entidades formadoras, encontrando-se uma em fase de assinatura. Os interlocutores ativos são as entidades formadoras externas, a AEC, as Juntas de freguesias de Febres, Ourentã e Murtede, a EB2,3 Carlos Oliveira e EB2,3/S João Garcia Bacelar, o Centro de Formação Profissional de Coimbra do IEFP, a Adega Cooperativa de Cantanhede, a Transbase e a Roca Torneiras, o CMRRC - Rovisco Pais, o Núcleo de Apoio às Escolas/DREC, o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta e o Peroneo.

As perspetivas de futuro são aumentar o grau de penetrabilidade da Iniciativa Novas Oportunidades e do CNO ESC, reforçando a rede de parcerias, alargar a oferta do CNO ESC e da Escola Secundária de Cantanhede no âmbito da qualificação e formação de adultos e contribuir para tornar o concelho de Cantanhede num pólo dinâmico de educação e formação de adultos.

4.3.1.5. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Nos termos do disposto no Artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, constitui uma das tarefas fundamentais do Estado Português promover a igualdade entre homens e mulheres. Do mesmo modo, o Artigo 13.º prevê a igualdade de oportunidades independentemente da ascendência, sexo, raca, língua, território de origem, religião, conviccões políticas ou

ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

A realização de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens é uma dimensão fundamental da proteção e promoção dos direitos da pessoa humana e constitui um forte indicador da qualidade da democracia.

A eliminação dos estereótipos de género e a alteração dos modelos sociais e comportamentais deles decorrentes constituem uma preocupação constante das orientações e resoluções do Conselho da Europa e da União Europeia.

A implementação da estratégia de integração da perspetiva de género nas políticas e ações promovidas pelas Autarquias Locais não só contribuirá para promover uma igualdade efetiva entre mulheres e homens e responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de cidadãos e cidadãs, mas também terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da democracia.

É atribuição das Autarquias Locais atender aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente nas áreas de intervenção previstas na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 164/2007 de 3 de Maio, a CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, devendo promover a educação para a cidadania e a realização de ações tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas, bem como promover ações que facilitem uma participação paritária na vida económica, social,

política e familiar, incumbindo-lhe, ainda, prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades.

Considerando que as Autarquias Locais e a CIG são entidades responsáveis pela prestação direta de informação profissional e que a política da Igualdade de Género constitui um meio para alcancar a revalorização profissional, que as Autarquias Locais, pela sua proximidade com as populações, se configuram como impulsionadoras e agentes de desenvolvimento e se apresentam, por isso, como entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que tenham como objetivo a promoção da política de Igualdade de Género e de Oportunidades e, por último, que o Município de Cantanhede, promotor da Rede Social do território municipal, constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias, integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género e criou o Conselho Municipal para a Igualdade de Género e de Oportunidade (CONCIGO), composto por entidades parceiras do CLAS representativas de áreas chave de intervenção, foi celebrado um protocolo de cooperação entre o Município de Cantanhede e a CIG.

Constitui objeto do protocolo de cooperação a promoção de:

 Intervenções pró-ativas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, incluindo o reforço de competências para a autonomia económica e para a participação de processos de decisão;

- Intervenções pró-ativas em beneficio dos homens para que participem mais e com melhores resultados na esfera privada, incluindo o reforço de competências para a autonomia individual;
- Intervenções pró-ativas que visem tornara igualmente amigável, para homens e para mulheres, qualquer atividade humana socialmente útil e que permitam repartir igualmente entre uns e outros o tempo de trabalho pago e não pago;
- Intervenções de reforço de competências básicas para a vida de todas as pessoas, intervenções para o exercício efetivo e permanente da cidadania democrática em qualquer situação do quotidiano.

As partes comprometem-se a:

- Concretizar as ações definidas no presente protocolo e zelar pelo seu cumprimento, através da disponibilização dos recursos humanos e materiais necessários à sua efetivação;
- Colaborar na dinamização der ações de formação e informação dirigidas à comunidade sobre esta problemática, assim como na divulgação deste Projeto;
- Designar um/a ou mais interlocutores/as, que se articulem de forma célere e eficaz e que promovam a monitorização do presente projeto.

Compete ao Município de Cantanhede, através do CLAS, mais concretamente através da Ação Social, promover o desenvolvimento integrado da perspetiva de género e de igualdade de oportunidades nas políticas municipais como forma de aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens, através das seguintes medidas:

- Adotar um Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens que integre a perspetiva de género enquanto estratégia no quadro da definição, execução e avaliação das políticas e ações desenvolvidas pelo Município de Cantanhede;
- Nomear um/a Conselheiro/a Local para a Igualdade, que assegure a consultoria na definição de medidas com vista à integração de uma perspetiva de género nas decisões e ações a implementar pela Autarquia, bem como a dinamização, concretização, coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e ações concertadas nesta matéria, no quadro da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010 Estatuto das/os Conselheiras/os Locais para a Igualdade;
- Consolidar uma estrutura e/ou mecanismo de suporte à promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, dotando-os com os recursos necessários à execução das ações destinadas à implementação de medidas;
- Sensibilizar os/as funcionários/as e agentes da autarquia para as consequências que os seus procedimentos e práticas têm sobre as mulheres e homens a que as mesmas são definidas, com vista a encorajar e fomentar a mudança;
- Facilitar e /ou promover ações de formação e de sensibilização dirigidas aos/às funcionários/as e agentes municipais, munícipes e entidades parceiras de forma a capacitá-los/as e empoderálos/as na promoção da igualdade de género e de oportunidades;
- Analisar as políticas implementadas pelo Município de Cantanhede em função do seu impacto sobre cada sexo;

- Sensibilizar interna e externamente para a representação equilibrada dos dois sexos na designação para todos os cargos e funções organizacionais;
- Promover o esclarecimento e sensibilização das populações e entidades locais sobre a Igualdade de Género e de Oportunidades, nomeadamente através da integração desta perspetiva nas suas atividades;
- Criar condições para a prestação de informação e para o encaminhamento de pessoas vítimas de violência doméstica e de género;
- Reforçar a veiculação de uma representação equilibrada dos dois sexos nos textos e nas imagens utilizadas pelo Município a nível interno e na relação com os/as munícipes e entidades locais:
- Promover ações para a conciliação entre a vida profissional e a pessoal/familiar de mulheres e homens que residam e/ou trabalhem no concelho de Cantanhede;
- Manter contatos regulares e permanente com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género sobre as atividades referidas nas alíneas.

Compete à CIG:

- · Formar os/as funcionários/as a designar pela Autarquia;
- Prestar apoio técnico ao plano de trabalho na execução do Plano Municipal para a Igualdade de Género e outras atividades que se enquadrem na área da Igualdade de Oportunidades;

- Fornecer material informativo e formativo de apoio ao cumprimento deste Protocolo (publicações, vídeos, exposições, etc.);
- Apoiar a prestação de informação técnica, pela autarquia, na área da Igualdade entre Mulheres e Homens e de Oportunidades;
- Promover, junto do Município, a divulgação de experiências na área da Igualdade de Género e de Oportunidades, desenvolvidas por outras autarquias e organizações ao nível nacional e comunitário.

4.3.1.6. Habitação

A habitação é uma das áreas de intervenção da Ação Social e apresenta como atribuições específicas:

- Implementar, gerir e avaliar programas habitacionais que possibilitem o desenvolvimento económico e social integrado;
- Propor e desenvolver ações na área da habitação social, bem como em programas de recuperação de habitações degradadas;
- Incentivar o realojamento utilização de fogos devolutos em áreas críticas de reconversão urbanística e na zona rural do concelho;
- · Promover a qualidade habitacional recuperação de fogos degradados;
- Assegurar que o realojamento social seja disperso, evitando a criação de núcleos residenciais de densidade excessiva e quetização;
- Promover a integração social das famílias realojadas, desejavelmente com outras formas de apoio social;
- · Fomentar a conservação e manutenção do parque habitacional;

- · Gerir e atualizar as rendas das habitações sociais;
- Elaborar estudos estatísticos acerca da satisfação dos moradores na habitação social;
- Colaborar na promoção de ações de formação na área da gestão doméstica, entre outros;
- Proporcionar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais;
- Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do município e entidades exteriores à Câmara Municipal de Cantanhede no contexto de acompanhamento de casos sociais específicos, cuja problemática inclua a habitação.

No concelho de Cantanhede a área de intervenção da habitação é constituída por três apoios distintos, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), os Projetos Gratuitos e o Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente (SOLARH).

4.3.1.6.1. Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

O PROHABITA, criado pelo Decreto-lei n.º 135/2004 de 3 de Junho e alterado pelo Decreto-lei n.º 54/2007 de 12 de Março, tem como objetivo a resolução global das situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional.

São consideradas situações de grave carência habitacional os casos de agregados familiares que residem permanentemente em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança, salubridade ou sobrelotação, bem como

as situações de necessidade de alojamento urgente, definitivo ou temporário de agregados familiares sem local para habitar em virtude da destruição total ou parcial das suas habitações ou da demolição das estruturas provisórias em que residiam.

O PROHABITA permite também a concessão de apoios para construção de nova ou reabilitação de habitação própria e permanente quando esta for total ou parcialmente destruída por calamidades, intempéries ou outros desastre naturais.

No âmbito do PROHABITA é ainda possível o pagamento do arrendamento de habitações ou do preço de permanência em estabelecimentos hoteleiros ou similares, por necessidade de alojamento urgente e temporário motivado pela inexistência de local para residir, a agregados familiares que não constem dos levantamentos realizados para efeito do Programa Especial de Realojamento (PER) e desalojados por via de demolições efetuadas em execução deste programa.

O PROHABITA é concretizado mediante a celebração de Acordos de Colaboração entre os Municípios ou Associações de Municípios e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Podem beneficiar de financiamento ao abrigo dos Acordos de Colaboração celebrados no âmbito do PROHABITA:

- As Regiões Autónomas, as Associações de Municípios e os municípios outorgantes dos acordos de colaboração;
- Os serviços da administração direta do Estado, os institutos públicos e as entidades públicas empresariais de capitais exclusivamente públicos com atribuições no âmbito territorial das Regiões Autónomas e competências para a promoção e gestão de habitação social;

 As empresas públicas regionais e municipais, por si ou em representação da respetiva Região ou Município, desde que detenham, nos termos legais ou estatutários, os poderes necessários para a contratação do financiamento, incluindo a prática de todos os atos com este relacionados.

Têm acesso à atribuição de uma habitação no âmbito do PROHABITA os agregados familiares que cumpram cumulativamente as seguintes condições:

- Serem considerados agregados carenciados nos termos do Decreto-lei n.º 135/2004 de 3 de Junho na redação pelo Decreto-Lei nº 54/2007 de 12 de Março;
- Nenhum dos seus membros deter, a qualquer título, outra habitação na área metropolitana do concelho do respetivo alojamento ou em concelho limítrofe deste, nem ter inscrita para efeitos fiscais, de segurança social ou outros outra residência permanente no território nacional;
- Nenhum dos seus membros estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais.

4.3.1.6.2. Projetos Gratuitos

O concelho de Cantanhede oferece às famílias comprovadamente carenciadas a possibilidade de beneficiarem gratuitamente da execução do projeto de arquitetura e especialidades elaborado pelo Departamento de Urbanismo (DU).

No âmbito deste projeto compete à Ação Social:

Analisar a situação socioeconómica dos agregados familiares;

- Convocar o requerente para recolha dos elementos instrutórios necessários à elaboração do Relatório Social;
- Proceder a visita domiciliária para averiguação da situação habitacional;
- · Elaborar a informação para despacho do Sr. Vereador.

Se esta for favorável, será elaborado, gratuitamente, pelo DU, o projeto de arquitetura e de especialidades pretendido.

O ano de 2007 registou o maior número de famílias abrangidas, designadamente 8 famílias, as quais eram constituídas por 33 elementos (Quadro 133). Nos dois anos seguintes foi possível observar um decréscimo de ambos os indicadores, com 3 e 4 famílias a beneficiarem deste apoio nos anos de 2008 e 2009, respetivamente. No ano de 2010 observou-se um ligeiro incremento do número de famílias apoiadas (5), as quais eram compostas por 16 elementos.

Ao nível da distribuição geográfica das famílias é possível observar que no decorrer do ano de 2007 as 8 famílias residiam nas freguesias de Cadima (3), Bolho (1), Cantanhede (1), Febres (1), Pocariça (1) e Portunhos (1). Já no ano de 2008 as 3 famílias apoiadas residiam nas freguesias de Ançã, Covões e Sepins. No ano seguinte as famílias que beneficiavam deste apoio encontravam-se distribuídas pelas freguesias de Ançã, Portunhos, São Caetano e Sanguinheira, enquanto que no ano de 2010 as famílias residiam nas freguesias de Ançã (2), Cantanhede (2) e Ourentã (1).

Quadro 133 - Distribuição dos Projetos Gratuitos por freguesia entre os anos de 2007 e 2010.

	2007		2008		2009		2010	
Freguesias	Número de famílias	Número de pessoas abrangidas						
Ançã	0	0	1	3	1	4	2	6
Bolho	1	4	0	0	0	0	0	0
Cadima	3	12	0	0	0	0	0	0
Camarneira	0	0	0	0	0	0	0	0
Cantanhede	1	4	0	0	0	0	2	4
Cordinhã	0	0	0	0	0	0	0	0
Corticeiro de Cima	0	0	0	0	0	0	0	0
Covões	0	0	1	6	0	0	0	0
Febres	1	6	0	0	0	0	0	0
Murtede	0	0	0	0	0	0	0	0
Ourentã	0	0	0	0	0	0	1	6
Outil	0	0	0	0	0	0	0	0
Pocariça	1	3	0	0	0	0	0	0
Portunhos	1	4	0	0	1	4	0	0
São Caetano	0	0	0	0	1	6	0	0
Sanguinheira	0	0	0	0	1	4	0	0
Sepins	0	0	1	2	0	0	0	0
Tocha	0	0	0	0	0	0	0	0
Vilamar	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	33	3	11	4	18	5	16

4.3.1.6.3. Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente

No âmbito do SOLARH, a Câmara Municipal de Cantanhede tem assumido ao longo dos tempos um papel de intermediário entre as famílias do território concelhio e o IHRU.

O SOLARH, criado pelo Decreto-lei n.º 7/99 de 8 de Janeiro e alterado pelos Decretos-lei n.º 39/2001 de 9 de Fevereiro e n.º 25/2002 de 11 de Fevereiro, tem como objetivo permitir a concessão de empréstimos sem juros pelo IHRU para a realização de obras de conservação:

- Em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares;
- Em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção;
- · Em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

No que respeita às obras de conservação e de beneficiação em habitação própria permanente, podem-se candidatar a pessoa ou o agregado familiar cujo rendimento anual bruto seja igual ou inferior a:

- Duas vezes e meia o valor anual da pensão social por cada indivíduo maior até ao segundo;
- Duas vezes o valor anual da pensão social por cada indivíduo maior a partir do terceiro;
- · Uma vez o valor anual da pensão social por cada indivíduo menor.

A habitação objeto das obras a financiar deve ser propriedade de um ou mais membros do agregado familiar há, pelo menos, cinco anos, nenhum dos membros do agregado familiar pode ser proprietário, no todo ou em quota superior a 25%, de outro prédio ou fração autónoma destinada à habitação, nem, em qualquer dos casos, receber rendimentos decorrentes da propriedade de quaisquer bens imóveis, e nenhum dos membros do agregado familiar pode ter qualquer empréstimo em curso destinado à realização de obras na habitação a financiar.

O montante máximo é o correspondente ao custo das obras, até ao limite de 11.971,15€ por habitação, o capital é libertado de acordo com os autos de medição a efetuar pela Câmara Municipal de Cantanhede, sem prejuízo de, com o contrato de empréstimo, poder ser concedido um valor a título de adiantamento até 30% do custo das obras, e o prazo máximo de amortização dos empréstimos a conceder às pessoas ou agregados familiares proprietários de habitação própria permanente é determinado em função dos rendimentos, até ao limite de 30 anos.

O papel da Autarquia consiste em apreciar a elegibilidade das candidaturas ao abrigo da legislação, organizar as candidaturas e remetê-las ao IHRU, acompanhadas de um relatório técnico e de um documento comprovativo da aprovação por parte da Autarquia.

Entre o ano de 2007 e 2010 observou-se no concelho de Cantanhede um aumento do número total de pessoas abrangidas, passando de 4 a 6 elementos por família (Quadro 134). De salientar, ainda, que no ano de 2008 existiam 2 famílias abrangidas, as quais eram constituídas por 5 elementos, enquanto que no ano de 2009 não existia qualquer família a beneficiar deste apoio.

Ao nível da distribuição geográfica das famílias apoiadas é possível observar que no decorrer do ano de 2007 a única família apoiada residia na freguesia de Cadima. No ano de 2008 as duas famílias residiam nas freguesias de Cadima e Cordinhã, enquanto que em 2010 a única família abrangida residia na freguesia de Ourentã.

Quadro 134 - Distribuição do Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente por frequesia entre os anos de 2007 e 2010.

	2007		2008		2009		2010	
Freguesias	Número	Número	Número	Número	Número	Número	Número	Número
reguesius	de	de	de	de	de	de	de	de
	famílias	pessoas	famílias	pessoas	famílias	pessoas	famílias	pessoas
Ançã	0	0	0	0	0	0	0	0
Bolho	0	0	0	0	0	0	0	0
Cadima	1	4	1	2	0	0	0	0
Camarneira	0	0	0	0	0	0	0	0
Cantanhede	0	0	0	0	0	0	0	0
Cordinhã	0	0	1	3	0	0	0	0
Corticeiro de Cima	0	0	0	0	0	0	0	0
Covões	0	0	0	0	0	0	0	0
Febres	0	0	0	0	0	0	0	0
Murtede	0	0	0	0	0	0	0	0
Ourentã	0	0	0	0	0	0	1	6
Outil	0	0	0	0	0	0	0	0
Pocariça	0	0	0	0	0	0	0	0
Portunhos	0	0	0	0	0	0	0	0
São Caetano	0	0	0	0	0	0	0	0
Sanguinheira	0	0	0	0	0	0	0	0
Sepins	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocha	0	0	0	0	0	0	0	0
Vilamar	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	4	2	5	0	0	1	6

4.3.1.7. Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Cantanhede

Como entidade parceira do CLAS, a Escola Secundária de Cantanhede assumiu o compromisso (coletivo) de promoção do desenvolvimento social do concelho de Cantanhede, criando respostas o mais possível eficazes e eficientes para os problemas sociais detetados na população escolar, designadamente:

- Desresponsabilização de alguns pais, no que respeita ao acompanhamento educacional e relacional dos filhos;
- · NFF:
- · Insucesso escolar que, contudo, tem vindo a diminuir anualmente;
- · Abandono escolar que, contudo, tem vindo a diminuir anualmente;
- · Bolsas de pobreza e habitação degradada;
- Falta de acessos para deficientes motores, apesar de já existirem intervenções neste sentido;
- Escassez de recursos financeiros e humanos para dar as melhores respostas, nomeadamente a nível da criação de alternativas aos cursos regulares;
- Alguns casos de alcoolismo, vandalismo, delinquência e furtos, nomeadamente por ausência de consciência de cidadania de algumas famílias.

O contributo deste estabelecimento de ensino para a diminuição dos problemas sociais detetados passa pela promoção do aumento da escolaridade da população, combatendo o abandono escolar precoce e proporcionando formação de segunda oportunidade, através do Centro Novas Oportunidades (CNO) e Ensino Noturno.

No sentido de dar resposta aos problemas sociais detetados na população escolar, a Escola Secundária de Cantanhede desenvolveu um conjunto de políticas sociais, nomeadamente:

 Aceitação de matrícula a todos os alunos que para tal reúnam condições, mesmo aos que não dão garantias de permanecer no estabelecimento de ensino;

- Acompanhamento da assiduidade e do comportamento dos alunos, de modo a prevenir situações de absentismo e/ou abandono escolar;
- Acompanhamento dos casos de absentismo e/ou abandono escolar por uma professora interlocutora que articula a sua ação com a DREC e a CPCJ de Cantanhede:
- Contatos entre os diretores de turma e os encarregados de educação, visando um melhor conhecimento dos alunos e das suas vivências familiares;
- Resposta às NEE, criando não só os apoios legalmente estabelecidos como outros considerados necessários, dentro das possibilidades do estabelecimentos de ensino e das disponibilidades dos professores;
- Criação de um leque variado de apoios a todos os alunos (Apoio Pedagógico Acrescido, Apoio Pedagógico Acrescido Individualizado, Apoio em Sala de Estudo, Apoio às disciplinas com exame nacional e Enriquecimento Curricular);
- Aplicação de um plano de Educação da Afetividade e da Sexualidade aos alunos do 10º ano, do ano 1 dos cursos profissionais e do Curso de Educação e Formação (CEF) de tipo 3 (os alunos do CEF de tipo 2 terão a aplicação deste plano no ano 2 do curso);
- Encaminhamento de alunos para o Psicólogo de orientação escolar, habitualmente através do diretor de turma;
- · Acompanhamento, pelo Psicólogo, dos alunos que dele necessitem;
- Acompanhamento de alunos pelos Serviços Especializados de Apoio Educativo;
- Serviços de Apoio Social Escolar;
- Apoio à associação de pais no sentido da sua maior participação na vida do estabelecimento de ensino de forma a tentar um envolvimento mais

comprometido dos pais na resolução dos problemas educacionais que afetam a comunidade escolar.

Os principais destinatários destas políticas sociais desenvolvidas são:

- Jovens que concluíram o ensino básico, quer por via do ensino regular, quer por via dos CEF, e que vêm frequentar os cursos científicohumanísticos, tecnológicos e profissionais;
- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos que concluíram o 6º ou o 7º ano de escolaridade ou frequentaram o 8º ano sem aprovação, bem como jovens com idade inferior a 15 anos, desde que tenham tido duas reprovações, que vêm frequentar os CEF de tipo 2;
- Alunos que completaram o 8º ano de escolaridade e/ou frequentaram o 9º ano sem aproveitamento e que vêm frequentar os CEF de tipo 3;
- Adultos que não completaram o ensino básico ou o ensino secundário e que vêm frequentar os cursos noturnos ou o CNO.

A oferta formativa e formativa deste estabelecimento de ensino é ampla, sendo de destacar:

- Cursos Científico-Humanísticos, orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior;
- Cursos Tecnológicos, orientados na dupla perspetiva de acesso ao ensino superior e/ou ao mercado de trabalho;
- Cursos Profissionais, orientados preferencialmente para o mercado de trabalho:
- Cursos de Educação e Formação, alternativa à formação profissional de curta duração;
- · Ensino Recorrente, através de módulos capitalizáveis;

 CNO, oportunidade de qualificação e de certificação de nível básico ou secundário para cidadãos maiores de 18 anos.

4.3.1.8. Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem

Os Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem surgiram na sequência de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal, as sete Juntas de freguesia e a Administração Regional de Saúde de Coimbra (ARSC)/Centro de Saúde de Cantanhede.

Foram criados nas freguesias do território concelhio que não dispõem de extensões de saúde, designadamente Camarneira, Cordinhã, Ourentã, Outil, Pocariça, Portunhos e Sanguinheira, e têm como objetivo facilitar a prestação de serviços nesta área, como a aplicação de injetáveis, pensos, avaliação de tensão arterial, alteração da glicemia, entre outros, sendo que estes estarão em vigor apenas até à entrada em funcionamento das extensões de saúde nas referidas freguesias.

Os Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem satisfazem uma percentagem elevada de serviços básicos de enfermagem, permitindo aos utentes resolverem, em pouco tempo, situações que exijam a intervenção de um enfermeiro, poupando-os aos inerentes incómodos com deslocações e tempo de espera nas extensões de saúde, contribuindo, assim, para a diminuicão dos seus níveis de afluência.

Nós termos do protocolo celebrado, o concelho assume a atribuição às Juntas de freguesia de um subsídio mensal para a comparticipação dos serviços prestados pelo enfermeiro no Posto de Atendimento de Cuidados de Enfermagem. Às Juntas de freguesia compete proceder à contratação dos serviços de enfermagem e ao respetivo pagamento mensal, bem como a cedência das instalações onde será instalado o Posto de Cuidados de Enfermagem e a respetiva manutenção e limpeza, sendo da sua responsabilidade a obtenção do inerente certificado de condições higienosanitárias.

Ao Centro de Saúde de Cantanhede compete assegurar e ceder gratuitamente o material de saúde necessário à boa prestação dos serviços de enfermagem e deligenciar pela obtenção do certificado das condições higienosanitárias do Posto de Atendimento de Cuidados de Enfermagem.

4.3.1.9. Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica

A Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e refere, nas alíneas g), h) e i) do n.º 1 do Artigo 13.º, que os concelhos dispõem de atribuições nos domínios da saúde, da ação social e da habitação. De acordo com o n.º 3 do Artigo 23.º, compete ainda aos municípios a participação, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.

Atendendo ao quadro de competências e ao regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, estabelecido pela Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e alterado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal de Cantanhede no âmbito do apoio a atividades de interesse concelhio participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as

entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.

Cumprindo as atribuições dos concelhos patentes na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o concelho de Cantanhede elaborou o Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica do concelho de Cantanhede.

Este regulamento visa definir as condições de acesso para atribuição de apoios a agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos e/ou em situação de carência económica residentes no concelho de Cantanhede.

Os apoios constantes devem funcionar como um instrumento de suporte às dificuldades inerentes à gestão familiar, capacitando-os e não pretendendo, deste modo, colmatar todas as dificuldades mensais dos agregados familiares objeto de apoio, mas algumas lacunas de forma a garantir que os mesmos procurem o equilíbrio e a autonomia e não a dependência.

Estes apoios encontram-se divididos nas tipologias Ação Social e Saúde e Habitação – obras de melhoria/adequação habitacional.

Os apoios no âmbito da ação social e saúde contemplam a concessão de subsídios nas seguintes áreas:

- Apoio à subsistência:
- Apoio no pagamento de medicação devidamente comprovada com receita médica:
- Apoio em despesas de saúde, na parte não comparticipadas pelos Sistemas de Proteção Social na área da saúde;

- Apoio na aquisição de óculos (lentes e armação), mediante apresentação de prescrição médica;
- Apoio no pagamento da renda de casa;
- Aquisição de equipamento doméstico que não exista no Banco de Recursos COLMEIA, desde que seja indispensável e devidamente fundamentado:
- Apoio no pagamento de transporte, desde que não esteja contemplado por outro serviço/entidade;
- Apoio no pagamento de despesas de educação, desde que não sejam objeto de apoio por parte de outros serviços/entidades.

Os apoios no âmbito da habitação – obras de melhoria/adequação habitacional contemplam o financiamento de obras de conservação e beneficiação nas seguintes situações:

- Reconstrução de habitação;
- Ampliação de habitação;
- Melhorias habitacionais e obras de conservação;
- Erradicação de barreiras arquitetónicas e obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de indivíduos com mobilidade reduzida;
- Ramais de água, baixadas elétricas, ligação à rede de saneamento e gás;
- Elaboração dos projetos legalmente exigidos no âmbito do presente apoio, bem como o custeamento das despesas inerentes às certificações necessárias.

Nos apoios no âmbito da habitação – obras de melhoria/adequação habitacional não se encontra contemplado o financiamento de construções de

raiz, salvo casos devidamente fundamentados, designadamente calamidades, incêndios, derrocadas, e encontram-se ainda previstas as seguintes ações:

- Elaboração de projeto gratuito (arquitetura, projetos de especialidades e custeamento das despesas inerentes às certificações necessárias, bem como os projetos que por incapacidade técnica dos serviços tenham de ser elaborados por serviços externos ao Município);
- Fiscalização e acompanhamento técnico da obra.

Podem candidatar-se os indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- Tenham idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior desde que estejam em situação de autonomia económica, ou emancipados pelo casamento;
- Residam e estejam recenseados no concelho de Cantanhede há
 pelo menos 1 ano, ou já tenham residido no concelho pelo
 período de 1 ano, caso se encontrem a residir ou recenseados
 no mesmo, há menos de 1 ano:
- No caso de cidadãos estrangeiros, os que apresentem autorização de residência ou visto de permanência (nestes casos, encontram-se dispensados da condição de recenseamento eleitoral, no entanto, devem apresentar atestado de residência emitido pela respetiva Junta de freguesia onde mencione o tempo de residência na freguesia);
- Forneçam todos os elementos de prova de acordo com o artigo
 6º do presente regulamento;

- Tenham esgotado todos os meios de atribuição de apoio existentes no concelho e não usufruam de outros apoios para o mesmo fim:
- Não sejam proprietários de mais de um prédio urbano;
- Se encontrem em situação de carência económica, de acordo com a definição constante no artigo 3º do presente regulamento;
- Para candidatar-se ao apoio previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 2º, o requerente deve ser proprietário ou comproprietário do imóvel a intervencionar.

Os beneficiários não podem candidatar-se ao mesmo apoio, destinado ao mesmo fim, mais do que uma vez, no período de cinco anos, e a habitação a intervencionar deve destinar-se a habitação permanente.

Podem ainda candidatar-se indivíduos que se encontrem em:

- Situação excecional em que o rendimento mensal per capita ilíquido seja superior a 70% do IAS, mas que por razões imprevistas e acidentais, seja necessário e devidamente justificado, atribuir apoio no âmbito do presente regulamento;
- Situação excecional em que o rendimento mensal per capita ilíquido seja superior a 70% do IAS, mas que o agregado familiar tenha a cargo um elemento em situação de dependência, inválido ou portador de deficiência que implique para o mesmo um acentuado esforço financeiro;
- Situações pontuais de calamidade ou catástrofe natural.

5

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As CPCJ, criadas pela Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, e regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de Dezembro, são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.

As autoridades administrativas e entidades policiais, bem como as pessoas singulares e coletivas que para tal sejam solicitadas têm o dever de colaborar com as CPCJ no exercício das suas funções.

As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de maneio, necessários ao funcionamento das CPCJ são assegurados pelo concelho, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

As CPCJ exercem a sua competência na área do concelho onde têm sede, no entanto, nos concelhos com maior número de habitantes e quando tal se justifica, podem ser criadas várias, com competências numa ou mais frequesias.

Funcionam em modalidade alargada ou restrita. À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. Funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos e o plenário reúne com a

periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo de dois em dois meses.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Funciona em permanência e o plenário reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com periodicidade quinzenal, e distribui entre os seus membros as diligências a efetuar nos processos de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo.

Os membros da CPCJ representam e obrigam os serviços e as entidades que os designam, sendo que as suas funções têm carácter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços. São designados por um período de dois anos, renovável, não podendo prolongar-se por mais de 6 anos consecutivos.

A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) N\u00e3o recebe os cuidados ou a afei\u00e7\u00e3o adequados \u00e0 sua idade e situa\u00e7\u00e3o pessoal;

- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento:
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

No concelho de Cantanhede a CPCJ é constituída por uma equipa técnica vasta. A Comissão Restrita apresenta representantes de diversas entidades públicas e privadas, designadamente concelho de Cantanhede (Presidente), ISS – CDSSC – Serviço Local de Cantanhede, Ministério da Educação, Serviços de Saúde, IPSS's sem Carácter de Acolhimento, Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas, Assembleia Municipal de Cantanhede, Técnicos Cooptados (Assistente Social, Psicólogo, Ex-professora do 1º CEB e Cabo do Destacamento Territorial de Cantanhede), Técnico Convidado (Reforço Técnico), Apoio Administrativo (concelho de Cantanhede) e Convidado (Procurador Adjunto do Tribunal Judicial).

Além de todos estes representantes, na Comissão Alargada acrescem ainda outras duas entidades, designadamente a Associação de Pais e as IPSS's com Carácter de Acolhimento.

5.1. Caracterização das crianças e jovens

No concelho de Cantanhede, e de acordo com o Relatório Anual de Atividades de 2008, a população sinalizada pela CPCJ é constituída por 352 crianças/jovens, 183 do sexo masculino e 169 do sexo feminino, inseridos, sobretudo, nas faixas etárias dos 6 aos 10 anos e dos 15 aos 17 anos (Figura 144).

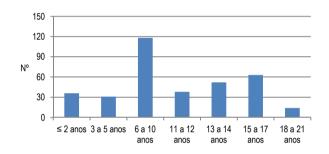


Figura 144 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Em relação às freguesias de residência é possível observar que o maior número de crianças sinalizadas reside na freguesia de Cantanhede, sendo que, com valores mais reduzidos, serão também de destacar as freguesias da Tocha, Sepins, Ançã e Febres (Figura 145).

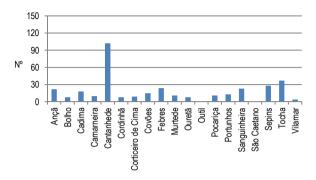


Figura 145 - Freguesias de residência das crianças e jovens da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Contudo, pela análise da relação entre o número de crianças e jovens da CPCJ e a população residente no grupo etário dos 0 aos 19 anos por freguesia, constata-se que a freguesia de Sepins é a mais problemática, seguida, embora com valores bastante distanciados, pela freguesia de Cantanhede (Figura 146).

No que respeita à intervenção destaca-se (Figura 147), claramente, a negligência como principal motivo da sinalização por parte dos técnicos da CPCJ (271), enquanto que, com valores inferiores mas igualmente preocupantes, se seguem os maus tratos psicológicos/abuso emocional (32), exposição a comportamento desviante (30) e maus tratos físicos (19).

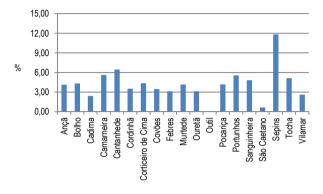


Figura 146 - Relação entre o número de crianças e jovens da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a população residente no grupo etário dos 0 aos 19 anos, por freguesia.

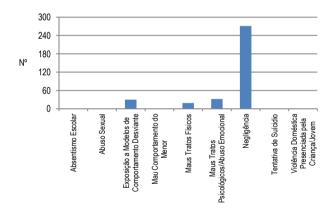


Figura 147 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os motivos de intervenção, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

6.

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO AOS TRIBUNAIS

O Decreto-Lei nº 332-B/2000 de 30 de Dezembro disciplina o regime da intervenção das autarquias locais nas comissões de proteção de crianças e jovens, especificando o sistema de atribuição e de gestão do fundo de maneio a conceder às referidas comissões de proteção, estabelecendo o regime legal a seguir na execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção, assim como a competência para o acompanhamento das crianças em perigo junto dos tribunais.

O acompanhamento dos menores em perigo junto dos tribunais compete às equipas multidisciplinares do sistema de solidariedade e de segurança social, a constituir, consistindo designadamente:

- a) No apoio técnico às decisões dos tribunais tomadas no âmbito dos processos judiciais de promoção e proteção;
- b) No acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção aplicadas;
- c) No apoio aos menores que intervenham em processos judiciais de promoção e proteção.

O apoio técnico às decisões dos tribunais tomadas no âmbito dos processos judiciais de promoção e proteção consiste, designadamente:

- a) Na elaboração de informações ou relatórios sociais sobre a situação da criança ou do jovem, do seu agregado familiar ou das pessoas a quem estejam confiados;
- b) Na intervenção em audiência judicial;

c) Na participação nas diligências instrutórias, quando o juiz assim o determine.

As EMAT's são constituídas por técnicos de diferentes áreas, designadamente serviço social, psicologia, direito, animação cultural, entre outros, que, sempre que solicitados pelo tribunal, atuam no contexto da promoção e proteção das crianças e jovens, com medidas que serão adequadas a cada caso. Deste modo, as EMAT's devem apresentar uma relação de colaboração com as mais diversas entidades competentes em matéria de infância e juventude (estabelecimentos de ensino, centros de saúde, hospitais, IPSS's, entre outras), com vista à definição de uma intervenção mais adequada.

No concelho de Cantanhede será de referir a existência de 56 processos de promoção e proteção a menores. Estes processos materializam-se na elaboração de informações ou relatórios sobre a situação do menor, do seu agregado familiar ou das pessoas a quem estejam confiadas, na participação em audiências judiciais ou, até mesmo, na participação nas diligências instrutórias.

E. Mecanismos de Intervenção Integrada

As transformações aceleradas e intensas da realidade a que temos vindo a assistir obrigam a que a ação social adote uma perspetiva atenta e flexível na análise e compreensão dos problemas sociais.

O que está em causa é a capacidade de responder de uma forma adequada aos problemas do tempo, atendendo às condições e aos fatores que os produzem, às suas tendências evolutivas e aos princípios e valores sociais que devem ser salvaguardados.

Para dar resposta às novas exigências, a ação social tem de aprender e de mudar o modelo de atuação, integrando novas componentes e descobrindo outras formas de abordagem.

Um funcionamento integrado entre diferentes parceiros que melhore a qualidade da oferta e a eficácia da acão social, gracas às sinergias que a

cooperação interdisciplinar pode gerar, é um elemento chave para a sua evolução. Configura-se, assim, uma ação social que ultrapassa os seus limites tradicionais e vai ao encontro dos problemas e das reais necessidades da população.

No concelho de Cantanhede é possível observar a existência de quatro mecanismos de intervenção integrada, nomeadamente o CMRRC - Rovisco Pais, o CRI de Coimbra, que embora se localize nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, responde ao território concelhio de Cantanhede, e as Unidades de Convalescença e de Cuidados Paliativos, no Hospital Arcebispo João Crisóstomo (Quadro 135).

Quadro 135 - Rede de mecanismos de intervenção integrada.

Eroguasias	Entidade Promotora	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo Alvo
Freguesias	Entidade Promotora	Equipalitento Social	Kesposia Sociai	Grupo-Alvo
			Unidade de Convalescença	Pessoas em Situação de
Cantanhede	Hospital Arcebispo João	Hospital Arcebispo João	omada do com dicesoniçã	Dependência
Cantanneae	Crisóstomo	Crisóstomo	Unidade de Cuidados Paliativos	Pessoas em Situação de
			Offidade de Cuidados Fallativos	Dependência
			Serviço de Ex-hansenianos	Família e Comunidade em Geral
	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	Centro de Medicina de	Serviço de Reabilitação Geral de Adultos	Família e Comunidade em Geral
Tocha		Reabilitação da Região	Unidade de Consultas Externas e Área Específica	Família e Comunidade em Geral
100114		Centro - Rovisco Pais	de Diagnóstico e Terapêutica	Familia e Comunidade em Gerai
	CONTROL PROVIDED FAIR		Unidade Especializada de Investigação e Apoio à	Familia a Carannidada ara Caral
			Reabilitação de Lesionados Vértebro-Medulares	Família e Comunidade em Geral
			Equipa de Prevenção	Pessoas Toxicodependentes e
_	Instituto da Droga e	Centro de Respostas	Equipa de l'Tevenção	Alcoólicas
-	Toxicodependência, I. P.	Integradas de Coimbra	Fauino do Trotomento e Deineereão	Pessoas Toxicodependentes e
			Equipa de Tratamento e Reinserção	Alcoólicas

1

CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO DA REGIÃO CENTRO - ROVISCO PAIS

O CMRRC - Rovisco Pais é um estabelecimento hospitalar de nível central que exerce atividade de interesse público nas áreas de cuidados de saúde, ensino e investigação na saúde no âmbito dos cuidados diferenciados de reabilitação e em articulação com os restantes Serviços de Saúde da Região Centro, promovendo a readaptação e reintegração socioprofissional dos cidadãos portadores de deficiência.

A estrutura funcional do CMRRC - Rovisco Pais distribui-se por serviços e unidades funcionais, designadamente o Serviço de Reabilitação Geral de Adultos, a Unidade Especializada de Investigação e Apoio à Reabilitação de Lesionados Vértebro-Medulares, a Unidade de Consultas Externas e Área Específica de Diagnóstico e Terapêutica e o Serviço de Ex - hansenianos. Oportunamente prevê-se a criação de uma Unidade de Crâneo-Encefálicos e de um Serviço de Reabilitação Pediátrica, bem como de uma Unidade de Cuidados Continuados de tipologia de Convalescença, já consagrada em protocolo.

O CMRRC - Rovisco Pais assegura a prestação de cuidados de saúde nos regimes de internamento e de ambulatório, com um total de 142 efetivos. O seu quadro de pessoal é constituído por 4 dirigentes, 6 médicos, 1 técnico superior de saúde, 2 técnicos superiores de serviço social e 2 do regime geral, 3 técnicos de informática, 38 enfermeiros, 24 técnicos diagnóstico e terapêutica, 3 técnicos profissionais, 3 chefes de secção e 1 chefe de repartição, 11 administrativos, 4 auxiliares, 35 funcionários de serviços gerais e 5 operários.

A área de influência do CMRRC - Rovisco Pais estende-se não só ao concelho de Cantanhede, mas a toda a Região Centro.

1.1. Internamento em Medicina Física e de Reabilitação

O Internamento em Medicina Física e de Reabilitação distribui-se pelo Serviço de Reabilitação Geral de Adultos (direcionado para as patologias de Traumatismo Crâneo-Encefálico/Acidente Vascular Cerebral e Amputados) e a Unidade Especializada de Investigação e Apoio à Reabilitação de Lesionados Vértebro-Medulares.

Estes serviços encontram-se dotados de uma Equipa Multidisciplinar constituída por Médicos Fisiatras, Médico Internista, Assistentes Sociais, Psicóloga, Técnica Superior de Farmácia; Enfermeiros de Reabilitação, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Terapeutas da Fala, Técnicas de Farmácia, Auxiliares de Ação Médica, Assistentes Administrativos e Animador Desportivo.

De referir que esta equipa atua no âmbito da avaliação de incapacidade; orientação terapêutica; realização de programa de reabilitação individualizado; identificação das dimensões psicossociais decorrentes da situação de dependência e (re) construção/reabilitação das redes sociais; ensino de autocuidados e cuidados informais (em unidade específica) e intervenção psicoterapêutica individual e de grupo, com o objetivo de promover o desenvolvimento e maximização da autonomia possível ou exequível, procurando a reintegração efetiva dos cidadãos/utentes na sociedade.

Da análise dos doentes em internamento é possível observar uma crescente tendência para o aumento do internamento, quer ao nível da sua

lotação, de 36 camas em 2006 e 2007 para 50 camas em 2008, quer na correspondência do número de doentes internados em cada um dos anos considerados (124 em 2006, 168 em 2007 e 196 em 2008).

1.2. Consultas Externas de Medicina Física e de Reabilitação

As Consultas Externas de Medicina Física e de Reabilitação correspondem à Unidade de Consultas Externas e Área Específica de Diagnóstico e Terapêutica e integram o apoio ao serviço de internamento, as consultas externas de fisiatria, os tratamentos em regime de ambulatório e a realização dos meios complementares de diagnóstico (estudos urodinâmicos e exames neurofisiológicos).

Deste modo, e no que se refere à evolução do número de consultas entre os anos de 2006 e 2008, verifica-se que no primeiro ano se registaram 1463 consultas, no ano seguinte esse valor foi de 1401 e, finalmente, de 1732 consultas no ano de 2008, o que representa um acréscimo bastante considerável.

1.3. Serviço de Ex-hansenianos

O Serviço de Ex-hansenianos possui lotação máxima para 32 utentes em regime de internamento, todavia desde 1996 que não são admitidos novos casos, sendo que a ocupação deste serviço é efetuado por doentes ex-hansenianos inativos sob vigilância, na medida em que, para além do recuo da doença, o tratamento privilegia o regime ambulatório em detrimento do regime de internamento. Deste modo, entre os anos de 2006 e 2008verificase que o número de doentes sofreu um ligeiro decréscimo de 24 para 21 doentes, justificado apenas por situações de falecimento.

2

CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS DE COIMBRA

Os CRI são estruturas locais de cariz operativo e de administração que integram a estrutura do Instituto da Droga e Toxicodependência, I.P., englobando as unidades, recursos e estruturas deste organismo em cada território.

Estes centros são referenciados a um território definido e dispõem de Equipas Técnicas Especializadas para as diversas áreas de missão, designadamente Prevenção, Tratamento, Reinserção e Redução de Riscos e Minimização de Danos.

Cada centro executa as ações promovidas pela respetiva Delegação Regional e Serviços Centrais no que respeita à prevenção do consumo de drogas (lícitas e ilícitas), bem como à prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso e dependência de álcool, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção desses doentes.

O CRI de Coimbra é constituído por uma Equipa de Prevenção (EP) e de duas Equipas de Tratamento e Reinserção (ETR), que embora se localizem nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, respondem ao território concelhio de Cantanhede.

Uma análise mais pormenorizada revela que dos 138 clientes que integram estar resposta, a maioria são indivíduos do sexo masculino (84%), enquanto apenas 16% são clientes do sexo feminino (Figura 148). Em relação à distribuição por faixa etária será de destacar o elevado número de clientes com idades compreendidas entre os 31 e 35 anos (39) e dos clientes entre os

36 e os 40 anos (29). Tal como seria expectável, as faixas etárias com menos representatividade são as que se situam abaixo dos 25 anos (Figura 149).

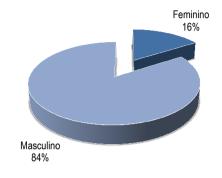


Figura 148 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

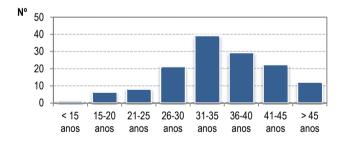


Figura 149 - Caracterização da população utente, segundo a idade, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

Já no que diz respeito ao estado civil dos clientes que integram o CRI de Coimbra verifica-se que a maioria integra a categoria de solteiro (103), enquanto as restantes categorias apresentam valores inferiores a 25 clientes (Figura 150).

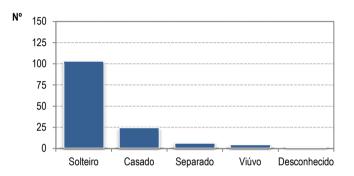


Figura 150 - Caracterização da população utente, segundo o estado civil, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

Em relação à caracterização segundo o nível de ensino atingido verifica-se a predominância dos clientes com o 2º e 3 CEB (Figura 151), enquanto a análise dos clientes segundo a situação profissional revela que a maioria integra as categorias de Empregado (57) e Desempregado (47), enquanto que as restantes categorias apresentam valores inferiores a 12 clientes (Figura 152).

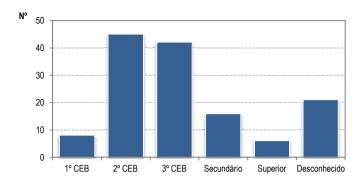


Figura 151 - Caracterização da população utente, segundo o nível de ensino, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

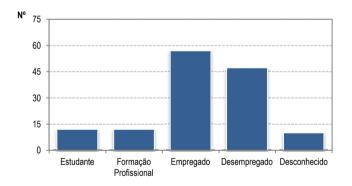


Figura 152 - Caracterização da população utente, segundo a situação profissional, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

Finalmente, no que diz respeito à área de residência dos clientes verifica-se que a maioria é proveniente das freguesias de Cantanhede (50) e Ançã (27),

enquanto que nas restantes freguesias os clientes não ultrapassam os oito registados na freguesia de Pocariça (Figura 153). De referir, ainda, o facto de não se registar a proveniência de qualquer cliente oriundo das freguesias de Camarneira, Sanguinheira e São Caetano.

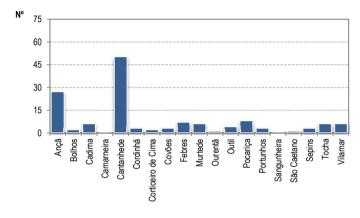


Figura 153 - Caracterização da população utente, segundo as freguesias de residência, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra.

3

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A rede nacional de cuidados continuados integrados, criada pelo Decretolei n.º 101/2006 de 6 de Junho, é constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e ou apoio social, e de cuidados e ações paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais da segurança social, a Rede Solidária e as autarquias locais e organiza-se em dois níveis territoriais de operacionalização, regional e local.

No contexto da rede nacional de cuidados continuados integrados entendese por:

- a) «Cuidados continuados integrados» o conjunto de intervenções sequenciais de saúde e ou de apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrado na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social;
- wCuidados paliativos» os cuidados ativos, coordenados e globais, prestados por unidades e equipas específicas, em internamento ou no domicílio, a doentes em situação de sofrimento decorrente de doença severa e ou incurável em fase avançada e rapidamente progressiva, com o principal objetivo de promover o seu bem-estar e qualidade de vida;
- «Ações paliativas» as medidas terapêuticas sem intuito curativo que visam minorar, em internamento ou no domicílio, as repercussões negativas da doença sobre o bem-estar global do doente, nomeadamente em situação de doença irreversível ou crónica progressiva;
- d) «Continuidade dos cuidados» a sequencialidade, no tempo e nos sistemas de saúde e de segurança social, das intervenções integradas de saúde e de apoio social;

- e) «Integração de cuidados» a conjugação das intervenções de saúde e de apoio social, assente numa avaliação e planeamento de intervenção conjuntos;
- f) «Multidisciplinaridade» a complementaridade de atuação entre diferentes especialidades profissionais;
- g) «Interdisciplinaridade» a definição e assunção de objetivos comuns, orientadores das atuações, entre os profissionais da equipa de prestação de cuidados;
- h) «Dependência» a situação em que se encontra a pessoa que, por falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, resultante ou agravada por doença crónica, demência orgânica, sequelas pós-traumáticas, deficiência, doença severa e ou incurável em fase avançada, ausência ou escassez de apoio familiar ou de outra natureza, não consegue, por si só, realizar as atividades da vida diária;
- «Funcionalidade» a capacidade que uma pessoa possui, em cada momento, para realizar tarefas de subsistência, para se relacionar com o meio envolvente e para participar socialmente;
- gradual dos sintomas e com aspetos multidimensionais, potencialmente incapacitante, que afeta, de forma prolongada, as funções psicológica, fisiológica ou anatómica, com limitações acentuadas nas possibilidades de resposta a tratamento curativo, mas com eventual potencial de correção ou compensação e que se repercute de forma acentuadamente negativa no contexto social da pessoa por ela afetada;

- «Processo individual de cuidados continuados» o conjunto de informação respeitante à pessoa em situação de dependência que recebe cuidados continuados integrados;
- m) «Plano individual de intervenção» o conjunto dos objetivos a atingir face às necessidades identificadas e das intervenções daí decorrentes, visando a recuperação global ou a manutenção, tanto nos aspetos clínicos como sociais;
- n) «Serviço comunitário de proximidade» a estrutura funcional criada através de parceria formal entre instituições locais de saúde, de segurança social e outras comunitárias para colaboração na prestação de cuidados continuados integrados, constituído pelas unidades de saúde familiar, ou, enquanto estas não existirem, pelo próprio centro de saúde, pelos serviços locais de segurança social, pelas autarquias locais e por outros serviços públicos, sociais e privados de apoio comunitário que a ele queiram aderir;
- «Domicílio» a residência particular, o estabelecimento ou a instituição onde habitualmente reside a pessoa em situação de dependência.

O objetivo geral da rede nacional de cuidados continuados integrados é a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, sendo os seus objetivos específicos:

- A melhoria das condições de vida e de bem-estar das pessoas em situação de dependência, através da prestação de cuidados continuados de saúde e ou de apoio social;
- A manutenção das pessoas com perda de funcionalidade ou em risco de a perder, no domicílio, sempre que mediante o apoio

- domiciliário possam ser garantidos os cuidados terapêuticos e o apoio social necessários à provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida:
- O apoio, o acompanhamento e o internamento tecnicamente adequados à respetiva situação;
- A melhoria contínua da qualidade na prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social;
- O apoio aos familiares ou prestadores informais, na respetiva qualificação e na prestação dos cuidados;
- f) A articulação e coordenação em rede dos cuidados em diferentes servicos, setores e níveis de diferenciação;
- g) A prevenção de lacunas em serviços e equipamentos, pela progressiva cobertura a nível nacional, das necessidades das pessoas em situação de dependência em matéria de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos.

Os cuidados continuados integrados, incluídos no Serviço Nacional de Saúde e no sistema de segurança social, assentam nos paradigmas da recuperação global e da manutenção, entendidos como o processo ativo e contínuo, por período que se prolonga para além do necessário para tratamento da fase aguda da doença ou da intervenção preventiva, e compreendem:

- a) A reabilitação, a readaptação e a reintegração social;
- A provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irrecuperáveis.

A prestação de cuidados paliativos centra-se no alívio do sofrimento das pessoas, na provisão de conforto e qualidade de vida e no apoio às famílias,

segundo os níveis de diferenciação consignados no Programa Nacional de Cuidados Paliativos, do Plano Nacional de Saúde.

A prestação de cuidados continuados integrados é assegurada por unidades de internamento, unidades de ambulatório, equipas hospitalares e equipas domiciliárias.

Constituem unidades de internamento as:

- . Unidades de convalescença;
- . Unidades de média duração e reabilitação;
- . Unidades de longa duração e manutenção;
- . Unidades de cuidados paliativos.

Constitui unidade de ambulatório a unidade de dia e de promoção da autonomia.

São equipas hospitalares as:

- Equipas de gestão de altas;
- . Equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos.

São equipas domiciliárias as:

- . Equipas de cuidados continuados integrados;
- Equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos.

A prestação de cuidados continuados integrados no concelho de Cantanhede é assegurada pela Unidade de Convalescença e pela Unidade de Cuidados Paliativos, a funcionar no Hospital Arcebispo João Crisóstomo.

O Hospital Arcebispo João Crisóstomo foi integrado nas experiências piloto da rede nacional de cuidados continuados integrados através do Despacho n.º 1408 de 20 de Dezembro de 2007.

São objetivos da instituição:

- Garantir a satisfação dos utentes, de acordo com padrões de qualidade e a preços competitivos;
- · Garantir a eficiente utilização da capacidade instalada;
- Elaborar planos anuais e plurianuais e celebrar contratosprograma com a ARSC;
- Prestar cuidados de saúde, no seu nível de diferenciação, em regime de Internamento, Consulta Externa e Ambulatório;
- Garantir a qualidade dos cuidados de saúde com humanidade e respeito pelo princípio da dignidade humana;
- Promover a equidade no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde;
- Melhorar e diversificar a prestação dos cuidados de saúde;
- Desenvolver uma política de formação dos seus colaboradores, tendo em vista o respetivo aperfeiçoamento profissional;
- Assegurar o cumprimento dos objetivos e metas quantificados e assumidos através dos contratos e plano de atividades, no sentido de assegurar a concretização das metas estabelecidas pela tutela e o sucesso da instituição, enquanto estabelecimento público de saúde.

A área de influência do Hospital Arcebispo João Crisóstomo estende-se além do concelho de Cantanhede, respondendo também aos concelhos de Mira e Montemor-o-Velho, em particular à freguesia de Arazede, bem como a algumas freguesias dos concelhos de Anadia. Mealhada e Vagos.

3.1. Unidade de Convalescença

A unidade de convalescença é uma unidade de internamento, independente, integrada num hospital de agudos ou noutra instituição, se articulada com um hospital de agudos, para prestar tratamento e supervisão clínica, continuada e intensiva, e para cuidados clínicos de reabilitação, na sequência de internamento hospitalar originado por situação clínica aguda, recorrência ou descompensação de processo crónico.

Tem por finalidade a estabilização clínica e funcional, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessita de cuidados hospitalares de agudos.

Destina-se a internamentos com previsibilidade até 30 dias consecutivos por cada admissão e pode coexistir simultaneamente com a unidade de média duração e reabilitação.

3.1.1. Caracterização geral

O concelho de Cantanhede dispõe de uma Unidade de Convalescença que funciona no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, a qual se encontra vocacionada para o apoio ao grupo-alvo Doentes Crónicos e Pessoas em Situação de Dependência.

Será também de referir que esta unidade disponibiliza um total de 30 camas, sendo que a sua frequência, no decorrer do ano de 2009, é de 294 clientes.³⁸

3.1.2. Caracterização dos clientes

A Unidade de Convalescença integra indivíduos de diferentes faixas etárias, mas sobretudo clientes com idades compreendidas entre os 80 e os 84 anos e com idades superiores a 85 anos (Figura 154).

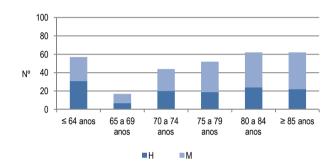


Figura 154 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da Unidade de Convalescença.

De referir, ainda, a predominância de indivíduos do sexo feminino (171) em detrimento dos clientes do sexo masculino (123), com exceção dos indivíduos com idades inferiores a 64 anos, nas quais é possível observar um maior número de clientes do sexo masculino.

3.1.3. Fontes de financiamento

A Unidade de Convalescença tem como principal fonte de financiamento as receitas próprias provenientes das mensalidades pagas pelos clientes (Quadro 136).

³⁸ A frequência corresponde ao ano de 2009, nomeadamente entre Janeiro e Novembro.

Quadro 136 - Fontes de financiamento da Unidade de Convalescença.

Fontes de Fir	Número de Respostas Sociais	
	Receitas Próprias	1
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação	
	Outras Fontes	1

3.2. Unidade de Cuidados Paliativos

A unidade de cuidados paliativos é uma unidade de internamento, com espaço físico próprio, preferentemente localizada num hospital, para acompanhamento, tratamento e supervisão clínica a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento, decorrentes de doença severa e ou avançada, incurável e progressiva, nos termos do consignado no Programa Nacional de Cuidados Paliativos do Plano Nacional de Saúde.

Pode diferenciar-se segundo as diferentes patologias dos doentes internados.

3.2.1. Caracterização geral

A Unidade de Cuidados Paliativos integra o mesmo complexo da Unidade de Convalescença analisada anteriormente, pelo que ambas se localizam na no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo (freguesia de Cantanhede).

Esta resposta disponibiliza um total de 14 camas, sendo de referir que no ano de 2009 apresenta uma frequência de 115 clientes.³⁹ De referir, ainda, a inexistência de indivíduos em lista de espera.

3.2.2. Caracterização dos clientes

A Unidade de Cuidados Paliativos possui indivíduos de diferentes faixas etárias, mas sobretudo clientes com idades inferiores a 64 anos e com idades compreendidas entre os 75 e os 79 anos (Figura 155).

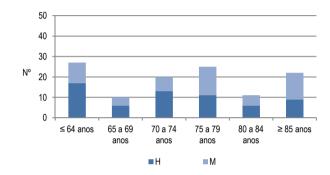


Figura 155 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da Unidade de Cuidados Paliativos.

De referir, ainda, a predominância de indivíduos do sexo masculino (62) em detrimento dos clientes do sexo feminino (53), com exceção dos indivíduos com idades compreendidas entre os 75 e os 79 anos e com idades superiores a 85 anos, nas quais é possível observar um maior número de clientes do sexo feminino.

 $^{^{\}rm 39}$ A frequência corresponde ao ano de 2009, nomeadamente entre Janeiro e Novembro.

3.2.3. Fontes de financiamento

A Unidade de Cuidados Paliativos tem como principal fonte de financiamento as receitas próprias provenientes das mensalidades pagas pelos clientes (Quadro 137).

Quadro 137 - Fontes de financiamento da Unidade de Cuidados Paliativos.

Fontes de Fi	Número de Respostas Sociais	
	Receitas Próprias	1
Fontes de Financiamento	Acordos de Cooperação	
	Outras Fontes	1

F. Síntese Diagnóstica

Os mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social do concelho de Cantanhede devem ser analisados no contexto dos diferentes fatores intervenientes no processo, quer sejam de ordem natural ou humana.

Do ponto de vista geomorfológico, este concelho apresenta uma forte componente aplanada, de baixa altitude, característica deste vasto setor de Portugal Central, que resulta, essencialmente, da ação do mar desde o Pliocénico, cujos vestígios se podem encontrar em amplas áreas, especialmente, no setor ocidental.

A análise dos principais aspetos físicos é fundamental, na medida em que da variação da altitude ou do clima dependem um conjunto de fenómenos hidrometeorológicos, que se apresentam como decisivos quer no uso do solo, quer na distribuição do povoamento.

Por outro lado, o concelho de Cantanhede apresenta um posicionamento geoestratégico privilegiado, entre as áreas urbanas de Aveiro a Norte e Coimbra e Figueira da Foz a Sul, sendo que as acessibilidades ao concelho assumem-se como um dos principais fatores potenciadores do desenvolvimento, observando-se que o crescimento dos aglomerados urbanos tem ocorrido ao longo dos principais eixos viários.

Tal como referido anteriormente, o concelho de Cantanhede apresenta uma população residente de 37910 habitantes (dados de 2001) assumindo-se como o terceiro concelho mais populoso da Sub-região do Baixo Mondego.

Uma análise mais pormenorizada permite distinguir grupos de freguesias que apresentam dinâmicas demográficas semelhantes. Assim, a freguesia sede de concelho assume-se como a mais populosa, distinguindo-se, claramente, dos restantes setores do território concelhio, já que representa 18,6% da população residente em 2001 (7066 habitantes). As freguesias da

Tocha, Febres e Cadima, contíguas à freguesia de Cantanhede, constituem um segundo grupo que, em 2001, representa cerca de 27,6% dos residentes num total de 10826 habitantes (4016, 3594 e 3216 residentes, respetivamente. Por outro lado, as freguesias de Ançã, Covões e Sanguinheira integram um terceiro grupo apresentando pesos populacionais de 6,8%, 6,5% e 5,7%, a que correspondem 2579, 24687 e 2158 indivíduos, respetivamente.

Em termos globais, na última década do século XX regista-se um decréscimo da população em todas as freguesias com exceção de Camarneira, Febres, Cantanhede, Ançã, Vilamar, Portunhos, Corticeiro de Cima, Cordinhã, Pocariça e São Caetano, que registam acréscimos populacionais.

As tendências de futuro traduzem-se numa redução generalizada dos quantitativos populacionais em todas as freguesias que integram este território concelhio, com exceção da freguesia de Corticeiro de Cima, que poderá registar ligeiros acréscimos da população residente no horizonte temporal de 2021.

A análise das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e das respostas sociais no concelho de Cantanhede indica a prevalência da rede solidária - entidades públicas e privadas sem fins lucrativos - sobre a rede privada - entidades privadas com fins lucrativos. A rede privada encontra-se presente apenas na freguesia da Tocha e corresponde a um Lar de Idosos, constituindo a rede solidária a única resposta nas restantes freguesias do concelho.

Por outro lado, verifica-se que são as respostas da responsabilidade das entidades privadas sem fins lucrativos que apresentam a capacidade mais

elevada, nomeadamente no grupo-alvo Crianças e Jovens. No entanto, é de salientar que na totalidade do concelho se verifica que as respostas sociais têm uma capacidade superior ao número de clientes que as frequentam.

A freguesia de Cantanhede destaca-se por apresentar o maior número de equipamentos sociais, seguida das freguesias da Tocha, Febres e Ançã, enquanto que com apenas um equipamento serão de referir as freguesias de Cadima, Covões, Sanguinheira e Sepins. A freguesia de Outil é a única que não disponibiliza qualquer equipamento.

Em termos globais, os equipamentos sociais são dirigidos a três populações-alvo, nomeadamente Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade, destacando-se claramente a primeira (Quadro 138).

Na Infância Juventude as respostas dirigem-se para os grupo-alvo Crianças e Jovens e Crianças e Jovens em Situação de Perigo, enquanto que na População Adulta as respostas encontram-se vocacionadas para Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência. Finalmente, na população-alvo Família e Comunidade as respostas são dirigidas ao grupo-alvo Família e Comunidade em Geral, através de um Centro de Férias e Lazer.

Ao nível das respostas para Crianças e Jovens verifica-se que existe uma distribuição uniforme pelas diversas freguesias que integram este território concelhio, sendo que se observa uma predominância das respostas de Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres. Em relação à capacidade, verifica-se que, uma vez mais, são os Estabelecimentos de Educação Pré-escolar que apresentam os valores

mais significativos, sendo também de realçar que a sua taxa de utilização é de 79,35%. Dos 972 clientes desta resposta apenas 517 possuem acordo com a Segurança Social, sendo também nesta resposta que a diferença entre clientes e clientes com acordo é maior, na medida em que nos equipamentos da rede pública este conceito não se aplica.

No que respeita ao grupo-alvo Pessoas Idosas a análise revela uma predominância das respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos, enquanto que o Centro de Convívio e Centro de Noite se encontram representados apenas por uma resposta. Assim, e tal como seria expectável, são também as respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos que apresentam uma capacidade mais elevada, sendo que a taxa de utilização, embora díspar, é bastante elevada, com especial relevância para as respostas sociais de Lar de Idosos (98,25%) e Serviço de Apoio Domiciliário (93,26%). Por outro Iado, é também neste grupo-alvo, e mais especificamente na reposta de Lar de Idosos que se observa o maior número de indivíduos em lista de espera, designadamente 394 idosos.

Relativamente às Pessoas Adultas com Deficiência verifica-se que existem duas respostas, designadamente CAO e Lar Residencial. Deste modo, enquanto que a primeira apresenta uma taxa de utilização de 68%, na medida em que é frequentada por 34 clientes mas apresenta capacidade para 50, a resposta de Lar Residencial funciona no limite da sua capacidade máxima com uma taxa de utilização de 90,91%.

Quadro 138 - Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.

			Númer		ero de Uten	tes	Lotação do	Taxa de	Lista de				
População-Alvo		Resposta Social	Número de Equipamentos		Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo	Acordo	Utilização	Espera	Área de I	nfluência
			Sociais	Sociais	N°	N°	Nº	Nº	N°	%	Nº	Concelho	Extra- concelho
		Creche		14	580	549	477	72	529	94,66	41	428	121
Infância e	Crianças e Jovens	JI		28	1225	972	517	3	552	79,35	13	866	106
Juventude		ATL		19	814	711	616	95	654	87,35	80	655	56
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Lar de Infância e Juventude		1	35	34	34	0	35	97,14	0	11	23	
		SAD	_	19	460	429	351	78	405	93,26	32	401	28
		Centro de Convívio		1	15	11	10	1	15	73,33	0	11	0
	Pessoas Idosas	Centro de Dia	47	16	426	303	295	8	387	71,13	0	295	8
População Adulta		Centro de Noite		1	12	9	9	0	10	75	0	9	0
Auuita		Lar de Idosos		11	456	448	352	68	368	98,25	394	369	79
	Pessoas Adultas com	CAO		1	50	34	30	4	30	68	17	13	21
Deficiência	Deficiência	Lar Residencial		1	22	20	20	0	20	90,91	57	11	9
Família e omunidade	Família e Comunidade em Geral	Centro de Férias e Lazer	_	1	-	390	0	0	0	-	0	-	-
	Total		47	113	4095	3910	2711	329	3005	95,48	634	3069	451

Finalmente, no que diz respeito à Família e Comunidade em Geral, e tal como foi referido anteriormente, este concelho disponibiliza uma resposta de Centro de Férias e Lazer que apresenta uma frequência média mensal de 390 clientes. Por outro lado, em virtude das suas características específicas não é possível estabelecer a capacidade máxima desta resposta que, de igual modo, não apresenta qualquer tipo de acordo com a Segurança Social.

Em resumo, na análise do concelho de Cantanhede é possível observar que é a freguesia de Cantanhede que apresenta o maior número de equipamentos sociais, bem como de respostas, destacando-se, de igual modo, a freguesia da Tocha, na qual se encontram localizadas as respostas vocacionadas para a População Adulta com Deficiência. Por outro lado, apenas a freguesia de Outil não apresenta qualquer equipamento social, sendo que os seus habitantes se encontram distribuídos pelos diversos equipamentos das restantes freguesias que integram este território concelhio.

No concelho de Cantanhede verifica-se, de igual modo, a existência de prestações pecuniárias, que se materializam na atribuição do RSI, do CSI e do Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores, e de prestações em espécie, através do PCAAC.

Relativamente às outras políticas, programas e medidas existentes no concelho de Cantanhede salientam-se a EMDECSC e o Projeto "CELMM": "Mergulhar: o perigo pode estar além do visível", destinados a Crianças e Jovens, o CRI e o PIIP, vocacionados para Crianças e Jovens com Deficiência, a Operação Censos Sénior para Pessoas Idosas e as Ajudas

Técnicas e a Formação Profissional para Pessoas Adultas com Deficiência. No que diz respeito à Família e Comunidade destacam-se também uma série de outras iniciativas, designadamente a AEC, o Banco de Voluntariado de Cantanhede, o Banco de Recursos "Colmeia", o CNO ESC, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a Habitação (PROHABITA, Projetos Gratuitos e SOLARH), a Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Cantanhede, os Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem e os Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica.

No âmbito do apoio a crianças e jovens do concelho de Cantanhede é de referir a CPCJ, cujo papel é determinante na implementação de medidas preventivas e/ou institucionalização direcionadas a Crianças e Jovens em Situação de Perigo. De salientar, ainda, a intervenção da EMAT no concelho de Cantanhede.

Ao nível dos mecanismos de intervenção integrada são de salientar o CMRRC - Rovisco Pais, o CRI de Coimbra, que embora se localize nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, responde ao território concelhio de Cantanhede, e as Unidades de Convalescença e de Cuidados Paliativos, no Hospital Arcebispo João Crisóstomo.

As debilidades e potencialidades do concelho de Cantanhede, assim como os pontos fracos e fortes da rede social podem ser observados no quadro SWOT (Quadro 139).

Quadro 139 - Análise SWOT.

Popul	lação-Alvo	Respostas sociais	Número	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Potencialidades
		Creche	14	A área de influência das respostas sociais de Creche, JI e ATL estende-se aos concelhos vizinhos.	Existem oito freguesias que não disponibilizam a resposta social de Creche. As freguesias de Cadima, Camarneira, Covões e Outil não possuem a resposta social de Jl. As freguesias de Bolho, Outil, Pocariça,	A resposta social de Creche das freguesias de Ançã, Cadima, Camarneira, Febres e Tocha está no limite da sua capacidade. A resposta social de Creche da freguesia de Corticeiro de Cima ultrapassa o limite máximo da sua capacidade.	A resposta social de Creche das freguesias de Covões, Murtede, São Caetano e Vilamar ainda tem alguma capacidade por preencher.
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	28	Das 19 freguesias do concelho, 15 possuem a resposta social de Jl. Das 19 freguesias do concelho, 13 possuem a resposta social de ATL. As freguesias com um número mais elevado de nados-vivos são Cantanhede, Febres e Tocha.	As freguesias de Outil não apresenta qualquer resposta social de ATL. A freguesia de Outil não apresenta qualquer resposta social destinada ao grupo-alvo Crianças e Jovens. As freguesias de Bolho, Pocariça, Sanguinheira e Sepins possuem apenas uma resposta social destinada ao grupo-alvo Crianças e Jovens.	A resposta socialde de JI da rede pública das freguesias de Ançã, Cantanhede, Cordinhã, Pocariça e Tocha está no limite da sua capacidade. A resposta social de JI da rede particular sem fins lucrativos das freguesias de Cantanhede, Corticeiro de Cima, Febres e Tocha está no limite da sua capacidade. A resposta social de ATL das freguesias de	A resposta social de Creche da rede pública sem fins lucrativos das freguesias de Bolho, Corticeiro de Cima, Portunhos e Sepins apresenta uma taxa de utilização inferior a 50%. A resposta social de Creche da rede particular sem fins lucrativos da freguesia de Covões apresenta uma taxa de utilização
		Centro de Atividades de Tempos Livres	19	As freguesias com taxas de natalidade mais elevadas são Cantanhede, Ourentã, Ançã, Febres e Vilamar.	As freguesias com um número mais reduzido de nados-vivos são Camameira, Outil e São Caetano. As freguesias com taxas de natalidade mais reduzidas são Bolho, Camarneira, Murtede e São Caetano.	Ançã, Cadima, Corticeiro de Cima, Febres, Ourentã e Tocha está no limite da sua capacidade ou já o ultrapassou. Em função da nova política educativa, a resposta social de ATL poderá desaparecer ou necessitar de alterar a sua lógica de funcionamento.	inferior a 50%. A resposta social de ATL das freguesias de Cordinhã e Portunhos apresenta uma taxa de utilização inferior a 50%.
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Lar de Infância e Juventude	1	A área de influência desta resposta socialestende-se aos concelhos vizinhos.	Concentração espacial da resposta socialna freguesia sede.	A resposta socialestá no limite da sua capacidade.	-

(continua)

(continuação)

População-Alvo	Respostas sociais	Número	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Potencialidades
	Serviço de Apoio Dom	19		As freguesias de Bolho, Sepins e São Caetano apresentam as tax as de mortalidade mais elevadas. Das 19 freguesias que integram o concelho de	A resposta social de SAD das freguesias de Ançã, Bolho, Cadima, Cordinhã, Corticeiro	
				Cantanhede sete não disponibilizam a resposta social de Centro de Dia.	de Cima e Febres está no limite da sua capacidade ou já o ultrapassou.	
População Pessoas Idosas Adulta	Centro de Convívio	Das concelh	Das 19 freguesias do concelho constate-se que 16 disponibilizam a resposta	A resposta social de Centro de Convívio apenas é disponibilizada pelas freguesias de Pocariça e	A taxa de utilização da resposta social de Centro de Convívio é elevada (73,3%).	A resposta social de SAD freguesias de Camarneir Covões, Pocariça e Vilan ainda tem alguma capacid
	Centro de Dia	15	social de SAD. A área de influência das respostas socias de SAD, Centro de Dia e Lar de Idosos estende-se aos concelhos vizinhos.	Tocha, enquanto que a únici- resposta social de Centro de Noite se encontra localizada na freguesia de Vilamar. Das 19 freguesias que	A resposta social de Centro de Dia das freguesias de Ançã, Cordinhã, Murtede e Ourentã está no limite da sua capacidade ou já o ultrapassou.	por preencher. A resposta social de Cende Dia das freguesias d Covões, Portunhos, Toch Vilamar apresenta uma ta de utilização igual ou inferi
				integram o concelho de Cantanhede dez não disponibilizam a resposta social de Lar de Idosos.	A taxa de utilização da resposta social de Centro de Noite é elevada (75%).	50%.
	Centro de Noite	1		O sector constituído pelas freguesias de Cadima, Sanguinheira e São Caetano e o sector que integra as	Todas as respostas sociais de Lar de Idosos do concelho de Cantanhede estão no limite da sua capacidade ou já o	
	Lar de Idosos	11		freguesias de Bolho, Ourentă, Pocariça e Sepins encontram- se desprovidos de qualquer equipamento social de Lar de ldosos, sendo por isso preferenciais para a sua instalação.	ultrapassaram, apresentando uma lista de espera bastante elev ada.	

(continua)

(continuação)

Popula	ıção-Alvo	Respostas sociais	Número	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Potencialidades
População	Pessoas Adultas com	Centro de Actividades Ocupacionais	1	A área de influência da resposta social de CAO estende-se aos concelhos vizinhos.	-	A capacidade da resposta social de CAO está no seu limite.	-
Adulta	Deficiência	Lar Residencial	1	A área de influência da resposta social de Lar Residencial estende-se aos concelhos vizinhos.	-	-	Esta resposta social ainda tem alguma capacidade por preencher.
Família e Comunidade	Família e Comunidade em Geral	Centro de Férias e Lazer	1	-	A resposta social de Centro de Férias e Lazer é a única destinada à população-alvo Família e Comunidade.	-	-

Parte III | Plano de Desenvolvimento Social

As transformações observadas a nível mundial no decorrer da década de 70, nomeadamente no que se refere a valores pessoais, sociais e culturais e a aspetos laborais, tiveram repercussões significativas na evolução que a área social tem demonstrado. Se até este momento a área social era restrita e deveras simplificada, após este período a área social sofreu uma grande modificação, alargando-se e tornando-se cada vez mais complexa, de acordo com as necessidades manifestadas pela população.

É hoje um dado inquestionável que a ação social tem um papel preponderante e imprescindível a desempenhar numa sociedade cuja evolução deu origem não só a novas necessidades, mas também a novos modos de vida, vendo-se, assim, confrontada com uma crescente procura de novas respostas sociais de apoio aos indivíduos carenciados e suas respetivas famílias.

Portugal não foi alheio a todo este conjunto de transformações, apesar de apresentar algumas dificuldades de cariz organizacional, nomeadamente no que respeita ao adequar da oferta à procura, à luta contra a exclusão social e o isolamento e à inserção social de pessoas carenciadas e minorias étnicas.

Neste contexto de desenvolvimento socioeconómico, a Carta Social surge, assim, como resposta à necessidade de criar uma verdadeira política sustentável de ação social, apontando medidas e iniciativas concretas para os desafios crescentes da área social, designadamente no que se refere ao relacionamento entre as entidades das redes solidária e privada.

A Carta Social do Município de Cantanhede pretende fazer do seu território um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

A plena concretização desta ambição só é possível com a concretização de três grandes objetivos, designadamente:

- Elevar os níveis de resposta da rede de serviços e equipamentos sociais Melhorar a oferta da rede de serviços e equipamentos sociais através da identificação nas respostas sociais de fragilidades e/ou carências atuais ou previstas, quer em função da provável evolução das diferentes populações e grupos-alvo, quer em função das crescentes necessidades da população, resultado da evolução do próprio conceito de família e da emergência de novos grupos sociais carenciados, que advêm da alteração dos padrões de vida. Este incremento traduz-se em diferentes estratégias de atuação, entre as quais se destacam a beneficiação e/ou adaptação das soluções existentes e/ou a criação de respostas sociais inexistentes;
- Qualificar as respostas sociais Aumentar a qualidade do serviço prestado ao utente através da melhoria das condições humanas, materiais e operacionais da rede de serviços e equipamentos sociais;
- Melhorar a distribuição espacial da rede de serviços e equipamentos sociais - Criar uma rede de serviços e equipamentos sociais corretamente estruturada em que as

respostas sociais se organizem espacialmente de acordo com os critérios locativos definidos. Este ordenamento tem como princípio base a redução das assimetrias territoriais e o adaptar da oferta à procura.

Para o cumprimento da finalidade a que se propõe a Carta Social do Município de Cantanhede é fundamental a elaboração do PDS, que corresponde à segunda etapa deste projeto, só possível após a concretização de um conjunto de passos metodológicos que têm início com o levantamento de campo e culminam na realização do Diagnóstico Social.

Para que as propostas apresentadas sejam efetivas é essencial a recolha da informação junto dos agentes intervenientes no sistema social e a realização de um diagnóstico social globalizante, que caracterize não só os mecanismos de ação social de combate à pobreza e à exclusão social, mas que avalie também a sua relação com as diferentes dinâmicas do território. Só a consideração de variáveis físicas, demográficas e socioeconómicas vai permitir a identificação da verdadeira dimensão das carências e problemáticas sociais existentes.

O PDS é um instrumento de planeamento da Rede Social, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010, se determinam os eixos de intervenção e os objetivos estratégicos e específicos para um horizonte temporal de 3 anos.

A definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção é realizada pelo CLAS com base no Diagnóstico Social.

O PDS assume-se, assim, como um documento estruturante, participado e prospetivo que é acordado como matriz orientadora para a dinamização e articulação das políticas sociais e das medidas concretas de um município.

Trata-se de um instrumento autorregulável, que resulta da coautoria das diversas instâncias e protagonistas das orientações estratégicas e das práticas e iniciativas no campo das respostas aos problemas sociais, que implica processos dinâmicos de monitorização, funcionamento e avaliação e, sobretudo, que assegura a partilha do compromisso e da responsabilidade social, por via de parcerias múltiplas.

Enquanto elemento essencial do processo de planeamento estratégico, o PDS é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos que visa a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

A elaboração do PDS seguiu uma metodologia participativa, tentandose que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração.

A base de trabalho para a sua elaboração foi o Diagnóstico Social, que tem como suporte a realidade do município e mais concretamente as carências e problemáticas sociais existentes.

Deste modo, tentou-se não seguir a lógica de definir as prioridades de intervenção para o território municipal a partir dos programas nacionais, mas sim que a linha orientadora do desenvolvimento local fosse um

diagnóstico participado por todos os atores que se encontram a trabalhar no terreno.

A elaboração do PDS obedece, naturalmente, a parâmetros orientadores, que se subdividem em princípios base, critérios locativos e tipos de intervenção (Figura 156).

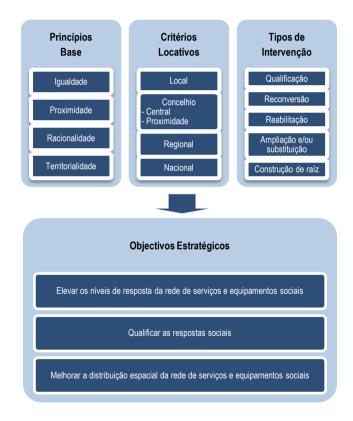


Figura 156 - Parâmetros orientadores da programação da rede de serviços e equipamentos sociais.

A definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção baseia-se em quatro princípios base:

- Igualdade Garantir a igualdade de oportunidade no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- Proximidade Assegurar a proximidade dos utentes aos equipamentos sociais;
- Racionalidade Permitir a maximização dos resultados e a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- Territorialidade Contribuir para a estruturação do território.

O modelo territorial que define a área de intervenção de cada resposta social encontra-se estruturado em quatro critérios locativos, cada um correspondente a um nível de atuação:

- Local A localização dos serviços e equipamentos sociais depende da proximidade ao grupo-alvo, correspondendo essencialmente a respostas sociais para os grupos-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas, que se pretendem universais e difundidas por todo o território municipal;
- **Municipal** Este nível de atuação subdivide-se em dois subníveis:
 - Central Serviços e equipamentos sociais dirigidos para grupos-alvo com um padrão de distribuição espacial difuso, necessitando, assim, de uma localização acessível;

- Proximidade Serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo específicos com um padrão de distribuição espacial pontual e concentrado num determinado local, justificando-se, assim, que seja aí localizado, principalmente considerando o facto de se dirigir, maioritariamente, a população com carências económicas e dificuldades de mobilidade.
- Regional Serviços e equipamentos sociais geridos pela Administração Central de nível regional e com um grau de especificidade elevado;
- Nacional Serviços e equipamentos sociais geridos pela Administração Central de nível nacional e com um grau de especificidade muito elevado.

A concretização efetiva das respostas sociais assenta em diferentes tipos de intervenção, sendo que qualquer que seja a opção, esta encontra-se, naturalmente, sujeita a critérios técnicos e legais. As ações a realizar podem ser tanto ao nível das características dos recursos humanos, como ao nível das características dos recursos materiais e podem ser de cinco tipos:

• Qualificação - Pode ser entendida segundo a componente dos recursos humanos ou segundo a vertente dos recursos materiais. No que respeita aos recursos humanos, remete para a questão da quantidade e qualidade. A primeira é regulamentada por critérios técnicos e legais, nem sempre cumpridos, frequentemente por razões económicas, enquanto a segunda pressupõe a valorização do pessoal afeto, com a finalidade de reforçar a sua competência e

- eficácia. Relativamente aos recursos materiais, remete para a melhoria das condições de operacionalidade dos equipamentos sociais, tendo como objetivo aumentar o conforto, a salubridade, a funcionalidade, a segurança e a acessibilidade das construções, assim como a autonomia energética e qualidade ambiental;
- Reconversão Aplica-se a equipamentos sociais onde passam a funcionar respostas diferentes daquelas para as quais foram inicialmente construídos;
- Reabilitação Dirige-se a equipamentos sociais que apresentam problemas de conservação, atendendo a que muitos funcionam em instalações antigas e demonstram necessidades de obras de manutencão;
- Ampliação e/ou substituição Direciona-se a equipamentos sociais que não apresentam as condições operacionais necessárias para o exercício das suas funções. Estas condições operacionais podem corresponder a limitações físicas das instalações, como a degradação, a dimensão e a coabitação de respostas sociais diferentes, ou a limitações materiais, muitas vezes relacionadas com questões financeiras das entidades gestoras;
- Construção de raíz Relaciona-se com a construção de equipamentos sociais para respostas já existentes ou para a criação de novas respostas sociais.

As intervenções a realizar devem ainda considerar um outro conjunto de fatores, tais como:

A taxa de cobertura das respostas sociais;

- A identificação de grupos sociais com resposta nula, insuficiente ou excedentária:
- O nível de atuação das respostas sociais;
- A existência de uma elevada taxa de natalidade;
- A existência de um índice de envelhecimento elevado:
- A existência de um elevado índice de mão-de-obra feminina;
- A presença de idosos que não disponham de apoio familiar e revelem carências afetivas e económicas;
- A proximidade a estabelecimentos de ensino;
- A tendência para a atração de população jovem;
- A disponibilidade de pessoal técnico com formação adequada;
- A proximidade a serviços de apoio na área da saúde, do social e da educação;
- O acesso a infraestruturas de saneamento básico e a redes de energia elétrica, água e telefone;
- A contiguidade a redes de acessibilidades e de transportes;
- A localização em zonas habitacionais, excetuando o caso de algumas respostas sociais específicas;
- O afastamento de áreas poluídas, ruidosas, insalubres ou outras que, pela sua natureza, possam pôr em causa a integridade física ou psíquica dos utentes.
- Para além dos parâmetros orientadores, a elaboração do PDS não pode também deixar de considerar os serviços e equipamentos sociais que encerraram ou que entraram em funcionamento após o levantamento de campo ou que se

encontram previstos (Quadro 140, Quadro 141 e Quadro 142).

Só com base na consideração destas duas variáveis e da sua integração aquando da definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção se torna possível elaborar o PDS.

O PDS tem como objetivo final a melhoria da qualidade de vida e bemestar dos utentes, especialmente dos mais carenciados e vulneráveis, através da criação de respostas sociais adaptadas às suas reais necessidades.

Não foram integrados no PDS problemas cuja resolução seja de difícil concretização ou que saiam demasiado fora do âmbito da Rede Social.

Pretendeu-se, assim, efetuar um PDS prático, útil e realista, que fosse de encontro aos interesses de todos os parceiros envolvidos (Quadro 143).

Quadro 140 - Serviços e equipamentos sociais que encerraram após o levantamento de campo.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	
Cantanhede	Associação de Solidariedade Social da Sociedade Columbófila Cantanhedense	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Clube de Tempos Livres da Sociedade Columbófila Cantanhedense	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	
	Associação Sócio-cultural Pró-Lemede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Associação Sócio-cultural Pró-Lemede	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	
Cordinhã	Centro Social Paroquial da Cordinhã	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial da Cordinhã	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	
Ourentã	Centro Social Polivalente de Ourentã	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente de Ourentã	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	
Portunhos	Fundação Ferreira Freire	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Fundação Ferreira Freire	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	
Tocha	Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	APPACDM - Quinta da Fonte Quente- Turismo Social	Centro de Férias e Lazer	Família e Comunidade em Geral	
Vilamar	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Centro de Noite	Pessoas Idosas	

Quadro 141 - Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social		Resposta Social		Grupo-Alvo	Início de Funcionamento	Capacidade	
			Designação	Intervenção	Designação	Intervenção	отиро-літо		Actual	Prevista
Cantanhede	Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Creche PARES	Criação	Creche	Criação	Crianças e Jovens	Novembro de 2010	-	52 utentes
			Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede - Lar de Infância Maria Cordeiro	Aumento da capacidade através da reconversão do edifício de Centro de Noite	Lar de Idosos	Conversão	Pessoas Idosas	Abril de 2011	57 utentes	69 utentes
			Apartamento	Arrendamento	Apartamento de semi-autonomia	Criação	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Agosto de 2010	-	4 utentes
Ourentã	Centro Social Polivalente de Ourentã	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente de Ourentã	Ampliação do edifício existente	Creche	Criação	Crianças e Jovens	Novembro de 2010	-	33 utentes
Tocha	Associação de Desenvolvimento, Progresso e Vida da Tocha	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Residência Assistida	Construção de raíz	Residência Assistida	Criação	Pessoas Idosas	Março de 2007	-	1 casal
	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Quinta da Fonte Quente	Reabilitação de um edifício	Unidade de Convalescença	Criação	Pessoas em Situação de Dependência	Maio de 2011	-	30 utentes
Vilamar	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Reconversão do edifício de Centro de Noite	Lar de Idosos	Criação	Pessoas Idosas	Agosto de 2008	-	12 utentes

Quadro 142 - Serviços e equipamentos sociais previstos.

Quadro 142 - Serviços e equipamentos sociais previstos. Equipamento Social Resposta social Capacidade									
Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Designação	Intervenção	Designação	Intervenção	Grupo-Alvo	Actual	Prevista
Bolho	Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Reaqualificação do edifício da EB1 Bolho	Serviço de Apoio Domiciliário	Manutenção	Pessoas Idosas	20 utentes	20 utentes
					Centro de Dia	Criação	Pessoas Idosas	-	30 utentes
Cadima	Centro Social Paroquial de Cadima	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de Cadima	Requalificação do espaço existente	Centro de Dia	Manutenção	Pessoas Idosas	30 utentes	30 utentes
Cantanhede	Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbófila Cantanhedense	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental de Cantanhede	Aproveitamento de edifícios existentes	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Criação	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	-	60 famílias (240 pessoas)
	Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede	Construção de raíz de um edifício	Unidade de Longa Duração e Manutenção	Criação	Pessoas em Situação de Dependência	-	30 utentes
Covões	Centro Cívico Polivalente "O Emigrante"	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	-	Construção de raíz de um edifício	Unidade de Longa Duração e Manutenção	Criação	Pessoas em Situação de Dependência	-	21 utentes
Pocariça	Associação Civica dos Amigos da Freguesia da Pocariça	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social da Pocariça	Construção de raíz de um edifício	Serviço de Apoio Domiciliário	Alargamento	Pessoas Idosas	12 utentes	40 utentes
				Construção de raíz de um edifício	Centro de Convívio	Encerramento	Pessoas Idosas	20 utentes	-
				Construção de raíz de um edifício	Centro de Dia	Criação (Reconversão do Centro de Convívio)	Pessoas Idosas	-	30 utentes
Portunhos	Fundação Ferreira Freire	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	-	Aquisição de edifício existente e remodelação	Centro de Dia	Criação	Doentes de Alzheimer	-	20 utentes
		i iii3 Luulauvus	-	Remodelação de edifício existente	Estrutura Residencial	Criação	Doentes de Alzheimer	-	15 utentes
Tocha	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Quinta da Fonte Quente	Aproveitamento de edifício existente	Unidade de Convalescença	Alargamento	Pessoas em Situação de Dependência	30 utentes	60 utentes

Quadro 143 - Plano de Desenvolvimento Social.

Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Indicadores (objetivos específicos)
Prioridade 2: Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prev enir a exclusão e internomper os ciclos de pobreza	Emprego, Formação e Qualificação	Desempregados de Longa Duração e beneficiários do Rendimento Social de Inserção	A conjuntura económica tem vindo a determinar um aumento crescente do número de Desempregados de Longa Duração e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção conduzindo a situações sociais problemáticas	Promov er a integração social e a diminuição das carências económicas dos Desempregados de Longa Duração e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Potenciar a inserção no mercado de trabalho de desempregados, nomeadamente desempregados de longa duração, aumentando a sua empregabilidade Promover o empreendedorismo enquanto resposta capaz de satisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho Prevenir o isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização dos Desempregados de Longa Duração e dos beneficiários do Rendimento Social de inserção.	Levantamento de Campo e Relatóri da Carta Social Instituto Nacional de Estatistica
		Baix a escolaridade e insuficiência de formação profissional da população em idade ativ a	A falta de formação profissional é uma problemática que afeta um grande número de pessoas	Desenvolver ações de formação e ministrar cursos destinados a população em idade ativa	Promover ações de formação e criação de cursos para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade no mercado de trabalho ou para a promoção do empreendedorismo onientado para asafstazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho	Lev antamento de Campo e Relatório da Carta Social Instituto Nacional de Estatística
		fraco enquadramento familiar desviantes Emprego, Formação e Qualificação Existência de jovens com fraco aproveitamento escolar ou com diflouídades de integração no mercado de trabalho Existência de jovens com falta de expetativas ou com diflouídades de in trabalho A exposição das pessoas com defi menor autonomia, escassez de recrendimentos, qualificações escolares e recursos pessoais e relacionais con de acesso a direitos básicos, ao me	Existência de crianças e jovens com comportamentos desviantes	Educar para a cidadania	Proporcionar a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, alertando para os seus direitos e deveres e para os diversos tipos de discriminação existente (sex o, idade, raça, orientação sexual e pessoas com deficiência)	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Guarda Nacional Republicana
			Existência de jovens com falta de motivação e baixas expetativas ou com dificuldades de integração no mercado de trabalho	Adquirir competências	Reduzir as taxas de abandono e de insucesso escolar Fomentar nos jovens a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercicio futuro de uma atividade no mercado de trabalho Promover ex periências profissionais em contexto real de trabalho que possibilitem o exercicio de funções adequadas às qualificações	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
			A exposição das pessoas com deficiência a situações de menor autonomia, escassez de recursos na famila, fracos rendimentos, qualificações escolares baixas, falta de aptidose e recursos pessoais e relacionais condiciona as oportunidades de acesso a direitos básicos, ao mercado de trabalho ou a estilos de vida considerados aceitáveis	Elevar os níveis de escolaridade e apoiar a inserção socioprofissional no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, com vista à redução da elevada tax a de desemprego Promov er a integração social e a diminuição das carências das pessoas com deficiência	Aumentar a empregabilidade das pessoas com deficiência Valorizar pessoal, social e profissionalmente as pessoas com deficiência Reduzir a discriminação das pessoas com deficiência, em especial na área das acessibilidades e da educação, formação e emprego Promover a criação de postos de trabalho através da implementação de Emprego Protegido, proposta que poderá ser planeada de forma a dar resposta a necessidades existentes no território municipal, nomeadamente o serviço de arranjos ao domicilio previsto no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social Instituto Nacional de Estatistica

(continua)

(continuação)

			(continuação)			
Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Indicadores (objetiv os específicos)
			Insuficiência de respostas sociais pera população carenciada e em situação de risco, em especial as pessoas idosas, as pessoas em situação de dependência, a população isolada, as familias numerosas e os jovens	Promover a integração social e a diminuição das carências económicas da população carenciada e em situação de risco	Reduzir a pobreza e a exclusão social de indivíduos e/ou famílias	
		População carenciada e em situação de risco			Eliminar eventuais sobreposições no âmbito do atendimento/acompanhamento social de indivíduos e familias em situação de pobreza e exclusão social e potenciar os recursos do território Gerir de forma mais eficaz os recursos concelhios	Lev antamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Centrule tornia mais encaz os recursos concentros	
Prioridade 1: Combater a pobreza		Crianças e jovens em situação de	Sinalização de crianças e jovens em situação de perigo	Prevenir situações de risco social e apoiar crianças e jovens em situação de perigo e suas familias	Implementar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
das crianças e dos idosos, através de medidas que	Intervenção Familiar e Parental	perigo			Criar apartamentos de semi-autonomia e de autonomia	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
assegurem os seus direitos básicos de cidadania		*	Sinalização de pessoas vítimas de violência doméstica	Identificar pessoas v itimas de violência doméstica e promover os seus direitos e a sua proteção	Dinamizar a Rede Articulada de atendimento e encaminhamento à Vitima de Violência Doméstica	Levantamento de Campo e Relatório
Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração					Acompanhar as pessoas v limas de violência doméstica sinalizadas e dos agregados familiares problemáticos com o objetivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de maus tratos fisicos e psiquicos e, em casos extremos, a institucionalização das v ítimas	da Carta Social Guarda Nacional Republicana
das pessoas com						Levantamento de
deficiência e dos imigrantes					Campo e Relatório da Carta Social	
			Sinalização de agregados familiares com a problemática do alcoolismo ou do consumo de substâncias psicoativas	Promover a redução do consumo e da dependência do álcool e das substâncias psicoativ as e garantir o apoio psicossocial aos agregados familiares sinalizados	ntegrar nas consultas de terapia familiar e intervenção sistémica a funcionar nos Centros de Saúde e nas Extensões de Saúde	ACES Baix o Mondego III
		Pessoas com dependências aditivas				Centro de
						Respostas Integradas de
						Coimbra
						Republicana

(continua)

Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	(CONUNDAÇÃO) Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Indicadores (objetivos específicos)
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, atrav és de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania	s osos, idas os icos Intervenção Familiar e Parental s s, ação om	Pessoas idosas em situação de isolamento	Promov er a integraçã O abandono famillar e as baix as reformas são responsáveis e a diminuição das ca por um número cada vez maior de pessoas idosas em económicas das pe situação de isolamento idosas em situação isolamento		as carências as pessoas Diminuir a descriminação das pessoas idosas, nomeadamente das mais as pessoas pobres, e incentivo ao envelhecimento com dignidade usação de	
Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos		Pessoas com dificuldade no acesso e na aquisição de medicamentos	O crescente envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida, a existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crônicas e as baix as reformas são responsáveis por um aumento do número de pessoas com dificuldades no acesso e na aquisição de medicamentos	Facilitar o acesso e a aquisição de medicamentos	Criar um Banco de Medicamentos	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
genciencia è dos imigrantes		Comunidade imigrante/emigrante	hsuficiência de respostas sociais para a comunidade imigrante/emigrante	Promov er a integração social e a diminuição das carências económicas da comunidade imigrante/emigrante	Reduzir a pobreza e a exclusão social da comunidade imigrante/emigrante Aumentar o apoio à comunidade imigrante/emigrante, através do esclarecimento de todas as dividas relacionadas com a imigração/emigração, a legalização, a nacionalidade, o reagrupamento familiar, a habitação, o trabalho, a segurança social, o retomo v oluntário, a saúde, a educação e o empreendedorismo Implementar medidas e programas de combate à pobreza e à exclusão social da comunidade imigrante/emigrante	Levanlamento de Campo e Relatório da Carta Social Instituto Nacional de Estatística

Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Especificos	Indicadores (objetivos específicos)
			Em função da evolução da nossa sociedade o número de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico tem vindo a aumentar, continuando, no entanto, esta problemática social a ser esquecida no planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais	Criar respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Implementar uma resposta social de Fórum Sócio-Ocupacional que v ise a reinserção sociofamiliar e/ou profissional ou a eventual inlegração em programas de formação ou de emprego protegido das pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, preferencialmente na Freguesia de Cantanhede Criar uma Unidade de Vida Autónoma e/ou de uma Unidade de Vida Apoiada	Levantamento de Campo e Relatór da Carta Social Instituto Naciona de Estatística
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que	r a pobreza aças e dos através de das que	Insuficiência das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência	Lar Residencial encontram-se multo próx imas da sua de Centro de Atividades Atividades Ocupacion capacidade máxima, apresentando uma lista de espera de 17 Ocupacionais e Lar		Aumentar a capacidade e qualificar as respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial Criar apartamentos de semi-autonomia e de autonomia	Lev antamento de Campo e Relatóri da Carta Social Instituto Naciona de Estatística
assegurem os seus direitos básicos de cidadania con Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes	Capacitação da Comunidade e das Instituições	Insuficiência de respostas sociais para pessoas em situação de dependência	O crescente envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e a existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crónicas traduz-se num acréscimo do número de pessoas em situação de dependência que requerem grandes exigências sociais e económicas e a definição de medidas e programas específicos e adequados para assegurar a sua qualidade de vida	Assegurar a oferta para as pessoas em situação de dependência impedidas temporária ou definifiv amente de residir no seu meio familiar Garantir a permanência em casa e evitar a institucionalização das pessoas em situação de dependência	Criar duas Unidades de Longa Duração e Manutenção a localizar nas Freguesias de Cantanhede e de Covões e alargar a Unidade de Convalescença na Freguesia da Tocha Organizar uma resposta social de Apoio Domiciliário Integrado que preste um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flex iveis, abrangentes, acessiveis e articulados de apoio social e de saúde no domicilio durante 24h por dia e sete dias por semana, envolvendo uma intervenção integrada da Segurança Social e da Saúde Implementar o serviço de Telealarme, uma central de atendimento telefónico permanente que implica a instalação em casa da pessoa em situação de dependência de um telefone especial que, em caso de emergência, basta accionar um botão de alarme para a central enviar a ajuda ao domicilio O serviço de Telealarme pode ainda ser complementado com a possibilidade de associar outros números predefinidos que permitam o acesso a diferentes serviços, como o Centro Voz Amiga proposto ou o serviço de arranjos ao domicilio previsto no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado	Lev antamento d Campo e Relatór da Carta Social

			(continuação)			
Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Indicadores (objetivos específicos)
		Insuficiência da resposta social de Lar de Idosos	As respostas sociais de Lar de tdosos existentes encontram- se no límite da sua capacidade máxima ou, em muitos casos, já a ultrapassaram, apresentando uma lista de espera de 394 utentes	Alargar e/ou criar a resposta social de Lar de Idosos	Aumentar a capacidade, qualificar e criar a resposta social de Lar de Idosos em local a definir	Lev antamento de Campo e Relatório da Carta Social
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de	nbater a pobreza s crianças e dos sos, através de	Insuficiência da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	Inexistência da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário aos fins de semana em algumas instituições	Alargar a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	Aumentar a capacidade, qualificar e estender a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário para 24h e para sete dias por semana na totalidade das instituições	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania	Capacitação da	Insuficiência da resposta social de Centro de Dia	Inexistência da resposta social de Centro de Dia em algumas freguesias e diminuição da sua importância e procura	Alargar e qualificar a resposta social de Centro de Dia	Criar e qualificar a resposta social de Centro de Dia	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes	ioridade 3: Instituições rapassar as rriminações, través da gração das ssoas com ciência e dos	Degradação do parque habilacional	Elevado estado de degradação do parque habitacional da população carenciada e em situação de risco	Melhorar as condições de habitabilidade da população carenciada e em situação de risco	Manter os apoios existentes desfinados à habitação, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), os Projetos Gratultos, o Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente (SOLARH) e os Subsidios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica, na tipologia habitação – obras de melhoria/adequação habitacional Criar apoios para a recuperação das habitações da população carenciada e em situação de risco	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Implementar o Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)	
		Insuficiência de apoio às IPSS's e entidades equiparadas	Falta de meios e recursos materiais e humanos das IPSS's e entidades equiparadas	Apoiar as IPSS's e entidades equiparadas	Promover ações de formação direcionadas aos dirigentes, técnicos, administrativos e auxiliares das IPSS's e entidades equiparadas	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social

			(continuação)			
Prioridades	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Indicadores (objetivos específicos)
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadenia Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com	Informação e Acessibilidades	Existência de pessoas com mobilidade reduzida	Problemas de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida no acesso à via pública, aos edificios públicos e aos equipamentos coletivos e no acesso aos serviços	Identificar as fragilidades sociais e físicas do território municipal ao nív el das acessibilidades e definir prioridades estratégicas para as pessoas com mobilidade reduzida Valorizar pessoal e socialmente as pessoas com mobilidade reduzida Reduzir a discriminação das pessoas com mobilidade reduzida Aumentar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida os serviços e ao exercicio dos seus direitos de cidadania	Implementar programa adaptado Recorrer ao Banco de Ajudas Técnicas Criar um meio de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida aos serviços e ao exercicio dos seus direitos de cidadania Divulgar Ano Europeu de Env elhecimento Alivo e da Solidariedade entre Gerações	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social Instituto Nacional de Estatística
deficiência e dos imigrantes		Falta de motivação da sociedade civil para o associativismo e o voluntariado	Dificuldade em motivar a sociedade civil para o associativismo e o voluntariado	Aumentar o nível de participação da sociedade civil em iniciativas de associativismo e de voluntariado	Reforçar a identidade local e fortalecer os níveis de participação da sociedade civil	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Fraca dinâmica de algumas instituições existentes no território municipal	Dificuldade em aumentar o grau de participação de algumas instituições ex istentes no território municipal	Implementar iniciativas nas instituições existentes no território municipal	Dinamizar a Rede Social e as suas estruturas, aumentando os níveis de participação das instituições	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social

Parte IV | Plano de Ação

O PDS operacionaliza-se através do PA, um instrumento de planeamento da Rede Social, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010 e dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos e específicos identificados no PDS, se determinam as prioridades, as ações, as metodologias e os parceiros para um horizonte temporal de 1 ano.

Trata-se de um documento de ação para a concretização de uma estratégia municipal de intervenção social e dá resposta às linhas orientadoras do desenvolvimento local e às prioridades de intervenção definidas pelo CLAS com base no Diagnóstico Social, nos seus níveis de ação supraconcelhio e concelhio.

Nele devem constar os recursos a utilizar, nomeadamente materiais, relacionais e políticos, as competências específicas necessárias e as redes de relacionamento comunitário e familiar da população-alvo existentes.

À semelhança do PDS, a elaboração do PA seguiu uma metodologia participativa, tentando-se que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração.

O PA assume-se, assim, como um documento operacional, concertado e concretizado pelos diferentes atores que se encontram a trabalhar no terreno.

Através do PA pretende-se mobilizar ativamente os agentes públicos e privados e a sociedade civil para a dinamização e articulação de políticas sociais e de medidas concretas que visem promover a otimização dos recursos existentes e previstos, a sustentabilidade, a articulação, a participação, a inovação e a coesão necessárias para a consolidação de

uma intervenção social, estrategicamente planeada e competitiva e inserida num quadro social mais justo e numa sociedade inclusiva.

Este instrumento de planeamento tem por objetivo tornar clara e lógica a sequência das atividades previstas e pretende-se a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudanca.

As propostas apresentadas são direcionadas para problemas e gruposalvo específicos e vão privilegiar a otimização dos recursos endógenos, no sentido de evitar a dispersão de meios financeiros, materiais e humanos, e a articulação com instrumentos nacionais, regionais e locais.

As atividades previstas no PA têm de ser observadas de acordo com uma perspetiva de continuidade e de interligação, dado nem sempre ser possível a sua total concretização no decorrer do prazo de um ano (Quadro 144).

Quadro 144 - Plano de Ação.

Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvido
	Potenciar a inserção no mercado de trabalho de desempregados, nomeadamente desempregados de longa duração, aumentando a sua	Ano letivo 2011/2012	Ano letivo 2012/2013	Manutenção da iniciativa Novas Oportunidades	Realização de parceria com a EE2,3/S João Garcia Bacelar para a cedência das instalações para o funcionamento do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e das Unidades de Formação de Curta Duração	Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Cantanhede	Agrupamento de Escolas de Gâno Mar
	empregabilidade	-	-	Apresentação de candidaturas a Contratos de Emprego Inserção e a Contratos de Emprego Inserção+	Implementação de Contratos de Emprego Inserção e de Contratos de Emprego Inserção+ nas áreas de aux iliar de serviços gerais e ajudante de cozinha (três a decorrer com a duração de um ano)	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Instituto de Emprego e Formação Profissional	-
	Promover o empreendedorismo enquanto resposta	1 de Abril de 2012	31 de Março de 2013	Criação de um Contrato de Emprego Inserção+ para beneficiário do Rendimento Social de Inserção	Implementação do Contrato de Emprego Inserção+ para beneficiário do Rendimento Social de Inserção	Centro Social Polivalente de Ourentă e Instituto de Emprego e Formação Profissional	-
	capaz de safisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Realização de programas de inserção para beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Contatualização de programas de inserção na área do emprego com todos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Segurança Social	-
	Prevenir o isolamento e a tendência para a	Junho de 2012	31 de Maio de 2013	Promoção de Educação e Formação de Adultos	Organização do espaço, seleção e criação do grupo	Centro Social Paroquial de Cadima	Mutação - Empresa de Consulti Estudos e Serviços de Forma
Desempregados de Longa Du	desmofvação e marginalização dos Desempregados de Longa Duração e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção	-	-	Criação de Programas Ocupacionais para Desempregados de Longa Duração e beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Promoção de contratos de forma a abranger 40% dos beneficiários	Centro de Emprego de Coimbra	-
		Ano letivo	Ano letivo	Criação e manutenção de cursos profissionais	Adaptação do currículo para a criação/manutenção das turmas	Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar	Empresas da Região da Gânda
C		6 de Fevereiro de 10 de Maio de 2012 2013		Criação do curso de Educação e Formação de Adúltos de Técnico de Ação Educativa, com equivalência ao 9º ano de escolaridade			
		2 de Abril de 2012	21 de Junho de 2013	Promoção da melhoria da qualidade da formação profissional	Criação do curso de Educação e Formação de Adultos de Animação Sociocultural, com equivalência ao 12º ano de escolaridade		
		28 de Maio de 2012	13 de Março de 2013		Criação do curso de Educação e Formação de Adultos de Operador de Jardinagem, com equiv alência ao 9º ano de escolaridade		
	Promover ações de formação e criação de cursos para a aquisição e o desem o/vimento de competências pessades, sociaise profissionais adequadas ao exercicio de uma atávidade no mercado de labalaño ou para a promoção do empreendedorismo orientado para asafistazer necessidades não colinatados pelo mercado de trabalho	-	-	Promoção de Formação Modular certificada	Implementeção de formações moduleres, que poderão ser desemnol vidas em horión laboral ou pós-baboral. Acomparhante de crianças - Regrasa básicas de nutrição higiene, segurança e repouso, com 50 horas; Linguia inigesa - Alendimento, com 50 horas; Fotha de cálculo - Funcionalidades avrançades, com 25 horas; litende - Navregação, com 25 horas; Sistemas de pesto de beases de debiso, com 50 horas; Utilitário de aplicação gelica, com 25 horas; Processador de lazro - Processamente edição, com 50 horas; Sistemas operativos, com 50 horas; Planificação e programação desa atividades do quadidano de criança, com 50 horas; Precincias de antimeção, com 50 horas; Precincias de antimeção, com 50 horas; Prestação de cuidados básicas de salvidades, com 50 horas; Prestação de cuidados básicas de salvidados dos criança, com 50 horas; Prestação de cuidados básicas de salvidados dos criança, com 50 horas; Deombiogia e delica profissional, com 25 horas; Salded Mental e Intentil, com 25 horas; Salded Mental e Intentil, com 25 horas; Paciologia de velhine, com 30 horas;	Unido das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Cantanhede	_

Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
		-	-	Promoção de formação	Realização de parceia com a empresa Mutação - Empresa de Consultoria, Estudos e Serviços de Formação para a promoção de Emmação a niv el interno, direccionada para os funcionários, e ex terno, direccionada para a Comunidade através de Cursos de Educação e Formação para Adultos	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Mutação - Empresa de Consultria, Estudos e Serviços de Formação	-
	Promov er ações de formação e criação de curas:	-	-	Promoção/acolhimento de estágios	Realização de parceria com o Centro Novas Oportunidades da ES Cantanhede para o acolhimento de estágios da componente prática de cursos qualificantes a nivel do 9º e do 12º ano de escolaridade	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Centro Novas Oportunidades da ES Cantanhede	-
		-	-	Promoção/acolhimento de estágios	Realização de parceria com a Escola Técnica-Profissional de Cantanhede para o acolhimento de estágios curriculares, nomeadamente na área da animação	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Escola Técnica-Profissional de Cantanhede	-
	para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais	-	-	Promoção/acolhimento de estágios curriculares de nív el superior	Realização de parceria com a Escola Superior de Educação de Coimbra para o acolhimento de estágios curriculares de nív el superior, nomeadamente na área da Animação Sociocultural	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Escola Superior de Educação de Coimbra	-
Emprego, Formação e Qualificação	adequadas ao exercício de uma atividade no mercado de trabalho ou para a promoção do empreendedorismo orientado para safisfazer	-	-	Promoção/acolhimento de estágios curriculares de nível superior	Realização de parceria com a Escola Superior Miguel Torga para o acolhimento de estágios currículares de nível superior, nomeadamente na área da Gerontologia (dois a decorrer com a duração de um 500 horas)	Comissão de Melhoramentos de Vilamar e Escola Superior Miguel Torga	-
	necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho	Junho de 2012	31 de Dezembro de 2012	Promoção de Formação Modular certificada	Criação de um grupo/módulo para formação em horário pós-laboral	Centro Social Paroquial de Cadima	Centro Novas Oportunidades da ES Cantanhede
		-	-	Promoção de Formação Modular certificada	Implementação de ações de qualificação de acordo com a identificação das necessidades locais e dos beneficiários nas áreas do empreendorismo, compelâncias básicas, alfabetização e horbifulicultura e realização de tês ações por área	Centro de Emprego de Coimbra	Empresas e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Cantanhede
		-	-	Promoção de Educação e Formação de Adultos	Citação dos cursos de Assistente Administrativo de dupla certificação, de nivel básico e nivel de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações 3 (83) e de Técnico Auxiliar de Saúde de dupla certificação, de nivel secundário e nivel de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações 4 (53 tipo C)		
		-		Promoção de Formação Modular certificada	Realização de Formação Motular certificada nas áreas de produção agricola e animal, secrebriado e tabalho administrativo, trábulho social e orientação, gestão e administração, poteção de passoas e bens, indústras alimentares, helácira e restauração, melalurgia e meládemacánica, tecnologia dos processos químicos, pescas, enquadramento na organização/dempersa, construção civi e engenharia civil, eletrónica e automação, otiencias informáticas e comércio	Associação Empresarial de Cantanhede	-

(continuação)										
Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos			
		Ano letiv o 2011/2012	Ano letivo 2012/2013	Manutenção da Equipa de Apoios Educativos - Tutoria	Continuação da Sala de Apoio	Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Coímbra			
		Ano letivo 2011/2012	Ano letivo 2011/2012	Manutenção da Equipa de Saúde Escolar	Realização de uma paraeria entre o Centro de Saúde e os estabelecimentos de ensino, com a colaboração dos Gabinetes de Aprio ao Aluno, para a realização de atividades e sessões de educação para a saúde sobre alguns dos temas propostos no Programa Nacional de Saúde Escolar, como alimentação saudével e exercicio fisios, educação sexual e reprodutiva, educação para o consumo, violência em meio escolar e deenças transmissiveis	Centro de Saúde de Cantanhede, Gabinetes de Apoio ao Aluno, Agrupamentos de Escolas de Gândera-Mar e de Marquês de Marialva, ES Cantanhede, Escola Técnica-Profissional de Cantanhede, Escola Pedro Teix eira e, pombualmente, Centro de Esbudos de Ançã	-			
desenv olvimento da consciên Emprego, Formação e alunos, alertando para os seus dir Qualifficação para os diversos (pos de discrim (sexo, idade, raça, orientação se		Janeiro de 2012	Junho de 2012	Educação alimentar e promoção da afrividade física "Comer bem desde cedo"	Sensibilização dos país elou encarregados de educação das crianças e alumos da Educação Pri-escolar e do 1º CEB do Concelho de Cantenhede para a alimentação saudairel dos filhos, realgando a importância dos lanches escolares: 1º momento: sessão de educação para a saúde "Comer bem desde cedo"; 2º momento: Workshop com chef de cociriña nas comemorações do Da Mundial da Criança; 3º momento: Hotilia com país.	Equipa de Saúde Escolar e Agrupamentos de Escolas do Concelho de Cantanhede				
	Proporcionar a construção de identidade e o desenvir olimento de consciência olivir a dos alunos, alertando para os seus direibos e devieros e para os diversos (pos de discriminação existente (sero, idade, raça, orientação excual e pessoas com deficiência)	nento da consciência civica dos o para os seus direitos e deveres e Janeiro de 2012 os fipos de discrimiração existente aça, orientação sexual e pessoas	Junho de 2012	Educação sexual 'O meu corpo'	Implementação de alvi idades e tabalhos com as crianças e alunos de Educação Prê-escolar e do 1º CEB do Concelho de Centanhede, com a organização de um portifio para exposção pública no final do ano letivo, para: Aumentar os conhecimentos acerca das diferentes componentes anáthmicas do corpo humano, da sua originalidade em cada sero e da sua evolução com a idade; Desenvolv e competências para expressar opinões e sentimentos pessoasis, comunicar acerca de temas relacionados com a sexualidade e oudar, de modo audinomo, da higiere do seu corpo; Permove estitudas de aceitação das diferentes partes do corpo e de imagen corporal.	Equipa de Saúde Escolar e Agrupamentos de Escolas do Concelho de Cantanhede	-			
		Janeiro de 2012	Junho de 2012	Educação ser ual (Gabineles de Apoio ao Aluno)	Promoção de melhoria dos conhecimentos sobre educação serval dos alunos do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário da EB Marquês de Maraíra, de IEB,3S João Garcia Bacelar, de Escola l'ecrica-Profissional de Cantamheda e da Escola Pedro Teix eira para. Aumentar e consolidar a informação acerca das dimensões analtomo-ficiólógica, psico-alefiva e sociocultural da expressão da sexualidade, do cropo sexuado e dos seus digitais internos e externos, das ingras de higiere corporal, do diversidade dos comprotamentos servais ao torigo de vida e das diferenças individuais, dos mecanismos da esprodução, do planemento familiar e, em perfoular, dos metodos contracedervos, das infeções de tramamissão sexual, formas de prevenção e tratemento, dos mecanismos da resposta sexual humana e das ideias e vidores com que as diversas sociedades foram encarando e encaram a sexualidade, o amor, a resprodução e a relação entre os sexos; Desenvolver competências para expressar sentimentos e opinities, bronar decisões e aceleir as decisões dos outros, comunicar acerca do tema da sexualidade, acelar os fipos de sentimentos que podem estar presentes nas diferentes relações entre as pessoas, inclundos do ámbito da sexualidade, e adotar comportamentos imbimados em matérias como a contraceção e a prevenção das infeções de transmissão	Equipa de Saúde Escolar, Gabinelas de Apoio ao Aluno, EB Marquels de Maraliva, EEZ 35 A são Garcia Bacelar, Escola Técnica-Professional de Cantanhada e Escola Pedro Teixeira	-			

					tinuação)		
Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvi
					Implementação de sessões de esclarecimento direcionadas aos alunos da ES Cantanhede e da EB2,3/S		
					João García Bacelar:		
	Proporcionar a construção da identidade e o	Janeiro de 2012	Junho de 2012	Prevenção do consumo de substâncias psicoativas		Equipa de Saúde Escolar, ES Cantanhede e	_
	desenvolvimento da consciência cívica dos	001010 00 20 12	001110 00 20 12	Torongeo do consumo do casoanosas porceser do	Como prev enir o consumo de drogas;	EB2,3/S João Garcia Bacelar	
	alunos, alertando para os seus direitos e deveres e				Quais as razões para dizer não às drogas;		
	para os diversos fipos de discriminação existente				Contato com possíveis patologias decorrentes do consumo de álcool e/ou drogas.		
	(sex o, idade, raça, orientação sexual e pessoas				Realização de sessões de esclarecimento direccionadas aos alunos do 9º ano de escolaridade da EB	Equipa de Saúde Escolar e EB Marquês de	
(sec.u), iudule, raya, unerladyad secual e pessua com deficiência)		Janeiro de 2012	Junho de 2012	Não à violência	Marquês de Marialv a com o objetivo de aumentar os conhecimentos acerca da violência e desenvolver	Marialya	-
				atitudes de prevenção da violência, essencialmente no namoro escolar	manava		
		8 de Março de	8 de Março de	Implementação da ação de sensibilização "Cidadania, Civismo	Realização de ações de sensibilização durante o ano integradas no programa "Escola Segura"	Guarda Nacional Republicana	
		2012	2013	e Regras"	realização de ações de sensibilização durante o ano integradas no programa. Escola Segura	Qualua Nacional Republicana	
	Reduzir as tax as de abandono e de insucesso	Ano letivo					
	escolar		Ano letivo	Criação e manutenção de turmas de Percurso Curricular	Adaptação do currículo para a criação/manutenção das turmas	Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar	Empresas da Região da G
		2011/2012	2012/2013	Alternativo e Cursos de Educação e Formação de Jovens	ens		
	Fomentar nos jovens a aquisição de competências						
	pessoais, sociais e profissionais adequadas ao						
exercício futuro de uma afividade no mercad	exercício futuro de uma atividade no mercado de						
	trabalho	Setembro de		Criação dos Cursos Técnico de Saúde, de Turismo e de			
		2012	Julho de 2015	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Apresentação e operacionalização de candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano	Escola Técnica-Profissional de Cantarhede	-
rego, Formação e Promover experiências profission	Promover experiências profissionais em contexto	2012		CCSab C Frogramação de Cisalinas monitaleos			
Qualificação	real de trabalho que possibilitem o exercício de						
quannouyuu	funções adequadas às qualificações						
	Aumentar a empregabilidade das pessoas com						
	deficiência	Ano letiv o	Ano letivo		Realização de uma parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental -		Associação Portuguesa d
		2011/2012	2012/2013	Promoção de formação adequada às pessoas com deficiência	Coimbra e com o Centro de Recursos para a Inclusão para adequar as estratégias de forma a integrar	Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar	Amigos do Cidadão Deficien
	Valorizar pessoal, social e profissionalmente as	201112012	20122010		socialmente e profissionalmente as pessoas com deficiência		Coimbra
	pessoas com deficiência						
	Reduzir a discriminação das pessoas com			Identificação das pessoas com deficiência que integrem			
	deficiência, em especial na área das			agregados familiares com beneficiários de Rendimento Social			
	acessibilidades e da educação, formação e	1 de Janeiro de	31 de Dezembro	de Inserção, Desempregados de Longa Duração ou que se			
	emprego	2012	de 2012	encontrem enquadrados na Ação Social, no Programa	Divulgação de programas ou medidas específicas para pessoas com deficiência e/ou encaminhamento	Segurança Social	Centro de Emprego de C
				Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados ou noutros em			
	Promover a criação de postos de trabalho através			acompanhamento pela Segurança Social			
	da implementação de Emprego Protegido, proposta			- P	Franchisch ibnife and a blanch base Artes Artes		
	que poderá ser planeada de forma a dar resposta a				Encaminhamento sistemático para ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e		Associação Portuguesa d
	necessidades existentes no território municipal,	_	_	Criação de Cursos de Desenvolvimento de Competências para	Emprego, de apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação (Medida 6.2)	Centro de Emprego de Coimbra	Amigos do Cidadão Deficien
	nomeadamente o serviço de arranjos ao domicílio	-	-	pessoas com deficiência	Description of Control	centro de Emprego de Colifidia	Coimbra - Unidade Funci
	previsto no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado				Promoção de Contratos de Emprego Inserção para pessoas com deficiência e Estágios de Integração para 40% dos casos identificados		Tocha
					40% ous casos Identificados		

				(coi	ntinuação)		
Eixos de Intervenção	Objetivos Especificos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
		1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Manutenção do Gabinete de Apoio Social	Promoção do acompanhamento social às pessoas da Freguesia de Ourentã	Centro Social Polivalente de Ourentă e Junta de Freguesia de Ourentă	-
	Reduzir a pubreza e a exclusão social de indivíduos elou familias	-	-	Promoção da melhoria da acessibilidade aos Serviços de Saúde	Promoção de vigiláncia da saúde, prevenção e tratemento da deença, attavés do encaminhamento para a consulta anual com médico de familia, o cumprimento do plano nacional de vacinação, a consulta anual de planeamento familiar, as consultas de saúde materna, as consultas de saúde infamil, as consultas de psiquiatria e o tratemento de alcodismo e tox icodependência Promoção da melhoria da prestação de cuidados de saúde em situação de doença e lou dependência, promovendo o acesso à rede nacional de cuidados continuados	Centro de Saúde de Cantanhede e Núcleo Local de Inserção	
	Eliminar eventuais sobreposições no âmbito do	-	-	Articulação com a comunidade	Auscultação das necessidades da comunidade, encaminhando e solucionando situações	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	-
	atendimento/acompanhamento social de individuos e famílias em situação de pobreza e exclusão social e potenciar os recursos do território	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Consolidação da Loja Social	Prestação de diversos fipos de apoio social através de um balcão único que integra o Banco de Recursos "Colmeia", o Banco de Voluntariado de Cantarhede e o Banco de Ajudas Técnicas existentes e que irá integrar o Banco de Medicamentos proposib	Câmara Municipal de Cantanhede	Conselho Local de Ação Social
	Geiir de forma mais eficaz os recursos concelhios	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Concessão de apoios sociais a beneficiários do Rendimento Social de Inserção ou no âmbito da Ação Social	Abbuição de apois sociais a beneficiários do Rendimento Social de Inserção um a fambo de Ação Social, seja ne habbição, na saúde ne bucicodependência, no Vinus da Imunodeficiência Humane ou carência em geral, em arficulação com o Regulamento Municipal de Abbuição de Subsidios a Agregados Familiares em Sibuação de Estrema Carência Económica	Segurança Social	Câmara Municipal de Cantanhede
Intervenção Familiar e		-	-	Promoção da melhoria das condições de vida dos cidadãos	Dinamização da Comissão Social de Freguesia	Junta de Freguesia de Covões	-
Parental		1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Realização de Atendimento/Acompanhamento Social aos indivíduos e às famílias	Assegurar a Ação Social concelhia descentralizada por freguesia	Conselho Local de Ação Social	-
	Implementar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Criar apartamentos de semi-autonomía e de autonomía	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	blenificação de casos	Sinalização dos casos, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Joves, e reencaminhamento às entidades competentes	Guarda Nacional Republicana	-
	Dinamizar a Rede Articulada de atendimento e encaminhamento à Vilima de Violência Doméstica Acompanhar as pessoas y tilmas de violência de la companhar as pessoas y tilmas de violência	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Dinamização da Rede Articulada de alendimento e encaminhamento à Vilima de Violência Doméstica	Realização de atendimento e encaminhamento à Vilimo de Violência Doméstica	Conselho Local de Ação Social	-
	domésica sinalizadas e dos agregados familiares problemáticos com o objetivo de prevenir, minorar e combater a reincidéncia da coordincia de manos trabs físicos e psiquicos e, em casos extremos, a institucionalização das vitimas	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	benfficação de casos	Sinalização dos casos e reencaminhamento para as entidades competentes	Guarda Nacional Republicana	-

				(COI	ntinuação)		
Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
	Integrar nas consultas de terapia familiar e intervenção sistémica a funcionar nos Centros de Saúde e nas Extensões de Saúde	-	-	Realização de consultas de medicina, de psicologia e de serviço sociel, individuais ou em grupo, incluindo a terapia familiar e a intervenção sistémica	Aplicação das técnicas enterviste motivacional, prevenção de recaida, teraplas fermacológicas, educação para a aaúde, avallação, diagnóstico e referenciação do virus dimunodeficiência humana, intervenção/mediação na rede social de apoio, sensibilização/teinserção laboral e prevenção da desinserção laboral	Centro de Respostas Integradas de Coimbra - Equipas de Tratamento de Figueira da Foz ou de Coimbra	-
		1 de Janeiro de	31 de Dezembro	Identficação de casos	Sinalização dos casos e reencaminhamento para as entidades competentes	Guarda Nacional Republicana	-
	Divulgar Ano Europeu de Envelhecimento Alivo e da Solidariedade entre Gerações Promover o voluntariado e a participação ativa dos idosos na sociedade e na família	2012	31 de Dezembro de 2012	identificação de casos	Sindização dos casos, realização de visitas regulares, criação de uma base de dados e reencaminhamento para a Ação Social da Câmara Municipal de Cartanhede	Guarda Nacional Republicana	-
Intervenção Familiar e	Diminuir a descriminação das pessoas idosas, nomeadamente das mais pobres, e incentivo ao env elhecimento com dignidade Crier um Centro Voz Amiga, uma linha teletônica de apoio às pessoas idosas em situação de	30 de Maio de 2012	1 de Dezembro de 2012	Dnamização do grupo de trabalho de prevenção de riscos para as pessoas idosas, constituído no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Advo e da Solidariedade entre Gerações	Implementação das ações que venham a ser apresentadas pelo grupo de trabalho	Representantes da Segurança Social, Salide, Forças de Segurança, Câmara Municipal de Cantanhede e Instituições Particulares de Solidariedade Social	-
Parental	isolamento Implementar de medidas e programas de combate à ex clusão social e à pobreza das pessoas idosas em situação de isolamento	10 de Ma	aio de 2012	Realização de um workshop sobre "Envelhecimento ativo e a promoção de intergeracionalidade"	Realização de um workshop com uma forma mais teórica de resumo da matéria numa primeira parte, partindo depois para uma reflex ão prática, ao nivel da apresentação de boas práticas e posterior espaço de débate interiris flucional	Cămara Municipal de Cantanhede	Rede Europeia Antipobreza - Núcle Distrital de Coimbra
	Crier um Banco de Medicamentos	1 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2012	Crieção de um Barco de Medicamentos	Realização de uma parceria entre a Santa Casa da Miserictrida de Cantanhede, o Agrupamento de Centros de Saúde Báxio Mondego III, as famácias do concelho e a Câmara Municipal de Coimbra com o objetivo de analisar os clientes e recolher, tatar, armazzenar e distribuir os medicamentos a quem mais deles necessita	Santa Casa da Misericionia de Cantenhede, Agrupamento de Centros de Saide Báixo Mondego III, farmácias do concelho e Câmara Municipal de Coimbra	Conselho Local de Ação Social
	cual un parto de medicamentos	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Celebração de um protocolo com a Curactiva	Aquisição facilitada de medicamentos e outras v antegens para os utantes e sócios da instituição	Centro Social Polivalente de Ourentă e Curactiva	-

	(continuação)										
Eixos de Intervenção	Objetivos Especificos	Data de início Data de	Fim Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos					
intervenção Familiar e Parental	Reducir a potreza e a exclusão social da comunidade migrante-intrigrante de comunidade migrante-intrigrante de comunidade partir esta o espois a comunidade intrigrante lentigrante, attende de calescariomento de tudes as dividade relacionadas com a imigraplo lentigrante, a legalização, a inscrimatidade, o reagrapamente filminia, a habilidação a tabalho, a separiar acida o retomo voluntario, a saúde, a educação e cempreende decisiono linglementar medidas e programas de combate à professa e à exclusão social da comunidade intigrante iemigrante.	1 de Janeiro de 31 de Deze 2012 201		Alendimento à comunidade iniginante e respetiva anfoulação, sempre que necessário, com os Centros Locais de Apolo ao Iniginante da Figueira de Foz ou da Meathada	Câmara Municipal de Cantanhede						
			Realização de uma afividade subordinada ao tema "Uma convesa sobre pobreza e exclusão social"	Realização de uma mesa extonda lessado temática de sensibilização, com a duração de uma tarde, contendo inicialmente uma estudura mais teritora de abordagem da matelia, partido depois para uma refleida prática, com explanação de bose prátificas, e proteiror espaço de debate e de responda a questões	Câmara Municipal de Cantanhede	Rede Europeia Antipotreza - Núdeo Distritel de Coimbra					
	Implementar una responta social de From Stoc- Oupeatorad que vise a enreseção sócio-familiar elou professional ou a eventual integração em programas de formação so de emprego prolegiçõe das pesseas com deverça do for menta	Julho de 2012 Março de	Implementação de uma Estrutura Residencial para idoses disentes de 2013 Alzheimer com o inhuito de methorar a qualidade de vida dos doentes s familiares		Fundação Femeira Freire	Associação Portuguesa para Doentes de Atherimer, Segurança Social, Sacie, Charna Minisolaria de Caratine de Instituções Particulares de Solidariedade Social					
Capacitação da Comunidade e das Instituições		Agosto de 2012 -	implementação de uma resposta social de Centro de Dia para idosos doentes de Alzheimer com o intulho de relandar os eleitos regativos de doença nos idosos e apoiar os familiares		i unuquo teiteia i reie						
	Aumentar a capacidade e quálificar as respostas sociais de Centro de Alividades Coupacionais e Las Residencial Criar apartamentos de semi-autonomia e de autonomia		-	-	-	-					
				f \							

(continuação)							
Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
Capacitação da Comunidade i das Instituições	Criar duas Unidades de Longa Duração e Manutenção a localizar nas Freiguesias de Cantanhede e de Covões e alargar a Unidade de Convalescença na Freiguesia da Tocha Organizar uma resposta social de Apoio Domiciário integrado que prese bum conjunto de ações e cuidados punidacipilmares, terx iveis, ações e cuidados punidacipilmares, terx iveis, arbaragentes, acessiveis e articulados de apoio social e de saúde no domicilio durante 24h por da e seté dias por semana, envolvendo uma intervenção integrada da Segurança Social e da Saúde Implementar o servi ção de Teleatarme, uma central de atendimento belétnico permanente que implica a instituição em casa da pessoa em situação de dependência de um belêtne espocial que, em caso de emergina de um belêtne espocial que, em caso de emergina de um belêtne espocial que, em caso de emergina, basta accionar um botão de alarme para a central envirar a ajuda ao domicilio O serviço de Teleatarme pode ainda ser complementado com a possibilidade de associar outros números predefindos que permitam o acessos adisentes serviças, como o Centro Voz Amiga proposo bo u o serviço de arranjos ao domicilio previsto no ámbito do Apoio Domiciliário integrado	Ano 2012	Ano 2014	Inglementeção do Apoio Domicilário Integrado	Articulação com as entidades para prestação de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares de apoio social e de saúde e instelação de equipamentos de comunicação	Centro Social Paroquial de Cadima	Saide, Telecomunicações e Segurarça Social
	Aumentar a capacidade, qualificar e criar a resposta social de Lar de lósoss em local a definir	-	-	Qualificação de resposte social de Lar de tidoses	Remodelação do equipamento em uso na resposta social de Lar de tidosos e aquisição de nov o: aquisição de materiais para melhorar a sala de fisideração, de ajudas tercicas como camas articulatas, colotivês anti- escaras, cadeiras de rodas, andarilhos e cadeirões de repouso para pessase em situação de depentificia, de mesas de apoio para refeição e para realização de atividades e de resolves de TDT Implementação de Animação Musical Aumento do número de recursos humanos, capacitando-os para um trabalho eficaz e de qualidade Continuação da implementação do Sistema de Qualidade	Comissão de Mehoramentos de Vilamar	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., e Multação - Empresa de Consultoria, Estudos e Serviços de Formação

	(continuação)						
Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos Aumentar a capacidade, qualificar e estender a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário para 24h e para sebe das por semana na totalidade das instituíções	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
		21 de Janeiro de 2013	31 de Dezembro de 2015	Alargamento da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	Construção do Centro Social da Pocariça	Associação Cívica dos Amigos da Freguesia da Pocariça	Segurança Social
		-	-	Qualificação da resposta social de Serviço de Apolo Domicilário	Aumento da capacidade e diversificação dos serviços prestados, nomeadamente ao nível do acompanhamento durante a refeção, do apcion a toma de medicamentos, de higiene pessoal prestada no domicillo, das atividades de animação e do serviço de teleassistência Aumento do número de recursos humanos, capacitando-os para um tabelho eficaz e de qualidade Confinuação da implementação do Sistema de Qualidade	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Mulação - Empresa de Consultoria, Estudos e Serviços de Formação
		Ano 2012	Ano 2014	Alargamento da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	Reforçar a equipa para alargar o funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário sete dias por semana	Centro Social Paroquial de Cadima	Segurança Social
		21 de Janeiro de 2013	31 de Dezembro de 2015	Criação da resposta social de Centro de Dia, com o encerramento da resposta social de Centro de Convívio	Construção do Centro Social da Pocariça	Associação Cívica dos Amigos da Freguesia da Pocariça	Segurança Social
		Março/Abril de 2012	Outubro/Nov embro de 2012	Criação da resposta social de Centro de Dia	Resqualificação do edificio da EB1 Bolho para o funcionamento das respostas sociais de Serviço de Apoio Domicilário e de Centro de Día e dinamização do projeto com divulgação a nível local e concelhia	Centro Social e Caritativo da Freguesia de Bolho	Segurança Social, ao nivel da comparticipação dos acordos, e Câmara Municipal de Cantanhede, ao nível das atividades direcionadas para as pessoas idosas
Capacitação da Comunidade e das Instituições	Criar e qualificar a resposta social de Centro de Dia		-	- Qualificação da resposta social de Centro de Da	Aproximação das condições da resposta social de Centro de Dia das necessidades das pessoas idosas e das suas familias Promoção das condições logisticas para assegurar a permanetiricia dos clientes com autonomia reduzida através da aquisição de cadeirões de repouso clínico, mesas de apoio, andarithos, cadeiras de rodas e receitores de TOT Aumento do número de recursos humanos, capacilando os para um tabalho eficaz e de qualidade	Comissão de Melhoramentos de Vilamar	Instituto Nacional para a Reabilitação, L P., e Mutação - Empresa de Consultoria, Estudos e Serviços de Formação
			Ano 2013		Confinuação da implementação do Sistema de Qualidade	Cautes Caniel Deservial de Cadima	Common Control
	Manter os apoice existentes destinados à habiteação, o Programa de Financiamento para Acesso à Habiteação (PGM-BITTA), os Projetos Caralitos, o Sistema de Solidariedade de Apoio à Resibilitação de Habiteação própria permanente (SOLARH) e os Substidios a Agregados Familiares em Stuação de Extrema Caráncia Económica, na tipologia habiteação – odras de methical sadequação habiteação – odras de methical sadequação habiteação – odras de methical sobre população caranciada e em situação de risco implementar o Programa Conforte Habitacional para Idosos (PCHI)	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Implementeção do projeto "Aqui sinto-me bem" Aplicação dos Projetos Gratútos, do Regulamento Municipal de Albução de Subsidios a Agregados Familiares em Situação de Let tema Caleficia Económica - Ignológia habitação e do Sistema de Solideriodade de Agrio à Reabilitação de Habitação própria permanente, erquanto entidade intermediária	Realização de obras de requalificação do espaço existente Apresentação de sinalização, instrução processual, análise, remessa do processo para o instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, se br o caso, e autorização do ápoio e acompanhamento da obra	Centro Social Paroquial de Cadima Câmara Municipal de Cantanhede e Instituto da Hablarção e da Reabilitação Urbana	Segurança Social Conselho Local de Ação Social e municípes

Eixos de Intervenção	Objetivos Específicos	Data de início	Data de Fim	Descrição da Ação	Metodologia	Parceiro Responsável pela Ação	Outros Parceiros Envolvidos
Capacilação da Comunidade e das Instituições	Promoier ações de formação direicinadas aos difigentes, Bioricos, administrativos e autiliares das IPSOS s e entidades equiparadas	Abril de 2012	Jurho de 2012	Realização de diusa ações de sensibilização, uma no âmbito da "Prevenção e Combate à Violência de Género para Profissionais de Ação Social" e a outra no âmbito da "Violência Contra as Pessoas Idosas"	Utilização dos métodos espositivo, demonstrativo, interrogativo e outros métodos ativos	Câmara Municipal de Cantanhede e Associação Nacional para a Ação Familiar	-
		-	-	Realização de duas ações de formação no âmbito do Plaro de Igualdade de Género da Autarquia de Cantanhede	Utilização dos métodos euposítivo, demonstrativo, interrogativo e outros métodos ativos	Câmara Municipal de Cantanhede e Rede Europeia Anti- Pobreza - Núcleo Distrital de Coimbra	-
		Julho de 2012	Março de 2013	Realização de formação no âmbito dos idoses doentes de Alzheimer	Citação de um pólo de formação para colaboradores	Fundação Ferreira Freire	Associação Portuguesa para Doentes de Alzheimer, Segurança Social, Saúde, Câmara Municipal de Cantanhede e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Informação e Acessibilidades	Implementar programa adaptado Recorrer ao Banco de Ajudas Técnicas Chiar um meio de acessibilidade des pessoas com mobilidade reducida aos serviços e ao aerocióo dos seus direitos de cidadaria Divulgar Ano Europea de Eme	Ano 2012	Ano 2014	Implementação do projeb "Cadima Amiga da Pessoa lóssa e da Inclusão Social"	Implementação de um Batclo Sildário, com um ponto de acesso à internet, e de um transporte calelho a circular na Freguesia de Cadima e nas limitodes, através de um minitus, para faciltar o acesso des pessoas dosas a um conjunto de serviços	Centro Social Paroquial de Cadima	Câmara Municipal de Cantanhede, Casa do Povo de Cadina, Centro de Emprego de Cointra, Fundação EDP e Mutação- Empresa de Consultoria, Estudos e Senivos de Formação
	Reforçar a identidade local e fortalecer os níveis de participação da sociedade civil	-	-	-	-	-	-
	Dinamizar a Rede Social e as suas estruturas, aumentando os níveis de participação das instituições	1 de Janeiro de 2012	31 de Dezembro de 2012	Dinamização do Programa Rede Social Concelhio	Realização de reunides plenárias do Conselho Local de Ação Social, do Núcleo Executivo, da Plataforme Supra Concelhia e do Sistema de Informação e Divulgação da Rede Social (via comeio eletrónico)	e Câmara Muricipal de Cantanhede, Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social	-

Parte V | Priorização da Intervenção

No PDS e no PA os eixos de intervenção e os respetivos problemas já se encontram organizados por prioridades, tendo estas sido definidas, em sede de NE, e aprovadas pelos parceiros sociais do CLAS.

Mas para que este projeto seja efetivamente um documento de trabalho objetivo que preste apoio na tomada de decisão e permita uma boa capacidade de resposta, sentiu-se a necessidade de proceder ainda à hierarquização dos eixos de intervenção e dos respetivos problemas, identificando as questões mais prementes e com maior dificuldade de resolução e articulando-as com os recursos existentes.

Uma vez que os problemas identificados, ao longo do diagnóstico realizado afetam quer a população em geral, quer grupos alvo específicos, optou-se por estabelecer uma hierarquização objetiva. Esta foi definida de acordo com a seguinte escala: prioridade máxima, prioridade média e prioridade baixa de intervenção.

De referir que a distribuição obtida tem apenas em consideração o grau de prioridade de intervenção do problema, não a classificação dos objetivos focados em cada um.

PRIORIDADE MÁXIMA DE INTERVENÇÃO

Desempregados de Longa Duração e beneficiários do Rendimento Social de Inserção

O problema do desemprego em Portugal é premente e a tendência aponta para o seu agravamento. No Concelho de Cantanhede é uma problemática estrutural que se tem vindo a perpetuar no tempo, como se pode observar pela análise da taxa de desemprego, que desde 1991 tem vindo a aumentar. Em 2011 correspondia a um valor de 8,97% da população ativa, sendo que em 2001 representava apenas 5,8%. Este fenómeno atinge, com maior incidência, as pessoas do sexo feminino, embora se tenha estreitado a diferença de 2001 para 2011 (9,92% referente ao sexo feminino, contra 8,11% referente ao sexo masculino). Associado a este facto destaca-se a reduzida taxa de atividade, que em 2011 correspondia a apenas 44%, valor inferior à média do país (47,56%). Aqui a diferença entre sexos assume maior expressão (48,63% referente ao sexo masculino, contra 39,83% referente ao sexo feminino).

Este fenómeno do desemprego e da baixa taxa de atividade é causa e consequência de muitos outros problemas. Paralelamente verifica-se a existência de um número crescente de cidadãos que tem como principal meio de vida as prestações sociais. Esta dependência relativamente ao Estado tem diferentes motivações, sendo as principais a pouca oferta de emprego, bem como a sua indisponibilidade para a integração no mercado de trabalho, por questões de saúde, baixas qualificações e o envelhecimento populacional. Evidenciando o RSI, é possível observar no território concelhio um aumento significativo do número de beneficiários em relação ao ano de 2001, tendo passado de 829 para 1012 pessoas a beneficiarem da medida.

Desafios:

- · Reduzir a taxa de desemprego;
- Incentivar a dinamização de mecanismos, promovidos pelo IEFP, que visem a integração do tecido populacional no mercado de trabalho.

Baixa escolaridade e insuficiência de formação profissional da população em idade ativa

A baixa escolaridade e insuficiência de formação profissional com dupla certificação (escolar e profissional) da população em idade ativa (a que existe é disponibilizada, maioritariamente, às pessoas que beneficiam do RSI) é um problema estrutural com reflexos noutras esferas do desenvolvimento sustentado da população e do território em que se insere.

No concelho de Cantanhede é um problema de intervenção prioritária, razão pela qual a aplicação de estratégias de combate ajustadas à realidade assume um papel fundamental.

Em 2011 o território concelhio registava uma taxa de analfabetismo de 6,8% da população residente, valor que diminuiu 4,2% em relação ao ano de 2001, que se cifrava nos 11%, encontrando-se, ainda assim, acima da média nacional (5,23%). Estes valores assumem uma discrepância significativa entre sexos, atingindo maioritariamente o sexo feminino com 9,49% contra 3,8% do sexo masculino.

Este fenómeno ganha outra dimensão se analisarmos a baixa escolarização da população residente no território concelhio. Em 2011, do total de população residente, 21,8% não possuía qualquer nível de ensino e 29,5% dos indivíduos possuía apenas o 1.º CEB.

Uma forma alternativa para a diminuição destes problemas passa, por um lado, por escolarizar a população analfabeta e, por outro lado, por promover o aumento da escolarização da população residente, combatendo o abandono escolar e o abandono escolar precoce, incidindo, preferencialmente, em ambas as situações, junto da população em idade ativa. Esta medida deparase, no entanto, com a grande dificuldade de implementação da Educação e

Formação de Adultos no território concelhio, sobretudo pela dependência de financiamento por parte do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e dos organismos nacionais que tutelam a formação profissional e pelo facto de existir uma rede de transportes adaptada somente à população escolar.

Desafios:

- Diminuir a taxa de analfabetismo, sobretudo das pessoas em idade ativa:
- Implementar ações de qualificação escolares e profissionais, incidindo preferencialmente junto da população em idade ativa, independentemente de estarem a beneficiar de mecanismos de proteção social;
- Desenvolver ações formativas que potenciem as competências básicas.

Existência de crianças e jovens com fraco enquadramento familiar

A existência de crianças e jovens com fraco enquadramento familiar é um fenómeno social que tem vindo a aumentar, fruto das mudanças que têm vindo a ocorrer na sociedade, que têm contribuído para uma evolução de um modelo familiar pouco favorável a um desenvolvimento equilibrado.

No concelho de Cantanhede esta é uma problemática de intervenção prioritária, razão pela qual a CPCJ apresenta 135 processos em acompanhamento.

Por este problema apresentar um grande risco social, ao ser potenciador de comportamentos desviantes, é fundamental a definição de uma estratégia de

atuação concertada e em rede, integrando a CPCJ e as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ).

Desafio:

 Promover a educação para a cidadania das crianças e jovens, processo que deve envolver os pais e/ou encarregados de educação.

Existência de jovens com fraco aproveitamento escolar ou com dificuldades de integração no mercado de trabalho

O fraco aproveitamento escolar dos jovens e as dificuldades de integração no mercado de trabalho são uma problemática de extrema importância e apresenta implicações a vários níveis.

No concelho de Cantanhede a retenção, o abandono e o absentismo escolar constituem um problema de intervenção prioritária, assumindo a aplicação de estratégias de combate adequadas um papel determinante.

A taxa de retenção apresenta uma média de 6,35% no Ensino Básico, sendo que este valor é significativamente mais baixo no 1º CEB e aumenta à medida que avançamos para o 2º e 3 º CEB, atingindo os valores mais elevados no 3º CEB, e de 17,88% no Ensino Secundário, valor que revela a existência de algumas deficiências no sistema educativo, à semelhança do restante território nacional.

Embora com valores significativamente mais baixos, no abandono escolar regista-se a mesma tendência, passando um valor praticamente nulo no Ensino Básico para 4,81% no Ensino Secundário.

Por sua vez, o absentismo escolar assume um carácter mais pontual, muitas vezes associado a alunos de etnia cigana.

Relacionado com o fraco aproveitamento escolar, mas também em muito devido ao atual contexto de crise económica, que cria obstáculos acrescidos, encontram-se as dificuldades de integração no mercado de trabalho. Para esta realidade contribui também a segmentação de mercados, que favorece quem já está integrado em detrimento dos novos que pretendem entrar no mercado de trabalho.

Em 2011 a taxa de desemprego juvenil era de 28,39% da população residente jovem, sendo que em 2001 esse valor era de 11,15%.

Pessoas com deficiência

A exposição das pessoas com deficiência e/ou incapacidade a situações de menor autonomia, fracos rendimentos, qualificações escolares baixas, falta de aptidões e de recursos pessoais e relacionais e escassez de recursos na família condiciona as oportunidades de acesso a direitos básicos e ao mercado de trabalho, dificultando muitas vezes o alcançar de estilos de vida considerados aceitáveis.

No concelho de Cantanhede o acesso das pessoas com deficiência ao emprego, formação e qualificação é um problema de intervenção prioritária, pelo que é essencial a definicão de uma estratégia de intervenção.

Desafio:

O plano de atuação a definir deve passar por elevar os níveis de escolaridade e apoiar a inserção socioprofissional das pessoas com deficiência, com vista à promoção da integração social, à redução da elevada taxa de desemprego e à diminuição das carências, contribuindo para a

valorização pessoal, social e profissional e para a redução da discriminação ainda existente.

População carenciada e em situação de risco

A população carenciada e em situação de risco é um grupo cada vez mais vasto de cidadãos, incluindo pessoas idosas, pessoas em situação de dependência, população isolada, famílias numerosas, pessoas desempregadas e jovens, entre outros.

A rede de serviços e equipamentos sociais dirigida a este grupo cada vez mais vasto de cidadãos assume-se, muitas vezes, como a sua única alternativa viável para a obtenção de um mínimo de dignidade humana e para o acesso a um primeiro patamar de inserção social, pelo que deve ser adaptada em função do risco social a que estão sujeitos.

É fundamental rentabilizar, de forma articulada, os recursos existentes ao nível do concelho, de modo a ir, numa primeira fase, ao encontro das velhas e novas necessidades desta franja da população. Esgotados os recursos endógenos, e no caso destes não se adequarem às necessidades prementes, há que recorrer aos recursos exógenos, pois a atual conjuntura económica e a redução gradual das prestações sociais para a população carenciada e em situação de risco são uma realidade bem presente no concelho de Cantanhede.

Desafios:

 Promover o acesso aos direitos/deveres de cidadania, favorecendo a integração social e a diminuição das carências económicas;

- Eliminar eventuais sobreposições no âmbito do atendimento/acompanhamento social de indivíduos e famílias em situação de pobreza e exclusão social;
- Potenciar os recursos do território, gerindo-os de forma mais eficaz.

Crianças e jovens em situação de perigo

Todas as crianças e jovens são suscetíveis de passar por experiências prejudiciais ao seu desenvolvimento, embora existam alguns grupos sociais particularmente vulneráveis. Por esta razão, combater esta realidade é urgente e prioritário.

No concelho de Cantanhede a problemática das crianças e jovens em situação de perigo é de extrema importância. Através dos dados da CPCJ é possível verificar que a negligência é a causa mais frequente para a abertura de processos, com 135 ocorrências no ano de 2012. As causas deste elevado número relacionam-se, regra geral, com questões geracionais, reduzidas competências parentais, incapacidade para a gestão dinâmica do quotidiano e dependência de álcool. As visitas domiciliárias efetuadas pelos técnicos no território concelhio têm vindo a tornar evidente a falta de competências de muitas famílias para estimular o desenvolvimento integrado das crianças e jovens.

Desafio:

· Investir em ações que promovam as competências parentais.

Pessoas vítimas de violência doméstica

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, em grande número de vezes de forma silenciosa e dissimulada. Apesar da violência doméstica, ocorrer, de forma transversal, em todas os grupos sociais e nas diversas faixas etárias, existe um perfil geral traçado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em que o autor do crime é, regra geral, do género masculino, de idade compreendida entre os 35 e os 40 anos, com baixa escolaridade e profissão de trabalhador não qualificado, apresenta dependência de álcool e antecedentes de agressão e mantém relação com a vítima de cônjuge/companheiro. Por sua vez, a vítima é maioritariamente do sexo feminino, tem idade compreendida entre os 35 e os 40 anos e apresenta relação com o autor do crime de cônjuge/companheira. De salientar que as pessoas idosas também se encaixam dentro destes números e podem ser de ambos os géneros, com prevalência do feminino. A vitimização ocorre no seio do agregado familiar e os crimes mais frequentes são a violência doméstica e os crimes contra pessoas.

No concelho de Cantanhede esta problemática apresenta fortes indícios de ocorrência, no entanto, é difícil de quantificar, não só porque na maior parte das vezes não é apresentada qualquer queixa, mas também porque acontece maioritariamente dentro de portas. Apesar de assumir a natureza de crime público, poucas são as queixas apresentadas no Destacamento de Cantanhede da Guarda Nacional Republicana (40 em 2002 e 69 em 2012) e destas são ainda menos as que transitam em julgado. No Distrito de Coimbra o número de vítimas total foi de 493 em 2002 e 554 em 2012.

Desafio:

 Criar uma rede interinstitucional de apoio ao agressor e à vítima de violência doméstica.

Inexistência de respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiguiátrico

O número de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico tem aumentado nos últimos anos, quer derivado ao aumento de esperança de vida, quer à escassez de respostas sociais específicas para este grupo-alvo, sobretudo em virtude das exigências relacionadas com os novos modelos de intervenção nesta área.

Apesar da importância crescente, esta problemática social continua a ser esquecida no planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais.

O concelho de Cantanhede não é exceção, sendo a inexistência de respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico uma realidade, o que motivou a integração desta problemática no grupo de prioridade máxima de intervenção.

Desafio:

A intervenção nesta área deve ter em conta a recuperação do potencial da pessoa com doença do foro mental ou psiquiátrico e a melhoria do seu autoconceito e da sua função social, o que passa por uma integração comunitária, sempre que se justifique, e pela promoção da qualidade de vida. A estratégia deve, assim, permitir capacitar os indivíduos a compensarem ou eliminarem os seus défices funcionais e as barreiras interpessoais e ambientais geradas pelo disfuncionamento e restaurar o potencial para a vida independente, a socialização e a gestão do quotidiano.

Insuficiência das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência

Os cidadãos com deficiência são uma das categorias mais antigas em situação de desfavorecimento.

No ano de 2011 no concelho de Cantanhede existem 8142 residentes com dificuldades⁴⁰, correspondendo a 22,2% da população residente, sendo que 14,9% residem na Freguesia de Cantanhede (1216 indivíduos) e 10,8% residem na Freguesia da Tocha (876 indivíduos).

Destes 8142 indivíduos, 3331 apresentam apenas uma dificuldade (40,9%), 1893 apresentam 2 dificuldades (23,2%), 1113 apresentam 3 dificuldades (13,7%) e 1805 apresentam 4 e mais dificuldades (22,2%). Estes valores traduzem-se numa percentagem de indivíduos no concelho com apenas uma dificuldade de 9,1%, sendo a média nacional de 7,8%.

Dos 8142 residentes que referiram apresentar uma ou mais dificuldades, 5086 apresentam idade superior a 65 anos, correspondendo a 62,5%, sendo que 3241 pertencem ao sexo feminino e 1845 pertencem ao sexo masculino.

Este problema adquire contornos mais graves quando se constata a fraca cobertura de respostas sociais especializadas para este grupo-alvo e, consequentemente, a falta de recursos humanos qualificados e materiais adaptados.

40 As dificuldades englobam 6 categorias diferentes: a) dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) dificuldade em andar ou subir degraus; d) dificuldades de memória ou de concentração; e) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender. Com a melhoria da qualidade de vida que se foi proporcionando, ao longo dos anos, ao cidadão com deficiência e/ou incapacidade, a sua esperança de vida aumentou. Se, por um lado, este facto é um regozijo, por outro lado, traz algumas preocupações, nomeadamente o envelhecimento dos seus cuidadores (por norma os pais, que por questões de idade e de saúde têm dificuldade em prestar os cuidados adequados) e a inadaptação das habitações, pelo menos das mais antigas, para quem tem mobilidade reduzida.

Desafio:

O objetivo da intervenção social junto dos cidadãos com dificuldades deve ser duplo. Por um lado, deve procurar-se que as respostas sociais existentes se adaptem às suas necessidades específicas, a sua vertente principal, e, por outro lado, quando não é possível, deve tentar-se desenvolver serviços especializados que visem promover a reabilitação, fornecer a ajuda que permita uma vida normal ou compensar a deficiência e garantir a dignidade humana.

Paralelamente, há ainda que equacionar o futuro deste tecido populacional, sobretudo quando a retaguarda familiar deixa de ter competências para os manter na família.

Insuficiência de respostas sociais para pessoas em situação de dependência

O crescente envelhecimento populacional, o aumento da esperança média de vida e a existência de um número cada vez maior de pessoas com deficiência e/ou alguma incapacidade traduz-se num acréscimo do número de pessoas em situação de dependência, as quais requerem grandes exigências

sociais e económicas e a definição de medidas e programas específicos para assegurar a sua qualidade de vida.

O envelhecimento populacional resulta da generalizada diminuição do número de nascimentos e do índice sintético de fecundidade, que nos últimos 25 anos se tem situado constantemente abaixo do limiar mínimo que permite a renovação de gerações (cerca de 2,1 filhos por mulher em idade fértil).

A realidade descrita é bem visível pelo índice de envelhecimento concelhio, que em 2011 correspondia a um valor de 192,6%, sendo que em 2001 representava 142,7%. O índice de dependência confirma esta realidade e a tendência de crescimento. O índice de dependência total em 2011 era de 60,7%, quando em 2001 era de 51,4%. Maior aumento registou o índice de dependência de idosos, que passou de 30,2 a 39,9 entre 2001 e 2011.

Por sua vez, o aumento da esperança média de vida é o resultado de um notável progresso social, em muito resultante das melhorias ao nível das condições de vida, diretamente relacionadas com a alteração dos hábitos alimentares, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

O problema assume contornos mais graves quando se constata a insuficiência das respostas sociais existentes direcionadas para as pessoas idosas e, acima de tudo, a inexistência de serviços complementares direcionados especificamente para este grupo-alvo.

Desafios:

 Implementar serviços diferenciadores e complementares que vão ao encontro das necessidades e expectativas das pessoas em situação de dependência, nomeadamente o Serviço de Apoio Domiciliário 24h por dia e 7 dias por semana, com uma equipa multidisciplinar e/ou telealarme, e a continuidade do alargamento da rede nacional de cuidados continuados, a fim de proporcionar os cuidados necessários a este tecido populacional e/ou garantir o descanso do cuidador;

 Dar continuidade à formação/qualificação continua dos/as profissionais afetos aos serviços/respostas identificadas.

Degradação do parque habitacional

A habitação é um requisito básico para a condição humana consagrado na Constituição Portuguesa. Esta importância advém do facto das condições de habitabilidade serem um mecanismo de vulnerabilidade gerador de pobreza e potenciador da exclusão social. O problema da habitação assume-se, assim, como relevante face ao reflexo que tem na qualidade de vida das populações, quer pela precariedade dos edifícios físicos, quer pelos problemas sociais e de saúde que daí advêm.

O concelho de Cantanhede apresenta um parque habitacional antigo e degradado. Segundo os dados dos Censos de 2011, a época de maior expansão do parque habitacional correspondeu ao período entre 1970 e 1990, com uma percentagem de 36,6%, seguida duma fase de ligeira recessão do crescimento que permanece até à atualidade. Com base nestes valores é possível constatar que 35,8% do parque habitacional é anterior aos anos 70, pelo que se apresenta envelhecido e com materiais de construção pobres. A este problema acresce a inexistência de habitação social no território concelhio.

Desafio:

Desenvolver e manter uma política de apoio habitacional.

PRIORIDADE MÉDIA DE INTERVENÇÃO

Pessoas com dependências aditivas

O alcoolismo é um grave problema que atinge a sociedade como um todo, uma vez que não atinge unicamente as pessoas dependentes do álcool, mas tem também repercussões em toda a estrutura familiar e relacional, originando situações de conflito mais ou menos recorrentes.

No concelho de Cantanhede a cultura vitivinícola e as raízes culturais servem, ainda, como camuflagem da existência de elevados comportamentos aditivos associados ao álcool. Segundo números da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., o território concelhio apresentava no ano de 2012 cerca de 97 bebedores excessivos, número que deixa de fora todos os bebedores excessivos que não recorrem aos serviços. Perante esta realidade há que assumir e investir em estratégias de prevenção adequadas.

Embora menos evidente, a dependência de substâncias psicoativas é outra problemática que afeta o concelho de Cantanhede, pelo que carece igualmente de intervenção. Segundo dados da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., no ano de 2012 o território concelhio apresentava um valor de 27 toxicodependentes.

Desafios:

- · Investir em campanhas de sensibilização e prevenção;
- Dar continuidade à intervenção/acompanhamento/tratamento.

Pessoas idosas em situação de isolamento/Insuficiência das respostas sociais de Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia

O isolamento das pessoas idosas é uma problemática que tem vindo a aumentar no território nacional, contribuindo o atual contexto de crise económica para o agravar desta situação, pela dificuldade acrescida que cria no acesso a bens e serviços, muitas vezes essenciais, como os cuidados de saúde.

Para este contribuiu também, no concelho de Cantanhede, o êxodo para os grandes centros e a emigração que se fez sentir nas décadas passadas. Os jovens partiram à procura de novas oportunidades deixando para trás os pais, os idosos de agora, sem estruturas de suporte e de retaguarda familiar e com redes de vizinhança igualmente fragilizadas e envelhecidas.

No concelho de Cantanhede existem ainda pessoas idosas isoladas com dificuldades ao nível dos transportes e das deslocações. Apesar da rede viária concelhia ser boa, a vasta área do território (o segundo maior concelho, em área, do distrito de Coimbra) e a insuficiente rede de transportes conduzem ao isolamento em alguns lugares, em especial durante os períodos de férias escolares.

Esta situação apresenta contornos mais graves ao se considerar que o território concelhio tem um índice de envelhecimento elevado (192,6) e que este apresenta uma tendência de crescimento que se pode considerar preocupante para um concelho com as características de Cantanhede.

Paralelamente, o concelho de Cantanhede revela uma taxa de cobertura de respostas sociais para pessoas idosas considerada razoável, razão pela qual a insuficiência das respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro

de Dia e Lar de Idosos está classificada como prioridade média de intervenção.

Não obstante a razoável taxa de cobertura de respostas sociais para pessoas idosas, existem ainda algumas freguesias do território concelhio que não apresentam qualquer resposta social associada a este grupo alvo.

A este facto acresce a elevada taxa de utilização das respostas sociais existentes, em especial do Serviço de Apoio Domiciliário e do Lar de Idosos, que atingem valores muito próximos dos 100%, bem como o crescente envelhecimento populacional, que contribui para o aumentar da procura das mesmas.

Desafio:

 Alargar a resposta social de Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, possibilitando um serviço de maior proximidade junto deste tecido populacional.

Pessoas com dificuldade no acesso e na aquisição de medicamentos

O crescente envelhecimento populacional, o aumento da esperança média de vida, a existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crónicas e as baixas reformas são responsáveis pela existência de um número elevado de pessoas com dificuldades no acesso e na aquisição de medicamentos.

A presente conjuntura veio contribuir de forma decisiva para o aumentar deste grupo, pelo agravamento das condições socioeconomicas que provoca, nomeadamente através da redução das prestações sociais e do aumento do

custo de vida, bem visível no acesso aos cuidados de saúde, através das taxas moderadoras.

As pessoas idosas são o grupo mais afetado, vivendo, em muitos dos casos, sozinhas, sem recursos e martirizadas por doenças que esgotam a pequena reforma nos medicamentos que todos os meses têm de comprar na farmácia, acabando muitas vezes não os adquirirem, prejudicando, deste modo, o seu frágil estado de saúde.

Desafio:

A implementação de apoios que permitam não só aumentar a qualidade de vida de quem mais precisa, mas também aliviar as suas despesas mensais é fundamental, tal poderia ser concretizado através da criação de um Banco de Medicamentos ou outra modalidade que permita o acesso aos medicamentos a quem precisa e não tem condições económicas para os adquirir.

Comunidade imigrante/emigrante

Portugal foi durante séculos um país onde uma parte significativa da sua população se viu forçada a emigrar para poder sobreviver. Paralelamente, nos vinte últimos anos tornou-se também num destino para muitos imigrantes.

Embora o *boom* da imigração já tenha abrandado e tenha sido novamente a emigração a ganhar outro fôlego, este fenómeno continua a verificar-se.

O concelho de Cantanhede, apesar de ser tradicionalmente um território emissor, acompanhou esta realidade, tendo a comunidade imigrante assumido bastante relevo.

Em 2001 eram 406 os imigrantes no território concelhio, maioritariamente provenientes de França, Brasil e PALOPS. Até 2011 este valor registou um

aumento, passando para 468 o número total de imigrantes. Estes eram maioritariamente provenientes da América, Europa, África e Ásia.

Paralelamente a este fenómeno assistimos também ao regresso dos emigrantes à "Terra Natal".

Desafio:

Facilitar, a esta comunidade, o acesso aos serviços de modo a possibilitar o exercício dos seus direitos de cidadania.

Insuficiência de apoio às IPSS's e entidades equiparadas

Se o papel das IPSS's na sociedade portuguesa já era relevante, no contexto de mudanças estruturais profundas, provocadas pela grave crise económica e social que o nosso país atravessa, a sua importância ganhou uma nova dimensão.

As situações de alarme social tornam-se a cada dia mais visíveis e estas entidades são procuradas, pela população e pelos serviços, para dar respostas a antigas e novas formas de fragilidade social e económica.

Mas os desafios que se colocam à atuação das IPSS's aumentam a cada dia, não só na resposta às necessidades sociais crescentes, mas também no seu modelo de financiamento, uma vez que a escassez de recursos públicos, atual e prevista para os próximos anos, tornam o sistema existente irrealista e insustentável.

Desafio:

Embora o concelho de Cantanhede apresente uma rede de IPSS's com uma boa cobertura a prestar auxílio à população concelhia, a insuficiência de apoio às entidades não deixa de ser uma realidade, sendo por isso necessário reequacionar o seu modelo de funcionamento e de financiamento, acrescentado valor nos serviços, recorrendo ao voluntariado e, eventualmente, apelando à responsabilidade social das empresas.

Neste contexto surge a necessidade de uma visão nacional para a concessão de financiamento às IPSS's e a urgência destas encontrarem outras soluções de sustentabilidade, recorrendo diretamente, por exemplo, a programas do espaco da União Europeia.

Importante é também dar continuidade à formação/qualificação contínua dos profissionais e dirigentes afetos às entidades.

Existência de pessoas com mobilidade reduzida

O direito à mobilidade, no quadro da livre circulação e utilização dos espaços, é um direito fundamental de todos. As barreiras urbanísticas, as ruturas das continuidades dos percursos, a insensibilidade na colocação do mobiliário urbano, os estacionamentos abusivos, entre outros, são sinais de cultura anacrónica.

Desafio:

Desenhar territórios acessíveis, livres de obstáculos, representa uma enorme mais-valia para todos, introduzindo patamares de segurança e conforto e permitindo a sustentabilidade ao longo das gerações futuras. Um concelho acessível é um território mais competitivo e inclusivo.

Por esta razão importa identificar as fragilidades sociais e físicas do concelho de Cantanhede ao nível das acessibilidades e definir prioridades estratégicas para as pessoas com mobilidade reduzida. Interessa, ainda, dar

continuidade à política de acessibilidade territorial concelhia que tem vindo a ser desenvolvida.

Falta de motivação da sociedade civil para o associativismo e o voluntariado

Os fenómenos do associativismo e do voluntariado têm vindo a adquirir uma importância crescente, sendo considerados cada vez mais uma maisvalia no desenvolvimento da sociedade civil.

Mas do mesmo modo que é reconhecida a importância do associativismo e do voluntariado, é igualmente conhecida a dificuldade, muitas vezes existente, em motivar as pessoas para a sua prática.

No concelho de Cantanhede existe uma forte cultura associativista, sendo prova disso mesmo a proliferação de IPSS's no território concelhio.

O voluntariado pode ser uma oportunidade impar de participação dos cidadãos, assumindo-se como uma resposta moderna aos desafios da sociedade com carácter de proximidade em relação às pessoas e às comunidades e como um forte valor intrínseco para o reforço da solidariedade e da coesão social.

Fraca dinâmica de algumas instituições existentes no território municipal

O forte associativismo existente no concelho de Cantanhede vê a sua importância esbatida pela frágil interação de algumas instituições existentes no território concelhio.

O concelho de Cantanhede apresenta 28 IPSS's a desenvolverem respostas sociais tipificadas, o que, comparativamente aos restantes 16 concelhos que compõem o Distrito de Coimbra, é uma excelente cobertura.

Algumas destas entidades permanecem, no entanto, voltadas para o seu interior, não dando a conhecer os seus projetos e não consultando quer a comunidade local, quer os outros atores sociais, duplicando serviços e criando desperdícios numa sociedade de bens escassos.

Desafio:

Importa, por isso, transitar para uma fase de desenvolvimento seguinte, em que se passem a estabelecer relações de sinergia e rentabilização dos recursos existentes, através da prestação de serviços entre IPSS's, de forma a rentabilizar todo o investimento. Em suma, é fundamental promover a articulação interinstitucional, potenciando os recursos locais existentes e facilitando a sustentabilidade futura.

Concluída a primeira etapa, em que todos os parceiros sociais assumem os problemas do concelho de Cantanhede, torna-se fundamental a criação de respostas para a sua resolução. Tendo como lógica a complementaridade entre respostas sociais, todos os agentes sociais devem refletir no contributo que cada um poderá dar, de forma a colmatar e ultrapassar as necessidades existentes.

Algumas Considerações Finais

A elaboração da Carta Social do Município de Cantanhede surge no seguimento da necessidade de desenvolver um instrumento de planeamento contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais.

O desenvolvimento deste instrumento de planeamento pretende fazer do território municipal um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Para que o projeto possa atingir os seus objetivos, este, para além de integrar um diagnóstico do sistema social, incluiu ainda um conjunto de questões relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais e uma componente dinâmica. O conhecimento do território, da demografia, que inclui as projeções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde e do lazer e turismo assume um papel preponderante para a perceção da realidade presente e futura do território.

A integração de todas estas variáveis numa plataforma dinâmica que permite, além da simples consulta da informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, a visualização e atualização de todos os níveis de informação que integram este projeto ou mesmo a introdução de novas variáveis, permitiu que este se assumisse como uma ferramenta de ordenamento do território por excelência.

A Carta Social do Município de Cantanhede é, assim, composta por duas componentes fundamentais, uma primeira, o relatório, entendido como um documento estático, e uma segunda, a plataforma dinâmica, que se assume

como um instrumento de trabalho de carácter intemporal e dotado de uma capacidade de resposta em tempo real que proporciona ao utilizador e a quem planeia uma capacidade de previsão e decisão impensável até há uma ou duas décadas atrás.

Este projeto pretendeu, deste modo, ser um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da investigação social, da preparação da tomada de decisão e da facilidade de acesso à informação.

Para o cumprimento da finalidade a que se propôs, na sua componente de relatório este projeto é constituído por três partes distintas, o Diagnóstico Social, o PDS e o PA.

No PDS foi efetuada, com base no Diagnóstico Social, a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção para um horizonte temporal de 3 anos.

O PDS assume-se, assim, como um documento estruturante, participado e prospetivo que é acordado como matriz orientadora para a dinamização e articulação das políticas sociais e das medidas concretas de um território.

A elaboração do PDS seguiu uma metodologia participativa, tentando-se que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração.

O PDS operacionaliza-se através do PA, um instrumento de planeamento, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010 e dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos e específicos identificados no PDS, se determinaram as prioridades, as ações, as metodologias e os parceiros para um horizonte temporal de 1 ano.

Este instrumento de planeamento tem por objetivo tornar clara e lógica a sequência das atividades previstas e pretende-se a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

Através destas ferramentas pretendeu-se mobilizar ativamente os agentes públicos e privados e a sociedade civil para a dinamização e articulação de políticas sociais e de medidas concretas que visem promover a otimização dos recursos existentes e previstos.

Conceitos como a sustentabilidade, a articulação, a participação, a inovação e a coesão foram fundamentais para a consolidação de uma intervenção social, estrategicamente planeada e competitiva e inserida num quadro social mais justo e numa sociedade inclusiva.

Bibliografia

Amaral, M. F. e Vicente, M. O. (2000) – "Grau de dependência dos idosos inscritos no Centro de Saúde de Castelo Branco", Revista Portuguesa de Saúde Pública, volume 18, n.º 2;

Bonfim, C. J., Garrido, M. M., Saraiva, M. E. e Veiga, S. M. (1996) – *Guião Técnico n.º 3,* Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Bonfim, C. J. e Saraiva, M. E. (1996) – Guião Técnico n.º 8, Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Bonfim, C. J., Saraiva, M. E., Curto, M. J., Abrantes, M. L. e Ferreira, S. P. (2000) – *Guião Técnico n.º 15*, Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Bonfim, C. J. e Veiga, S. M. (1996) – Guíão Técnico n.º 7, Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Constituição da República, Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, Diário da República, n.º 155, I Série – A, Lisboa;

Convenção sobre os Direitos da Criança, Decreto do Presidente da República n.º 49/90 de 12 de Setembro, Diário da República, n.º 211, I Série – A, Lisboa;

Cunha, P. P. (1996) – "Unidades litostratigráficas do Terciário da Beira Baixa (Portugal)", Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro, tomo 82;

Declaração Universal dos Direitos do Homem, Diário da República, n.º 57/78, I Série - A, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística - IX Recenseamento Geral da População, 1950, tomo I, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística - IX Recenseamento Geral da População, 1950, tomo II, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – X Recenseamento Geral da População, 1960, tomo I, volume 1º, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – 11º Recenseamento da População, 1970, estimativa a 20%, 1º volume, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Recenseamentos da População e da Habitação, 1981, Distrito de Coimbra, resultados definitivos, XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Censos 1991, resultados definitivos, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001, resultados definitivos, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa:

Instituto Nacional de Estatística – Estimativas definitivas de população residente intercensitárias: Portugal, NUTS II, NUTS III e concelhos, 1991/2000, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e concelhos, 2001/2002, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e concelhos, 2003, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e concelhos, 2004, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística – Dados comparativos 1991-2001, cd-rom, versão 1.0, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;

Instituto Nacional de Estatística e Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1999) – Indicadores urbanos do continente, Lisboa;

Macedo, E. D. (1998) – Guião Técnico n.º 13, Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Ré, O. (coord), Martins, A. C., Dias, E. S., Ramos, E., Guerra, F., Miralto, I., Nogueira, J. M., Silveira, R. e Costa, V. (2000) – Carta Social – Rede de serviços e equipamentos, DEEP – Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento, Lisboa;

Rocha, M. B. P., Couceiro, M. E. e Madeira, M. I. R. (1996) – *Guião Técnico n.º 4*, Direção Geral de Ação Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;

Serviço Meteorológico Nacional (1965) – "Normais climatológicas do continente, Açores e Madeira correspondentes a 1931-1960", O clima de Portugal, fascículo XIII, Serviço Meteorológico Nacional, Lisboa.

Endereços na Internet

http://www.bancoalimentar.pt

http://www.cartasocial.pt

http://www.dgeep.mtss.gov.pt

http://www.idt.pt

http://www.iefp.pt

http://www.ine.pt

http://www.mtss.gov.pt

http://www.seg-social.pt

http://www.socialgest.pt

http://www.cnrsi.pt/

Legislação

Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro, Diário da República, n.º 254, I Série, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 75/98 de 19 de Novembro, Diário da República, n.º 268, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, Diário da República, n.º 204, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, Diário da República, n.º 215, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, Diário da República, n.º 219, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei nº 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, Diário da República, nº 9, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, Diário da República, n.º 117, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 38/2004 de 18 de Agosto, Diário da República, n.º 194, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto, Diário da República, n.º 165, I Série - A, Assembleia da República, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto, Diário da República, n.º 179, Série I, Ministério do Emprego e Segurança Social, Lisboa;

Decreto-lei n.º 7/99 de 8 de Janeiro, Diário da República, n.º 6, I Série - A, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 164/99 de 13 de Maio, Diário da República, n.º 111, I Série - A, Ministérios da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 388/99 de 30 de Setembro, Diário da República, n.º 229, I Série, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de Dezembro, Diário da República, n.º 300, I Série - A, Ministério do Trabalho e Solidariedade, Lisboa;

Decreto-lei n.º 39/2001 de 9 de Fevereiro, Diário da República, n.º34, I Série - A, Ministério do Equipamento Social, Lisboa;

Decreto-lei n.º 25/2002 de 11 de Fevereiro, Diário da República, n.º 35, I Série - A, Ministério do Equipamento Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, Diário da República, n.º 259, I Série - A, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 135/2004 de 3 de Junho, Diário da República, n.º 130, I Série - A, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de Fevereiro, Diário da República, n.º 39, I Série - A, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de Junho, Diário da República, n.º 109, I Série - A, Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, Diário da República, n.º 114, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 54/2007 de 12 de Março, Diário da República, n.º 150, I Série, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 164/2007 de 3 de Maio, Diário da República, n.º 85, I Série, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, Diário da República, n.º 4, I Série, Ministério da Educação, Lisboa;

Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho, Diário da República, n.º 115, I Série, Assembleia da República, Lisboa;

Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro, Diário da República, n.º 36, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;

Despacho Conjunto n.º 891/99, Diário da República, n.º 244, Il Série, Ministério da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;

Despacho n.º 1408 de 20 de Dezembro de 2007, Diário da República, n.º 8, Il Série, Assembleia da República, Lisboa;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997, Diário da República, n.º 267 Série I, Conselho de Ministros, Lisboa;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010 de 25 de Maio, Diário da República, n.º 101, Série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa;

Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril, Diário da República, n.º 65, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Portaria n.º 285/2008 de 10 de Abril, Diário da República, n.º 71, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;

Declaração de Retificação n.º 10-0/98, Diário da República, n.º 125, Série I, Conselho de Ministros, Lisboa;

Regulamento (CEE) n.º 3730/87 de 10 de Dezembro, Jornal Oficial da União Europeia, L 352 de 15 de Dezembro de 1987, Comissão Europeia;

Regulamento (CEE) n.º 3149/92 de 29 de Outubro, Jornal Oficial da União Europeia, L 313 de 30 de Outubro de 1992, Comissão Europeia.

Índices

Índice de Quadros

Quadro 1 - Matriz de enquadramento lógico de 2008-2010	21
Quadro 2 - População residente, de 1991 a 2011.	53
Quadro 3 - Evolução da população residente e variação populacional no concelho, de 1950 a 2011.	56
Quadro 4 - Variação da população residente, entre 1991 e 2011.	57
Quadro 5 - Nados-vivos, de 1991 a 2011	59
Quadro 6 - Óbitos, de 1991 a 2011	60
Quadro 7 - Dinâmica natural, de 1991 a 2011	61
Quadro 8 - Dinâmica natural, em 2001 e 2011.	62
Quadro 9 - Dinâmica da população, entre 2001 e 2011.	63
Quadro 10 - População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, de 1991 a 2011	64
Quadro 11 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2001 e 2011	67
Quadro 12 - População residente com pelo menos uma dificuldade	69
Quadro 13 - Dificuldades identificadas pela população residente, segundo o grupo etário e o grau de dificuldade	70
Quadro 14 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011	70
Quadro 15 - População residente, sobreviventes e variação, entre 2011 e 2031	73
Quadro 16 - População residente, sobreviventes e variação, com saldo migratório, entre 2011 e 2031	74
Quadro 17 - Nados-vivos, entre 2011 e 2031	75
Quadro 18 - Taxa de natalidade, entre 2011 e 2031 (‰).	75
Quadro 19 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 0 a 4 anos, entre 2011 e 2031	76
Quadro 20 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 5 a 9 anos, entre 2011 e 2031	76
Quadro 21 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 10 a 14 anos, entre 2011 e 2031	77
Quadro 22 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 15 a 19 anos, entre 2011 e 2031	77
Quadro 23 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 65 e mais anos, entre 2011 e 2031	78
Quadro 24 - População total residente e sobreviventes por grupo etário no concelho, entre 2011 e 2031	79
Quadro 25 - População masculina residente e sobreviventes por grupo etário, entre 2011 e 2031.	79
Quadro 26 - População feminina residente e sobreviventes por grupo etário, entre 2011 e 2031	79
Quadro 27 - População residente, sobreviventes e variação por escalão etário no concelho, entre 2011 e 2031	79
Quadro 28 - Índice de envelhecimento e estrutura da população no concelho, entre 2011 e 2031 (%)	80
Quadro 29 - Índice de envelhecimento, entre 2011 e 2031 (%).	80

Quadro 30 - Índice de dependência, entre 2011 e 2031 (%)	81
Quadro 31 - População residente segundo a nacionalidade	
Quadro 32 - População residente segundo o continente de origem, em 2011.	
Quadro 33 - Tipo de famílias	
Quadro 34 - Número de pessoas por família (Nº).	
Quadro 35 - Famílias clássicas segundo a dimensão.	
Quadro 36 - Variação das famílias clássicas segundo a dimensão entre 2001 e 2011 (%).	
Quadro 37 - Famílias clássicas segundo a estrutura etária dos membros da família em 2011	
Quadro 38 - Tipo de utilização dos edifícios.	
Quadro 39 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios	
Quadro 40 - Edifícios segundo o número de pavimentos, em 2001 e 2011	
Quadro 41 - Edifícios segundo o número de alojamentos, em 2011	
Quadro 42 - Edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2011.	
Quadro 43 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (Nº)	
Quadro 44 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (%).	
Quadro 45 - População ativa e variação	
Quadro 46 - Taxa de atividade (%)	
Quadro 47 - População empregada segundo o setor de atividade.	
Quadro 48 - População empregada segundo situação na profissão	
Quadro 49 - População empregada segundo os grupos de profissões em 2011.	
Quadro 50 - População desempregada, variação e taxa de desemprego.	
Quadro 51 - População residente desempregada segundo o principal meio de vida	
Quadro 52 - Pensionistas (pessoas por 1000 habitantes)	
Quadro 53 - Pensionistas (%).	
Quadro 54 - Variação dos pensionistas (%).	
Quadro 55 - Pensões anuais por beneficiário (Euros)	
Quadro 56 - Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes).	
Quadro 57 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (Nº)	
Quadro 58 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (%)	104

Quadro 59 - Subsídio de desemprego anual por desempregado (Euros).	104
Quadro 60 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes)	104
Quadro 61 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por grupo etário (№)	105
Quadro 62 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por grupo etário (%)	105
Quadro 63 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por tipo de família (№).	106
Quadro 64 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção por tipo de família (%)	107
Quadro 65 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (Nº)	107
Quadro 66 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (%)	108
Quadro 67 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (Nº)	109
Quadro 68 - Beneficiários de Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (%)	109
Quadro 69 - Indicador per capita	110
Quadro 70 - Oferta e procura da rede educativa, no ano letivo 2008/2009	111
Quadro 71 - População residente segundo o nível de ensino atingido, em 2011	112
Quadro 72 - Analfabetos com 10 ou mais anos por freguesia, em 2001 e 2011 (Nº)	113
Quadro 73 - Taxa de analfabetismo, em 2001 e 2011 (%)	113
Quadro 74 - População residente segundo o nível de ensino atingido, no concelho, em 2011	114
Quadro 75 - Infraestruturas básicas de saúde, em 2011	114
Quadro 76 - Serviços complementares de diagnóstico, em 2002	115
Quadro 77 - Médicos segundo as especialidades no concelho de Cantanhede em 2011	115
Quadro 78 - Consultas efetuadas nos centros de saúde ou extensões segundo as especialidades, em 2011	115
Quadro 79 - Indicadores de saúde, em 2011	116
Quadro 80 - Número de ocorrências de incêndios florestais no ano de 2010	120
Quadro 81 - Rede de serviços e equipamentos sociais	126
Quadro 82 - Rede de entidades gestoras dos equipamentos sociais	131
Quadro 83 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	134
Quadro 84 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia	135
Quadro 85 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.	138
Quadro 86 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo	140
Quadro 87 - Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia	143

Quadro 88 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia	147
Quadro 89 - Caracterização geral da resposta social Creche	149
Quadro 90 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Creche	152
Quadro 91 - Fontes de financiamento da resposta social Creche	153
Quadro 92 - Caracterização geral da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar	154
Quadro 93 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar	156
Quadro 94 - Fontes de financiamento da resposta social de Estabelecimento de Educação Pré-escolar	158
Quadro 95 - Caracterização geral da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.	158
Quadro 96 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres	160
Quadro 97 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres	162
Quadro 98 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Infância e Juventude	164
Quadro 99 - Fontes de financiamento da resposta social Lar de Infância e Juventude	165
Quadro 100 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia	166
Quadro 101 - Caracterização geral da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	170
Quadro 102 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	172
Quadro 103 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.	173
Quadro 104 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	174
Quadro 105 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	174
Quadro 106 - Fontes de financiamento da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.	175
Quadro 107 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Convívio	177
Quadro 108 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Convívio.	177
Quadro 109 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Convívio.	178
Quadro 110 - Caracterização geral da resposta social Centro de Dia.	179
Quadro 111 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Dia	181
Quadro 112 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Dia	182
Quadro 113 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Dia.	183
Quadro 114 - Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Noite	183
Quadro 115 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Noite	185
Nuadro 116 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Noite	185

Quadro 117 -	· Caracterização geral da resposta social Lar de Idosos.	186
Quadro 118 -	· Caracterização dos clientes, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Lar de Idosos	188
Quadro 119 -	· Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Idosos.	189
Quadro 120 -	· Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Lar de Idosos	190
Quadro 121 -	· Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Lar de Idosos.	190
Quadro 122 -	Fontes de financiamento da resposta social Lar de Idosos.	191
Quadro 123 -	· Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.	194
Quadro 124 -	Fontes de financiamento da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.	195
Quadro 125 -	· Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar Residencial	197
Quadro 126 -	Fontes de financiamento da resposta social Lar Residencial	198
Quadro 127 -	Rede de outras políticas, programas e medidas	213
Quadro 128 -	· Caracterização dos idosos sozinhos ou isolados segundo o apoio	225
Quadro 129 -	· Caracterização da oferta formativa da Formação Profissional	227
Quadro 130 -	Freguesias de residência dos clientes da Formação Profissional.	227
Quadro 131 -	· Caracterização dos voluntários colocados segundo a instituição de acolhimento.	232
Quadro 132 -	· Caracterização dos voluntários colocados segundo a área de intervenção	232
Quadro 133 -	· Distribuição dos Projetos Gratuitos por freguesia entre os anos de 2007 e 2010	242
Quadro 134 -	· Distribuição do Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente por freguesia entre os anos de 2007 e 2	2010.244
Quadro 135 -	Rede de mecanismos de intervenção integrada	255
Quadro 136 -	Fontes de financiamento da Unidade de Convalescença	264
Quadro 137 -	Fontes de financiamento da Unidade de Cuidados Paliativos	265
Quadro 138 -	Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.	271
Quadro 139 -	- Análise SWOT	273
Quadro 140 -	· Serviços e equipamentos sociais que encerraram após o levantamento de campo	284
Quadro 141 -	· Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.	285
Quadro 142 -	· Serviços e equipamentos sociais previstos.	286
Quadro 143 -	Plano de Desenvolvimento Social	287
Quadro 144 -	Plano de Ação.	296

Índice de Figuras

Figura 1 - Acesso à plataforma dinâmica	29
Figura 2 - Visualização das características de um equipamento social	30
Figura 3 - Construção de gráficos.	31
Figura 4 - Construção de pirâmides etárias	31
Figura 5 - Visualização da informação geográfica	32
Figura 6 - Enquadramento administrativo do concelho de Cantanhede	38
Figura 7 - Hipsometria	39
Figura 8 - Declives	41
Figura 9 - Declives preferenciais.	42
Figura 10 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Dunas de Mira.	43
Figura 11 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Montemor-o-Velho	44
Figura 12 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Coimbra/Bencanta	44
Figura 13 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Dunas de Mira	44
Figura 14 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Montemor-o-Velho.	45
Figura 15 - Temperaturas médias máximas, mínimas e médias mensais da estação meteorológica de Coimbra/Bencanta	45
Figura 16 - Rede de acessibilidades.	47
Figura 17 - Evolução do construído no concelho de Cantanhede.	50
Figura 18 - Carta de ocupação do solo do concelho de Cantanhede	51
Figura 19 - População residente, de 1991 a 2011	53
Figura 20 - População residente em 2011 e variação populacional entre 2001 e 2011	55
Figura 21 - Evolução da população residente, de 1950 a 2011	56
Figura 22 - Variação da população residente, entre 1991 e 2001	57
Figura 23 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de1991 a 2011	61
Figura 24 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, em 2011	62
Figura 25 - População residente, segundo os grandes grupos etários, de 1991 a 2011.	64
Figura 26 - Pirâmide etária da população residente no concelho entre 2001 e 2011	65
Figura 27 - Pirâmide etária da população residente no concelho de Cantanhede entre 1950 e 2011	65
Figura 28 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau dificuldade, em 2011	70
Figura 29 - População desempregada, segundo o sexo e categoria, no concelho de Cantanhede em 2011.	97

Figura 30 - População desempregada, segundo o sexo e idade, em 2011.	98
Figura 31 - População desempregada, segundo o sexo e habilitação literária, em 2011	98
Figura 32 - Desempregados e beneficiários do subsídio de desemprego em 2011.	98
Figura 33 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e idade, em 2011.	98
Figura 34 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e habilitação literária, em 2011	99
Figura 35 - Desempregados, segundo a freguesia de residência e idade, com a categoria de 1º emprego, em 2011	99
Figura 36 - Criminalidade nos postos territoriais de Ançã, Cantanhede e Tocha.	117
Figura 37 - Evolução da sinistralidade rodoviária no concelho de Cantanhede em 2010	118
Figura 38 - Tipologia dos sinistros rodoviários no concelho de Cantanhede em 2010.	119
Figura 39 - Áreas de intervenção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente.	119
Figura 40 - Causas dos incêndios florestais no ano de 2010.	120
Figura 41 - Programas criados pela secção de programas especiais no ano de 2010	120
Figura 42 - Ações de sensibilização do Programa Escola Segura no ano de 2010	121
Figura 43 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia	134
Figura 44 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia	136
Figura 45 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia	137
Figura 46 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho	139
Figura 47 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.	139
Figura 48 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.	140
Figura 49 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho.	141
Figura 50 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.	141
Figura 51 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, no concelho.	142
Figura 52 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia	142
Figura 53 - Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.	144
Figura 54 - Início de funcionamento das respostas sociais.	144
Figura 55 - Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, no concelho	145
Figura 56 - Capacidade, frequência, lotação do acordo e clientes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo, no concelho	146
Figura 57 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia	148
Figura 58 - Distribuição da resposta social Creche, por freguesia	150

Figura 59 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Creche, por freguesia	151
Figura 60 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Creche	151
Figura 61 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Creche.	152
Figura 62 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Creche	152
Figura 63 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia	154
Figura 64 - Distribuição da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia	155
Figura 65 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar	156
Figura 66 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar	157
Figura 67 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar	157
Figura 68 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres, por freguesia	158
Figura 69 - Distribuição da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres, por freguesia	159
Figura 70 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres	160
Figura 71 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres	161
Figura 72 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres	161
Figura 73 - Distribuição da resposta social Lar de Infância e Juventude, por freguesia	163
Figura 74 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da resposta social Lar de Infância e Juventude	164
Figura 75 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Infância e Juventude	164
Figura 76 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia	167
Figura 77 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia	170
Figura 78 - Distribuição da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.	171
Figura 79 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	172
Figura 80 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	173
Figura 81 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio D	omiciliário.173
Figura 82 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	174
Figura 83 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário	175
Figura 84 - Distribuição da resposta social Centro de Convívio, por freguesia.	176
Figura 85 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Convívio	177
Figura 86 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Convívio.	178
Figura 87 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Centro de Dia, por freguesia	179

Figura 88 - Distribuição da resposta social Centro de Dia, por freguesia.	180
Figura 89 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Dia	181
Figura 90 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Dia	182
Figura 91 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Dia.	182
Figura 92 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite	183
Figura 93 - Distribuição da resposta social Centro de Noite, por freguesia.	184
Figura 94 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Noite.	185
Figura 95 - Capacidade, frequência e clientes com e sem acordo da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.	186
Figura 96 - Distribuição da resposta social Lar de Idosos, por freguesia	187
Figura 97 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos	
Figura 98 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar de Idosos.	189
Figura 99 - Caracterização dos candidatos em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos	189
Figura 100 - Freguesias de residência dos candidatos em lista de espera da resposta social Lar de Idosos.	190
Figura 101 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Idosos.	191
Figura 102 - Distribuição da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais, por freguesia.	193
Figura 103 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais	194
Figura 104 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais	194
Figura 105 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais.	195
Figura 106 - Distribuição da resposta social Lar Residencial, por freguesia	196
Figura 107 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Lar Residencial	197
Figura 108 - Freguesias de residência dos clientes da resposta social Lar Residencial.	197
Figura 109 - Caracterização dos recursos humanos da reposta social Lar Residencial	198
Figura 110 - Distribuição da resposta social Centro de Férias e Lazer, por freguesia	201
Figura 111 - Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mês e ano	204
Figura 112 - Evolução dos montantes processados no Rendimento Social de Inserção por mês e ano.	204
Figura 113 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Rendimento Social de Inserção	205
Figura 114 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Rendimento Social de Inserção	
Figura 115 - Freguesias de residência dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.	205
Figura 116 - Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente por freguesia	206

Figura 117 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Rendimento Social de Inserção	206
Figura 118 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção	206
Figura 119 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção	206
Figura 120 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção	207
Figura 121 - Caracterização dos beneficiários do CSI por sexo e idade	208
Figura 122 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	210
Figura 123 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	210
Figura 124 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	211
Figura 125 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alir Carenciados	
Figura 126 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	211
Figura 127 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alir Carenciados	
Figura 128 - Objetivos e indicadores de desempenho do CRI	220
Figura 129 - Áreas de intervenção do CRI	
Figura 130 - Organização e funcionamento do CRI.	222
Figura 131 - Evolução do número de crianças no Projeto Integrado de Intervenção Precoce por ano letivo	223
Figura 132 - Caracterização das crianças, segundo a idade, no Projeto Integrado de Intervenção Precoce por ano letivo.	223
Figura 133 - Caracterização dos idosos sozinhos ou isolados segundo a idade	224
Figura 134 - Freguesias de residência dos idosos sozinhos ou isolados	225
Figura 135 - Freguesias de residência dos clientes da Formação Profissional	228
Figura 136 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo o sexo e idade.	230
Figura 137 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a freguesia de residência.	231
Figura 138 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a disponibilidade de integração	231
Figura 139 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a situação profissional	231
Figura 140 - Caracterização dos voluntários inscritos segundo a área de intervenção	232
Figura 141 - Caracterização dos voluntários segundo o sexo e idade.	234
Figura 142 - Caracterização dos voluntários segundo a freguesia de residência.	235
Figura 143 - Caracterização dos voluntários segundo a situação profissional	235
Figura 144 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	250

igura 145 - Freguesias de residência das crianças e jovens da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	251
Figura 146 - Relação entre o número de crianças e jovens da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a população residente no grupo etál 9 anos, por freguesia.	
igura 147 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os motivos de intervenção, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	251
igura 148 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	258
igura 149 - Caracterização da população utente, segundo a idade, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	258
Figura 150 - Caracterização da população utente, segundo o estado civil, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	258
Figura 151 - Caracterização da população utente, segundo o nível de ensino, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	259
Figura 152 - Caracterização da população utente, segundo a situação profissional, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	259
igura 153 - Caracterização da população utente, segundo as freguesias de residência, do Centro de Respostas Integradas de Coimbra	259
Figura 154 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da Unidade de Convalescença	263
Figura 155 - Caracterização dos clientes, segundo o sexo e idade, da Unidade de Cuidados Paliativos	264
Figura 156 - Parâmetros orientadores da programação da rede de serviços e equipamentos sociais.	281

Índice Geral

ALGUMAS NOTAS INTRODUTÓRIAS	3
Parte I Enquadramento do Projeto	9
A. Contextualização	11
1	13
Conceitos de Pobreza e Dimensões de Análise	13
2	14
Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010	14
2.1. Estratégia Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010	14
3	15
Programa Rede Social: estrutura orgânica e instrumentos de planeamento	15
3.1. Programa Rede Social no concelho	16
3.2. Linhas Estratégicas para a Plataforma Territorial Supraconcelhia do Baixo Mondego: matriz de enquadramento lógico 2008-2010	20
B. Carta Social	23
1	25
Âmbito, Natureza e Objetivos	25
2	27
Metodologia e Técnicas Utilizadas	27
Parte II Diagnóstico Social	33
C. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO	35
1	37
Território	
1.1. Localização	
1.2. Caracterização Física	
1.3. Rede de Acessibilidades	
1.4. Evolução do Construído	48
2	52
Demografia	52
2.1. Evolução e distribuição da população residente	52

2.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório	58
2.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	63
2.3.1. População residente com dificuldades	68
2.4. Volume e características da população nas primeiras décadas do século XXI: principais tendências	71
3	82
Socioeconomia	82
3.1. Nacionalidade da população residente	82
3.2. Tipologia das famílias	84
3.3. Habitação	87
3.4. Atividade económica	92
3.5. Meio de vida	99
3.6. Nível de vida (Poder de Compra)	108
4	110
Educação	110
4.1. Oferta e procura da rede educativa	110
4.2. Nível de ensino atingido pela população residente	111
5	114
Saúde	114
5.1. Infraestruturas básicas e serviços complementares	114
5.2. Indicadores de saúde	115
6	116
Lazer e Turismo	116
7	117
Segurança Pública	117
MECANISMOS DE AÇÃO SOCIAL DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL	123
1	125
Rede de Serviços e Equipamentos Sociais	
1.1. Análise Global	
1.1.1 Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais	

D.

1.1.1.1. Distribuição das entidades gestoras segundo a natureza jurídica	
1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora	135
1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora 1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo 1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social 1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais 1.3.4. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora	141 144 144
1.3.5. Capacidade, frequência, lotação do acordo e clientes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo	
1.2. Análise das Respostas Sociais por População-Alvo	
1.2.1. Infância e Juventude	
1.2.1.1. Crianças e Jovens	
1.2.1.1.1. Creche	
1.2.1.1.1.1. Caracterização geral	
1.2.1.1.1.2. Caracterização dos clientes	
1.2.1.1.1.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.1.1.2. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	
1.2.1.1.2. Estabelecimento de Educação Pre-Escolar	
1.2.1.1.2.2. Caracterização dos clientes	
1.2.1.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.1.1.2.4. Fontes de financiamento	
1.2.1.1.3. Centro de Atividades de Tempos Livres	158
1.2.1.1.3.1. Caracterização geral	
1.2.1.1.3.2. Caracterização dos clientes	
1.2.1.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.1.1.3.4. Fontes de financiamento	
1.2.1.2. Crianças e Jovens em Situação de Perigo	
1.2.1.2.1. Lar de Infância e Juventude	
1.2.1.2.1.1. Caracterização geral	
1.2.1.2.1.2. Caracterização dos clientes	
1.2.1.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.1.2.1.4. Fontes de financiamento	
1.2.2. População Adulta	
1.2.2.1. Pessoas Idosas	
1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário	169

1.2.2.1.1.1. Caracterização geral	
1.2.2.1.1.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.1.1.3. Caracterização dos candidatos em lista de espera	
1.2.2.1.1.4. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.1.1.5. Fontes de financiamento	
1.2.2.1.2. Centro de Convívio	
1.2.2.1.2.1. Caracterização geral	
1.2.2.1.2.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.1.2.4. Fontes de financiamento	
1.2.2.1.3. Centro de Dia	
1.2.2.1.3.1. Caracterização geral	
1.2.2.1.3.2. Caracterização dos clientes	18 ²
1.2.2.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.1.3.4. Fontes de financiamento	
1.2.2.1.4. Centro de Noite	
1.2.2.1.4.1. Caracterização geral	183
1.2.2.1.4.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.1.4.3. Fontes de financiamento	185
1.2.2.1.5. Lar de Idosos	
1.2.2.1.5.1. Caracterização geral	185
1.2.2.1.5.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.1.5.3. Caracterização dos candidatos em lista de espera	
1.2.2.1.5.4. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.1.5.5. Fontes de financiamento	
1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	
1.2.2.2.1. Centro de Atividades Ocupacionais	
1.2.2.2.1.1. Caracterização geral	
1.2.2.2.1.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.2.1.4. Fontes de financiamento	
1.2.2.2.2. Lar Residencial	
1.2.2.2.2.1. Caracterização geral	
1.2.2.2.2.2. Caracterização dos clientes	
1.2.2.2.2.3. Caracterização dos recursos humanos	
1.2.2.2.2.4. Fontes de financiamento	
1.2.3. Família e Comunidade	
1.2.3.1. Família e Comunidade em Geral	199
1.2.3.1.1. Centro de Férias e Lazer	
1.2.3.1.1.1. Caracterização geral	

2	202
Prestações Pecuniárias	202
2.1. Rendimento Social de Inserção	202
2.1.1. Caracterização dos beneficiários	204
2.1.2. Caracterização dos agregados familiares	206
2.2. Complemento Solidário para Idosos	207
2.3. Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores	208
3	209
Prestações em Espécie	209
3.1. Programa Alimentar de Ajuda Alimentar a Carenciados	209
3.1.1. Caracterização dos beneficiários	210
3.1.2. Caracterização dos agregados familiares	211
4	212
Outras Políticas, Programas e Medidas	212
4.1. Infância e Juventude	215
4.1.1. Crianças e Jovens	215
4.1.1.1. Equipa Multiprofissional de Diagnóstico e Encaminhamento do Centro de Saúde de Cantanhede	
4.1.1.2. Projeto "CELMM": "Mergulhar: o perigo pode estar para além do visível"	
4.1.2.1. Centro de Recursos para a Inclusão	
4.1.2.2. Projeto Integrado de Intervenção Precoce	
4.2. População Adulta	223
4.2.1. Pessoas Idosas	223
4.2.1.1. Operação Censos Sénior	
4.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	
4.2.2.1. Ajudas Técnicas	
4.2.2.2.1 Offiação Florissional 4.2.2.2.1 Caracterização da oferta formativa	
4.2.2.2. Caracterização dos clientes	227
4.3. Família e Comunidade	
4.3.1. Família e Comunidade em Geral	228
4.3.1.1. Associação Empresarial de Cantanhede	228

4.3.1.2. Banco de Voluntariado de Cantanhede	229
4.3.1.2.1. Caracterização dos voluntários	
4.3.1.3. Banco de Recursos "Colmeia"	233
4.3.1.3.1. Caracterização dos voluntários	
4.3.1.4. Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Cantanhede	
4.3.1.5. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	
4.3.1.6. Habitação	240
4.3.1.6.1. Programa de Financiamento para Acesso à Habitação	
4.3.1.6.2. Projetos Gratuitos	
4.3.1.6.3. Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria p	
4.3.1.7. Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Cantanhede	
4.3.1.8. Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem4.3.1.9. Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Econór	
5	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	
5.1. Caracterização das crianças e jovens	250
6	252
Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais	252
. MECANISMOS DE ÎNTERVENÇÃO ÎNTEGRADA	250
1	256
Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	256
1.1. Internamento em Medicina Física e de Reabilitação	
1.2. Consultas Externas de Medicina Física e de Reabilitação	
1.3. Serviço de Ex-hansenianos	
·	
2	
Centro de Respostas Integradas de Coimbra	257
3	259
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	
3.1. Unidade de Convalescença	
3.1.1. Caracterização geral	
3.1.2. Caracterização dos clientes	
3.1.3. Fontes de financiamento	263
3.2 Unidade de Cuidados Paliativos	264

3.2.1. Caracterização geral	
3.2.2. Caracterização dos clientes	264
3.2.3. Fontes de financiamento	265
F. SÍNTESE DIAGNÓSTICA	267
Parte III Plano de Desenvolvimento Social	277
Parte IV Plano de Ação	293
Parte V Priorização da Intervenção	307
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.	321
Bibliografia	325
ÍNDICES	331
ÍNDICE DE QUADROS	333
ÍNDICE DE FIGURAS	341
ÍNDICE GERAL	349